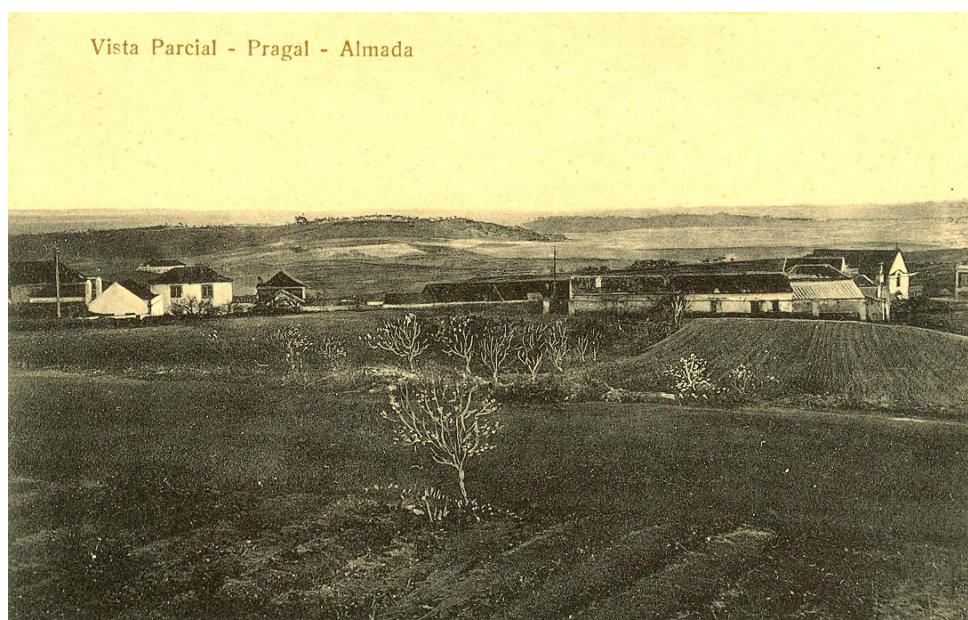


Francisco Manuel Valadares e Silva

RURALIDADE EM ALMADA E SEIXAL

NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Imagem, Paisagem e Memória



Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientadores: Prof.^a Doutora Ana Paula Avelar

Prof. Doutor Paulo Oliveira Ramos

Universidade Aberta

Lisboa

2008

RURALIDADE EM ALMADA E SEIXAL
NOS SÉCULOS XVIII E XIX
Imagem, Paisagem e Memória

Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

Orientadores:

Prof.^a Doutora Ana Paula Avelar

Prof. Doutor Paulo Oliveira Ramos

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Nuno Campos, pelo apoio na pesquisa documental no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

Ao Arqt.º João Paulo Santos, pela cedência dos postais ilustrados da Trafaria.

À Prof. Dr.ª Ana Paula Avelar, pela orientação e apoio prestado ao longo de todo o trabalho.

Ao Prof. Dr. Paulo Oliveira Ramos, pela orientação relativa ao terceiro capítulo.

Aos funcionários e funcionárias dos Arquivos consultados, pelo apoio prestado, em especial à Dr.ª Isabel Carneiro do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Dr. Carlos Roupa do Arquivo Histórico de Almada, Dr.ª Albertina Gomes do Arquivo Histórico do Seixal, Dr.ª Maria da Luz do Centro de Documentação do Ecomuseu Municipal do Seixal.

À Filipa Ramalhete, ao António Cristo, à Elisabete Gonçalves, ao Celestino Silva e à Maria de Jesus pela colaboração e ajuda prestada nas várias fases do trabalho.

A todos e todas muito obrigado.

ABREVIATURAS

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

AHCMA – Arquivo Histórico Câmara Municipal de Almada

AHCMS – Arquivo Histórico Câmara Municipal do Seixal

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CDCAA – Centro de Documentação do Centro de Arqueologia de Almada

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

As transcrições efectuadas no corpo do texto da dissertação, assim como as apresentadas no volume de Anexos, foram efectuadas a partir de documentos não publicados devidamente identificados e respeitam as seguintes normas:

1. A ortografia do texto original foi respeitada mantendo-se a pontuação.
2. O desdobramento das abreviaturas encontradas nos textos originais é indicado com sublinhado das letras que se encontravam abreviadas.
3. A folha do documento é indicada no corpo do texto entre parênteses rectos.
4. Entre parênteses rectos acrescentaram-se as palavras que faltando no original contribuem para uma melhor leitura do texto.
5. Aos erros encontrados no texto original segue-se a expressão [sic]

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
ABREVIATURAS	II
NORMAS DE TRANSCRIÇÃO	III
INTRODUÇÃO.....	3
1. A IMAGEM DA RURALIDADE EM ALMADA E SEIXAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX	
1.1. Em torno do conceito de ruralidade.....	6
1.2. O enquadramento geográfico de um espaço.....	8
1.3. Da Almada rural (anterior ao século XVIII)	12
1.3.1. A Almada durante a Reconquista: Imagem da Abundância.....	12
1.3.2. A Almada dos Forais: Imagem da economia rural	14
1.3.3. Almada e a margem sul: Imagem nos séculos XVI e XVII	16
1.4. Descrições, Corografias e Dicionários Geográficos: Imagens de um território (séculos XVIII e XIX).....	22
1.4.1. As obras e os autores	24
1.4.2. Representações de Almada no século XVIII	25
1.4.3. Representações de Almada e Seixal no século XIX	35
2. A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM NA ALMADA E SEIXAL DOS SÉCULOS XVIII E XIX	
2.1. Em torno do conceito de paisagem.....	59
2.2. A Paisagem de Almada e Seixal no século XVIII.....	61
2.2.1. O Relevo	62
2.2.2. A Água.....	66
2.2.3. O Povoamento	70
2.2.4. A <i>Terra</i>	73
2.2.5. Os Caminhos.....	75
2.3. As Paisagens de Almada e Seixal no século XIX	76
2.3.1. O Clima e o Relevo.....	82
2.3.2. A Água.....	83
2.3.3. O Povoamento	88

2.3.4. <i>A Terra</i>	93
2.3.5. Os Caminhos.....	97
2.4. Das <i>unidades de paisagem</i> na Almada e Seixal dos séculos XVIII e XIX	99
3. MEMÓRIAS DE UMA PAISAGEM RURAL DE ALMADA E SEIXAL NOS SÉCULOS XX E XXI	104
3.1. Em torno do conceito de memória.....	105
3.2. Das transformações de uma <i>paisagem</i> (em Almada e Seixal) nos séculos XIX e XX	111
3.3. As <i>unidades de paisagem</i> rural.....	121
3.3.1. O Pinhal	123
3.3.2. A Frente Atlântica.....	125
3.3.3. Os Terrenos Agrícolas	127
3.4. Da Arquitectura Rural em Almada e Seixal	129
3.4.1. As Quintas	132
3.4.2. Os Lagares e os Moinhos.....	142
3.4.3 A Arquitectura Rural no Espaço Urbano.....	152
3.4.3.1. Nas Freguesias de Almada.....	155
3.4.3.2. Nas Freguesias do Seixal	160
3.5. Celebrações de uma ruralidade.....	162
3.5.1. A Festa de São João Baptista.....	163
3.5.2. O Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel	165
CONCLUSÃO.....	169
BIBLIOGRAFIA	
1. Fontes Manuscritas	175
2. Fontes Impressas.....	175
3. Dicionários e Enciclopédias	178
4. Obras Gerais	179
5. Estudos Especializados	181
ÍNDICE DE QUADROS	186
ÍNDICE DE MAPAS	187

INTRODUÇÃO

Perante o desafio de elaborar uma dissertação de mestrado em Estudos do Património, a opção inicial foi tratar um assunto directamente relacionado com a história e o património entendidos à escala local. A ruralidade será o tema que iremos investigar, enquadrado geograficamente no território dos actuais concelhos de Almada e Seixal. A escolha do objecto de estudo resulta do interesse de que o assunto se reveste ao nível da história local, bem como da ausência de trabalhos de investigação que se debrucem de forma sistemática e abrangente sobre o tema no espaço geográfico definido.

No sentido de limitar o objecto de pesquisa e enquadrar cronologicamente a investigação, iremos centrar a nossa análise no tempo histórico compreendido entre os séculos XVIII e XIX. A pesquisa incidirá principalmente sobre textos publicados durante os séculos referidos, obras que têm em comum o facto de serem corografias e dicionários geográficos que referem o concelho de Almada e, a partir da primeira metade do século XIX, os concelhos de Almada e Seixal. No sentido de confrontar as fontes impressas, são igualmente compulsados alguns documentos relativos à administração local, como as posturas municipais e ainda uma descrição de Almada redigida pelo provedor do concelho, no âmbito da reforma das circunscrições municipais portuguesas em 1836. Os documentos não publicados apresentam-se transcritos total ou parcialmente no volume de anexos.

Por razões que se prendem com a necessidade de limitar o âmbito da pesquisa, excluimos do conjunto das fontes estudadas a iconografia e a cartografia contemporânea do período em análise. A introdução de elementos iconográficos no corpo do texto tem como objectivo complementar a informação escrita, sem qualquer objectivo de sistematização.

O trabalho que apresentamos encontra-se organizado em três capítulos, nos quais o tema da ruralidade será abordado segundo três perspectivas diferenciadas, através das quais procuraremos captar as *imagens* patentes nas descrições do território, *reconstruir* as paisagens e identificar as memórias que lhes estão associadas. Interessa-nos, também, entender de que forma a ruralidade constitui uma referência identitária para as comunidades locais

Assim, no primeiro capítulo, abordaremos o conceito de ruralidade e traçaremos uma breve panorâmica sobre as referências ao território situado na margem esquerda do estuário do Tejo, em obras anteriores ao século XVIII. Entrando no período cronológico sobre o qual incide a investigação, enquadraremos os autores e as obras publicadas que constituem as principais fontes utilizadas neste capítulo. As corografias e dicionários geográficos, divididas pelo século XVIII e XIX, segundo as datas de publicação, serão analisados individualmente no sentido de captar e comparar as *imagens* que elaboram para descrever a região.

O segundo capítulo será dedicado à paisagem. Neste sentido, através das referências textuais iremos observar a morfologia do relevo, os recursos hídricos, o povoamento, a exploração do solo e as vias de comunicação. Através das referências que lhes são feitas nos textos publicados durante os séculos XVIII e XIX, iremos analisar separadamente a importância destes elementos estruturantes da paisagem. De forma a sinalizar eventuais alterações da paisagem ocorridas durante esse período, confrontaremos as obras impressas com a documentação oficial contemporânea emanada dos órgãos da administração municipal. A partir dos dados de caracterização da paisagem apreendidos nas fontes que iremos analisar, procuraremos enquadrar o espaço geográfico em unidades de paisagem.

No terceiro capítulo observaremos de que forma as memórias da ruralidade persistem na actualidade, visíveis no património cultural e natural. Aqui, definiremos sucintamente a

abrangência do conceito de memória aplicado à investigação histórica, delinearemos em traços largos as transformações socio-económicas que ocorreram no território a partir de finais do século XIX até à actualidade, detectando os impactos que tiveram na paisagem e na sociedade local. Considerando algumas das unidades de paisagem identificadas anteriormente e observando a situação actual dos terrenos agrícolas, iremos sinalizar os aspectos da paisagem rural ainda existentes. Por outro lado, observaremos algumas estruturas edificadas, directamente ligadas à actividade e ao processamento dos produtos agrícolas. Também com base no património construído, iremos procurar os vestígios do povoamento rural nas principais povoações citadas nos textos comentados. Por último, em busca de ligações com o mundo rural, faremos uma abordagem ao património imaterial, consubstanciado nas tradições populares de cariz religioso. Este capítulo apresenta referências a imagens fotográficas, algumas inseridas no corpo do texto e todas reproduzidas no volume de anexos.

1. A IMAGEM DA RURALIDADE EM ALMADA E SEIXAL NOS SÉCULOS XVIII E XIX

1.1. Em torno do conceito de ruralidade

Ao procurar descodificar a imagem da ruralidade em Almada e Seixal nos séculos XVIII e XIX, importa antes de mais definir o âmbito do conceito. A construção de uma imagem da região baseia-se nas descrições apresentadas nos textos publicados durante os séculos XVIII e XIX, nos quais se salientam os aspectos que segundo os vários autores caracterizavam o território de Almada e Seixal, contribuindo assim para a criação de uma representação escrita do espaço geográfico. Por outro lado a noção de ruralidade quando aplicada a um modelo de ocupação do território, baseia-se em aspectos como o povoamento de baixa densidade demográfica e a agricultura como actividade económica dominante.¹ A sociedade rural organiza-se em torno da terra, do que resulta uma paisagem marcada pela capacidade humana de explorar os recursos naturais de forma a obter alimentos, através do cultivo, da criação de gado ou da recollecção.

¹ Cf. João Ferrão, «Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Setembro 2000, n.º. 33, p. 47.

Por outro lado, existe uma dicotomia entre rural e urbano, baseada nas diferenças ao nível das funções, actividades e paisagens. No espaço rural, a produção de géneros assenta no meio natural, ainda que transformado pela acção humana através da actividade agrária, e o povoamento é disperso ou concentrado em pequenos núcleos populacionais. Nas áreas urbanas, predomina a actividade comercial, a manufactura e a habitação, o povoamento é concentrado em torno das vias de comunicação e as principais actividades estão relacionadas com o comércio, a indústria e os transportes. Os espaços rurais e urbanos são interdependentes, e encontram-se sujeitos a constantes transformações, provocadas por factores naturais, sociais e económicos. A cidade depende do campo para o seu abastecimento em alimentos, e este tem na cidade o lugar onde vende e comercializa os seus produtos. Desta dualidade campo cidade nasce também a ideia de rústico como algo imperfeito, realizado de forma simples, associado ao espaço rural e ao trabalho da terra, em oposição à perfeição e complexidade da urbe, associada às artes.

É a partir desta noção de ruralidade que pretendemos estudar a região de Almada e Seixal nos séculos XVIII e XIX, em busca da matriz rural de um território então ocupado por pinhais, charneca e campos de cultivo, onde o povoamento se encontrava disperso por casais, quintas e pequenas povoações rurais. A agricultura e a criação de gado não eram as únicas formas de exploração dos recursos disponíveis, a recolha de lenha, de mel, a caça e a pesca ocupavam um lugar importante na economia rural, e eram praticadas nos terrenos incultos, no mar e no rio. Importa ainda referir a existência, no espaço rural, de conventos com as suas cercas cultivadas e rendas pagas em géneros. Estas casas religiosas, ao afastarem-se do meio urbano procurando no campo os espaços propícios ao recolhimento espiritual, acabaram por constituir elementos polarizadores que estão na génese de alguns aglomerados populacionais.

Esta realidade económica e social de cariz rural é polarizada, em primeiro lugar, face à vila de Almada, único espaço de características urbanas ancestrais na área em estudo, e em segundo lugar, à cidade de Lisboa, principal destino dos produtos explorados na margem sul do Tejo. Torna-se assim necessário enquadrar o âmbito geográfico e analisar a evolução das circunscrições administrativas do território sobre o qual incide o presente estudo.

1.2. O enquadramento geográfico de um espaço

A Península de Setúbal prolonga-se de Leste para Oeste, limitada a Norte pelo estuário do Tejo e a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico (mapa 1). O território onde se localizam os actuais concelhos de Almada e Seixal corresponde à zona Noroeste da península, ocupando uma longa faixa de costa atlântica ocidental. A Norte, a proximidade entre as margens do Tejo explica a utilização do termo “outra banda” para designar o lado sul daquele rio.²

Conforme observa Maria Alfreda Cruz, o tipo de povoamento da margem Sul do estuário do Tejo aponta para duas formas distintas de ocupação território, que variam em função da sua localização geográfica na Península de Setúbal: a Leste, o latifúndio está na génese do povoamento, em virtude das doações feitas no contexto da Reconquista; na zona Oeste, onde que se localiza Almada, predomina a pequena propriedade, em virtude da importância da vila preexistente à Reconquista, cuja autonomia permitiu organizar os campos circundantes.³



Mapa 1 – Península de Setúbal (Francisco Silva, 2007).

² Cf. Maria Alfreda Cruz, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Factores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p. 54.

³ *Idem*, p. 26.

A primeira delimitação administrativa do concelho de Almada foi definida em 1297 por D. Dinis, através do *Stormento de devisoes dos termos entre Almada e Sezimbra*,⁴ após ter tomado para a coroa a vila e termo de Almada, até então na posse da Ordem de Santiago. O território abrangido pelo termo de Almada era limitado a Norte pelo Tejo, a Este pelo rio Coina e a Sul confinava com o concelho de Sesimbra. Em 1758, segundo as *Memórias Paroquiais* coligidas pelo padre Luís Cardoso, o concelho de Almada era constituído pelas freguesias urbanas de Santiago e Nossa Senhora da Assunção, enquanto a vasto termo integrava as freguesias de Amora, Arrentela, Nossa Senhora do Monte de Caparica, Corroios e Seixal.⁵ Estas circunscrições manter-se-ão até ao século XIX, quando no contexto das reformas administrativas levadas a cabo pelo ministro do reino Passos Manuel, durante o reinado de D. Maria II, e contrariando a tendência de extinção de concelhos, foi criado o concelho do Seixal, por decreto de 6 de Novembro em 1836. Desanexado do território de Almada, o novo concelho formou-se com as freguesias de Amora, Arrentela, Paio Pires e Seixal.

Em 1895 o concelho de Seixal foi extinto, no quadro de uma reforma administrativa levada a cabo durante o governo de João Franco. A freguesia de Amora voltou a integrar o concelho de Almada e as restantes freguesias foram anexadas ao concelho do Barreiro. Em resultado de pressões exercidas pela população, através de diversas diligências junto do governo, o concelho do Seixal foi restaurado em 1898.⁶ No entanto, a demarcação definitiva dos limites dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra só se estabelece a partir da segunda metade do século XX, após o litígio que envolveu as três autarquias, motivando a publicação um texto que defende as pretensões de Almada: *Da Velha Adiça à Nova Fonte da Telha*⁷ e outro as de Sesimbra: *A Verdade dos Limites dos Concelhos de Sesimbra, Almada e Seixal*,⁸ acabando a questão judicial por ser resolvida a favor de Almada.⁹

⁴ Alexandre M. Flores, *Almada Sua Circunscrição Municipal. Abordagem Multidisciplinar*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1996, p. 24.

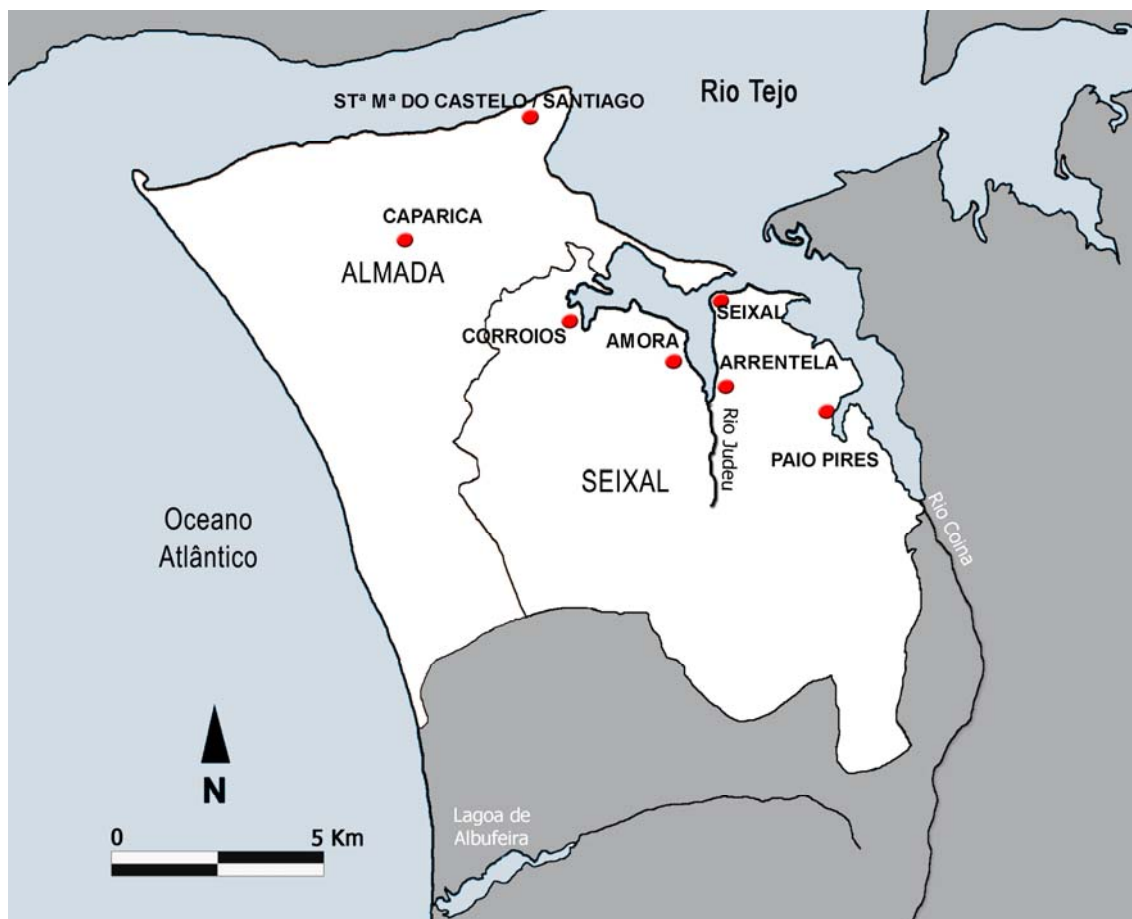
⁵ *Idem*, p. 52 – 58.

⁶ Cf. António J. Nabais, *História do Concelho do Seixal, 1 – Cronologia*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, s.l., 1981, pp. 51 / 71.

⁷ Cf. Amado Aguilar, *Da Velha Adiça à Nova Fonte da Telha*, s.l., Câmara Municipal de Almada, 1961.

⁸ Cf. Rafael Monteiro, *A Verdade dos Limites dos Concelhos de Sesimbra, Almada e Seixal*, Lisboa, União Gráfica, 1970.

⁹ Cf. Alexandre M. Flores, *op. cit.* p. 65 – 67.



Mapa 2 – Circunscrição actual dos concelhos de Almada e Seixal, com a localização das sedes de paróquia referidas nos séculos XVIII e XIX (Francisco Silva 2007).

A divisão administrativa dos concelhos de Almada e Seixal (mapa 2), para além das motivações político-sociais, corresponde também a uma diferenciação baseada em aspectos geomorfológicos. Almada tem o relevo mais elevado e uma frente ribeirinha e atlântica constituída na sua maior extensão por arribas, enquanto o Seixal apresenta cotas mais baixas e uma margem profundamente recortada por esteiros e sapais. As áreas com maior aptidão agrícola localizavam-se a Norte e a Este, sendo grande parte do território localizado a Sul de ambos os concelhos ocupado por charnecas e pinhais, que produziam combustível lenhoso e geravam reservas cinegéticas significativas, com peso na economia regional.¹⁰

Para melhor definir o espaço geográfico é necessário identificar as diferenças que condicionam a sua ocupação. Apesar de o presente estudo incidir sobre os dois concelhos, devemos analisar separadamente cada um deles, de forma a compreender a

¹⁰ Cf. Maria Alfreda Cruz, *op. cit.*, p. 22.

especificidade de cada um e enquadrar as descrições da paisagem, sobre as quais incide a investigação.

O concelho de Almada apresenta a Ocidente uma arriba escarpada, ao longo da qual se prolonga uma extensa praia atlântica, onde a pesca de mar era praticada por comunidades de pescadores oriundos de Ílhavo e do Algarve, que a partir do século XVIII aí se fixaram.¹¹ A arriba que acompanha a frente do concelho virada a Norte protege dos ventos as encostas viradas a Sul, que beneficiam da humidade marinha. É aqui que se localizavam os terrenos mais propícios à actividade agrícola, os moinhos de vento, as quintas e algumas povoações rurais. As culturas de sequeiro, como a vinha e os cereais, predominavam devido à topografia e à ausência de cursos de água. Esta é captada nas zonas mais baixas, em poços e minas, e utilizada para regar pequenas parcelas de terreno.

O concelho do Seixal confronta a Oeste com o de Almada, a Sul com Sesimbra e a Este com o Barreiro. A frente ribeirinha virada a Norte e ao Mar da Palha, é recortada pelas margens e esteiros da baía do Seixal. O relevo acidentado é atravessado por três rios: o Corroios; o Judeu e o Coina. Os dois primeiros desaguam na baía do Seixal, enquanto a foz do terceiro preenche a *cala* entre o Seixal e o Barreiro. Os solos de aluvião eram férteis e cultivados com vinhas e searas, mas também com pomares e hortas de regadio. Até finais século XIX, a abundância de peixe e marisco, cuja captura ocupava parte da população, eram um dos principais recursos da zona. Devido à topografia das margens, o rio era utilizado como via de comunicação e fonte de energia para moinhos de maré. Existiam ao longo das margens cais, portinhos e pequenos estaleiros de construção naval.¹²

Após ter caracterizado sucintamente o espaço rural de Almada e Seixal e identificado as principais diferenças, interessa agora observar que, nas descrições da margem sul citadas nas fontes escritas até aos finais do século XIX, a região é referida como um todo.

¹¹ «(...) em 1770 fixaram ali dimicilio com as suas companhas os mestres José Gonçalves Bexiga, (algarvio), Joaquim Pedro, (ilhavo), Rumualdo dos Santos, (algarvio), e José Rapaz, (ilhavo)», Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p. 97.

¹² António J. Nabais, *História do Concelho do Seixal, 2 – Barcos*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, 1982, p. 9.

1.3. Da Almada rural (anterior ao século XVIII)

Apesar do nosso estudo incidir especialmente nos séculos XVIII e XIX, importa indicar algumas fontes anteriores ao século XVIII, que mencionam Almada ou margem Sul do Tejo em geral e através das quais se depreendem aspectos da vida económica e social associados à rusticidade da região. Assim, para o período medieval, foram seleccionados dois tipos de fontes escritas, no sentido de analisar as duas visões diferenciadas de uma mesma realidade, em função da tipologia dos documentos, nomeadamente, uma descrição de Almada datada de 1147 e os forais concedidos ao concelho em 1170, 1190 e 1513. Enquanto o primeiro documento é um texto epistolar, as cartas de foral são instrumentos legais de administração do território. Em comum têm o facto de referirem os principais recursos económicos da região. Por outro lado, permitem o confronto da perspectiva do viajante, que descreve a paisagem através da observação directa, com uma abordagem do território enquanto espaço socio-económico sujeito à administração régia. Pretende-se desta forma obter uma visão mais abrangente do território localizado na margem esquerda do estuário do Tejo oposta à cidade de Lisboa.

Para os séculos XVI e XVII, consideraram-se principalmente os textos impressos à época, nomeadamente: *Monarchia Lusitana*, de Frei Bernardo de Brito; *Descrição do Reino de Portugal*, da autoria de Duarte Nunes de Leão, *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*, escrito por Luís Mendes de Vasconcellos e a obra de Frei Nicolau de Oliveira *Livro das Grandezas de Lisboa*, na medida em que são estas as fontes que estão na génese dos textos corográficos, publicados a partir do século XVIII. Estas obras tratam da descrição do reino de Portugal ou da cidade de Lisboa em particular e contribuem, através de alguns excertos, para a construção de uma imagem de Almada e da “outra banda”.

1.3.1. A Almada durante a Reconquista: *Imagem da Abundância*

A descrição da *Conquista de Lisboa aos Mouros*,¹³ é uma carta atribuída a um cruzado de origem inglesa, de nome Osberno, que integrava a armada que seguia em direcção à Terra Santa, e que participou, a pedido do rei português, no cerco e tomada de Lisboa

¹³ *Conquista de Lisboa aos Mouros – 1147. Narrada pelo Cruzado Osberno testemunha presencial*, texto latino e tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira e prefácio do Eng.º Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1935.

em 1147, no contexto da Reconquista cristã. O texto da carta é apresentado em forma de relatório circunstanciado da viagem da armada desde o porto de Dartmouth, na Cornualha, do cerco e tomada de Lisboa e da instituição da sede do bispado, após a tomada e saque da cidade, referindo a vila de Almada na descrição que faz da paisagem da margem Sul oposta a Lisboa. Quanto à autoria do texto, Charles Wendell David, responsável por uma das edições do documento, considera, através do desdobramento das abreviaturas iniciais, que Osberno será o nome do destinatário da carta e não do seu redactor.¹⁴ O documento em latim, que se conhece através de uma cópia feita provavelmente no século XIII, foi transcrito pela primeira vez por Alexandre Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*.¹⁵

Quando relata a chegada a armada ao Tejo, escreve sobre o rio que: «*desce das regiões de Toledo, e em cujas margens se encontra oiro, quando no principio da primavera as águas se recolhem ao leito. Há nele tanta abundância de peixe, que os habitantes acreditam que dois terços da sua corrente são água e o outro terço de peixes. É também rico de mariscos como de areia, e é principalmente de notar que os peixes desta água conservam sempre a sua gordura e sabor natural sem os mudar ou corromper por qualquer circunstancia, como acontece entre nós*». ¹⁶ Seguidamente, indica a margem esquerda como lugar fértil e de variados recursos, enumerando os frutos que aí se recolhem: «*Ao sul do rio fica Almada, região abundante de vinhas, figos e romãs. As searas ali são tam ferteis, que da mesma semente recolhem o fruto duas vezes; é rica de mel e celebrada pelas montarias de animais*». ¹⁷

Este texto inaugura um modo de descrever a região de Almada através do qual se constrói uma imagem do espaço onde a fertilidade dos solos e a abundância de caça são os aspectos que se valorizam. Neste sentido, a *Carta do Cruzado Osberno* constitui um testemunho valioso, embora talvez um pouco exagerado, acerca da importância económica da margem Sul durante o século XII. Para melhor enquadrar a realidade da vila e termo de Almada, durante a Idade Média e Moderna, analisamos seguidamente as

¹⁴ Cf. Alexandre M. Flores, António J. Nabais, *Os Forais de Almada e Seu Termo, I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*, Câmaras Municipais de Almada e Seixal, s.l., 1983, p. 117.

¹⁵ Cf. *Portugaliae Monumenta Historica – Sriptores* (vol. I, pp. 329 – 405). APUD, *ibidem*.

¹⁶ *Conquista de Lisboa aos Mouros – 1147. Narrada pelo Cruzado Osberno testemunha presencial*, p. 40.

¹⁷ *Ibidem*.

cartas de foral concedidas ao concelho, as quais fornecem elementos importantes para a caracterização da vivência rural em Almada.

1.3.2. A Almada dos Forais: *Imagem da economia rural*

As cartas de foral, enquanto instrumentos régios de exercício do poder sobre as comunidades locais, não podem deixar de reflectir as realidades económicas e sociais das populações a que se destinam. Nesse sentido, os forais revelam-se fontes fundamentais para o estudo do ambiente rural, de onde provinham a maioria dos produtos sujeitos a tributação foreira. Ao regulamentar as actividades económicas, a jurisdição e os encargos a que estavam sujeitas os habitantes da vila e do termo, os forais dados a Almada transmitem uma ideia da sociedade através dos costumes e leis municipais, ratificadas pelo poder central.

O foral de D. Afonso Henriques e de seu filho D. Sancho, de 1170, concedido a Lisboa e às mais importantes povoações conquistadas a Sul do Tejo (Almada, Palmela e Alcácer do Sal), como forma de assegurar a sua defesa, denota a existência de comunidades islâmicas com alguma importância, justificando assim a «*Carta de fidelidade, e firmidooen a vós Mouros, que soodes forros em Lixboa, e em Almadaa, e em Palmella e em Alcacer*». ¹⁸ O documento fornece dados concretos acerca dos produtos agrícolas do reguengo (vinho, azeite e figos), que deviam ser cultivados e vendidos pelos mouros, «*a todallas minhas vinhas adubedes, e vendades os meos figos, e o meu azeite como venderem os moradores da Villa a terça parte dos meos moyos*». ¹⁹ Salienta-se o facto de o foral especificar a necessidade de adubar as vinhas régias em Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal. Com esta carta de foral, o monarca garante o povoamento do território conquistado assegurando a permanência dos habitantes e fomenta a actividade agrária, cujo peso económico seria considerável, e seria desenvolvida principalmente pela comunidade moura que habitava no termo, fora da vila.

No sentido de fixar as populações numa região ainda instável do ponto de vista militar, conforme se depreende pelas diversas alusões aos cavaleiros, besteiros e peões do

¹⁸ Alexandre M. Flores, António J. Nabais, *op. cit.*, p. 36.

¹⁹ *Idem*, p. 37.

concelho, o foral de 1190, dado por D. Sancho I concede à vila de Almada os mesmos privilégios que às mais importantes cidades do reino (Lisboa, Santarém e Coimbra).²⁰ O documento fornece informação muito detalhada, regista todos os produtos explorados e transaccionados no concelho, nomeadamente o vinho, o trigo e o milho, as peles, o gado e o pescado. Enumera as actividades desenvolvidas, contribuindo para a caracterização da população almadense de então, directamente relacionadas com a actividade rural. São igualmente referidas as profissões de cavador, pescador e coelheiro.

Outro documento representativo da importância de Almada no contexto medieval é a *Carta de Escambo*, que em 1297 D. Dinis concede à Ordem de Santiago, até então donatária da vila e do termo. O documento regista a troca de Almada, que passa a integrar os bens da coroa, pelas vilas de Almodôvar e Ourique e os castelos de Marachique e Aljezur, entregues à ordem militar, que manteve o padroado das igrejas de Almada.²¹ A iniciativa régia de retomar a vila e termo de Almada estará relacionada com o facto de a região ter registado um aumento demográfico progressivo e um incremento da actividade económica, resultante da abundância de recursos disponíveis: lenha, vinho, peixe, frutas e legumes, bem como pelo facto de ser um importante centro abastecedor de Lisboa.²²

Já o foral dado a Almada em 1513 não apresenta, enquanto fonte, o mesmo interesse dos precedentes, tratando-se de um instrumento de uniformização dos encargos e isenções dos concelhos, a nível nacional, resultante da reforma dos forais realizada durante o reinado de D. Manuel I. Este documento trata dos impostos sobre a produção agrícola (jogada e oitavo), do comércio do vinho e do pescado e refere especificamente o reguengo da Caparica «*Outrossi há no termo da dita villa hũum regemgo nosso e da coroa real de nossos regnos em caparica o qual estaa demarcado e confrontado per suas devisooes escritas e decraradas nos nossos propios da dita villa, do qual se paga de totalas novidades fruitas, canas, vimees e todallas que se nelle colhem de quatro hũu*».²³ O texto do foral não transmite, todavia, quaisquer informações que caracterizem

²⁰ José Mattoso, *Almada no Tempo de D. Sancho I*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1991, p. 20.

²¹ Cf. Alexandre M. Flores, *Almada na Carta de Escambo entre D. Dinis e os Espatários em 1287*, Almada, ed. autor, 1986, p. 8.

²² *Idem*, p.10.

²³ «Foral dado por D. Manuel à vila e termo de Almada em 1513», in *Almada na História – Boletim de Fontes Documentais*, nº 3 – 4, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, p. 14.

o concelho enquanto espaço individualizado. Mas observemos de que modo neste mesmo século XVI se espelha a ruralidade do espaço de Almada, nomeadamente, como se *oferece* a sua imagem, tendo em atenção a forma como a região é descrita nas fontes escritas, onde procuramos encontrar as características que identificam o espaço.

1.3.3. Almada e a margem sul: *Imagem* nos séculos XVI e XVII

A partir do século XVI surgem as primeiras obras impressas que apresentam descrições do reino e onde se assinalam as cidades mais importantes. Destinados a uma maior circulação, estes textos revelam a construção de um discurso enaltecedor do reino em geral, ou das cidades em particular, com destaque para a capital. Nesse sentido, os textos impressos constroem uma imagem do território que se destina a ser apreendida através da leitura, valorizando determinados aspectos em detrimento de outros, conforme o tipo de descrição. É por esta a razão que privilegiamos os textos publicados, na medida em que procuram abranger um *público* mais alargado e apresentam uma imagem do território mais ou menos próxima da realidade, reflectindo uma visão que tende a perpetuar-se pela escrita, sujeitando-se à crítica dos autores posteriores e possibilitando um aprofundamento heurístico sobre a descoberta do espaço. É a evolução desta imagem, por vezes estereotipada, que procuramos acompanhar ao longo dos séculos XVI e XVII.

A primeira descrição geral do reino, da autoria de Frei Bernardo de Brito, foi impressa em Alcobaça no ano de 1597, denominada *Geographia Antiga da Lusytânia*. Consiste num texto apenso à primeira parte da *Monarchia Lusitana*. O seu autor escreve acerca dos principais acidentes geográficos do reino de Portugal, baseando-se nos autores clássicos como Estrabão ou Ptolomeu. Neste texto enquadra-se geograficamente a península dominada pela serra da Arrábida e identificam-se os povos que haviam habitado a região: «*Os Barbaros chamados de Florião do Campo, Sarrios, viuião naquelle espaço de terra, que ha desde a serra de Arrabida té Lisboa, donde tomou o nome Prommontoriû Barbaricum, o que oje chamamos Cabo Despichel, do Nacente, confinavam cos Celtas, do Poente, co mar Oceano, do Norte, co rio Tejo, do Meo dia, cos pouos Turdetanos, era gente fêra, indomita, & de mui pouca pollicia, & a serem mais em numero, tiverão grande fama, inda que com serem tão poucos, algûas cousas*

*fizerão famosas: não acho entre elles cidades, nem pouoações, de que os Historiadores fação muita conta, nem as deuião de ter segundo erão agrestes».*²⁴

Frei Bernardo de Brito assinala ainda a colheita da grã²⁵ na serra da Arrábida: «*depois deste monte, se segue o que Ptolomeu & Strabo, chamão Barbarico, & nos oje serra Rabida, no qual se colhe gram finissima pera tingir pannos, & sedas, & daqui a levão para muitas partes fora de Espanha, tendo por experiencia ser esta mais fina que todas as outras*».²⁶ Já sobre o rio Tejo, enaltece a excelência das suas água auríferas e a abundância de peixe: «*porque alem do muito ouro, que leva em suas areas, como escreverão os antigos, & o experimentam os modernos, a fertilidade dos campos que as suas águas regão, he outra mina por si. He abundante de pescarias de Saveis, Barbos, Mugês e outras castas de pescado, que farta muita parte do reino*».²⁷ Não fazendo qualquer alusão a Almada, o cronista deixou algumas indicações que contribuem, embora vagamente, para uma caracterização geral do espaço geográfico em análise.

Embora tenha sido redigida no século XVI, a obra de Gaspar Frutuoso *Saudades da Terra* foi publicada apenas no século XX. Não queremos deixar de aludir a este açoriano, nascido em 1522 em Ponta Delgada e falecido na Ribeira Grande 1591, que escreveu essa obra composta por seis livros, onde relata a descoberta das ilhas Canárias, Cabo Verde e cada uma das que compõe o arquipélago açoriano. No livro quarto faz uma descrição pormenorizada da margem Sul do estuário do Tejo, descreve o termo da vila de Almada: «*o Seixal chamado também Arrentela, onde se dão muito bons vinhos de carregação para a India, em cuja enseada invernam muitos navios; logo Amóra, freguezia; em Corroios outra, em outro braço do rio, e Motela, termo de Almada, onde estão os moinhos e lavadouro de Lisbôa; e logo junto Cacilhas, d'onde começa o vale de Mourelos, de compridão de uma légua, que vae até Caparica*»,²⁸ retrata ainda a

²⁴ Frei Bernardo de Brito, *Geographia Antiga da Lusytânia*, Alcobaca, António Alvarez impressor de livros, 1597, fl. 6.

²⁵ Excrescências produzidas pela picada de alguns insectos nas folhas do carrasco (*Quercus coccifera*), utilizadas em tinturaria, depois de secas e reduzidas a pó, estando referenciada a sua colheita na região de Almada, através das posturas municipais de 1750.

²⁶ Frei Bernardo de Brito, *op. cit.*, fl. 3.

²⁷ *Idem*, fl.4.

²⁸ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro IV, Vol. I, Ponta Delgada, Tip. do «Diário dos Açores», 1924, p. 244.

paisagem rural em torno da sede do concelho, com «*muitas quintas de boas vinhas e de todas as árvores; e logo a afamada Vila de Almada*».²⁹

Em 1610, Duarte Nunes de Leão publica em Lisboa *Descrição do Reino de Portugal*, a primeira obra geral sobre a geografia do reino de Portugal. A vila de Almada é enquadrada na província da Estremadura e na correição de Setúbal, destacando-se na *banda de além de Lisboa* uma fonte, cuja água tem propriedades medicinais.³⁰ O autor salienta o cultivo de couves chamadas murcianas³¹ e os vinhos da Caparica e Seixal, que estão entre os mais valorizados e exportados: «*O mesmo nome tem outros muitos de Alentejo onde há vinhos mui finos, como são os brancos de Beja, os palhettes de Alvito, de Viana, de Villa de Frades, das Alcacevas, e os mui celebrados de Alcouchette, e Caparica mui conhecidos dos senhores e homens mimosos de Flandres e Alemanha que os mandam buscar os visinhos e que competem com estes do Barreiro, do Lavradio, do Sexal, de Alhos Vedros*».³² Ressalta aqui a relevância dada à produção agrícola, com destaque para o vinho, cuja fama se manterá até século XIX.

Relativamente aos textos que abordam especificamente a cidade de Lisboa, destacamos o *Tratado da Majestade, grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, redigido em 1552, mas publicado pela primeira vez no século XX. Da autoria de João Brandão de Buarcos, este texto apresenta uma enumeração exaustiva e sistemática de todas as actividades e produtos existentes em Lisboa. A “banda d’além” é o lugar de onde chega a Lisboa a fruta, especialmente os melões que vêm de Almada³³, a caça, com destaque para os coelhos³⁴ e a lenha, proveniente das charnecas e pinhais, indispensável ao consumo da capital: «*Por honde parece que nã havendo estas charnecas e pinhaes da banda dalē, se poē muita dovida poderse sostentar tanta copia de vizinhos, por onde está craro ser mais proveito serē charnecas e pinhaes, que terras de pam, toda essa banda de Riba*

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ «*Na villa de Almada há ũa fonte que faz admiravel effecto nos doentes de pedra, polo que muitos da cidade de Lisboa, e de outras partes a mandão buscar por a utilidade que nella achão, e conjecturão isto do que se vê com os olhos, que esta agoa gasta todos os testos dos vasos que aí se quebrão, se estão chegados ao caminho por onde ela passa*», Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 143.

³¹ *Idem*, p. 200.

³² *Idem*, p. 190.

³³ «*(...) e também meto aqui outro ramo de fruyta que vem da bānda dalem* », «*Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2a metade do seculo XVI : estatistica de Lisboa de 1552*», João Brandão (de Buarcos), texto impresso sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire, comentarios e notas de Gomes de Brito, in *Arquivo Histórico Português*, Vol. IX, Lisboa, Livraria Ferin, 1923, p. 17.

³⁴ «*(...) e pelos muitos coelhos que vem da banda dalem, e todo o outro género de caça*», *idem*, p. 83.

Tejo». ³⁵ Também a pedra, extraída nas pedreiras de Porto Brandão, é transportada em grande quantidade para Lisboa, onde é utilizada como material de construção. ³⁶ No contexto do *Tratado da Majestade, grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, Almada e o termo de Lisboa têm como principal função o abastecimento da cidade, não fazendo o autor qualquer alusão à sua paisagem.

Lisboa é também o tema de um opúsculo publicado em 1608 assinado por Luís Mendes de Vasconcellos, *Do Sítio de Lisboa, Diálogo*. Escrito em forma de diálogo entre três personagens, procura engrandecer a cidade de Lisboa através de variados atributos. Neste texto, a zona a sul do Tejo é descrita como um lugar contaminado com ares infectos, provenientes dos pauis e areais que aí se localizam, os quais poderiam ser nocivos à atmosfera da capital, não fosse a situação geográfica favorável da margem mais próxima de Lisboa estar livre de águas paradas cujos “vapores” a possam atingir. ³⁷ Desta alusão, feita com o intuito de valorizar Lisboa, resulta a imagem de um lugar selvagem, infértil e pouco propício à fixação humana. Esta caracterização, embora verdadeira no que respeita à existência de áreas insalubres nas zonas baixas, tem como objectivo salientar a urbanidade da capital, por oposição ao espaço rústico a margem Sul.

No *Livro das Grandezas de Lisboa*, publicado em 1620, Frei Nicolau de Oliveira aponta como um dos aspectos que engrandece a capital «o grande número de vilas, lugares e quase infinitas e riquíssimas quintas; que a cingem e a cercam, tanto da parte da terra como do lado de além do rio». ³⁸ Nicolau de Oliveira especifica e caracteriza as oitenta e oito freguesias existentes em torno de Lisboa, dentro de um perímetro de cinco léguas, e indica o número de fogos e habitantes. Não menciona as quintas nem as ermidas por serem muitas. ³⁹ São igualmente enumeradas as freguesias da margem Sul

³⁵ *Idem*, p.78.

³⁶ *Idem*, p. 41.

³⁷ «(...)porque sendo necessario à grandeza de Lisboa que não fosse muito habitada a terra que lhe fica de frente (como a seu lugar se dirá) fela Deos de ruíns agoas, e peiores ares, cheia de paües, e amargosas, e areas estereis; e porque os vapores desta parte não chegassem a Lisboa, poz este rio no meio tão largo he possivel serem-lhe nocivos; porque no mais largo he de tres legoas, e no mais estreito, aonde é de huma, não há da outra parte paües, nem alagoas de que possuão sahir grossos vapores». Luís Mendes de Vasconcellos, *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e comunicação dialogos de Luiz Mendes de Vasconcellos reimpressos conforme a edição de 1608*, Lisboa, Impressão Regia, 1803, p.145.

³⁸ Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa* (Contém fac-simile da Edição original de 1620 e texto actualizado por Maria Helena Bastos), Lisboa, Vega, 1991, p. 546.

³⁹ *Idem*, p. 547.

do Tejo, desde Alcochete, passando por Palmela e Setúbal e terminando em Almada.⁴⁰ É exactamente ao debruçar-se sobre as freguesias de Almada que se descreve a Amora «com sessenta fogos e duzentas e cinquenta pessoas», Corroios, com «sessenta e cinco fogos, e mil e oitocentas pessoas, por causa das quintas que há nesta Freguesia»⁴¹ e os mosteiros de Nossa Senhora da Rosa e dos Capuchos, na Caparica. Na vila de Almada, «muito nobre, tanto pela Fidalguia e Nobreza, que nele e em seus arredores habitam em grandes e ricas quintas; como por estar fronteira a Lisboa, numa distancia de meia légua»,⁴² o autor menciona as freguesias urbanas de Santiago e Nossa Senhora do Castelo, e ainda o mosteiro dominicano, habitado por quinze religiosos.

A península da Arrábida é retratada com pormenor, como um vasto território ocupado por vilas: «fertilíssimas de vinhas, com muito e bom vinho, abundância de frutas, e grandes quantidades de todas espécies de caça, que seriam bastantes para qualquer outra cidade que não fosse Lisboa».⁴³ Não deixa ainda de nomear as inúmeras espécies de peixe e marisco do rio e do mar, com destaque para a sardinha da Costa. Acerca do marisco que se encontra no Tejo, indica particularmente o Porto Brandão, onde as lagostas eram em «grande número».⁴⁴

O combustível, essencial à vida na grande urbe, vinha também em grande parte da margem sul: «O carvão chega não só do termo da cidade, mas de muitas partes da charneca que tem diante de si: onde se produz abundantemente, por ser muito grande: tem mais de vinte e cinco léguas de comprimento, e em muitas partes mais de três de largura».⁴⁵ A produção mais significativa desta região é no entanto o vinho, pois: «Na banda de além, Caparica, Almada, Amora, Seixal, Barreiro, Alhos Vedros, Alcochete; em todos estes sítios há muitas pessoas que dão ao dízimo de quinze pipas de vinho para cima».⁴⁶

Frei Nicolau de Oliveira é, de entre os autores que descrevem a cidade de Lisboa, é aquele que afirma: «Para lá do rio está a aprazível costa, de Cacilhas à Trafaria, com

⁴⁰ *Idem*, p. 561.

⁴¹ *Idem*, pp. 560 – 561.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Idem*, p. 557.

⁴⁴ *Idem*, p. 475.

⁴⁵ *Idem*, p. 565.

⁴⁶ *Idem*, p. 563.

*uma légua de comprimento; é toda ocupada por pomares, vinhas, quintas e terras de pão». O autor relata a sua própria experiência, contando o que viu: «o peixe é em tão grande quantidade, que só numa maré vi sair de Lisboa para a pesca da sardinha cento e doze barcos».*⁴⁷

Enquanto outros autores se referem genericamente à “banda d’além”, Nicolau de Oliveira indica os nomes dos concelhos e das freguesias, identificando os principais recursos disponíveis e a sua utilização: «*Tira-se desta charneca bastante lenha para os fornos, tanto de pão como de louça e de cal, que são muitos, [...] Desta mesma charneca se tiram paus de sobreiro, que a povoam, para embarcações grandes e pequenas. E grossas tábuas de pinheiros, para as naus da Índia*».⁴⁸

Em suma, o *Livro das Grandezas de Lisboa* fixa os principais aspectos que continuarão a caracterizar a região de Almada: as quintas, a fertilidade dos solos, a produção de lenha e madeira, a par da abundância de peixe e marisco retirado do rio. Apesar reproduzir o texto de Luís Mendes de Vasconcellos sobre a insalubridade da margem Sul, Nicolau de Oliveira transforma a imagem caótica criada por Vasconcellos, numa paisagem agradável e convidativa, acrescentando que na parte mais estreita da foz não existem «*pauis nem lagoas, há sim, uma alegre e aprazível costa*».⁴⁹

Todas as obras acima analisadas (com excepção do *Tratado da Abastança e Grandeza de Lisboa*), foram publicadas entre 1580 e 1640, inserindo-se numa conjuntura histórica marcada pela união ibérica das coroas portuguesa e espanhola. Os textos têm como objectivo demarcar o território português, através da sua morfologia e do seu passado histórico, enquanto entidade autónoma,⁵⁰ como se depreende das obras de Frei Bernardo de Brito e de Duarte Nunes de Leão. No mesmo sentido, as descrições de Lisboa feitas por Luís Mendes de Vasconcellos e Frei Nicolau de Oliveira, apesar da diferença de conteúdo dos dois textos, pretendem demonstrar a importância da cidade de Lisboa face

⁴⁷ *Idem*, p. 460.

⁴⁸ *Idem*, p. 565.

⁴⁹ *Idem*, p. 626.

⁵⁰ Cf. Joaquim Romero Magalhães, «O Enquadramento do Espaço Nacional, a Delimitação e a Percepção do Espaço», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir., Vol. III, s.l., Estampa, 1993, p. 21 – 22.

a Madrid ou Sevilha, sugerindo que a capital do império peninsular e a corte se fixassem em Lisboa.⁵¹

Nos textos analisados é possível identificar o cariz rural da região, ao mesmo tempo que se salienta a importância determinante da sua localização geográfica face a Lisboa.

Procuraremos de seguida mostrar de que forma esta matriz identitária se continua a observar, do século XVIII para o XIX, nos trabalhos que procuram sistematizar o conhecimento do território de Portugal, enquanto espaço físico e político e administrativo.

1.4. Descrições, Corografias e Dicionários Geográficos: *Imagens* de um território (séculos XVIII e XIX)

Traçado o quadro das referências ao espaço geográfico da margem Sul do Tejo até ao século XVII, vejamos como as obras publicadas durante os dois séculos seguintes, aqui consideradas fontes primárias por apresentarem uma abordagem sistemática e largamente divulgada da *paisagem histórico-geográfica* do país, contribuíram para criar uma imagem de rusticidade associada à região de Almada e Seixal.

Para definição do objecto central deste estudo, definimos um conjunto de obras impressas durante o período cronológico dos séculos XVIII e XIX, as quais têm como propósito elaborar descrições, corografias ou dicionários geográficos do território de Portugal. Estas obras reflectem uma visão da margem Sul do Tejo que nos propomos abordar, no sentido da concepção do espaço rústico. Para tal, importa enquadrar histórica e culturalmente os textos e os autores, identificando os aspectos relacionados com o tema da ruralidade, de que forma são ou não valorizados nas descrições da região e em que medida apontam para a caracterização das estruturas agrárias, formas de ocupação e exploração do território.

Deve-se, além do mais, ter em atenção que os séculos XVIII e XIX foram uma época de grandes transformações a nível europeu e mundial, dominada pelos impérios coloniais, o fim do Antigo Regime, o Iluminismo e as revoluções liberais. Em Portugal, estas

⁵¹ *Idem*, p. 23.

mudanças fizeram-se sentir em termos políticos, económicos e sociais, e ainda que não seja objectivo deste trabalho analisar todas as transformações ocorridas, elas devem ser sinalizadas, na medida em que influem na paisagem e na imagem do espaço, esse sim objecto central da presente análise.

As principais alterações observadas na paisagem rural do país prendem-se com o aumento da população e do mercado interno, favorecido pelas novas vias de comunicação, estradas e caminhos-de-ferro. Por um lado, observa-se um aumento da propriedade privada, em resultado das políticas liberais do século XIX, nomeadamente, o fim dos morgadios e a desamortização dos baldios. Regista-se também a introdução de novas culturas e o arroteamento de áreas incultas e drenagem de zonas pantanosas, aumentando significativamente a área cultivada. Porém, em finais do século XIX os terrenos considerados incultos continuavam a ocupar grande parte do território,⁵² sendo todavia explorados economicamente pelas comunidades rurais. A lenha, o mel, a caça, são alguns dos produtos que, a par da actividade agrícola, asseguravam a subsistência das populações do campo e da cidade.⁵³

Por falta de vias de comunicação que facilitassem o escoamento dos excedentes, a agricultura manteve um carácter de subsistência em grandes áreas do interior do país. Enquanto nas regiões onde se localizavam as principais cidades e portos, a actividade rural estava mais vocacionada para o abastecimento do mercado interno e externo, nomeadamente ultramarino, no estuário do Tejo, a cidade de Lisboa, além de ser um grande centro consumidor, era também um importante entreposto marítimo de vocação comercial. É nessa medida que a região “salóia” e a “outra banda” ganham importância, devido ao desenvolvimento de uma economia rural virada para o mercado e apostando em culturas mais rentáveis, como a vinha, sendo parte do vinho produzido destinado à exportação, ou a fruta e hortaliças, para abastecimento da capital.

Contudo, o “espelho” do país que é realçado nas corografias que vão sendo produzidas, reflecte também os interesses e preocupações dos autores que durante os séculos XVIII

⁵² Cf. Irene Maria Vaquinhas e Margarida Neto, «Agricultura e o mundo rural: tradicionalismos e inovações», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir., Vol. V, s.l., Estampa, 1993, p. 329.

⁵³ Cf. José Vicente Serrão, «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir., Vol. IV, s.l., Estampa, 1993, p. 74.

e XIX se vão dedicar à organização de sínteses sobre a geografia do território nacional, embora em alguns casos não se refiram em particular a Almada ou ao Seixal.

1.4.1. As obras e os autores

Após a Restauração da independência nacional em 1640, foi necessário esperar pelo século seguinte para que surgissem novas propostas de sistematização *histórico-geográfica* de Portugal, iniciando um ciclo de produção de corografias e dicionários geográficos que atinge a sua maior expressão durante o século XIX. Assim, são publicadas obras corográficas sob diversos títulos: *Corografia Portuguesa*, do padre António Carvalho da Costa em 1712, *Descrição Corográfica do Reino de Portugal*, de António Oliveira Freire em 1739, *Dicionário Geográfico*, da autoria de Luís Cardoso em 1747, *Mapa de Portugal*, escrito pelo padre João Baptista de Castro e *Descrição de Portugal*, composto por Manuel de Figueiredo, ambos editados em 1788.

O interesse pelas obras de cariz histórico-geográfico e pelas descrições do território mantém-se no século XIX, como se verifica pela contínua produção deste género de obras. Em 1850, Paulo Perestrello da Câmara publica o *Dicionário Geográfico Histórico Politico*; em 1860 Vilhena Barbosa, a obra *Cidades e Vilas da Monarquia Portuguesa* e, seis anos depois, José Avelino de Almeida, o *Dicionário Abreviado de Corografia*. A obra *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, foi publicada entre 1873 e 1890, período durante o qual foi também editada a *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, entre 1874 e 1879, organizada por João Maria Baptista. Nas duas últimas décadas do século são ainda impressos três dicionários, que sistematizam as divisões administrativas do país e a respectiva toponímia, nomeadamente: o *Diccionario Chorographico de Portugal com as Divisões Administrativa, Judicial, Ecclesiastica e Militar* de E. A. de Bettencourt em 1874, o *Diccionario Chorographico do Reino de Portugal* de Agostinho Rodrigues de Andrade em 1878 e o *Diccionario de Chorografia de Portugal*, de José Leite de Vasconcellos, publicado em 1884.

É através de um levantamento sistemático das entradas referentes aos topónimos das povoações e freguesias da região de Almada e Seixal nas obras referenciadas e identificando citações relacionadas com a imagem do espaço rural que se desenha a *imagem* descritiva que corre sobre Almada nestes alvares da contemporaneidade. Esta

resulta da descrição da paisagem, da organização da propriedade, dos recursos naturais, das formas de exploração da terra e das festividades populares relacionadas com o meio rural. É a partir deste conjunto de factores que se procura perceber como se construiu uma imagem da “outra banda” assente em determinadas características físicas, culturais e económicas, a qual se manterá até finais do século XIX.

Observemos agora em que medida as representações do concelho de Almada e Seixal se constroem, analisando separadamente os séculos XVIII e XIX, no sentido de apreender as diferenças e semelhanças entre ambos e as transformações operadas no território.

1.4.2. Representações de Almada no século XVIII

As guerras da Restauração contribuíram para a necessidade de construção, pelo poder instituído, de uma identidade nacional portuguesa assente na história e na ideia de um passado precursor da nacionalidade, associado ao período romano e visigótico. Como elemento aglutinador de uma população cultural e socialmente diferenciada, e afirmando-se através do catolicismo face a uma cristandade europeia dividida pelo cisma protestante,⁵⁴ é apontando um destino providencial para Portugal como num messianismo. Essa necessidade de afirmação nacional passa também pela delimitação de fronteiras e pela descrição e enaltecimento das qualidades e virtudes das terras dum reino organizado em províncias, comarcas, concelhos e freguesias.

Das descrições de Portugal publicadas durante o século XVIII, distinguem-se duas abordagens diferenciadas: uma que caracteriza as províncias na generalidade e outra que menciona o concelho de Almada. Entre as primeiras encontram-se as obras de António de Oliveira Freire, Manuel de Figueiredo e João Baptista de Castro, ao passo que António Carvalho da Costa e Luís Cardoso tratam cada concelho separadamente, descrevendo a sua localização geográfica e a sua história bem como as características e formas de utilização da terra. Analisemos então como os diferentes autores se debruçam sobre Almada.

⁵⁴ Cf. Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, «A identidade portuguesa», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir., Vol. IV, s.l., Estampa, 1993, pp. 21 – 22.

Na sua *Descrição corográfica do Reino de Portugal*,⁵⁵ datada de 1755, António de Oliveira Freire enumera a grande variedade de géneros, com destaque para o vinho, o azeite, o pão (cereais) e as frutas produzidos na província da Estremadura, onde «*quis a natureza produzir juntos todos os frutos, que repartio pelas outras do Reyno para as enobrecer, e utilizar*».⁵⁶ Enquanto parte desta província, o concelho de Almada pertence à comarca de Setúbal, e os seus representantes nas cortes ocupavam lugar no sexto banco. Indica ainda quatro conventos localizados no concelho: o de «*Nossa Senhora da Rosa de Religiosos Paulistas, fundado em 1413*», o «*Convento dos religiosos de Santo Agostinho descalços da Sobreda*», o «*convento de Religiosos Arrabidos de Caparica*» e «*São Paulo Convento de Religiosos Dominicicos de Almada, 1569*».⁵⁷

Apesar de não abordar as culturas agrícolas produzidas localmente, podemos considerar que as mesmas se enquadram na descrição que faz da província, principalmente quando escreve sobre os vinhos, que «*são os mais generosos, e de tanta quantidade, que depois de prover o consumo das terras, de que só Lisboa gasta mais de trinta mil pipas, embarca para o Norte, Asia, e America quantidades incríveis deste vivifico licor*».⁵⁸

Na obra *Mappa de Portugal antigo e moderno* (1762 – 1763), João Baptista de Castro integra Almada na comarca de Setúbal e província da Estremadura. Cita Duarte Nunes de Leão, ao referir a existência em Almada de uma fonte, «*cuja água tem conhecida virtude para os achaques de pedra e areas*», transmitindo uma memória do espaço desde tempos recuados. No capítulo décimo, *Da Fertilidade do Reino em Commum*, quando refere os vinhos, que em grande quantidade se destinam à exportação, coloca os de Almada e Caparica entre os «*mais gabados*».⁵⁹ É igualmente João Baptista de Castro que menciona o «*chamado singular Bastardo de Cacilhas, Barreiro, e Almada, com os seus excellentes, e incomparáveis Figos brancos*».⁶⁰ Estes produtos, contrariamente ao vinho, deviam ser consumidos frescos, pelo que beneficiavam da proximidade do mercado da capital.

⁵⁵ Cf. António de Oliveira Freire, *Descrição corográfica do Reino de Portugal*, (1ª Edição 1739), Officina de Bernado Anton. de Oliveira, Lisboa, 1755.

⁵⁶ *Idem*, p. 126.

⁵⁷ *Idem*, p. 128.

⁵⁸ *Idem*, p. 126.

⁵⁹ João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo Primeiro. Parte I e II, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1762 – 1763, p. 72.

⁶⁰ *Idem*, p. 165. O *Bastardo* referido trata-se de uma espécie de rábano também conhecido por raiz-forte que era utilizado na medicina e como especiaria picante.

Por sua vez, em 1788, na obra *Descrição de Portugal*,⁶¹ Manuel de Figueiredo integra Almada na Província do Alentejo, designada por «*Provincia Celleiro de Portugal por se avantejar ás outras na produção de muitas especies*».⁶² As principais produções referidas são: os cereais, o azeite, as frutas, os laticínios, o mel, a cera, o gado e a caça, que «*grossa he miuda, rasteira, e volante farta Lisboa*».⁶³ Destaca o sal de Setúbal, como o melhor da Europa. Também de entre os vinhos «*que os Alentejanos guardão em potes vidrados, podera ser muito, e bom, se o recolhessem em vasilhas proprias para a conservar fortaleza e docura*», salienta os de «*Setúbal compostos, e bem conservados, são doces, e tem muita estimação entre os melhores da Europa*».⁶⁴ Acerca de Almada, apenas refere ser esta povoação a única da comarca de Setúbal que pertence à coroa, tendo o seu presidente o título de corregedor de Almada.⁶⁵

Mas observemos agora uma das obras que constitui um dos temas essenciais para as memórias histórico-geográficas do reino de Portugal, a *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal*, publicada entre 1706 e 1712. O seu autor, António Costa Carvalho, nasceu em Lisboa no ano de 1650. Enquanto sacerdote dedicou-se ao estudo da astronomia e da geografia, tendo publicado também as obras: *Astronomia Methodica* publicada em 1683 e o *Compendio Geográfico*, em 1686. A *Corografia Portuguesa* inicia uma nova abordagem na descrição do território, pois para além de se apoiar nos autores antigos como André de Resende ou Manuel Severim de Faria e nos testemunhos recolhidos, baseia-se, conforme indica no Prólogo, na observação directa e no uso da Matemática: «*Com hum largo giro, que fizemos por este Reyno, observamos a arrumação de suas povoaçoens, as distancias entre humas, & outras, as alturas principaes, servindonos muito a este fim o estudo, que sempre cultivàmos das Mathemáticas*».⁶⁶

A *Corografia Portuguesa* localiza a vila de Almada: «*De fronte de Lisboa*», fazendo recuar a origem da vila ao período romano. Esta obra faz corresponder a localização de

⁶¹ Manuel de Figueiredo, *Descrição de Portugal: apontamentos e notas da sua história antiga e moderna, eclesiastica, civil e militar*, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1788, pp. 23 – 24

⁶² *Idem* p. 23.

⁶³ *Idem* p. 29.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ *Idem* p. 51.

⁶⁶ António Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza*, Officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1712, Prólogo.

Almada a Cetobriga e relata sucintamente a sua história, desde a conquista por D. Afonso Henriques até à sua incorporação nos bens da coroa durante o reinado de D. Dinis. O autor indica os templos da vila e as suas duas paróquias, de Santa Maria do Castelo e Santiago, no termo da vila, nomeia as freguesias de Nossa Senhora do Monte de Caparica, Nossa Senhora da Consolação da Arrentella e Nossa Senhora de Monte Sião, em Amora, indicando os nomes das diversas localidades que as compõe.

A alusão ao espaço rural está implícita na caracterização das paróquias. Na freguesia de Santa Maria do Castelo apenas indica uma quinta no lugar de Arrábida,⁶⁷ enquanto a paróquia de «*N. Senhora da Graça de Corroyos he Curado, e tem oytenta vizinhos, hua Ermida de santa Martha e muytas quintas muy rendosas*».⁶⁸ A referência às quintas é também patente, quando menciona as propriedades dos morgadios. Em Amora situa «*o Morgado da Quinta dos Condes de Portalegre, que possui hoje Francisco de Mello, Monteyro mor do Reyno; o da quinta grande do sitio da Fonte da Prata, que foy dos Correias de Lacerdas, que hoje é de seus descendentes Luis Francisco Correa de Lacerda*».⁶⁹ Na mesma freguesia nomeia ainda: «*Simão Lobato Quinteyro, Cavalleyro professo da Ordem de Christo, que tambem no mesmo lugar de Cheyra-ventos tem boas quintas*»,⁷⁰ enquanto no lugar do Seixal destaca: «*a grande quinta de Sebastião de Gama Lobo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e seu Escrivão da Fazenda*».⁷¹

A enumeração dos morgados e a descrição pormenorizada da genealogia da nobreza residente no concelho ocupa a maior parte do artigo referente a Almada. Importa aqui indicar que as quintas referidas se localizam na sua maioria nas freguesias de Arrentella e Amora, onde se encontravam instaladas as principais propriedades da alta nobreza nesta zona da margem Sul do Tejo. Contudo, na Caparica, o autor indica cada um dos oito principais lugares que compõe a freguesia e os três conventos existentes. O convento dos frades Arrábidos, com padroado de D. Joseph de Meneses, governador da Torre Velha, de quem descreve a genealogia, na Sobreda o convento dos Agostinhos Descalços e por último o convento de Nossa Senhora da Rosa, do qual relata a fundação, origem e história, não esquecendo de mencionar a existência de uma fonte

⁶⁷ «*A freguesia de Santa Maria do Castello tem o lugar do Pragal, & a Arrábida com uma boa quinta*». *Idem*, p. 309.

⁶⁸ *Idem*, p. 317.

⁶⁹ *Idem*, p. 314.

⁷⁰ *Idem*, p. 315.

⁷¹ *Idem*, p. 310.

milagrosa. Não refere porém o reguengo, que ocupava grande parte da zona Norte da freguesia de Caparica. Quanto aos produtos da terra, do mar e do rio explorados em Almada, António Carvalho da Costa apenas escreve que: «*O seu termo he abundante de vinho, frutas, gado, caça, lenha, e peyxe*». ⁷²

A *Corografia Portuguesa* descreve o termo de Almada como um espaço próximo da capital, de abundantes recursos e rendosas quintas, onde várias famílias da nobreza têm suas propriedades e morgadios. Por outro lado, indica de forma sistemática o número de vizinhos de cada freguesia, as localidades e as sequências genealógicas da nobreza local. A grande importância dada às genealogias das famílias nobres remete para uma caracterização do território baseada na enumeração dos membros da classe dominante, como factor determinante na forma como este é ocupado e administrado. Neste sentido, a obra expõe de certo modo um modelo de pensamento próprio do Antigo Regime, reflectindo uma sociedade tripartida, onde o clero e a nobreza são os donos da propriedade rural, habitada e trabalhada pelo povo. Por outro lado, esta obra é inovadora na forma sistemática como elabora a descrição do espaço geográfico e abre o caminho a outras abordagens igualmente sistemáticas, onde a influência do Iluminismo vai conduzir à tentativa de abordagem científica do território, na sua dimensão física, económica e social. Na mesma linha encontra-se o Padre Luís Cardoso, cuja obra se reveste de grande importância quanto ao reconhecimento do território nacional.

O *Dicionário Geográfico, ou Noticia Histórica de Todas as Cidades, Vilas, Lugares e Aldeias*,⁷³ da autoria do padre Luís Cardoso, foi um projecto de grande vulto, desenvolvido no âmbito da Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720 por decreto de D. João V. O carácter iluminista desta obra prende-se directamente com a actividade da Academia, que a partir de 1729 promove investigações e respectiva publicação de alguns dos autores associados ao movimento das Luzes em Portugal.

O padre Luís Cardoso faleceu em 1769 sem ter publicado a totalidade dos volumes do seu *Dicionário Geográfico*, do qual apenas foram impressos os dois primeiros volumes,

⁷² *Ibidem*.

⁷³ Cf. Luís Cardoso, *Diccionario Geográfico*, Regia Officina Silviana, e da Academia Real, Lisboa, 1747 – 1751. Para análise deste texto utilizamos a transcrição «Vila e Termo de Almada no Dicionário Geográfico escrito pelo padre Luís Cardoso», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, n.º 7 – 8, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, CMA, Almada 2005.

correspondentes à letra A, em 1747, e às letras B e C, em 1752. A continuidade da publicação foi comprometida devido ao terramoto de 1755.

O *Dicionário* está organizado alfabeticamente, abrangendo os volumes publicados para o concelho de Almada as seguintes entradas: *Aldea de Payo Pires, Almada, Amora, Arrentela, Caparica, Cassilhas e Corroyos*. Esta selecção de topónimos demonstra que houve a preocupação do autor em mencionar, conforme indicado no título, para além das freguesias, outros lugares como Cacilhas ou a Aldeia de Paio Pires, denunciando a importância que estas povoações detinham no contexto local, em virtude da sua localização próxima da frente ribeirinha. Nesta obra o espaço é descrito através de coordenadas geográficas, dos pontos cardeais e da altitude. As descrições das paisagens mencionam as localidades que se podem avistar de determinado local, compondo por vezes uma visão panorâmica de cento e oitenta graus, como quando refere a freguesia de Nossa Senhora da Assunção na vila de Almada que: «*Está situada no alto de hum rochedo, que a guarnece da parte Sul até à barra, donde se avistaõ a Cidade de Lisboa, que lhe fica ao Norte a pouca distancia; e mediando o Tejo entre huma e outra, o Lugar de Belem, e desde a barra até ao Convento de santos o Velho, Arrentella, Amora, os Paços de Azeitão, o Castelo de Cezimbra, Palmella, e os Lugares do Seixal, Barreiro, as Villas do Lavradio, Aldea-Galega, e Alcochete*». ⁷⁴ Observa-se aqui uma intenção de mapear um território, pela indicação da sequência dos locais que se avistam a partir de um ponto determinado.

A descrição do termo da vila de Almada menciona na freguesia de Santiago, sedeada dentro da urbe, os lugares de Cacilhas, Mutela, Caramujo, Bisbaya, Piedade e Figueirinhas, na proximidade do núcleo urbano, enquanto a zona rústica era ocupada por: «*trinta e cinco quintas e vinte oito casas com fazendas*», ⁷⁵ nomeando dez dessas quintas. No total das entradas relativas ao concelho de Almada menciona a designação de trinta e uma quintas. Na freguesia de Arrentela refere dezanove quintas, entre as quais, a de Vale de Grou, com as suas casas, pomares, alamedas, fontes e ainda um tanque de água salgada alimentado pela maré, que é também um viveiro de peixes. A descrição que faz da quinta de Vale do Grou, transmite a imagem de um espaço idílico, mais associado ao lazer que à actividade agrícola, pelo que a ideia de ruralidade, através da acção do homem, dominando e “construindo” a natureza, aparece associada ao

⁷⁴ *Idem*, p. 12.

⁷⁵ *Ibidem*.

deleite dos sentidos: «*toda murada pela praya, ficando as casas, e o pateo com um fermoso tanque na ilharga dele, no meyo dos muros acompanhados de dous fermosos pomares, hum da parte do Norte de laranja, e algum limaõ, com seu poço de nora; e o da parte do Sul primorosamente repartido cum ruas muy aceadas, cobertas por cima, e outras acompanhadas pelas ilhargas de parreiras postas em latada, e outras cobertas por arvores silvestres, com quarteiros de laranjeiras por humas partes, e por outras de limoeiros com outra diversidade de frutos, com tres fontes de embrexados, a que vem agua de dous poços de nora*». ⁷⁶

Na freguesia de Amora, o Dicionário de Luís Cardoso menciona a quinta do Monteiro mor do Reino, por aí estar a ermida de Nossa Senhora da Piedade,⁷⁷ e a quinta dos Lobatos, com o seu porto. Na freguesia de Caparica o autor localiza várias quintas, na maioria das quais se encontram as vinte e cinco ermidas existentes na freguesia.⁷⁸

O espaço rural é também lugar de contemplação e recolhimento: «*Tem esta freguesia no seu districto tres Conventos, hum dos Religiosos de S. Paulo, de que é Orago N.S. da Rosa, fundado em 1410: outro dos Religiosos Arrabidos, dedicado a N.S. da Piedade, fundado no ano de 1558: o ultimo he dos Agostinhos Descalços, de que he Padroeira N.S. da Assumpção, fundado no ano de 1677*». Assim como os conventos existentes na freguesia de Caparica contribuem para a construção da imagem do território, importa observar que na freguesia da Arrentela as ordens religiosas detinham um vasto património rural: a «*quinta chamada de Castelo Branco, na margem do rio que vay para Coina, que he dos Religiosos de S. Paulo*»,⁷⁹ a «*quinta da Palmeira de S. Jeronymo, que he dos Religiosos do Mosteiro de Belém*»,⁸⁰ «*a dos Religiosos Trinos até à ponta chamada Cabo Azinheira*»⁸¹ e «*a quinta dos Religiosos Eremitas de S. Paulo*». ⁸² Para além das quintas, o clero regular possuía também moinhos de maré e «*hum marinha de sal, que he dos Religiosos de Belem*». ⁸³

⁷⁶ *Idem*, p. 21.

⁷⁷ *Idem*, p. 16.

⁷⁸ *Idem*, p. 23

⁷⁹ *Idem*, p. 18

⁸⁰ *Ibidem*

⁸¹ *Idem*, p. 19

⁸² *Idem*, p. 20

⁸³ *Ibidem*.

Segundo Luís Cardoso, o vinho é a principal produção do termo de Almada, mas para além das vinhas existiam também pomares, olivais, grandes áreas de pinhal e, nas zonas alagadiças da freguesia de Arrentela, cultivava-se milho e produtos hortícolas: «*as quintas deste limite não constaõ de outra cousa mais que de vinhas; e as que tem pomares, o mais que constaõ são laranjeiras: e por estas fazendas ha tambem bastantes oliveiras, e algumas tem seus olivares separados. Consta mais de algumas terras, que se cultivaõ, e nelas semeiaõ milho, e feijoens, a que chamam bréjos, por serem humidas, e alagadiças, e com valas que as dispoem para estas sementeiras, e tudo o mais são pinhaes, e matos, que provêm de lenha a Cidade de Lisboa; e com razão se pode dizer, que os frutos desta Freguesia, he pinho e vinho*».⁸⁴

É interessante, contudo, assinalar que relativamente ao pescado são enumeradas as espécies que abundam no braço do Tejo entre a Amora e a Arrentela: «*Cria este braço de mar muito peixe, e se fazem nelle muitas, e boas pescarias livres de senhorios particulares, e só pagaõ o direito a ElRey. Os peixes saõ; tainhas, fataças, negroens, muges, curveos, corvinas, roballos, salmonetes, douradas, e outros muitos*».⁸⁵ Para além do peixe, também o sal era explorado numa marinha, propriedade dos Religiosos de Belém, junto ao lugar do Seixal.

Os edifícios religiosos são descritos em pormenor, identificando as igrejas e capelas espalhadas pelo termo e inseridas no seio das quintas. Estes pequenos templos, com as suas imagens de devoção, constituem elementos de sacralização do meio rural, operando a ligação entre o espaço sagrado e profano. Neste sentido a Quinta equivale a um microcosmos, envolvido pela contínua mudança dos ciclos naturais, pelo que, as referências às quintas devem-se na sua maioria à existência de capelas associadas: «*Na mesma praya há outra quinta a que chamaõ a Quinta Grande, que he do Marquez do Lourical, e nella há outra Ermida de Nossa Senhora da Madre de Deos, de abobeda, e pequena com a Imagem da Senhora de vulto em seu nicho; e nas ilhargas, em dous nichos mais pequenos, tem as imagens de S. Francisco e Santo António: não tem romagem de fóra, mas he visitada do povo nos Sabbados com bastante devoçaõ*».⁸⁶

⁸⁴ *Idem*, p. 19.

⁸⁵ *Idem*, p. 17.

⁸⁶ *Idem*, p. 18.

O autor não deixa de se referir aos habitantes, indicando o número de moradores de cada lugar e os nomes dos proprietários da maioria das quintas mencionadas. Para além destes, faz alusão a algumas figuras destacadas do clero, como D. Jorge Beliago, bispo de Fez, que viveu e faleceu em Amora,⁸⁷ e frei Francisco Foreiro, fundador do convento dominicano de São Paulo em Almada. Contudo, a figura a quem concede maior destaque é Diogo Paiva de Andrade, poeta seiscentista autor de um poema sobre a conquista de Chaul, que nasceu, viveu e morreu em Almada.⁸⁸

Assim, através da forma organizada e rigorosa como apresenta os assuntos, no *Dicionário* do padre Luís Cardoso está patente a intenção de transmitir informação útil para o conhecimento do território, quer para o reconhecimento da geografia física, quer pela indicação das actividades económicas baseadas fundamentalmente na agricultura e na pesca.

Podemos pois concluir que os textos do século XVIII transmitem uma imagem do concelho de Almada como sendo esta uma região ocupada por propriedades agrícolas, localizadas em torno da vila de Almada, na freguesia de Caparica e nas zonas ribeirinhas do Seixal. A maior extensão do território, entre a frente atlântica e os limites dos concelhos, era ocupada por pinhais e charnecas.

As referências às propriedades da nobreza e do clero dominam o discurso dos autores do século XVIII, ao que não será estranho o facto de António Carvalho da Costa e Luís Cardoso serem ambos padres e pontuarem a sua exposição por indicações detalhadas das igrejas, referindo também as imagens de culto que estas albergavam no seu interior.

António Carvalho da Costa apenas faz referência a duas quintas, ao passo que Luís Cardoso para além de mencionar trinta e uma quintas, faz uma descrição bastante mais detalhada dos produtos agrícolas da região. O número de quintas indicadas pelos dois autores é de trinta e três. As diferenças entre a *Corografia Portuguesa* e o *Dicionário Geográfico*, denotam o acesso a fontes de informação distintas, mas também uma abordagem diferente do tema, António Carvalho da Costa privilegia a identificação das famílias da nobreza local, relatando as suas origens e genealogia, fazendo poucas

⁸⁷ *Idem*, p. 16.

⁸⁸ *Ibidem*.

referências à geografia, enquanto Luís Cardoso apresenta uma descrição pormenorizada da geografia de algumas zonas, que contribui para um maior conhecimento da ocupação do espaço rural na região durante o século XVIII, nomeadamente através da indicação das quintas (quadro 1).

Quadro 1

Designação das quintas do concelho de Almada nas obras publicadas no Século XVIII

Quintas	António Costa Carvalho <i>Corografia Portuguesa</i>	Luís Cardoso <i>Dicionário Geográfico</i>
Bate-Folha		X
Bornete		X
Cabo da Linha ou Santa Anna		X
Capitão Braz de Oliveira		X
Castelo Branco		X
Castro		X
Conde de Villa-Nova		X
Condes da Ericeira		X
D. Vasco da Camera		X
Espadeiro (Arrentela)		X
Espadeiros (Santiago)		X
Fernando Jonep		X
Filippa de Agua		X
Sebastião de Gama	X	
Fonte da Prata	X	
Lagoa		X
Lobatos		X
Loureiro		X
Luís Cabral Botelho		X
Oiteiro		X
Palmeira		X
Portinho		X
Pragal		X
Quinta Grande		X
Religiosos Eremitas		X
Religiosos Trinos		X
Santa Anna		X
Sargento mór		X
Val do Grou		X
Vársea		X
Zeimoto		X
João Cardoso Telles		X
Monteiro mór do Reyno		X
N.º de Ref. por Autor	2	31

Após termos analisado a imagem da região e do concelho de Almada os textos publicados durante o século XVIII, observemos seguidamente quais as obras editadas durante o século XIX que procuraram sistematizar a corografia de Portugal.

1.4.3. Representações de Almada e Seixal no século XIX

Durante a segunda metade do século XIX observa-se um incremento da imprensa, suscitado pela abertura de Portugal ao exterior, resultante da revolução liberal. A política seguida pelos governos liberais foi no sentido da abolição da censura e do apoio à entrada de obras estrangeiras, principalmente francesas, que inspiraram o estilo Romântico e os princípios da filosofia positivista, declarando o primado da razão histórica face à razão abstracta do iluminismo.⁸⁹ A historiografia deste período, que tem em Alexandre Herculano o seu expoente máximo, valoriza uma metodologia baseada na análise dos dados históricos, afirmando a identidade colectiva como o agente da evolução histórica nacional e deixando para segundo plano a acção individual dos *heróis* nacionais. Nesta linha, as obras corográficas que foram publicadas na segunda metade do século XIX seguem uma linha positivista, sistematizando a informação geográfica e demonstram, pelo número de títulos editados em vários volumes, a popularidade deste tipo de publicações. A importância dada à história e à arqueologia, que começa a dar os primeiros passos em Portugal em meados do século com os trabalhos de Nery Delgado e Carlos Ribeiro, reflecte-se na descrição dos locais, através de um discurso dividido entre as referências ao passado e a descrição da realidade contemporânea, e este aspecto manifesta-se igualmente no modo como são descritos os diversos espaços.

Em 1850, Paulo Perestrello da Câmara publica em dois tomos o *Dicionário Geográfico Histórico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*.⁹⁰ Os artigos referentes aos topónimos são apresentados por ordem alfabética, assinalando para o concelho de Almada as entradas: Almada, Cacilhas, Caparica, Costa e Trafaria. No concelho do Seixal, referencia a Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela e Seixal.

No *Dicionário Geográfico* descrevem-se os arredores da vila de Almada, «*bem cultivados de vinhas e hortaliças, contendo boas quintas*».⁹¹ Em Cacilhas encontram-se

⁸⁹ Cf. Fernando Catroga, «Romantismo, literatura e história», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir., Vol. V, s.l., Estampa, 1993, p. 550.

⁹⁰ Cf. Paulo Perestrello da Câmara, *Dicionário Geográfico Histórico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, II Tomos, Lisboa, 1850.

⁹¹ *Idem*, Tomo I, p. 56.

«*muitas quintas de recreio e produção nos seus arrabaldes*»⁹² e perto do sítio do Caramujo «*está a delectavel vivenda do Alfeite, morada Real muito frequentada por D. Miguel*».⁹³ No concelho do Seixal destaca-se na Arrentela a quinta do Salema «*edificada no principio do XVIº século pelo grande Vasco da Gama onde se conservaõ ainda objectos por elle trazidos do Oriente, e cedros pelo menos plantados no seu tempo*»⁹⁴ e a quinta da infanta D. Isabel Maria, na Amora, por ser a sua morada favorita.⁹⁵ Já naquela que é uma *entrada* de âmbito mais geral e que trata da província da Estremadura, o autor menciona os «*figos da outra banda (termo d'Almada)*» entre os frutos produzidos nas cercanias de Lisboa.⁹⁶

Paulo Perestrello da Câmara destaca principalmente as actividades ligadas à pesca, desenvolvidas pelas populações ribeirinhas de Paio Pires, Amora e Seixal. Das praias da Costa e Trafaria descreve o lugar e os habitantes da Costa do seguinte modo: «*Consta esta pov. de mais de 100 cabanas e algumas casas de telha com 1,600 hab., todos pescadores, excellentes maritimos, porém no primitivo estado de ignorancia e rudeza, bem que apenas afastados 2 - ½ leg. da capital*».⁹⁷

Outro aspecto que importa salientar é a descrição de Almada como lugar de passeio dos lisboetas, pois quando se refere à povoação de Cacilhas afirma ser esta servida por «*Uma carreira de vapores e faluas [o que] facilita aos habitantes da capital o gozarem das agradaveis cavalhadas em burritos, folguedos e passatempos que neste sitio abundaõ todos os dias santos do Verão*».⁹⁸

A obra relata com pormenor a Batalha da Cova da Piedade, que opôs as forças do Duque da Terceira às tropas miguelistas comandadas por Telles Jordão, a qual terminou com a derrota dos absolutistas e a morte do seu comandante em Cacilhas. Essa descrição permite enquadrar o texto no contexto político de afirmação de uma nova conjuntura social. A referência à pesca e à rudeza dos pescadores demonstra a clara intenção de caracterização geográfica mas também social do espaço, o que se enquadra

⁹² *Idem*, p. 182.

⁹³ *Idem*, p. 57.

⁹⁴ *Idem*, p. 75.

⁹⁵ *Idem*, p. 63.

⁹⁶ *Idem*, p. 122.

⁹⁷ *Idem*, p. 155.

⁹⁸ *Idem*, p. 122.

nos princípios da ideologia liberal. Na mesma linha, omite qualquer referência aos templos e festas religiosas, revelando-se deste modo os vectores ideológicos que orientam o seu discurso.

Já a obra *Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brasão D'armas*, da autoria de Vilhena Barbosa, resulta de um conjunto de textos destinados a acompanhar a publicação, na imprensa periódica, de estampas dos Brasões das vilas e cidades portuguesas, que acabaram por ser coligidos em três volumes publicados entre 1860 e 1862.

No capítulo dedicado a Almada, em cujos arredores: «há muitas e bonitas quintas, e varias ermidas»,⁹⁹ o autor nomeia a já citada quinta do Alfeite, «que é da corôa, com jardim e grande mata abundante de caça, e agora aformoseada com lindo palacio de campo no gosto inglez, mandado edificar por el'rei o senhor D. Pedro V» e da Amora, «que foi da princeza D. Maria I, e hoje pertence a Senhora infanta D. Isabel Maria.

É curiosa pelo vastissimo lago, que possui cercado de bosque, e com uma ilha arborizada no centro». ¹⁰⁰ Refere ainda a Fonte da Pipa, na margem do Tejo, e localiza no Alfeite a já mencionada fonte cuja água era usada para o tratamento da «dôr de pedra, e arêas na Bexiga». ¹⁰¹

Este autor não faz qualquer referência aos produtos da terra ou actividade rural, destacando, todavia, as festividades populares que tinham lugar no espaço rural do concelho e atraíam muitos habitantes de Lisboa. A festa de Nossa Senhora da Piedade «muito concorrido no verão da gente de Lisboa, e aonde se fazem vistosas festas d'arrayal, com corridas de touros, e uma feira de tres dias em 23 de Julho» e ainda as celebrações em honra do santo padroeiro da vila de Almada: «festas religiosas e populares, que otr'ora ahi se faziam pelo S. João, tinham nomeada pelo aparato e magnificencia, e eram curiosas pela singularidade de alguns costumes e antigualhas, que apareciam na procissão e nas cavalhadas. Nesses tempos despovoava-se Lisboa

⁹⁹ Vilhena Barbosa, *Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brasão D'armas*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1860, p. 20.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 21. Acerca desta propriedade importa dizer que, embora o autor se refira no artigo ao concelho de Almada, a Quinta da Amora localizava-se no concelho do Seixal.

¹⁰¹ *Idem*, p. 20.

*para ir assistir a essas funções. De há trinta anos para cá tem caminhado em tal decadencia que presentemente são uma pequena sombra do que foram».*¹⁰²

Apesar do concelho do Seixal ter sido criado em 1836, vinte e quatro anos antes da edição de *Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa*, este não é referido no texto, sendo esta situação decerto decorrente do facto de a vila não possuir, à época, brasão municipal, tendo a obra como objectivo tratar os municípios que possuíam símbolos heráldicos.

José Avelino de Almeida, professor de gramática portuguesa, latim e latinidade, em Valença do Minho, publica, em 1866, o *Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das Cidades Villas e Aldeas de Portugal*,¹⁰³ obra composta em três volumes, o último dos quais integra um apenso que completa os artigos com informação actualizada e fornecida pelos leitores. O interesse pela história local e o recurso à correspondência e à memória dos leitores que é assim perpetuada.

Seguindo a estrutura expositiva de um dicionário, refere de forma sistemática o enquadramento religioso e administrativo de cada local mencionado, a Freguesia, o número de fogos, a Diocese, o Concelho, o serviço de correios e o Distrito a que pertence. É neste contexto que se apresenta um artigo sobre Almada onde se pode ler: «*os seus arredores são cobertos de quintas e fazendas rendosas: familias nobres e ricas ahi tinhão, e ainda tem, apraziveis vivendas*»,¹⁰⁴ das quais nomeia o palácio e a real quinta do Alfeite. A única festividade que menciona é uma feira de três dias que se realiza pelo domingo do Espírito Santo.¹⁰⁵

Já em apenso se introduz um artigo sobre a freguesia de Caparica, no qual se descreve com algum pormenor a povoação de pescadores da Costa onde: «*Há poucas pessoas em Lisboa das que gostão de explorar as curiosidades dos seus arredores, que não tenham ido passar á Costa um dia de verão, e ahi provar a classica caldeirada dos*

¹⁰² *Idem*, p. 22.

¹⁰³ José Avelino de Almeida, *Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das Cidades Villas e Aldeas de Portugal*, III Vols., Valença, Typographia de V. de Moraes, 1866.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 44.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 43.

pescadores». ¹⁰⁶ A Costa como local de lazer era também escolhida por D. João VI, D. Maria II e D. Pedro V. ¹⁰⁷ As actividades dos moradores da Caparica são a lavoura e a pesca, e a vinho a principal cultura, «*cuja produção anual se calculava ser de 6 a 7 mil pipas, antes do flagello do oidium*». ¹⁰⁸ Atente-se no facto de José Avelino de Almeida ser o primeiro autor a referir a doença que a partir de meados do século XIX começou a afectar viticultura portuguesa, ¹⁰⁹ com repercussões muito pesadas e que seria fatal na região de Almada.

Este *Dicionário*, seguindo a ordem alfabética pela qual está organizado, apresenta entradas para: Seixal; Aldeia de Paio Pires; Arrentela; Amora e Corroios. Na Arrentela destaca a quinta de Salema, por ter pertencido a Vasco da Gama, enquanto na Amora a quinta de Cheira-Ventos é propriedade do

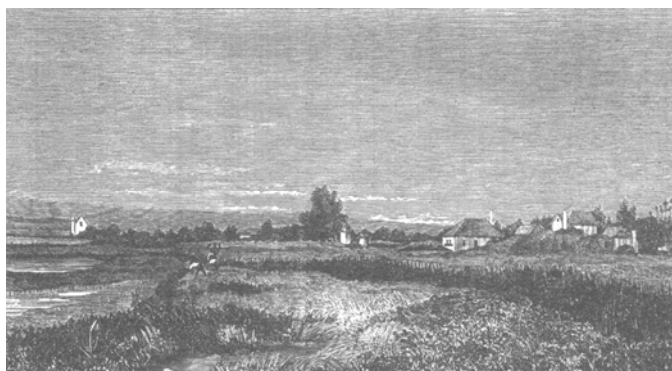


Fig. 1 – Corroios em finais do século XIX, gravura de Henrique Pinto publicada por Jorge Custódio, «Almada Mineira, Manufactureira e Industrial», in *Al-madan* IIª série, nº 2, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1993, p. 93.

morgado dos Lobatos, relativamente aos quais descreve a genealogia.

José Avelino privilegia a história, a toponímia e as genealogias da nobreza local, não esquecendo a arqueologia, ao referir as cisternas de origem islâmica existentes em Murfacém: «*Diz também a tradição que estiveram aqui os Mouros, o que não custaria a acreditar, mesmo que os não tivesse havido em Lisboa, porque há na freguesia um lugar chamado Mofacem, onde existem mais de trinta cisternas, todas magníficas e de dispendiosa construção*». ¹¹⁰ Esta pequena nota arqueológica é também salientada por Pinho Leal e João Maria Baptista. Não se deixa de fazer referência aos hábitos dos habitantes, «*laboriosos pacíficos, e de um carácter bastante religioso, porque em todas*

¹⁰⁶ *Idem*, Vol. III, p. 24.

¹⁰⁷ «*Também ahi foi D. Maria II e ultimamente D. Pedro V de saudosa memória, com a sua esposa*», *idem*, p. 23.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 24.

¹⁰⁹ Cf. Irene Maria Vaquinhas e Margarida Neto, *op. cit.*, p. 333.

¹¹⁰ *Ibidem*.

*as povoações há missa paga pelo povo».*¹¹¹ Mas observemos então aquele que será o mais completo dicionário geográfico do século XIX português.

A obra *Portugal Antigo e Moderno* resulta do esforço e dedicação de Pinho Leal, miguelista e homem multifacetado. Com base nos conhecimentos obtidos nas diversas viagens que realizou pelo país,¹¹² dedicou-se a partir de 1865 à composição do *Diccionario Geográfico, Estatístico, Corographico, Heraldico, Archeologico, Historico Biographico e Etimologico*.¹¹³ Constituído em doze volumes, o primeiro foi publicado em 1873 e o último em 1890. Pinho Leal faleceu enquanto preparava o décimo volume, sendo os dois últimos volumes elaborados pelo abade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira, amigo pessoal do autor.

Ao concelho de Almada dedica um conjunto de artigos, que correspondem aos topónimos de Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Trafaria, Torre Velha, Torrão, Porto Brandão e Alfeite, nos quais aponta outras localidades, tratando com pormenor a história e a toponímia local. Escreve este autor que: «*Na aldeia de Mofacem, d'esta freguezia há 30 e tantas cisternas, todas magníficas e de dispendiosa construção, obra dos arabes. Foram elles que deram a esta aldeia o nome de mohacem, que significa barbeiro*».¹¹⁴

A vila de Almada é descrita «*rodeada de casas e quintas, que a tornam muito agradável. Os seus arrabaldes são muito productivos e exporta para a capital continuamente cereaes, vinho, fructas, etc., etc.*».¹¹⁵ Este espaço envolvente à vila é «*passeio favorito dos lisbonenses, principalmente no*



Fig. 2 – Postal ilustrado do Pragal, arredores da vila de Almada, finais do século XIX, CDCAA.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² Rui d'Abreu Torres, «Leal» in *Diccionario de História de Portugal*, Joel Serrão, dir., Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, Vol. III, p. 443.

¹¹³ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, XII Vols, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

¹¹⁴ *Idem*, Vol. II, p. 98.

¹¹⁵ *Idem*, Vol. I, p. 140.

verão». ¹¹⁶ Na freguesia de Santiago situam-se «a grande aldeia» de Cacilhas, a Cova da Piedade «em um lindo valle cercado de pequenos outeiros cultivados» ¹¹⁷ e a quinta do Alfeite, «Grande quinta e bonito palacio real, antigamente chamada quinta da Pena, termo é proximo da villa de Almada». A quinta do Alfeite era sede do almoxarifado com a mesma designação, o qual abrangia um vasto território que incluía ainda as seguintes propriedades: «Romeira, Piedade, Outeiro, Quintinha, Antelmo e Bomba; a vinha do Pagador, lagua de Albufeira, os pinhaes de Corroios, e do Cabral e os moinhos do Galvão, Passagem, Capitão e Torre», ¹¹⁸ ocupando uma faixa de território que unia a frente ribeirinha virada a Este à frente atlântica a Oeste.

Na freguesia de Caparica são referidos os conventos de Capuchos, Flor da Rosa e Agostinhos Descalços, indicando a existência de vinte e quatro capelas. Ao mencionar os lugares da freguesia indica as actividades dos habitantes da Trafaria que «vivem exclusivamente da pesca e da fabricação de barcos e de rêdes». A Costa de Caparica é descrita como «povoação de pescadores», ¹¹⁹ cujas casas eram de palha, à excepção da que recebeu D. João VI, enquanto no Porto Brandão descreve «algumas casas de bôa apparencia» ¹²⁰ e assinala que os habitantes «são, na sua máxima parte, catraieiros». ¹²¹

As festividades mencionadas no concelho de Almada são, uma feira de três dias pelo domingo do Espírito Santo ¹²² realizada na Cova da Piedade, a que ocorria nos «dias 23, 24 e 25 de julho, havendo muitas vezes corridas de toiros, grandes festas e concorridissimo arraial» ¹²³ e a festa em honra de Nossa Senhora do Bom Sucesso, realizada pelo povo de Porto Brandão que: «todos os anos lhe faz uma esplendida festa que dura tres dias». ¹²⁴

À semelhança de José Avelino de Almeida, também Pinho Leal aborda a questão da vinha em Almada, que: «Antes do oidium produzia anualmente, termo médio, 6:500

¹¹⁶ *Idem*, p. 142.

¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹⁸ *Idem*, p. 116.

¹¹⁹ *Idem*, Vol. IX, p. 707.

¹²⁰ *Idem*, p. 560.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² *Idem*, Vol. I, p. 141.

¹²³ *Idem*, p. 142.

¹²⁴ *Idem*, Vol. IX, p. 560.

pipas de bom vinho»,¹²⁵ apesar de não indicar, como faz para o Seixal, as quantidades médias das produções agrícolas. Veja-se, no entanto, como aborda o concelho do Seixal e as diferenças que se podem enunciar entre os dois concelhos.

No concelho do Seixal não existem, segundo Pinho Leal, «*edifícios notáveis, pois quasi todos são acanhados, e muitos deles insalubres*». ¹²⁶ O terreno é descrito como «*bastante accidentado, mas em geral muito fértil em pão, vinho, fructas, hortaliças e legumes. O vinho d'estas terras é optimo para exportação, e a sua laranja é da melhor que vai para Inglaterra*». ¹²⁷ O autor nomeia trinta e uma quintas, de entre as quais destaca a «*grande e formosa quinta da Amora*». ¹²⁸ Refere, no entanto, a propósito de algumas delas, que «*Quasi todas estas quintas nada teem de notavel, senão a extrema deterioração de algumas; e o pouco ou nenhum lucro de todas*». ¹²⁹ É interessante reparar como Pinho Leal, ao apresentar as quintas degradadas, alude à imagem histórica, certamente colhida na leitura de textos anteriores: «*Antigamente havia por aqui muitas e formosas quintas de fidalgos, e boas fazendas de diversos mosteiros*». ¹³⁰

A pesca é a principal actividade da população do Seixal, seguida da lavoura. No entanto, a agricultura continua a ser o principal recurso do concelho. Pinho Leal aponta a quebra na produção vinícola, indicando a causa e o ano a partir do qual esta se verifica: «*Antes de 1854, produzia este concelho 3:000 pipas de vinho, mas oidium e outras molestias, reduziram a colheita a 510 pipas.*» Já relativamente a outros produtos o autor aponta as quantidades médias produzidas: «*trigo, 5:000 alqueires - milho, 31:500 - centeio, 2:000 - cevada, 1:000 - feijão, 7:500 - fava, 30 - grão de bico, 110 - laranja (só a exportada para a Inglaterra) 1:800 milheiros - limão, 4 milheiros - lan, 170 kilogrammas - mel, 150 ditos, cêra, 20*». ¹³¹ Os recursos florestais do concelho eram explorados nas diversas e vastas áreas florestais que ocupavam grande parte do território: «*Os pinhaes que cercam todas as freguezias do concelho, dão um grande rendimento em madeira e lenha*». ¹³²

¹²⁵ *Idem*, Vol. II, p. 97.

¹²⁶ *Idem*, p. 76.

¹²⁷ *Idem*, Vol. IX, p. 77.

¹²⁸ *Idem*, Vol. I, p. 142.

¹²⁹ *Idem*, Vol. IX, p. 77.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Idem*, p.77.

¹³² *Idem*, p. 78.

Salienta-se o destaque dado aos aspectos económicos relacionados com a ocupação do espaço rural, onde se começam a instalar unidades industriais, como as fábricas de produtos químicos na Quinta do Paulo Jorge¹³³ e de sola na Quinta de D. Maria, a Este do Seixal, isto sem esquecer a referência a uma fábrica a vapor de descasque de arroz, em Amora,¹³⁴ enquanto na margem oposta: «*Próximo ao logar da Torre da Marinha está a magnífica fábrica de lanifícios da Arrentella*».¹³⁵

Comparando o *desenho* traçado por Pinho Leal para os concelhos de Almada e Seixal, constata-se que, ao esboçar Almada, o autor desenvolve os aspectos históricos e toponímicos, elogiando a paisagem, apreciada enquanto espaço de lazer: «*Almada e os seus arredores e quintas são passeio favorito dos lisbonenses, principalmente no verão*»,¹³⁶ dando pouco relevo à sua utilização agrícola. Já ao descrever o Seixal, talvez por falta de dados históricos de relevo e por considerar não existirem quaisquer edifícios notáveis, traça uma imagem de rusticidade associada à pobreza das habitações, à pesca e ao trabalho agrícola.

Demonstrando o interesse que os dicionários geográficos apresentavam nos finais do século XIX, está o facto de ser editado ao mesmo tempo *Portugal Antigo e Moderno* e outra obra com as mesmas características, embora um pouco menos aprofundada, apesar dos seus sete volumes.

A *Chorographia Moderna do Reino de Portugal*, da autoria de João Maria Baptista, foi publicada pela Academia Real das Ciências, entre 1874 e 1879. Esta obra pretende fazer uma síntese face a outras anteriormente publicadas. O autor declara ter-se servido dessas obras, citando-as e estabelecendo comparações. Nessa medida, apresenta quadros comparativos da população de cada freguesia, com indicação dos números de fogos e de habitantes, referindo os dados apresentados na *Chorographia* de António Costa Carvalho e no *Diccionario* de José Avelino de Almeida, a par da *Estatistica Parochial e Estatistica Civil*.

¹³³ *Idem*, p.77.

¹³⁴ *Idem*, Vol. I, p. 201.

¹³⁵ *Idem*, p. 238.

¹³⁶ *Idem*, p. 142.

A obra está organizada por distritos, concelhos e freguesias, ordenados alfabeticamente, enumerando sistematicamente todos os lugares compreendidos nas suas circunscrições. Importa salientar estes aspectos, na medida em que a obra fornece informação bastante completa quanto à toponímia local.

Acerca de Almada, João Maria Baptista nomeia todos os lugares e quintas existentes na freguesia de Santiago. A caracterização dos arredores repete a descrição da vila. Estes apresentam-se: «cobertos de quintas e aprazíveis casas de campo».¹³⁷ Descreve a história da quinta do Alfeite e as diversas propriedades que lhe foram anexadas.¹³⁸ Sinalizam-se os principais dados coligidos pelo autor, nomeando este os vários proprietários a quem a quinta pertenceu e que ao longo dos séculos nobilitaram a propriedade.

Quanto à exploração dos recursos naturais: «Recolhe Almada dos ferteis terrenos que a cercam muito vinho e frutas: tem abundancia de gado, de caça e de lenha; e egualmente abundancia de peixe.

*Especialisam-se entre as frutas dos arredores o excelente bastardo e os gostosos figos brancos vindimos».*¹³⁹

De igual modo, este autor refere os lugares da freguesia de Caparica e menciona os conventos dos Capuchos, da Flor da Rosa e dos Carmelitas Descalços, extintos em 1834. Aqui o vinho é a principal colheita, «mas recolhe tambem cereaes e outros generos em pequena quantidade».¹⁴⁰ Destaca ainda a povoação piscatória da Costa,

¹³⁷ João Maria Baptista, *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874 – 1879, Vol. IV, p. 378.

¹³⁸ «Foi esta quinta em seu principio propriedade dos inglezes que habitavam Almada, depois passou á ordem de Sant'iago, e á corôa no reinado de D. Diniz. Foi mais tarde doada á casa das rainhas por el-rei D. Fernando, e veio a pertencer, acabada a guerra de Hespanha, ao condestavel que a doou á ordem do Carmo.

Pertenceu depois a diferentes proprietários, e em 1697 foi comprada por D. Pedro II e incorporada na casa do infantado: D. João V lhe adicionou a quinta da Romeira e outra que era do desembargador Maia Aranha; D. Maria I também lhe reuniu outras quintas, de sorte que hoje se compõe esta grande propriedade das quintas do Alfeite, Romeira, Piedade, Outeiro, Quintinha, Antelmo, Bomba, Vinha do Pagador, Lagôa de Albufeira, Pinhaes de Corroios e do Cabral, e dos moinhos do Galvão, Passagem, Capitão e Torre.

Em 1834 foi ext.^a a casa do inf.^o e todos estes bens passaram para a coroa (...). *Idem*, pp. 379 – 380.

¹³⁹ *Idem*, p. 380.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 382.

visitada por D João VI, D. Maria II e D. Pedro V e constituída por «*habitações de colmo, porém solidas e commodas*».¹⁴¹

São igualmente referenciadas por João Maria Baptista, como aliás Pinho Leal o fez, as festividades no concelho de Almada. Escreve que pelo domingo do Espírito Santo ocorrem três dias de festa «*e outra nos dias 23, 24 e 25 de junho, em que ha arraial, corridas de touros etc.*»¹⁴² Alude também às festas que no passado se faziam no terreiro da igreja de Nossa Senhora da Piedade.

No concelho do Seixal, João Maria Baptista inclui as freguesias de Paio Pires, Amora, Arrentela e Seixal, nomeando as quintas localizadas em cada uma delas. Cita resumidamente o padre Luís Cardoso, na descrição da quinta *d'Amora*, e menciona os principais morgadios do concelho «*o dos Mellos, na q.tª do conde de Portalegre, o dos Correias Lacerdas, na q.tª Grande ou da Fonte da Prata, o dos condes d'Atalaia, o dos Moraes Cabral no Talaminho, o dos Gamas Lobos, no L. de Cheira-Ventos, e o dos Lobatos, no L. dos Lobatos*».¹⁴³

Apesar do peixe ser o principal recurso explorado pelas populações do Seixal, nenhum dos autores indica quais as espécies capturadas. Conforme escreve Pinho Leal, os pescadores do Seixal dedicavam-se principalmente à pesca *do alto*¹⁴⁴ que era praticada com embarcações de arrasto fora da barra do Tejo.¹⁴⁵ Essa era a actividade que ocupava a maioria da população do Seixal. A produção agrícola compunha-se de «*allgum trigo e milho, poucas hortaliças, legumes e algum vinho*».¹⁴⁶

Considerando que as quintas contribuem para a caracterização e construção de uma imagem do espaço rural, vejamos em seguida aquelas que são localizadas nos concelhos de Almada e Seixal, nas obras corográficas de Vilhena Barbosa, Pinho Leal e João Maria Baptista. Este último, devido ao carácter sistemático da *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, é o autor que identifica maior número quintas em ambos os

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² *Idem*, p. 380.

¹⁴³ *Idem*, p. 765.

¹⁴⁴ Pinho Leal, *op. cit.* Vol. IX, p. 76.

¹⁴⁵ Acerca das embarcações tradicionais do Seixal, cf. António Nabais, *História do Concelho do Seixal – 2 – Barcos*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, 1982.

¹⁴⁶ Pinho Leal, *op. cit.* Vol. IX, p. 768

concelhos, contribuindo assim para um melhor conhecimento da realidade local na segunda metade do século XIX (quadro 2).

Quadro 2

Designação das quintas do concelho de Almada nas obras publicadas no século XIX

<i>Quintas</i>	<i>Chorographia Moderna do Reino de Portugal</i> João Maria Baptista	<i>Portugal Antigo e Moderno</i> Pinho Leal	<i>Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa</i> Vilhena Barbosa
Alfeite	X	X	X
Amora			X
Barão d'Alcochête		X	
Antelmo	X	X	
Bixeiro	X		
Bomba	X	X	
Carapinha	X		
Castros	X		
Espadeiro			
Frades	X		
Fuméga	X		
India	X		
Miranda		X	
Olho de Vidro	X		
Outeiro	X		
Palença	X		
Piedade	X	X	
Pombal	X		
Quintinha	X	X	
Ramalha	X		
Raposo	X		
Retrozeiro	X		
Romeira	X	X	
Rorgel	X		
S. Lourenço	X		
S. Miguel	X		
S. Pedro	X		
S. Sebastião	X		
S.ª Anna	X		
S.ª Amaro	X		
Val de Flores	X		
Virôca ou Urrôca	X		
Desembargador Maia Aranha	X		
N.º de Referências por obra	29	8	2

Quadro 3

Designação das quintas do concelho do Seixal nas obras publicadas no século XIX

Quintas	<i>Dicionário Geográfico Histórico Político</i> Paulo Perestrelo da Câmara	<i>Portugal Antigo e Moderno</i> Pinho Leal	<i>Corografia Moderna do Reino de Portugal</i> João Maria Baptista
Água			X
Amora	X	X	X
Atalaia			X
Barroca			X
Boa Vista			X
Borba			X
Braga			X
Braz			X
Brazileiro			X
Brejo		X	X
Buijo			X
C. de V.ª Nova			X
Cabo da Linha		X	
Cabral		X	
Cannas		X	X
Carapinha			X
Castello d'Arigena			X
Cavaquinhas		X	
Cavaquinhos			X
Conde			X
conde de Portalegre			X
Contrabandista			X
Cossena			X
D. Maria		X	X
D. Maria Thomazia			X
Descanso		X	
Estalagem			
Fidalga		X	
Fonte da Prata			X
Gallega			X
Infanta Dona Isabel Maria		X	
Inglesinhas			X
Leitão		X	X
Lima		X	X
Loba			X
Loureiros		X	
Madre de Deus			
Marco			X
Marialva			X
Matta			X
Medeiera da Cova			X
Niza			X
Nossa Senhora da Boa Viagem		X	
Outeiro		X	X
Palmeira		X	X
Património			X
Paulistas		X	
Paulo Jorge		X	X
Ponte		X	X
Portinho		X	
Princeza			X
Quinta Nova		X	X
Rouxinol			X
S. João			X
S. Pedro			X
S. Nicolau			X
Salema	X		X
Torre			X
Trindade		X	X
Trinos			X
Troca			X
Val de Carros			X
Vargueira			X
N.º de Referências por obra	2	22	51

Face às trinta e três quintas mencionadas no concelho de Almada, no concelho do Seixal o número de quintas identificadas é de sessenta e quatro (quadro 3). Considera-se que esta diferença se deve ao facto de as obras em causa apenas referirem para Almada as propriedades mais importantes ou próximas da vila, sendo o seu número muito superior, como se observará através da análise da obra *Vila e Termo de Almada* de Duarte Vieira dedicada exclusivamente à freguesia de Caparica.

Após o início da publicação de *Portugal Antigo e Moderno* e da *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, são editados até ao final do século XIX três dicionários corográficos, nomeadamente: o *Diccionario Chorographico de Portugal* de E. A. de Bettencourt em 1874; o *Diccionario Chorographico do Reino de Portugal* de Agostinho Rodrigues de Andrade no ano de 1878 e o *Diccionario de Chorografia de Portugal* organizado por José Leite de Vasconcellos publicado em 1884. Essas três obras têm em comum o facto de se tratarem de dicionários toponímicos (quadro 4), indicando o enquadramento administrativo das localidades referidas, a área em hectares, as estradas e a população.

Quadro 4

Topónimos mencionados nos dicionários geográficos publicados entre 1874 e 1884

Topónimos	<i>Diccionario Chorographico de Portugal</i> de E. A. de Bettencourt	<i>Diccionario Chorographico do Reino de Portugal</i> de Agostinho Rodrigues de Andrade	<i>Diccionario de Chorografia de Portugal</i> Leite de Vasconcelos
Almada	X	X	X
Amora	X	X	X
Arrentela	X	X	
Cacilhas		X	
Caparica	X	X	X
Corroios	X	X	X
Costa		X	
Paio Pires	X	X	
Seixal	X	X	X
Trafaria		X	
N.º de Referências por Autor	7	10	5

Nenhum destes textos transmite informação quanto à história ou geografia das localidades apresentadas, no entanto, por se tratarem de obras que se enquadram no âmbito geral dos dicionários geográficos e por permitirem identificar as localidades já

anteriormente citadas e que se inscrevem no espaço rural, considerou-se oportuno inclui-los na presente abordagem.

No conjunto das obras analisadas constata-se que, entre as actividades referidas, está implícito o trabalho agrícola e silvícola, mas a actividade mais referida é a pesca, complementada pela construção naval e fabricação de redes. A principal produção da região é o vinho, o qual decaiu significativamente a partir de 1874. Em menor escala encontram-se os cereais, os produtos hortícolas e a fruta, com destaque para a laranja que era exportada para Inglaterra. Eram também exploradas as lenhas e madeiras dos vastos pinhais e charnecas, que contribuía para o abastecimento da capital. As áreas incultas forneciam ainda caça e mel. A abundância de peixe no rio Tejo e nas praias atlânticas constitui um recurso facilmente escoado no mercado lisboeta. Importa ainda destacar que a proximidade do mercado contribuiu para a afirmação de alguns produtos frescos, especializados e particularmente apreciados, o rábano-bastardo e os figos *vindimos*.

Mas, não são apenas os aspectos económicos que preenchem as descrições da região, a sociedade está representada, na *imagem* da ruralidade, através dos proprietários da terra e dos pescadores. Os proprietários fundiários são o único grupo social referido pelos nomes próprios, com destaque para a nobreza com os seus morgadios. Os habitantes das zonas ribeirinhas que se dedicam à pesca constituem outro grupo social que se identifica pelo facto de se dedicarem a uma actividade especializada e praticada por comunidades bem identificadas.

As festas, as feiras, as romarias, são acontecimentos sociais que marcam o calendário religioso e a vida das populações locais. As festividades que tinham lugar no concelho de Almada aconteciam pelo domingo do Espírito Santo, que se celebra sete semanas após a Páscoa, a festa do padroeiro, São João Baptista, a vinte e quatro de Junho e a Festa de Nossa Senhora da Piedade que acontecia a vinte e três e vinte cinco de Julho. Estas celebrações concentram-se na Primavera, e reflectem uma religiosidade em parte associada à celebração das colheitas e de sacralização do espaço rural que constituíam motivos de atracção da população urbana. No lugar de Porto Brandão, na freguesia de Caparica, celebram-se anualmente as festas em honra de Nossa Senhora do Bom Sucesso, padroeira do lugar e das gentes ligadas às actividades marítimas.

Durante o século XIX, a imagem do espaço rural de Almada está igualmente ligada ao lazer, devido à proximidade de Lisboa a travessia do Tejo era acessível e possibilitada pelas carreiras regulares que uniam as duas margens. Cacilhas, Cova da Piedade e Costa eram localidades pitorescas que desfrutavam da proximidade das praias e dos bons ares do campo, locais procurados como espaços de evasão e divertimento em oposição à cidade.

É através destes traços que *desenham* a região, que conseguimos apreender em que medida as imagens de Almada e Seixal diferem durante o século XVIII, quando o território pertencia ao mesmo concelho. Observa-se que o passado histórico de Almada é referido por todos os autores, associado à sua suposta fundação no período romano, à conquista do castelo por D. Afonso Henriques, às figuras ilustres que aí habitaram e aos conventos que existiam na freguesia de Caparica fundada em 1472.

Podemos ainda notar que as referências à ruralidade em Almada são relegadas para segundo plano, contrariamente ao que acontece no Seixal, onde as descrições das freguesias remetem de forma mais explícita para os aspectos da ruralidade, através das referências a produtos e actividades, ou associadas à história das quintas e dos seus proprietários. Esta diferença resulta não só da distância da capital, mas também do facto de ser uma zona ribeirinha e insalubre, pouco atractiva para os visitantes ocasionais. Neste sentido, no concelho do Seixal é também referida a instalação de unidades industriais que beneficiam de bons acessos fluviais para carga e descarga de matérias primas, aspecto que acentua o carácter produtivo do Seixal face a Almada, onde, no entanto, apesar de existirem na época diversas unidades industriais, estas não são referidas por nenhum dos autores que, salientam a beleza da paisagem e as festividades locais.

Observa-se que no conjunto das quintas referidas no concelho do Almada e Seixal no século XIX, são nomeadas cento e quinze, face às trinta e três mencionadas no século XVIII. Não cabe no âmbito deste trabalho analisar a evolução e as causas da divisão da propriedade fundiária. No entanto, leis como a extinção das ordens religiosas em 1834 e dos morgadios em 1863 terão certamente reflexos na divisão da propriedade fundiária a nível local. Por outro lado, os valores apresentados não têm qualquer fiabilidade

estatística, antes dependem dos critérios de cada autor. Contudo, considerando que as quintas ocupavam apenas a zona agrícola do território, pode-se considerar que são, na maioria, parcelas de pequena e média dimensão.

Por último, constata-se que a imagem da ruralidade, transmitida nas corografias e dicionários geográficos, resulta de uma idealização do espaço construída a partir da exaltação da pureza dos ares do campo e do mundo rural enquanto lugar aprazível de fruição e lazer. Repetem-se os temas históricos e identitários referidos por anteriores autores e descrevem-se os arredores da vila cercados de quintas. Entre os produtos locais destinados ao abastecimento da capital destaca-se o vinho como principal produção agrícola, a par da exploração dos recursos florestais e o peixe capturado no rio ou na costa atlântica. Quanto à pesca, interessa observar que se trata de uma actividade sempre associada a um grupo social bem definido.

Depois de examinar os textos que referem Almada e Seixal no contexto do território nacional, importa agora analisar as duas únicas obras monográficas que se referem especificamente os concelhos do Seixal e Almada editadas durante o século XIX, *Recordações do Seixal em 1857* e *Villa e Termo de Almada* de 1897.

A obra *Recordações do Seixal em 1857*,¹⁴⁷ da autoria de Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, foi publicada em 1858. Trata-se de um pequeno opúsculo que é a «*Colecção dos successos mais curiosos, acasos remarcáveis e divertidos; miscelaneas, e anedoctas succedidas na Sociedade de que fazião parte as famílias de Possidonio Ribeiro, e das quintas do Outeiro, Cavaquinhas e do Salema*».¹⁴⁸ O texto está dividido em duas partes. A primeira descreve de forma circunstanciada a vida social destas famílias, enquanto a segunda repete a mesma descrição em verso. Manuel Xavier de Sousa narra com pormenor as soirés dançantes e os passeios a pé e de barco pelas praias e quintas dos arredores, que preenchiam a vida social da elite local. A propósito destes passeios nomeia as quintas de S. João, da Estalagem, do Salema, das Cavaquinhas, do Outeiro, da Infanta Dona Isabel Maria e um moinho de maré, transmitindo assim uma imagem da ruralidade enquanto cenário de crónica social ao

¹⁴⁷ Cf. Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira Sousa, *Recordações do Seixal em 1857*, Lisboa 1858.

¹⁴⁸ *Idem*, p.3.

estilo da imprensa: «subindo a rua da quinta do Salema fomos shair ao portão de ferro da quinta do Cavalheiro João Coelho e d'ahi pela estrada nos dirigimos ao nosso destino, e depois de passear na quinta até ao matto e pinhal, lindo ponto de vista sobre a villa, descendo pelas barreiras da quinta da Estalagem viemos entrar no Seixal».¹⁴⁹

Trinta e nove anos após a publicação de *Recordações do Seixal* e com carácter completamente distinto, publica-se em 1897 o primeiro volume de *Villa e Termo de Almada, Apontamentos Antigos e Modernos para a História do Concelho*,¹⁵⁰ dedicado à freguesia da Caparica. Do segundo volume, dedicado às freguesias de Almada e Amora,¹⁵¹ não temos conhecimento de que tenha sido editado, apesar da sua publicação em fascículos de dezasseis páginas ser referida no final do primeiro. O seu autor, Duarte Joaquim Vieira Júnior, nasceu na Sobreda (concelho de Almada) em meados do século XIX, membro de uma antiga família da freguesia de Caparica e foi director de três jornais locais: *Eco de Almada* (1879), *O Clamor de Almada* (1879 e 1886) e *A Realeza* (1882).¹⁵²

A primeira parte da obra é composta por nove capítulos, explicando-se no primeiro o objectivo do texto, que procura preencher uma lacuna da história local, mais precisamente a que diz respeito ao termo do concelho, esquecido, segundo o autor, numa diversidade de escritos sobre Almada.¹⁵³ O segundo capítulo transcreve e analisa documentação relativa aos privilégios e direitos cobrados aos moradores do concelho. O terceiro é o capítulo mais longo, trata exclusivamente da «*Questão dos fazendeiros de Caparica com o marques de Marialva, sobre o pagamento do Quarto*»,¹⁵⁴ desenvolvendo largamente a problemática do pagamento ao Marquês de Marialva, donatário do reguengo da Caparica, de direitos sobre propriedades que, segundo o autor,

¹⁴⁹ *Idem*, p. 10.

¹⁵⁰ Cf. Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*

¹⁵¹ A inclusão da Amora no concelho de Almada observa-se em virtude da extinção do concelho do Seixal entre 1895 e 1898.

¹⁵² Romeu Correia, *Homens e Mulheres Vinculados às terras de Almada (nas artes, nas letras e nas ciências)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1978, p. 162.

¹⁵³ «Muito se tem escripto já sobre Almada, com laconismo verdade seja, mas mesmo assim, esses mesmos escriptos laconicos, e dispersos por grande numero de auctores muito pouco conhecidos são ainda da maior parte dos seus habitantes.

*Do seu termo, porém, é que muito pouco ou mesmo quasi nada se tem dito ainda que possa despertar a attenção e satisfazer a curiosidade aos filhos d'este concelho, principalmente áquelles que desejem ter um fiel e minucioso conhecimento dos muitos factos históricos e verdadeiramente notáveis que traduzem glórias antigas e feitos heroicos dos seus antepassados», Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 7.*

¹⁵⁴ *Idem*, p. 20.

não pertenciam ao dito reguengo. É transcrita grande quantidade de documentos, com o que se pretende provar a legitimidade das súplicas dos fazendeiros de Caparica.

O quarto capítulo é dedicado à fundação e história da paróquia de Nossa Senhora do Monte de Caparica. Duarte Joaquim Vieira Junior cita diversos documentos, entre os quais a Bula do Papa Xisto IV, de 1472, que institui a paróquia de Nossa Senhora do Monte, em resposta ao pedido de D. Isabel Gomes da Silva, viúva de Pedro Gonçalves Malafaia, Vedor da Fazenda de D. João II, apontando o facto de os «*lugares distantes da dita villa [de Almada] uma legoa, dos quais nos antigos tempos, por a distancia que d'elles há até á villa, com inundações continuas de agua e ruins caminhos, principalmente no tempo de inverno e de peste, não podiam levar os corpos dos seus defuntos a sepultar á igreja ou cemitério da dita villa, e levando-os não eram lá recebidos*». ¹⁵⁵ O autor desenvolve largamente as questões relacionadas com a escolha do Cura da freguesia, que deixara de ser escolhido pelos fregueses quando em 1765 «*o Senhor Rei D. José puchou para si esta nomeação, porque falsamente se lhe exposera que a causa por que a dita Confraria da Concórdia e Irmandade do Santissimo contendiam entre si*». O texto relata ainda a criação e extinção das ditas confrarias.

Por seu turno, o quinto capítulo desta monografia trata em particular da etimologia e circunscrição da freguesia de Caparica. Vieira Júnior descreve os limites da freguesia, «*calculando-se em cerca de 20 kilometros, em linha recta, no seu maior comprimento, de N. a S., e de 15 kilometros de O. a E., na sua maior largura*». ¹⁵⁶ O autor observa a diminuição de trinta e seis fogos entre 1857 e 1876, de mil cento e noventa e três para mil cento e trinta. ¹⁵⁷ Acerca da produção vinícola, afirma-se que «*Antes de aparecer o oidium a primeira moléstia que atacou as vinhos, [sic] só a freguesia de Caparica produzia o dobro do vinho que hoje produz todo o concelho, cuja producção se póde actualmente calcular, termo médio, em 2 a 3:000 pipas*». ¹⁵⁸

A obra apresenta ainda a intenção de identificar a origem dos nomes das diferentes povoações através da sua etimologia, apresentando duas versões para o topónimo de Caparica, uma que parte da lenda segundo a qual uma velha da Caparica deixou em

¹⁵⁵ *Idem*, p. 72.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 94,

¹⁵⁷ *Cf. Idem*, p. 93

¹⁵⁸ *Ibidem*.

testamento ao rei de Portugal uma capa recheada de moedas de ouro, destinada à construção da igreja paroquial, e outra, considerada pelo autor a mais provável, que atribuía o adjectivo de rica à capa com que os devotos da Nossa Senhora do Monte cobriam a imagem.¹⁵⁹

Os quatro últimos capítulos da obra são dedicados a cada uma das *varas* em que se dividia a freguesia de Caparica. Esta divisão decorria do círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel, sendo a peregrinação anual ao santuário do Cabo Espichel realizada alternadamente pelos moradores de cada *vara*, nomeadamente: a *vara* da Costa, que incluía a povoação de Vila Nova; a *vara* da Sobreda, que incluía também a Charneca; a *vara* do Monte, com o Porto Brandão; e a *vara* da Trafaria, na qual se integrava Murfacém.

Para a povoação da Costa, onde a pesca de mar constitui a principal actividade, o autor aponta as origens do povoamento «*pelos algarvios e ilhavos, que ali vinham pescar nos meses de outubro, novembro e dezembro, chamados da safra*»,¹⁶⁰ menciona cada uma das oito companhias de pesca que mantinham actividade, indicando os nomes dos respectivos mestres, «*Manuel Gonçalves Bexiga, Joaquim Maria da Costa, Salvador da José, e herdeiros de António Gonçalves Bexiga, e as pertencentes às mestras Guilhermina dos Anjos, Gertrudes e Lucinda Vicente*».¹⁶¹ A informação minuciosa é complementada com a exposição do modo como é distribuído o produto da pescaria «*Quando apanham peixe e se ganha, é o terço tirado pelo mestre e o restante do ganho dividido por partes, tendo o arraes oito, o escrivão quatro, o espadilheiro outras quatro, o arraes de terra trez, os remadores duas, e a gente de terra uma*».¹⁶²

¹⁵⁹ «*Sobre a etymologia da palavra Caparica, existem duas tradições. A primeira, que fallecendo uma pobre velha pedinte, declarara em testamento que deixava a sua capa (muito velha e remendada) para ser vendida e com o producto da venda se erigir uma capela em honra de N. S.^a do Monte, legado este que em principio fez rir bastante, mas que sabidas as contas, os remendos da capa estavam todos recheiados de bellos dobrões de oiro que chegaram de sobra para a construcção da referida capella.*

A segunda versão, que parece ser mais verosimil e com mais fundamento, é que, sendo a Senhora do Monte de muita devoção para os povos d'aquelles lugares, todos concorreram para que se lhe fizesse um rico manto (ou capa) pelo que a mesma Senhora ficou d'ali em deante sendo conhecida por N. S.^a da Capa Rica, depois N. S.^a do Monte de Caparica». Idem, p. 95 – 96.

¹⁶⁰ Idem, p. 97.

¹⁶¹ Idem, p. 101.

¹⁶² Idem, p. 103.

Na proximidade da povoação da Vila Nova, o autor descreve pormenorizadamente os conventos extintos, dos Capuchos e da Nossa Senhora da Rosa, indicando também entre outras a «*quinta de S. Francisco de Matos hoje propriedade do Sr. Francisco Ferreira da Charneca e em cujo pinhal está a ermida do santo em perfeito estado de conservação [...] Era neste pinhal que antigamente se fazia em todos os anos um vistoso arraial em honra do santo, havendo sempre sermão ao ar livre*».¹⁶³

A Charneca, pertencente à *vara* da Sobreda, é segundo Vieira Junior a mais importante povoação da freguesia de Caparica, sendo o carvão e a lenha de pinho os principais produtos explorados não obstante «*(...) a Charneca propriamente dita se encontra hoje quasi totalmente cultivada. Ha ali vinhedos de uma pujança admiravel*».¹⁶⁴ De entre as propriedades agrícolas distingue-se a quinta de Vale Rosal, pertencente ao colégio de Campolide da Companhia de Jesus, transcrevendo uma longa citação da *Choronica da Companhia de Jesus em Portugal*, escrita pelo Padre Baltazar Telles em 1647.¹⁶⁵ Sendo escassa a água disponível nos poços públicos, a população abastecia-se em poços privados, tendo sido aberto nesta quinta de Vale Rosal um poço «*expressamente para a serventia do público*».¹⁶⁶

Das diversas quintas localizadas nos arredores da povoação da Sobreda destaca-se a quinta da Cerca que: «*é, em viticultura, uma das mais importantes da freguesia*»¹⁶⁷ e também a quinta do Retiro em Vale de Figueira, de grande extensão, que dispõe de «*aperfeiçoamentos modernos ali introduzidos pelo seu proprietário, tanto em instrumentos e machinas agricolas como em utensilios de adega para fabrico de vinhos, que são sempre de uma qualidade excelente*».¹⁶⁸

¹⁶³ *Idem*, p. 114.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 118.

¹⁶⁵ «*Tem o collegio de Santo Antão (uma das primeiras casas da companhia de Jesus em Lisboa) uma grande quinta ou para melhor dizer, uma vinha chamada Valle de Rosal, que está na banda d'além, no termo de Almada, limite de Caparica, na freguesia de N. S.^a do Monte, distante do porto de Cacilhas quasi uma bôa légua. Fica esta quinta no meio de uma grande e estendida charneca; é o lugar todo à roda muito tosco secco e esteril, cheio de silvados incultos, continuando de matos maninhos, e de areas escalvados, escondido em Valles, cercado de brenhas, coberto de pinheiros bravios, de zimbos, de tojos, e de outros frutices silvestres: é sitio mais accomodado para caças de monteria que para morada de gente culta, e por isso mui frequentado de corças e veados, infestado de lobos, e de outros semelhantes animais montezes*». Baltasar Telles, *Choronica da Companhia de Jesus em Portugal*, APUD, *idem*, p. 119.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 128.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 148.

¹⁶⁸ *Idem*, p. 149.

A *vara* do Monte, que abrange a sede da freguesia de Caparica é, no dizer de Vieira Junior, a mais rica «*por ser ella a única que ao Cabo Espichel faz conduzir em berlinda a imagem da Senhora do Cabo*». ¹⁶⁹ A esta riqueza não será estranho o facto de aqui se localizarem «*bonitas propriedades, muitas d'ellas de construcção moderna e elegante, e algumas quintas que tambem merecem uma especial menção*» ¹⁷⁰ e ainda por existirem nesta zona «*muitas outras fazendas muito bem cultivadas na antiga demarcação do Reguengo*». ¹⁷¹ A povoação de Porto Brandão, situada na frente ribeirinha da freguesia, é um dos principais portos da margem sul e a sua população é maioritariamente constituída por catraeiros, condutores de pequenas embarcações de carga e passageiros designadas catraios. ¹⁷²

Por fim, na *vara* da Trafaria, onde se incluem também diversas quintas, importa destacar a povoação com o mesmo nome e onde a actividade principal é a pesca. O autor de *Vila de Almada e seu Termo* faz aqui referência às diferentes artes utilizadas: «*Os diversos systemas de pesca do alto, usados pelos pescadores d'esta praia, são a tarrafa, a sardinheira, o aparelho e a mugeira, havendo ainda a do chinchorro, que é no rio, e a da corvina, que é pescada Tejo acima e em que os da Trafaria são reputados como os primeiros na pesca deste peixe*». ¹⁷³ Menciona ainda a existência de uma fábrica de conservas de peixe ¹⁷⁴ e as potencialidades da praia da Trafaria como estância balnear: «*seria a praia mais frequentada para banhos nos arredores da capital, se porventura tivesse as commodidades que em outros sitios encontram os banhistas*». ¹⁷⁵

Quanto a uma caracterização geral do espaço rural da freguesia de Caparica, para além dos aspectos já referidos, foi possível identificar ao longo da obra cinquenta e três quintas (quadro 5), transmitindo uma ideia da divisão da propriedade e do tipo de povoamento, na medida em que as quintas incluem também unidades habitacionais.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 152.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 162.

¹⁷¹ *Idem*, p. 165.

¹⁷² «*Na praia do Porto Brandão ha actualmente quarenta botes de catraiar, mister este em que se occupam a maior parte dos homens d'aquelle lugar*». *Idem*, p. 169.

¹⁷³ *Idem*, p. 197.

¹⁷⁴ «*A fabrica de conservas de peixe de que é gerente o sr. Freitas e mestre o sr. Alfredo Ribeiro Maia, rapaz muito intelligente, começou a sua laboração em 1887*». *Idem*, p. 204.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 202.

Quadro 5

Designação das quintas na obra *Vila e Termo de Almada* de Duarte Joaquim Vieira Júnior

Quintas	Vara da Costa	Vara da Sobreda	Vara do Monte	Vara da Trafaria
Azenha			X	
Baixo		X		
Bandeira		X		
Barão d'Alcochete			X	
Bela Vista			X	
Brielas		X		
Carlos Alberto Teixeira			X	
Cerca		X		
Cerrado			X	
Chaves	X			
Chocolateiro			X	
Corvina				X
D. Felícia		X		
D. Rita da Fonseca			X	
Estrela		X		
Facho			X	
Fomega			X	
Formiga			X	
Franceza		X		
Frescalhota			X	
Genoveza		X		
Guedes			X	
Inglesinhos			X	
João Esteves			X	
João Leitão			X	
Joaquim António da Silva			X	
Lagar		X		
Lamas			X	
Luís António Rodrigues			X	
Medronheiros		X		
Niza		X		
Nossa Senhora do Monte do Carmo				X
Oliva	X			
Parola			X	
Paulina			X	
Pedro Polido			X	
Perfilles		X		
Perfume		X		
Pinheiro			X	
Pocinho		X		
Poçollos		X		
Pombo				X
Retiro		X		
Ribeiro				X
Rilhafolles				X
S. Francisco de Matos	X			
Salgado		X		
Silveira		X		
Sr. Raymundo Monteiro Torres	X			
Valle		X		
Valle de Rosal		X		
Varsea		X		
Velhas			X	
Número de Quintas por vara	4	21	23	5

A obra de Duarte Joaquim Vieira Júnior integra-se na escrita corográfica no âmbito da monografia local. Demonstrando um conhecimento profundo da história local e do território, nomeia os proprietários rurais, mas também os comerciantes, os gerentes de unidades industriais, bem como os naturais do concelho que se destacaram pelos serviços prestados à comunidade ou ao país. O detalhe com que descreve o espaço permite identificar diversos elementos de caracterização da paisagem rural do concelho de Almada, que trataremos no capítulo seguinte.

2. A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM NA ALMADA E SEIXAL DOS SÉCULOS XVIII E XIX

2.1. Em torno do conceito de paisagem

Enquanto no capítulo anterior procurámos traçar a imagem do território transmitida no contexto narrativo, neste capítulo propõe-se uma análise da paisagem. Sendo que o conceito de paisagem, aplicado nesta abordagem, se baseia na descrição das características do território, como o relevo e a hidrografia, a utilização do solo, o povoamento e as vias de comunicação. Fazendo uma análise das fontes, procura-se identificar elementos capazes de contribuir para a descrição da paisagem, da mesma forma que se assinalam os aspectos resultantes da intervenção humana, modelando a natureza e construindo uma *paisagem cultural*.¹

Reconhecer os elementos que modelam o espaço, de forma a elaborar uma descrição física do território, não permite reconstituir a paisagem, porque a constante transformação que caracteriza qualquer paisagem implicaria definir um momento e um lugar específico a recompor. A reconstituição da paisagem encontra-se no domínio da imagem visual, através do desenho, da pintura, da fotografia e do cinema. Ao fixar um

¹ Cf. Chantal Blanc-Pamard e Jean Pierre Raison, «Paisagem», in *Enciclopédia Einaudi*, – 8. Região, Roggiero Romano dir, – Região, s. l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 138 -160.

momento particular, constitui uma fonte histórica. As fontes escritas, por outro lado, permitem analisar as transformações e a história da paisagem a partir dos textos que a descrevem. Neste sentido, o presente estudo pretende caracterizar a paisagem e analisar as transformações associadas à ocupação humana do território dos concelhos de Almada e Seixal, durante os séculos XVIII e XIX.

A localização geográfica, enquanto elemento aglutinador da paisagem, relaciona-se com sua morfologia e com o modo como esta é transformada pela acção humana. Na região de Almada e Seixal, a frente ribeirinha do estuário do Tejo e as praias atlânticas determinam a morfologia e o contorno das margens. O rio e o mar constituem uma via de comunicação e um recurso piscícola de grande importância económica, enquanto os solos e a hidrografia determinam o coberto vegetal e a utilização agrária dos terrenos. Quanto ao enquadramento geográfico, importa ainda referir a proximidade de Lisboa como factor determinante na ocupação e exploração do território, no que respeita à divisão da propriedade e ao escoamento dos produtos agrícolas da região para abastecimento da capital.

As obras corográficas publicadas nos séculos XVIII e XIX enquadram-se num movimento europeu que cultiva o conceito de paisagem, inicialmente ligado à pintura de espaços naturais, alargando-o à escrita. É criado um género literário de viagem e outro de cariz enciclopédico ou corográfico. A paisagem é entendida como o suporte físico da actividade humana e, nesse sentido, é referida indirectamente através da descrição dos aspectos culturais e económicos que caracterizam o território e os seus habitantes.

No sentido de obter dados que permitam uma caracterização da paisagem, para além das obras corográficas, foram ainda analisadas as posturas municipais dos séculos XVIII e XIX, os inquéritos paroquiais de 1758 e uma *memória económica* do concelho de Almada, datada de 1835. Encontram-se nos vários documentos elementos que contribuem para o estudo da paisagem. As posturas reflectem o espaço físico onde ocorrem as situações regulamentadas, relacionadas com a paisagem e a actividade humana. Os inquéritos paroquiais do século XVIII são outra fonte privilegiada para o estudo da paisagem, na medida em que apresentam informação geográfica, social e

económica, datada e sistemática, relativa a cada uma das freguesias do concelho de Almada.

Assim, de modo a caracterizar a paisagem e observar as transformações, analisam-se separadamente as fontes dos séculos XVIII e XIX, identificando para cada século um conjunto de elementos de caracterização da paisagem, nomeadamente a morfologia, a hidrografia, o povoamento, a exploração do solo e as vias de comunicação terrestres. Seguidamente, propõe-se uma divisão do território em unidades de paisagem, através das quais se identificam as principais características de cada uma, bem como as transformações ocorridas durante o período cronológico definido.

2.2. Paisagens de Almada e Seixal no século XVIII

As alusões à paisagem na *Corografia Portuguesa* do padre António Carvalho da Costa são bastante gerais, não indo além da localização geográfica do concelho, da extensão do termo da vila de Almada e da indicação das freguesias, bem como do número de vizinhos de algumas delas. Por outro lado, o *Dicionário Geográfico* do padre Luís Cardoso faz diversas descrições da paisagem que vão para além da mera enumeração de lugares e caracteriza algumas das freguesias do concelho como se descrevesse um percurso. O texto é por vezes narrativo, acompanha as margens dos esteiros, localizando as quintas, indicando as culturas agrícolas predominantes e identificando estruturas, como portos e moinhos de maré.

Sendo as posturas municipais documentos que regulamentam aspectos relacionados com a utilização do território, através das acções e situações previstas juridicamente, mesmo quando de forma indirecta, é possível identificar informação acerca de alguns aspectos da paisagem. As posturas municipais datadas de 1730, coligidas em livro existente no Arquivo Histórico Municipal de Almada, tratam exclusivamente da regulamentação do trabalho dos tanoeiros.² A importância da tanoaria enquanto actividade profissional justificava a existência deste documento regulador no concelho. Estando a construção de contentores para armazenamento e transporte de vinho claramente relacionada com a produção vinícola, podemos depreender a importância da

² AHCMA, *Livro de Posturas*, 1730, CMA/B/A/003/LV001, (ver anexo documento 2).

vinha na ocupação dos solos agrícolas, marcando a paisagem rural da região. Já as posturas municipais do concelho de Almada, coligidas a partir 1750³ reflectem uma grande variedade de aspectos, entre os quais, alguns directamente relacionados com a paisagem, como os caminhos, o gado, os moinhos, as actividades profissionais, os produtos agrícolas e florestais, que no seu conjunto contribuem para a caracterização do meio rural. Analisando trezentas e sete posturas da Câmara Municipal de Almada, observa-se que oitenta e duas se referem a questões relacionadas com a actividade rural, nomeadamente as vinhas, o gado, a lenha, as frutas, o peixe, e as cearas.

As *Memórias Paroquiais* coligidas pelo Padre Luís Cardoso, autor do *Dicionário Geográfico* anteriormente referido, resultam de um inquérito dirigido a todas as paróquias do reino, na sequência do sismo de 1755, em virtude do qual se perderam os registos paroquiais já reunidos e apenas parcialmente publicados. Este questionário promovido pela Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino, chefiada por Sebastião José de Carvalho e Melo, procura recolher, através da informação dos párocos, informação detalhada acerca das respectivas paróquias. As respostas ao referido inquérito, cujos manuscritos foram reunidos em quarenta e três volumes, depositados na Torre do Tombo, constituem um elemento fundamental para o estudo do território nacional no século XVIII e, naturalmente, uma fonte privilegiada para a análise da paisagem. Para o estudo do concelho de Almada, analisam-se as respostas relativas às paróquias de Santiago, Nossa Senhora da Assunção, Caparica, Amora, Arrentela, Seixal e Corroios.⁴ No questionário enviado aos párocos, de entre as várias questões colocadas, algumas relacionam-se directamente com a paisagem. Quanto às respostas relativas ao concelho de Almada, é particularmente lacónica a resposta do pároco da freguesia de Nossa Senhora da Assunção. Das vinte e sete perguntas do inquérito, consideraram-se oito, cujas respostas dão indicações acerca da situação geográfica, do povoamento, da exploração do solo, de portos de mar e moinhos.⁵

³ «Posturas da Câmara Municipal de Almada, em 1750», in *Almada na História Boletim de Fontes Documentais*, n.ºs 2 – 9/10, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2006.

⁴ Textos transcritos e publicados por Alexandre Flores, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada n.º 5 – 6*, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003 pp. 23 – 76.

⁵ «3. Quantos vizinhos tem?

4. *Se está situada em campina, vale, ou monte e que povoações se descobrem dela, e quanto dista?*
5. *Se tem Termo seu, que Lugares, ou Aldeias compreende como se chamam e quantos vizinhos tem?*
6. *Se a Paróquia está fora do Lugar, ou dentro dele, e quantos Lugares, ou Aldeias tem a freguesia todos os seus nomes?*

Observemos agora os principais aspectos da paisagem conforme se podem identificar a partir dos textos mencionados, designadamente, o relevo, a água, o povoamento, a terra e os caminhos.

2.2.1. O Relevo

As descrições do relevo nas fontes do século XVIII revelam-se na localização das povoações situadas em pontos elevados, livres de obstáculos visuais, dos quais se desfruta de vistas panorâmicas, descritas pelo padre Luís Cardoso, bem como nas respostas aos inquéritos paroquiais, através da resposta à questão número quatro do questionário: «*Se está situada em campina, vale, ou monte e que povoações se descobrem dela, e quanto dista?*»⁶

Assim, no sentido de identificar a situação topográfica das sete freguesias e principais povoações, analisam-se alguns dos testemunhos recolhidos nessas memórias que permitem reconhecer aspectos da paisagem relacionados com o relevo, especialmente quando indicam situarem-se em lugares elevados, em vales ou em zonas litorais.

Na freguesia da Arrentela, implantada entre os esteiros dos rios Coina e Judeu, a Aldeia de Paio Pires, localizada na margem Este da foz do rio Coina, «*fica em sitio alto, do qual se descobre as seguintes povoações; o Barreiro, Verderena, Palhaes, Palmella, Fornos delRey, e as charnecas, que ficaõ até Nossa Senhora da Atalaya, serra da Arrabida, e Azeitaõ*». ⁷ Do lugar de Arrentela, acerca do qual Luiz Cardoso traça um retrato geográfico preciso⁸, a partir da resposta do pároco Manuel Vieitas de Macedo ao

15. *Quais são os frutos da terra, que os moradores recolhem em maior abundância?*

23. *Se há na terra ou perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre, e se as suas águas têm alguma especial qualidade?*

24. *Se for porto de mar, descreva-se o sítio, que tem por arte, ou por natureza, as embarcações, que o frequentam e que pode admitir?*

25. *Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; e se for Praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nela, ou no seu distrito algum Castelo, ou Torre antiga, e em que estado se acha ao presente?»* *Idem*, pp. 29 – 31.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Luís Cardoso, «Vila e Termo de Almada no Dicionário Geográfico escrito pelo padre Luís Cardoso», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, nº 7 – 8, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2005, p. 11.

⁸ «*Está situada toda esta Freguesia em huma ponta ou lingua de terra, que cercaõ dous braços de mar, hum pela parte Nascente, a que chamam o rio de Coina, e vai findar na mesma Villa; e outro pela parte do Poente. O braço chamado rio de Coina, fazem ter de comprimento huma legua pequena e o Poente, que vem findar, em hum moinho de agua doce junto deste Lugar de Arrentella fazem ter meyo quarto de*

inquérito paroquial, é transmitida informação sobre o relevo e as *vistas*, escrevendo que «*Está situado como promontório eminente a um rio de água salgada que se separa do Tejo em um monte arenoso para a parte do sueste, e fronteira ao és-noroeste dele se descobrem o lugar de Amora que lhe fica fronteiro em distância de meia légua por terra, e por mar dois tiros de espingarda; avista-se a Vila de Almada, e parte do lugar de Caparica para a parte do Norte em Distância de duas léguas; avista-se a Cidade de Lisboa desde Santos velhos entre Nossa Senhora da Madre de Deus, em distância de três léguas, e todo o seu termo que lhe fica fronteiro; avista-se a Vila e Castelo de Palmela, em distância de três léguas, e todos os territórios de premeio destas distâncias*».⁹

A vila de Almada, implantada a Norte, num dos pontos mais elevados do concelho, dividia-se entre as freguesias de Nossa Senhora da Assunção e Santiago. António Carvalho da Costa na sua *Corografia* situa-a «*De fronte de Lisboa para o Sul, em distancia de meya legoa, que medem as ceruleas ondas do mar Oceano, em lugar emminente*»,¹⁰ enquanto Luís Cardoso enumera as povoações e lugares que daí se avistam: «*Está situada no alto de hum rochedo, que a guarnece da parte Sul até à barra, donde se avistaõ a Cidade de Lisboa, que lhe fica ao Norte, a pouca distancia; e mediando o Tejo entre huma, e outra, o Lugar de Belem, e desde a barra até ao Convento de Santos o Velho, Arrentela, Amora, os Paços de Azeitão, o Castello de Cezimbra, Palmella, e os lugares do Seixal, Barreiro, as Villas do Lavradio, AldeaGallega, e Alcochet*».¹¹

Também a freguesia da Amora se encontra, segundo o prior Sebastião Roiz Rosado, «*no plano de cima de um monte donde se descobre não só a maior parte da freguesia, como são o lugar chamado da fonte da prata, o lugar chamado quinta dos Lobatos, o Rio do Judeu, o lugar da Torre, que já é da freguesia da Arrentela, o lugar e freguesia do Seixal, e as muitas quintas e fazendas, que medeiam entre estes lugares e freguesias*».¹²

legua; estão ambos direitos de Norte a Sul: de largura de terra de hum a outro braço, terá esta freguesia maya legua, e de cumprimento huma boa légua». *Ibidem*.

⁹ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 58.

¹⁰ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, officina de Valentim da Costa Deslandes, Lisboa, 1712, p. 309.

¹¹ Luís Cardoso, *op. cit.*, p. 12

¹² Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 42.

Por sua vez, a sede da paróquia de Nossa Senhora do Monte de Caparica, detalhadamente descrita na resposta do padre cura, António Alves da Veiga, encontra-se num «*Sítio eminente em o centro dos dois Promontórios da Lua e Barbárico, ficando este ao Sul, a cuja parte deste mesmo lugar da Igreja se descobre toda a serra da Arrábida, com os castelos de Sesimbra, Palmela e sua vila, onde parece à parte de Leste fazer ângulo agudo a mesma serra, da qual corre pelo horizonte terra menos alta até o sítio da Igreja de N.ª Sr.ª da Atalaia; e em todo o território que fica de permeio, se descortina em distância de três até cinco léguas, muita parte das aldeias de Azeitão, lugares do Seixal, Amora, Telha Palhais e Verderena, e as vilas do Barreiro, Lavradio, e Aldeia Galega, com muitas quintas e casais dispersos, que se descobrem nas campinas do referido território*». ¹³

Junto à margem do rio situa-se o lugar do Seixal, que no *Dicionário Geográfico* é referido como pertencente à freguesia da Arrentela, mas que em 1758 aparece neste inquérito como paróquia autónoma. Tratando-se de um porto de mar: «*Está situado em Praia, e tão próximo ao mar, que em águas vivas prolonga com as mesmas casas; descobrem-se dele para o Norte em distância de duas léguas Lisboa, e seus subúrbios, como assim Alcântara, Senhor da Boa Morte, Rato, parte de São Sebastião da Pedreira, Olivais na distância de três léguas, Sacavém na de quatro, Póvoa na de cinco, Alverca na de seis, Alhandra na de sete, Vila Franca na de oito, e ainda os montes que desta terra ficam ao Norte. Da parte do Sul, descobrem-se vila de Almada parte de Caparica, ambas em distância de légua, Corroios no quarto por mar, e por terra na de légua, Amora por mar, na de meio quarto, e por terra na de quarto, Arrentela por mar, e terra na de meio quarto. E parte da vila do Barreiro por mar na de meio quarto, e por terra quase na de duas léguas*». ¹⁴

Igualmente localizado numa zona baixa, o lugar e freguesia de Corroios: «*Está situado na fralda de um pequeno monte, cujo vale se estende por uma pequena campina para Poente. Dele se não descobre povoação alguma, mas só algumas casas de algumas*

¹³ *Ibidem.*

¹⁴ *Idem*, p. 64.

quintas».¹⁵ Já na freguesia de Santiago situa-se o lugar de Cacilhas que «*Está situado nas margens do rio Tejo, em Huma pequena rocha, que mete para o mar*».¹⁶

Devemos igualmente ter em atenção que a *Corografia Portuguesa* refere com pormenor o Convento de Nossa Senhora da Rosa, que se localiza «*em hum vale tam profundo, que dele se não dilata a vista mais que a dous montes a elle circunvizinhos*».¹⁷ Esta é uma *imagem* contrastante pois opera-se a oposição entre o espaço urbano de grandes horizontes e o espaço religioso propício ao recolhimento.

A importância dada ao que se observa através da visão panorâmica, revela um cuidado particular quanto ao enquadramento do espaço na paisagem. Dessa forma, podemos constatar que as sedes das paróquias e algumas das povoações mais importantes se localizavam em pontos elevados ou junto ao estuário do Tejo, onde pela ausência de obstáculos visuais e pelo facto de o relevo ser pouco acentuado, o horizonte tem por limite a serra da Arrábida a Sul, o oceano a Oeste e na margem Norte a cidade de Lisboa e a serra de Sintra. Em suma, reflectem a morfologia do território pouco acidentada, marcada por algumas elevações de terreno, de onde a vista alcança o horizonte até grandes distâncias.

2.2.2. A Água

Após termos analisado o modo como o relevo é assinalado ao longo do século XVIII, iremos agora determinar como o elemento água é mencionado nas descrições da paisagem. A morfologia do território do concelho de Almada é delimitada pelo rio Tejo a Norte e a Este e pelo Oceano Atlântico a Ocidente. Em resultado da geografia peninsular do território, a água ocupa a maior extensão dos seus limites. A água doce e potável era recolhida em fontes e nascentes situadas nas praias e junto das arribas do Tejo, enquanto nas zonas interiores do território era tirada de poços cuja localização condicionou a sua ocupação. A existência de nascentes naturais está patente na toponímia e na origem de algumas povoações, como Fonte Santa ou Corroios; outras localidades, como o Seixal ou Porto Brandão, situam-se nas praias fluviais e talwegues

¹⁵ *Idem*, p. 70.

¹⁶ Luís Cardoso, *op. cit.*, p. 24.

¹⁷ António Carvalho da Costa, *op. cit.* p. 318.

ao longo da arribada Sul do Tejo; a Costa, nas praias da costa atlântica; Paio Pires, Amora e Arrentela localizam-se na zona ribeirinha do Seixal, nas margens da baía onde desaguam os rios Coina e Judeu.

A freguesia da Arrentela é referida pormenorizadamente por Luís Cardoso, que descreve a frente ribeirinha, identificando diversos elementos úteis para a sua caracterização. O autor descreve as praias livres de obstáculos naturais: «*Tudo é praya de salaõ, nada de rochedo: guarnecem esta praya varias quintas e casas de moinhos, que moem com agua salgada: e ha por aqui alguns pequenos portos*»,¹⁸ as margens cultivadas de vinhas e «*algumas terras, que se cultivaõ, e nelas semeiaõ milho, e feijoens, a que chamam bréjos, por serem humidas, e alagadiças, e com valas que as dispoem para estas sementeiras, e tudo o mais saõ pinhaes, e matos, que provêm de lenha a Cidade de Lisboa*». ¹⁹ E ainda faz menção de um grande olival entre o lugar do Seixal e o Porto do Cortiço.²⁰ Esta descrição da frente ribeirinha nascente referencia igualmente as construções que marcam a paisagem: portos; moinhos e salinas.

No texto de António Carvalho da Costa, as alusões à água identificam-se nos topónimos: *Fonte da Prata*;²¹ *Ribeyro* e *Fontes Santas*. Este autor indica também a fonte do Convento de Nossa Senhora da Rosa «*cuja agua he milagrosa & tem virtude de curar a lepra*». ²² Luís Cardoso refere os mesmos topónimos, acima referidos, salientando a qualidade da água da *Fonte da Prata*²³ e não esquece as virtudes curativas das águas que nascem da fonte de Nossa Senhora da Rosa. Ele identifica na freguesia de Arrentela uma zona de brejos «*nascidos das valas, que se abrem para enxugar a terra e melhor se poder cultivar; e de alguns olhos de agua que pelos mesmos brejos rebentam*». ²⁴ Conforme refere o cura da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Corroios, o topónimo Corroios está relacionado com a existência de nascentes de água doce, «*a quem talvez os antigos pusessem este nome por ficar ao Sul dele do Nascente a Poente um não pequeno campo baixo, e tão húmido, que ainda em o mais ardente e*

¹⁸ Luís Cardoso, *op. cit.*, p. 19.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Cf. Idem*, p. 20.

²¹ António Carvalho da Costa, *op. cit.*, p. 314.

²² *Idem*, p. 32

²³ «*Tem uma fonte chamada da Prata, que é de boa agua*». Luís Cardoso, *Op. cit.*, p. 16.

²⁴ Luís Cardoso, *op. cit.* p. 21

*dilatado verão conserva alguns arroios, ainda que pequenos, de águas que nascidas do Poente correm por entre os brejos».*²⁵

Importa ter em atenção que os inquéritos paroquiais questionam também a existência de fontes. Na vila de Almada existe apenas uma fonte, chamada *da Pipa*, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Assunção, mas referida pelo pároco da freguesia de Santiago.²⁶ O pároco de Caparica identifica três fontes principais: na costa ocidental, situada na base da arriba e desaparecendo na areia da praia, corre de uma telha a água da fonte da Adiça. Na Fonte Santa «*correm dois anéis de água, tão salutífera que da grande epidemia que no século passado houve em quase todos os lugares deste distrito, se observou ficaram ilesos os moradores do dito lugar da Fonte Santa, por virtude preservativa das suas águas*».²⁷ A terceira fonte, mencionada já pelas suas virtudes medicinais, é a que pertence ao convento de Nossa Senhora da Rosa, «*em uma pequena cavidade da terra e onde aparece a diminuta porção da sua água*».²⁸ Na freguesia de Amora, para além da nascente no lugar da Fonte da Prata, o Pároco refere ainda uma «*triste e imunda fonte na praia do mar, que nas enchentes a cobre o mar salgado*».²⁹ As qualidades aquíferas são cuidadosamente indicadas, ainda que se recorra a vocabulários imprecisos, mas denunciando uma fruição da paisagem.

Quanto aos portos, a *Corografia* refere «*O lugar de Cacilhas, que é porto do mar com quinze barcos, o de Motella, & o do Caramujo junto ao mar*»,³⁰ *Portinho da Costa e Porto de Brandão*. O *Dicionário* localiza, na frente ribeirinha virada a Norte, os portos de *Benatega, Trafaria, Portinho da Costa, Porto Brandaõ e Cacilhas*, com «*huma enseada capaz de acomodar quarenta embarcações pequenas*».³¹

A pesca, bem como o transporte e a venda de peixe, são regulamentados em seis posturas, que proíbem a sua prática no rio Tejo entre Junho e Setembro, obrigam a que um terço do pescado seja vendido no concelho, e que seja almotaçado o peixe que vem de fora, o qual só poderá ser transacionado na praça da vila. As posturas municipais a

²⁵ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 68.

²⁶ *Idem*, p. 36.

²⁷ *Idem*, p. 42.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Idem*, p. 56.

³⁰ António Carvalho da Costa, *op. cit.*, p. 310.

³¹ Luís Cardoso, *op. cit.* p. 24.

respeito da pesca indicam que esta era uma actividade de difícil controle e fiscalização, dada a grande extensão das frentes ribeirinhas e atlânticas do concelho, mas cuja importância económica e social justificava o interesse manifesto da administração do concelho, quanto ao seu ordenamento e regras de comércio.

O *Dicionário Geográfico* aponta ao longo das margens do estuário, nas freguesias de Amora e Arrentela, diversos portinhos «*que são serventias das quintas, dos moinhos e carregar lenha para fóra*».³² Esta obra localiza catorze dessas estruturas, indicando alguns nomes, como: Cortiço; Outeiro; Portinho das Mós; Portinho; Lobatos; Prata Fermosas; Mimoso; Caes; Cabo da Marinha; Barroca e Alaminho. Estes locais de acostagem asseguravam o escoamento dos produtos da região e abasteciam de cereal os moinhos de maré, onde os barcos também carregavam a farinha.

Os moinhos de maré, enquanto estruturas pré industriais, foram durante o século XVIII fundamentais ao processamento dos cereais, sendo os da margem Sul que mais contribuíam para o abastecimento de farinha à capital. A sua edificação dependia da existência de recursos económicos avultados, contudo, Luís Cardoso sinaliza vários moinhos, o que denota um investimento no sector moageiro. A freguesia da Amora tem «*suas casas de moinhos, cada huma com cinco ou seis engenhos, que moem com agua salgada do mesmo braço de mar*».³³ Na Arrentela, refere três moinhos: «*o primeiro dos Religiosos de S.Paulo [...] O segundo de Jorge Cabral dos Campos Barreto; e o terceiro do Conde da Ericeira; todos tres tem seu caes pela calheta da agua, que sahe dos rodizios, onde chegaõ os barcos, que os servem para trazerem trigos, e levarem farinhas*».³⁴ Na mesma freguesia menciona ainda, na Quinta da Palmeira, «*hum moinho de salgado de oito pedras*»³⁵ explorado pelos monges Jerónimos, outro na Quinta do Cabo da Linha e um que pertence à quinta do Zeimoto. Para além dos moinhos de maré, Luís Cardoso faz ainda alusão a um moinho movido por água doce «*o qual moe com agua, que lhe vem de uns bréjos, que delle se seguem para a direita*»,³⁶ localizado no fundo do esteiro a Sul da Arrentela.

³² *Idem*, p. 19

³³ *Idem*, p. 17.

³⁴ *Idem*, p. 20

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Idem*, p. 21.

Por último, importa referir a «*marinha de sal, que he dos Religiosos de Belem*»,³⁷ situada na margem poente. Apesar das condições favoráveis, a salicultura nunca atingiu grande expressão na região, não obstante as indicações do juiz de fora de Almada para que «*Todos os donos, sem excepção pessoas, das ditas prayas, murraçaes, ou baixios, que forem assignalados para marinhas de Sal, serão obrigados de as fazer dentro do prazo de cinco annos*»,³⁸ conforme a proposta de *Regimento* datada de 1771 e dirigida ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Mas além deste *desenho* da água no espaço geográfico, importa agora entender como se traça a ocupação humana do território.

2.2.3. O Povoamento

Quanto ao povoamento, que representa um aspecto essencial para a caracterização da paisagem do concelho de Almada no século XVIII, as localidades identificadas são compostas por aglomerados populacionais de diferente densidade, que vão das centenas de fogos a algumas unidades.

A busca de elementos paisagísticos associados ao povoamento confronta-nos com duas realidades distintas mas interligadas, as habitações e os indivíduos. Nos documentos analisados: corografias, dicionários geográficos e posturas municipais, os dados relativos ao povoamento mencionam número de vizinhos, número de fogos ou número de habitantes, sendo que este varia em função da idade, pois contabilizam-se, na maior parte dos casos, apenas aqueles que comungam na missa e conseqüentemente se confessam, integrando assim os róis paroquiais, que estão na base da maioria dos dados apresentados. Neste contexto, considera-se que em termos operativos será mais objectivo limitar a análise ao edificado, constituído pelas habitações. Ainda assim, temos de considerar que algumas fontes referem o número de fogos, enquanto outras referem o de vizinhos. Se equiparmos vizinho a morador chefe de família, podemos fazer corresponder com alguma margem de erro, a cada família um fogo, desta forma obtém-se um conjunto de dados estatísticos sobre o tipo e evolução do povoamento no concelho durante o século XVIII.

³⁷ *Idem*, p. 20.

³⁸ Mário Fernandes, «Documentos Relativos à História de Almada: proposta de Regimento para a Administração do Concelho de Almada», in *Al-Madan*, n.º 5 IIª série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1996, p. 178.

Quadro 6

População do concelho de Almada no século XVIII

Povoação	<i>Corografia Portuguesa</i>	<i>Dicionário Geográfico</i>	<i>Memórias Paroquiais</i>
	António Carvalho da Costa 1712	Luís Cardoso 1747	1758
Amora		172	239
Arrentela	400	563	428
Caparica	200	914	1164
Corroios	80		13
Santa Maria		254	311
Santiago	650	476	645
Seixal			329
Cacilhas		158	
TOTAL	1330	2537	3129

Através do quadro 6 podemos observar que entre 1712 e 1758, datas extremas dos documentos consultados, houve um aumento generalizado do número de vizinhos e de fogos. Destaca-se a freguesia da Arrentela, com o elevado número de quatrocentos vizinhos, referido por António Carvalho da Costa, que denota um povoamento significativo quando comparado com a freguesia de Caparica, com metade dos habitantes. O decréscimo de população na freguesia de Arrentela, entre os anos de 1747 e 1758, dever-se-á provavelmente à criação da freguesia do Seixal, entretanto desanexada do território da Arrentela. Na Caparica observa-se um aumento acentuado da população, registado pelas *Memórias Paroquiais* de 1758, enquanto a freguesia de Corroios diminuiu substancialmente o número de vizinhos durante o período considerado.

Independentemente de nem todos os topónimos corresponderem a povoações, mas considerando a sua importância para o estudo da ocupação do território, identificaram-se nos textos acima referidos setenta e um topónimos, distribuídos pelas sete freguesias do concelho de Almada, duas na vila: Santa Maria do Castelo e Santiago, e cinco no termo: Amora; Arrentela; Caparica; Corroios e Seixal, sendo que cinquenta topónimos correspondem à freguesia de Caparica, a qual se encontrava dividida em cinco *varas*,³⁹ nomeadamente, Fonte Santa, Funchal, Murfacém, Ribeiro e Sobreda

³⁹ A divisão das diversas povoações da freguesia de Caparica em *varas*, deriva segundo Joaquim Vieira Júnior, da necessidade de regular a participação das populações no Círio anual a Nossa Senhora do Cabo Espichel, por forma em que em cada ano competia a uma das *varas* organizar a romagem e as festas no Cabo. Como aliás já anteriormente referimos.

Quadro 7

Topónimos do concelho de Almada referidos nos textos do século XVIII divididos por freguesias

AMORA	ARRENTELA	CORROIOS	SANTA MARIA	SANTIAGO
Amora	Aldeia de Payo Pires	Corroyos	Almada	Almada
Cheyra-ventos	Arrentella		Arrabida	Bysbaya
Fonte da Prata	Cussena		Pragal	Caramujo
Rossio da Amora	Seixal			Cassilhas
Talaminho	Torre (da Marinha)			Figueirinhas
				Mutela
				Piedade

CAPARICA				
Vara da Fonte Santa	Vara do Funchal	Vara de Murfacém	Vara do Ribeiro	Vara da Sobreda
Banática	Aldeia de Funchal	Cova	Caneira	Aldeia do Vale
Bairro da Figueira	Arieiro	Morfacem	Pera de cima	Arieiro
Castelo Picaõ	Casais da Qtª da Banha	Portinho da Costa	Pera de baixo	Azinhaga
Costas de Caõ	Casalinho da Rosa	Portinho de Buxos	Possolos	Barriga / Cella-nova
Fontes Santas	Cebolal	Trafaria	Qtª de D. J. de Meneses	Casas Velhas
Monte /Sítio da Igreja	Charneca		Raposeira	Graciosa
Paulina	Lugar de Funchal		Ribeyro	Juncal
Porto de Brandão	Outeiro			Seixeira
Torre	Telhal			Silveira
	Vale de Figueira			Sobreda
	Vale do Grojeiro			Vale
	Vale do Tojeiro			Vale de Figueira
	Villa Nova de Baixo			Vale de Grou
	Villa Nova de Cima			Vale de Rosal
				Vársea

Conforme se observa no quadro 7, a freguesia de Caparica integrava a maioria dos lugares e povoações do concelho de Almada, em parte devido à sua grande extensão, mas também por corresponder à zona de maior e mais intensiva exploração agrícola, abarcava um maior número de povoações dispersas e cuja população foi aumentando progressivamente ao longo do século XVIII, enquanto nas restantes freguesias é junto às zonas ribeirinhas que se localizam as principais povoações. Deduz-se portanto que a zona Sul do concelho se encontrava despovoada.

Entre as actividades exercidas pela população do concelho, identificadas nas posturas municipais, para além dos arrais, barqueiros, carreiros, marchantes, moleiros, tanoeiros, taberneiros, padeiras, vendedeiras e almocreves, encontram-se profissões directamente ligadas ao trabalho rural como: *rendeiros*; *vinheiros* (responsáveis pela guarda das vinhas); *jornaleiros* e *ceifeiros*, sem esquecer os pastores e os pescadores. As posturas que regulamentam o trabalho agrícola demonstram uma escassez de mão-de-obra face às necessidades, conforme se observa na proibição de os homens da terra saírem para

ceifar no Alentejo antes de serem ceifadas as cearas do concelho.⁴⁰ Por outro lado, encontramos nestas mesmas posturas a fixação do valor máximo das jornas conforme os respectivos trabalhos a realizar. Estas medidas prendem-se com o facto dos trabalhadores exigirem jornas cada vez mais altas, aproveitando-se da falta de braços para a lavoura das terras de Almada.

2.2.4. A Terra

As referências à ocupação do solo estão patentes de uma forma geral nas posturas do século XVIII, como aliás se infere do que anteriormente analisamos, mas devemos neste momento ampliar a nossa análise e mesmo precisar que cinquenta e três posturas tratam de questões relacionadas com gado, regulamentando a sua criação, transporte e comércio. Constatam-se que a maioria das infracções relacionadas com o gado, quer seja de criação, de trabalho, ou em trânsito, resultam dos estragos causados nas culturas agrícolas, nas vinhas, pomares e pinhais. Algumas posturas limitam ou proíbem a criação de gado, principalmente porcos, devido aos efeitos nocivos do pastoreio, o que demonstra que os recursos agrícolas e florestais da região eram valorizados face à produção pecuária, pois mesmo os terrenos incultos eram intensamente explorados.

Estes ocupavam grande parte do território, coberto por pinhal e charneca. O aproveitamento silvícola da região incluía a produção de mel, condicionando a colocação de colmeias entre vinhas⁴¹ e o corte de vegetação «*dois tiros de besta ao redor das cilhas em que estiverem colmeias*».⁴² A apanha da grã, matéria-prima utilizada na tinturaria de tecidos, só era permitida após «*o dia de vera cruz de Mayo por diante*»,⁴³ condicionando deste modo a sua exploração.

Vinte e quatro posturas referem-se especificamente à vinha, prevenindo, para além da destruição por animais, o roubo de uvas, bacelos ou vides, regulamentando o trabalho nas vinhas e o transporte da uva, bem como a obrigação de as manter vedadas e de

⁴⁰ Cf. «Posturas da Câmara Municipal de Almada em 1750», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, nº 3 – 4, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico / Câmara Municipal de Almada, 2003, p. 50.

⁴¹ «Postura que nenhuma pessoa tenha colmeia entre vinhas salvo se for enxame tomado aquelle anno», *idem*, p. 56.

⁴² *Idem*, nº 5-6, 2004, p. 51.

⁴³ *Idem*, p. 45.

assegurar a limpeza dos caminhos que lhes estão contíguos. Por sua vez, o comércio de vinho é regulamentado em dezanove posturas, que ditam o preço e as condições de venda, limitam ou proíbem o transporte e transacção de vinhos produzidos fora do concelho, a fiscalização das tabernas e do armazenamento e transformação dos vinhos. A atenção dada pelas autoridades municipais à produção vitícola reforça mais uma vez a sua importância económica enquanto produção agrícola dominante face a outras culturas, como os pomares de fruta, as cearas, a oliveira e a amoreira.

Através das posturas, observa-se ainda uma tentativa da administração municipal de actuar no ordenamento do território, nomeadamente através do incentivo à plantação de amoreiras e na prevenção de fogos. No primeiro caso, três posturas referem-se especificamente à amoreira, obrigando cada proprietário de terra a plantar amoreiras, proibindo o seu corte sem licença do senado da Câmara:⁴⁴ «*Que todos os Lavradores, sem excepção de pessoa que nesta Villa ou termo, tive[ssem] Quintas, terras e ainda quintais, ou outras qualidades de fazendas, exceto pinhais, serão obrigados a plantar, e conservar as Amoreiras que a Camara arbitrar, a cada uma das ditas propriedades*».⁴⁵ A atenção dada a estas árvores relaciona-se directamente com a intenção de promover a produção de seda, no âmbito da política pombalina, como observa Mário Fernandes, na publicação da proposta de *Regimento*, já citada, redigida por José Manuel da Cruz Mendes, juiz de fora de Almada⁴⁶ e da qual parte do conteúdo foi trasladado para as posturas municipais. A proibição dos rebanhos de cabras entrarem em pinhais queimados,⁴⁷ indica que a ocorrência de incêndios era um factor de transformação da paisagem rural, que a administração municipal entendia dever combater. Porém importa igualmente ter em atenção aqueles que são outro dos elementos integrantes da paisagem: os caminhos.

⁴⁴ «Posturas da Câmara Municipal de Almada em 1750», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, n.º 9 – 10, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2006, p. 50.

⁴⁵ *Idem*, p. 45.

⁴⁶ Cf. Mário Fernandes, «Documentos Relativos à História de Almada: proposta de Regimento para a Administração do Concelho de Almada», in *Al-Madan*, n.º 5 IIª série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1996, pp. 169 – 179.

⁴⁷ «Postura para que as Cabras não entrem nos Pinhais queimados», «Livro de Posturas», in *Almada na História Boletim de Fontes Documentais*, n.º 9 – 10, p. 43.

2.2.5. Os Caminhos

As vias de comunicação fluviais e terrestres modelam a paisagem, e quando analisamos as posturas municipais, verificamos que relativamente às primeiras estas tratam exclusivamente do rio Tejo e da actividade no porto de Cacilhas, o mais importante nesta zona da margem Sul. Quatro posturas referem-se ao pagamento de um imposto destinado à manutenção das calçadas, pago pelos almocreves e proprietários de carros ou bestas de carga. Entre estas encontra-se a calçada da Mutela, que se pretende resguardar do tráfego de carros, certamente por questões de conservação, quando se determina que: «nenhum carreiro assim desta vila como do seu termo passe com o seu carro carregado, nem vazio pella calçada de Mutella e São Simão, salvo quando fizerem tão notáveis atolleiros que não possam hir por outra parte».⁴⁸ Existiam alternativas a esta via, que no entanto poderiam ficar intransitáveis devido às cheias, permitindo-se nessas ocasiões a passagem dos carros na calçada da Mutela, que fazia parte da ligação de Cacilhas à Cova da Piedade, e na de São Simão, onde se iniciava a ligação da Cova da Piedade a Corroios. Ressalta nestas posturas que os moradores do termo pagariam metade do imposto cobrado aos moradores da vila. Pode-se assim constatar que no termo não existiriam pavimentos calcetados, mas apenas caminhos ou estradas de terra.

As estradas eram ladeadas por valas destinadas a escorrer as águas e a vedar as propriedades, conforme se depreende das sete posturas que tratam da manutenção e limpeza dos valados contíguos aos caminhos. Era da responsabilidade dos donos dos terrenos a limpeza das bermas durante o mês de Abril por quem: «tiver vinhas e herdades que entestarem nos caminhos do concelho que fação as testadas dos seus valados e cortem os seus silvados e mattos de maneira que os caminhos sejam livres e dezempachados».⁴⁹ Pelo que se infere que seria frequente os caminhos estarem sujos e intransitáveis, pois «os caminhos do concelho, e nos vallados das ditas havia muntos mattos silvados de maneira que tapão os caminhos e os sujão de maneira que não podem andar por elles».⁵⁰ Os muros ou cercas seriam raros na paisagem rural do

⁴⁸ *Idem*, nº 2, p. 26.

⁴⁹ *Idem*, p. 27.

⁵⁰ *Ibidem*.

concelho, visto que a vedação das propriedades seria predominantemente feita por valas ou sebes naturais que evitavam a passagem de animais que as invadissem.

Para além da já referida calçada da Mutela, as posturas fazem ainda menção a uma outra que ligava Cacilhas à vila de Almada e outra desta à Fonte da Pipa.⁵¹ É também referida uma estrada que ligava Corroios à Sobreda, a propósito da proibição de cortar mato nos pinhais que a ladeiam sem licença dos proprietários e da câmara.⁵² Outras posturas, não mencionando os caminhos ou estradas, apontam no entanto para o tráfego regular de gado e de pescado que circulava pelo território do concelho, deixando perceber a existência de uma rede de vias de comunicação que ligava entre si as várias povoações do concelho e deste com o de Sesimbra, com o qual tinha fronteira.

Após se terem examinado os elementos da paisagem patentes nas corografias e documentação do século XVIII, identificam-se seguidamente nos textos do século XIX os diversos aspectos relacionados com a paisagem, não só no sentido de observar as alterações operadas, mas também de assinalar as diferentes formas de comentar e explicar o meio físico que a constitui.

2.3. Paisagens de Almada e Seixal do século XIX

Durante o século XIX, a paisagem da região manteve na sua maior parte as características já identificadas, no entanto, observam-se algumas alterações quanto à divisão administrativa do território, que passa a dividir-se, a partir de 1836, entre os concelhos de Almada e Seixal. As fontes consultadas com datas posteriores a 1836 referem cada concelho separadamente, como acontece com as posturas municipais do concelho do Seixal, datadas de 1837, e as do concelho de Almada, de 1886.

O único documento analisado que antecede a criação do concelho do Seixal está directamente relacionado com essa reforma administrativa, visto tratar-se de uma *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, datada de 16 de Maio de 1835, redigida por José Joaquim de Silva Chaves, provedor do Concelho e dirigida à *Comissão Encarregada de Propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e*

⁵¹ *Idem*, nº 7 – 8, 2005, p. 40.

⁵² *Idem*, p. 36.

Administrativa, que no ano seguinte cria o concelho do Seixal. Nesse sentido, considera-se oportuno que, tratando-se de um documento inédito, se apresente um resumo desta fonte privilegiada para o estudo dos concelhos de Almada e Seixal em meados do século XIX, a qual contribui para o enquadramento histórico da paisagem sobre a qual nos debruçamos.

A *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo* começa por localizar geograficamente a região, descreve a sua situação relativamente à foz do Tejo, referindo o clima, a abundância de água, de «*fructus savorozos e assim de mimosas hortaliças*», e o «*peixe do alto mar*».⁵³ As febres intermitentes que assolam o termo, que se tornam por vezes epidémicas, deveriam, segundo o autor, ser combatidas através do aterro dos pântanos e da drenagem dos campos.

Historicamente, faz menção da tomada da vila aos mouros por D. Afonso Henriques e descreve com pormenor a batalha entre as tropas miguelistas e as liberais, comandadas pelo duque da Terceira, que teve lugar na Cova da Piedade, a 23 de Julho de 1833 e que antecedeu a entrada triunfante das forças liberais em Lisboa no dia seguinte.

Seguidamente, indicando neste texto os *Estabelecimentos de Caridade* existentes no concelho e sediados na vila, nomeadamente a *Caza da Mizericordia* e a *Albergaria de S. Lazaro*, enumera os respectivos rendimentos e encargos. Quanto à instrução pública, as duas aulas existentes no concelho eram: a de Gramática Latina com um professor e um discípulo, enquanto a de Primeiras Letras se encontra vaga, por falta de professor. Os atentados à ordem, que diz ser raras vezes violada, são as rixas provocadas devido ao abuso do vinho. Refere ainda assaltos esporádicos, que ocorrem na estrada para Sesimbra, perpetrados por marginais que se acoitam junto da população piscatória da Costa de Caparica.⁵⁴

Este documento apresenta igualmente um mapa da população do concelho, indicando-se o número de fogos e habitantes por lugares e respectivas freguesias, num total três mil quinhentos e quarenta e seis fogos e treze mil trezentos e cinquenta e nove habitantes.

⁵³ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 3 f. (ver anexo documento 1)

⁵⁴ Cf. *Idem*, fl. 7 f.

Não deixa de se salientar que destes números se excluem os cerca de quatro mil homens que sazonalmente vêm trabalhar na agricultura e na pesca.⁵⁵ A «*Agricultura, Pesca Offícios Mechanicos, e da Marinha*»⁵⁶ constituem as principais actividades de subsistência citadas. Curiosamente, os agricultores são a minoria, em virtude de os filhos naturais da terra preferirem a vida marítima ao trabalho do campo, não deixando de ser referido que a agricultura era a principal actividade produtiva da região. Sendo necessária mão-de-obra, proveniente principalmente da Beira e do Minho «*que vem nos principios de Setembro e ordinário se demorão até ao fim de Abril*».⁵⁷

Acerca do comércio e indústrias no concelho, aponta para a insuficiência da produção local no que respeita a produtos de primeira necessidade, sendo o vinho a única produção excedentária. Situação que deriva do «*grande preço que tiveram os vinhos nos sette annos da guerra Peninsular, o Commercio do Brazil em quanto foi privativo dando-lhe grande extracção convidarão os Proprietarios a unicamente se empregarem nesta qualidade de plantaçoens*».⁵⁸

Com a alteração da conjuntura político-económica, principalmente com a independência do Brasil, a monocultura da vinha revela-se desastrosa para a economia rural do concelho, na medida em que, tendo muitas cearas sido convertidas em vinha, faltavam os cereais para abastecimento local, enquanto o vinho «*estagnado nas Adegas por falta de consumo produz hum superfluo, que não sendo necessario no giro mercantil, he necessario que o lavrador o sacrifique ao modico preço que o mercador sempre offerece quando não precisa*».⁵⁹ Assim, a queda do preço do vinho é apresentada como a causa da decadência da agricultura no concelho. As lenhas e ramas de pinheiro que abastecem a cidade de Lisboa são, a seguir ao vinho, a principal produção da região, que é considerada a mais lucrativa visto que «*o seu costeamento hé pouco dispendioso e o seu produto sempre procurado*».⁶⁰

Conclui ainda o autor da *Memória Económica*, que a capital é o principal consumidor das produções do concelho de Almada, que tem poucas relações comerciais com os

⁵⁵ Cf. *Idem*, fl. 9 v.

⁵⁶ *Idem*, fl. 10 f.

⁵⁷ *Idem*, fl. 12 v.

⁵⁸ *Idem*, fl. 12 f.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Idem*, fl. 15 v.

concelhos vizinhos. Salienta a posição privilegiada do porto de Cacilhas, onde «*toda a hora se encontra maré, condição única que não acha nos outros portos da margem esquerda do Tejo*»,⁶¹ e que, caso existissem boas vias de comunicação terrestre «*deveria a Villa ser hum intreposto do Commercio do Alentejo*». ⁶² Quanto a instalações industriais, apenas indica o «*Lavadouro e Pizão que faz parte da Officina Nacional das Mantas do Exercito*». ⁶³ De entre os ofícios mecânicos destaca a tanoaria, que se encontrava em decadência devido à referida quebra do comércio do vinho. Lamenta a inexistência de *Corporaçoens de Officios* e a pouca indústria dos habitantes, responsável pela pobreza do concelho, «*que aliás tem todas as proporcoens e possui vantagens locaes que se fossem ajudadas tornarião esta Povoação a mais florescente do Reyno*». ⁶⁴

Já acerca da *Policia* no concelho, o autor da *Memória* elogia as posturas municipais no que diz respeito à saúde pública por via da limpeza das ruas. O problema mais grave reside no jogo e nas desavenças daí resultantes, pois embora proibido nas vendas e tabernas, estas proliferam no concelho (por falta de escoamento do vinho no mercado externo). Nesse sentido, refere a proibição do «*uso de paos com mais de cinco palmos e de grande grossura; e fazendo que as tavernas se fechem às horas destinadas pelos regulamentos geraes*». ⁶⁵

No ponto designado *Da Camara e Concelho* narra-se a situação administrativa do Concelho. São mencionados os forais de D. Sancho I e D. Manuel e assinala-se que Almada havia sido cabeça de comarca até 1782, quando esta prerrogativa passa para a Câmara de Setúbal. Diz-se o nome do primeiro Juiz de Fora nomeado para o cargo, no ano de 1686, e referencia-se o número de procuradores do concelho que eram enviados às Cortes. Neste texto indicam-se também as rendas e as principais despesas do concelho, sendo as despesas de maior valor, como a criação dos expostos, retiradas do Cofre das Sizas. Descreve-se igualmente a composição da Comarca antes e depois do regime constitucional e aponta-se o concelho como: «*hum dos mais numerosos da*

⁶¹ *Ibidem.*

⁶² *Idem*, fl. 16 f.

⁶³ *Ibidem.*

⁶⁴ *Idem*, fl. 16 v.

⁶⁵ *Idem*, fl. 17 f.

Provincia do Alem Tejo». ⁶⁶ Acerca dos limites do concelho, quando descreve o *Pinhal dos Medos* refere: «*Tem este Pinhal pouco mais de huma legoa de extenção e corre ao longo da costa do mar, vai acabar na Lagoa d'Albufeira da qual hum pouco a baixo termina o Termo d'Almada e principia o de Sesimbra*», ⁶⁷ pelo que podemos constatar que o limite Sul do concelho abrangia uma área muito superior à da actual circunscrição.

O documento termina identificando as actividades que mantêm a subsistência da população, «*consistindo na agricultura principalmente das vinhas, e no que rendem as madeiras único produto dos Pinhaes na Pescaria da Costa e do alto mar*». ⁶⁸ Para esta actividade solicitava-se a participação do Governo no sentido de a apoiar e de criar infra-estruturas viárias que facilitassem o comércio com os concelhos limítrofes e a ligação à vila de Setúbal. A este propósito, alude-se à nomeação de um *Superintendente da Agricultura, na Margem esquerda do Tejo*, durante a regência de D. João VI, sem que se tenha detectado qualquer benefício, mas sim «*de gravar o Concelho pelo ordenado que annualmente pagava ao invisivel superintendente*». ⁶⁹ O texto termina manifestando o apreço pela obra realizada pelo novo governo, que acredita será capaz de resolver os «*interesses da família Portuguesa*». ⁷⁰

Em resultado do trabalho da Comissão destinatária da *Memória Económica*, o concelho do Seixal é criado no ano seguinte, desanexando território ao concelho de Almada. Para essa decisão terá certamente contribuído o referido documento, o qual apenas refere a zona do Seixal a propósito da «*Cholera Morbus que no anno de 1833 assolou este desgraçado Reyno não se fez pouco sentir este Distrito levando talvez hua quarta parte da sua população á sepultura. Foi no Lugar do Seixal aonde ella principiou a se manifestar, cujos habitantes são quasi todos pescadores do Alto Mar, dali se estendeu pelas mais povoaçoens com espantosa furia. Toda via he para nottar que os trez lugares mais proximos Amora, Arrentella, e Aldea de Paio Pires não forão atacados da epidemia, pois apenas houve hum ou outro cazo da infermidade*». ⁷¹

⁶⁶ *Idem*, fl. 18 v.

⁶⁷ *Idem*, fl. 9 f.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Idem*, fl. 19 f.

⁷⁰ *Idem*, fl. 19 v.

⁷¹ *Idem*, fl. 3 f.

O *Mappa da População da Villa d'Almada e seu Termo*⁷² apresentado pelo provedor do concelho refere as freguesias de Amora, Corroios, Seixal, Arrentela e Paio Pires, cujo número de habitantes somava quatro mil trezentos e noventa e três, cerca de um terço da população total do Concelho, composta por treze mil trezentos e cinquenta e nove habitantes. É dada maior importância à zona Norte do concelho, onde se descrevem as povoações da Costa, Sobreda, Pragal e Charneca, assim como o clima, o relevo e as principais actividades económicas. Esta abordagem denota alguma falta de interesse quanto aos territórios a Sul e a Este, mais afastados da sede do concelho.

As obras corográficas do século XIX conferem maior importância aos dados estatísticos e administrativos. No que diz respeito aos elementos da paisagem, repetem algumas das descrições das obras anteriores, sem desenvolver propriamente uma descrição do território. Importa, no entanto, reter algumas notas acerca de aspectos omitidos nas fontes anteriores. De entre as obras coligidas, é de salientar *Vila e Termo de Almada*, da autoria de Duarte Vieira Júnior, cujo detalhe contribui para um melhor conhecimento da freguesia de Caparica nos finais do século XIX, nomeadamente ao nível da toponímia.

Por sua vez, as posturas municipais dos concelhos do Seixal e Almada, apesar de reflectirem uma sociedade mais urbanizada, prevêm ainda várias ocorrências relacionadas com o espaço rural, incidindo a regulamentação na fiscalização das actividades produtivas e comerciais, na manutenção das vias de comunicação e no trânsito terrestre e fluvial. As posturas do século XIX apresentam-se divididas por temas e cada uma é composta por um ou vários artigos. As dezasseis posturas municipais do Seixal redigidas em 1837,⁷³ após a criação do concelho, dividem-se em sessenta e oito artigos, enquanto para Almada, o documento datado de 1886, compõe-se de vinte e três posturas e duzentos e seis artigos.

Vejamos agora como o clima e o relevo da região são mencionados nos textos do século XIX. Relativamente ao clima, as fontes do século XVIII e XIX são omissas, com excepção da *Memória Económica*, por outro lado, o relevo é descrito por vários autores quando abordam os concelhos de Almada e Seixal.

⁷² *Idem*, fl. 7 v.

⁷³ AHCMS, *Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal do Seixal pertencente ao Juiz. Elleito da mesma freguesia*, 1841, /B/A/06/CX001 Doc. 3, (ver anexo documento 3)

2.3.1. O Clima e o Relevo

A *Memória Económica* de José Joaquim de Silva Chaves apresenta uma caracterização do clima do concelho de Almada que traduz um conhecimento da região apoiado na observação. Distingue a vila onde «*o ar sem obstaculo gira livre, e por isso goza de huã atmosphaera tanto pura quanto se pode dezejjar*». ⁷⁴ Do restante território do concelho «*Não hé o Termo tão sadio como a Villa. Há no Verão muitas febres intermitentes especialmente na gente do campo*». ⁷⁵ A Primavera e o Outono são as estações de temperatura mais aprazível enquanto «*O Verão hé algum tanto arido; os ventos Nortes soprão rijos durante quasi todo elle principalmente de tarde ao mesmo tempo que o Sol ardente se faz sentir dardejando logo desde o seu primeiro raiar até de todo se esconder no Oceano. O Inverno hé desabrido, porque a Villa sem abrigo está exposta aos ventos fortes que soprão de Nordeste a Sudweste, O clima hé de temperatura inconstante, mas não deicha de ser por isso bastante saudavel*». ⁷⁶

Quanto às corografias, as principais referências para o século XIX quanto ao relevo da região localizam a vila de Almada numa montanha defronte da cidade de Lisboa, fazendo «*hum plano inclinado para o lado do Nascente, cahindo sobre a bahia conhecida pelo nome de Cova da Piedade*», para Norte «*é cortada quasi a prumo, escavando-lhe a base as ondas do Tejo*», ⁷⁷ enquanto no interior do concelho «*são as terras mais planas, cortadas de pequenos outeiros*». ⁷⁸ O concelho do Seixal é caracterizado por Pinho Leal como sendo «*bastante accidentado*». O autor situa a povoação da Arrentela numa encosta, ⁷⁹ a aldeia de Paio Pires «*assente em uma pequena eminencia*» ⁸⁰ e a Amora numa elevação de onde «*se descobre Lisboa, Almada, Cezimbra e outras povoações menores*». ⁸¹ Mas observemos como os textos do século

⁷⁴ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 2 f. (ver anexo documento 1)

⁷⁵ *Idem*, fl. 3 f.

⁷⁶ *Idem*, fl. 2 f.

⁷⁷ Vilhena Barbosa, *Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brasão D'armas*, Typographia do Panorama, Lisboa 1860, p.18.

⁷⁸ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 11 f. (ver anexo documento 1)

⁷⁹ Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. IX, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 77.

⁸⁰ *Idem*, p. 77.

⁸¹ *Idem*, Vol. I, p. 142.

XIX referem os recursos hídricos e as frentes de água dos concelhos de Almada e Seixal.

2.3.2. A Água

No concelho do Seixal «*limitado ao N. e N. O. pelo d'Almada – ao O. e S. pelo de Cezimbra – ao S. pelo d'Azeitão (hoje Setubal) – e ao E. pelo Tejo*»,⁸² Pinho Leal localiza as seguintes povoações ribeirinhas: a aldeia de Paio Pires com «*uma unica rua tortuosa*»;⁸³ o Seixal, onde a maior parte dos habitantes são pescadores «*do alto (de fora da barra)*»;⁸⁴ a Arrentela com as suas praias «*todas de areia, sem pedras, e os esteiros (que quase todos seccam na vasante) de pouco fundo só navegaveis por pequenos barcos*»;⁸⁵ e a Amora, freguesia em cujas margens desaguam «*dois rios de agua dôce, chamados Judeu e Corrôios*», onde laboravam moinhos e estavam instalados «*nove portos, que são Rapoza, Carrasco, Quinta dos Lobatos, Prata, das Formosas, do Minhoto, Cabo-da-Marinha, Barroca e Alaminho*». ⁸⁶ É também mencionado o lugar da Azinheira em «*uma ponta de terra, que entra pelas aguas do Tejo, e forma o chamado "Rio de Côina", onde estão dois grandes armazens do Estado, e na praia contigua, muita madeira soterrada para construcções navaes*». ⁸⁷ Na margem do mesmo rio funcionavam dois moinhos de maré na quinta dos Paulistas, outro na quinta da Madre de Deus, um lagar de azeite na Quinta Nova e uma azenha designada do José Moto. ⁸⁸

As posturas municipais do concelho do Seixal regulamentam a utilização das praias, através de artigos que proíbem o armazenamento de madeira nesse locais, penalizam os responsáveis pela permanência de estacas para construção de embarcações e condicionam as áreas destinadas à construção naval nas praias, estabelecendo as condições para a extracção de areia e utilização de vazadouros públicos. Prescreve-se igualmente a manutenção de uma carreira de canoas a unir as margens da baía do

⁸² *Idem*, Vol. IX, p. 77.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Idem*, p. 76.

⁸⁵ *Idem*, Vol. I, p. 238.

⁸⁶ *Idem*, p. 201.

⁸⁷ *Idem*, Vol. IX, p. 77.

⁸⁸ *Ibidem*.

Seixal, entre o Moinho da Passagem e a praia do Seixal.⁸⁹ São também referidas valas de escoamento, «*as Vallas reaes, incluindo a que passa no Rio do Judeo, ou as Vallas geraes que dão escuante aos Brejos d'uns para outros, em todas as partes deste Conselho, e onde houver terras de semelhante natureza*»,⁹⁰ as quais deveriam ser limpas pelos proprietários, rendeiros ou feitores dos terrenos que fizessem extrema com as ditas valas, isto é, quando estas valas correspondiam a limites de propriedade ou as separavam dos caminhos públicos.

No Concelho de Almada destaca-se, na freguesia de Santiago, o porto de Cacilhas «*na raiz do monte d'Almada*»,⁹¹ dada à possibilidade «*de toda a hora se encontrar maré, condição única que não acha nos outros portos da margem esquerda do Tejo.*»⁹² As águas «*são boas, e ha dellas abundancia para o lado da montanha que deita sobre o Tejo, fronteiro a Lisboa a que chamão Almaraz*». ⁹³ O abastecimento à vila de Almada, e não só, era assegurado pela Fonte da Pipa, «*de excellente e abundante agua que ali brota, de que se provêem muitas embarcações, e que tem muitas vezes abastecido d'aguas uma parte da capital em annos de sêcca*». ⁹⁴ João Maria Baptista menciona ainda a fonte da *Biquinha*, situada na quinta do Alfeite «*que segundo o "Aquilejo" de Fonseca é medicinal contra a dôr de pedra e areias da bexiga*». ⁹⁵

Durante o século XIX, a frente ribeirinha de Almada é também utilizada para a instalação de armazéns de vinho destinado ao comércio externo. Estes localizavam-se no Ginjal, «*aonde há grandes armazens para retém de Vinhos de embarque*»,⁹⁶ na Margueira, onde, para além dos ditos armazéns, estava «*estabelecido o grande Laboratorio Chimico, o maior que há em Portugal*»,⁹⁷ no Caramujo, onde «*há grande*

⁸⁹ AHCMS, *Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal do Seixal pertencente ao Juiz. Elleito da mesma freguesia*, 1841, /B/A/06/CX001 Doc. 3, artºs. 60 a 66, (ver anexo documento 3).

⁹⁰ *Idem*, artº. 10.

⁹¹ Vilhena Barbosa, *op. cit.*, p. 21.

⁹² AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 15 f. (ver anexo documento 1).

⁹³ *Idem*, fl. 2 f.

⁹⁴ João Maria Baptista, *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874 – 1879, p. 379.

⁹⁵ *Idem*, p. 380.

⁹⁶ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 8 f. (ver anexo documento 1).

⁹⁷ *Ibidem*.

deposito de vinhos»⁹⁸ e ainda no Portinho da Costa, onde, segundo Vieira Júnior, existiam grandes depósitos de vinho, propriedade de Joaquim Polycarpo de Almeida, que «foi antigamente um grande auxilio para os fazendeiros de Caparica, pois o seu commercio de vinhos, em grande escala, para os portos estrangeiros, que armazenava nos seus grandes depósitos do Portinho, bastante facultava as vendas aos viticultores da freguezia e ainda aos de todo o concelho».⁹⁹

No limite Norte da freguesia de Caparica, Vieira Júnior regista: «o rio Tejo, que banha na extensão de 12 kilometros pelos portos de Banatica ("Banatega") Porto Brandão, Paulina ("Torre Velha"), Portinho ("do Costa"), Buxos e Trafaria até á "Ponta da Gollada", restinga de areia que vae á torre do Bugio (S. Lourenço)».¹⁰⁰ Destaca-se deste conjunto o Porto Brandão, «porto de transporte do interior para aquella parte»,¹⁰¹ bem como a Trafaria: «uma grande povoação de 400 e tantos fogos, aproximadamente a 500, limitando com o Tejo, pelo N., a freguezia de Caparica».¹⁰² A Trafaria estendia-se «por uma dilatada praia areenta e desabrida»,¹⁰³ onde estavam instalados alguns moinhos de vento.¹⁰⁴ Na frente atlântica, que se prolonga para Sul a partir do lugar do Torrão, são referidas a «Trafaria no areal que se estende até perto da torre de S. Lourenço (Bugio)»¹⁰⁵ e a Costa de Caparica, que segundo o *Dicionário Geográfico*: «Consta esta pov. de mais de 100 cabanas e algumas casas de telha com 1,600 hab., todos pescadores, excellentes maritimos».¹⁰⁶

Uma das posturas da câmara de Almada datadas de 1886, trata exclusivamente de «Cais praias e botes»¹⁰⁷ e os sete artigos que a compõem, para além de definirem regras acerca da utilização das praias e actividade fluvial, regulamentam a utilização balnear das praias entre 1 de Setembro e 21 de Outubro.¹⁰⁸

⁹⁸ Paulo Perestrello da Câmara, *Dicionário Geográfico Histórico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Lisboa, s.e., 1850, Tomo 1, p. 56.

⁹⁹ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, pp. 191 – 192.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 93

¹⁰¹ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 8 f. (ver anexo documento 1).

¹⁰² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 197.

¹⁰³ Paulo Perestrello da Câmara, *op. cit.*, p. 456.

¹⁰⁴ Cf. Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. VII, p. 656.

¹⁰⁵ *Idem*, Vol. IX, p. 593.

¹⁰⁶ Paulo Perestrello da Câmara, *op. cit.*, p. 155.

¹⁰⁷ AHCMA, *Livro de Posturas*, 1866, /B/A/003/LV001, postura nº 10, (ver anexo documento 4).

¹⁰⁸ *Idem*, art. 54º

Na Caparica é ainda referido o lugar de *Fontes Santas*, cujo topónimo Vieira Júnior considera «*derivado de duas bicas que constantemente ali correm, de água nascediça, muito excelente, e que antigamente foram denominadas "santas" por nunca terem deixado de correr, abastecendo sempre com abundancia, ainda nos annos de maior secca*». ¹⁰⁹ Nas restantes povoações a população abastece-se de água em poços públicos e privados. São identificados poços na Charneca onde: «*é muito sensível a falta d'agua, nos poços publicos sendo os poços particulares, taes como os dos srs. Jacome Vicente Gomes, António Francisco da Foz e Francisco Ferreira, e o de Valle de Rosal, que fornecem ao povo esse primeiro elemento de vida*». ¹¹⁰ Na Trafaria a população consome «*agua de um poço que há no centro do logar*». ¹¹¹ No lugar da Sobreda a água era recolhida no «*"Largo do Rio" em consequencia da bica que em parte do anno ali corre e fornece agua ás lavadeiras, e do poço publico que no primeiro quartel d'este século no mesmo largo foi aberto*». ¹¹² Vieira Júnior faz ainda menção a uma fonte no lugar da Corvina, cuja água tem a particularidade de aumentar o apetite a quem dela bebe, pelo que «*os trabalhadores d'aquela quinta fogem muitas vezes de beber d'ella*». ¹¹³

As questões directamente relacionadas com o abastecimento e utilização da água em Almada estão reguladas pela postura n.º 1 ¹¹⁴ de 1886 que, em cinco artigos legisla a abertura de poços ou minas, multa quem sujar a água das fontes e poços públicos, proibindo as lavagens e impedindo a obstrução ou desvio das águas. A actividade dos aguadeiros é regulada por postura própria, assim como a das lavadeiras, interditando-se «*o emprego de materiais corrosivos, tais como o cloreto de cal, e outras semelhantes, destinadas a branquear a roupa*». ¹¹⁵ Importa ainda destacar um artigo que proíbe, sob pena de mil reis: «*Fazer lavadoiros de roupa na Costa da Caparica, em qualquer lugar que não seja ao Sul da povoação, e mesmo ali lhes façam os escoantes que o terreno permitir*», ¹¹⁶ o que revela que a lavagem de roupa seria uma actividade com expressão

¹⁰⁹ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 179.

¹¹⁰ *Idem*, p. 127.

¹¹¹ Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, p. 656.

¹¹² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 128.

¹¹³ *Idem*, p.197.

¹¹⁴ AHCMA, *Livro de Posturas de 1866*, CMA/B/A/003/LV003, postura n.º1, (ver anexo documento 4).

¹¹⁵ *Idem*, art.º. 12.º.

¹¹⁶ *Idem*, art.º. 3.º.

na zona da Costa, justificando as regras impostas, que como adiante se observa, estão relacionadas com questões de salubridade.

A presença de água na paisagem implica questões de salubridade e de saúde pública. Sobre este aspecto não podemos ignorar o facto da epidemia de *Cólera Morbus*, que em 1832 assolou o país, se ter espalhado a partir do Seixal, provavelmente devido à sua localização ribeirinha. Por outro lado, a *Memória Económica da Villa d'Almada* refere que: «*Segundo as observações dos Medicos do Partido da Camara se collige que não há neste Concelho molestia alguma filha do Rouz, ou prevativa nelle e que se fosse profavel affastar mais o Tejo da margem que vai desde Corroios até Rio Judeo, estagnar aluns pantanos, e fazer vallas para desalagar os terrenos, estes sitios os mais doentios se tornarião tão saudaveis como os que decorrem pela parte Norte desde a Villa até Caparica que por extremo o dão*». ¹¹⁷ Na mesma linha, Pinho Leal salienta que entre Julho e Setembro no concelho do Seixal «*apparecem as febres intermitentes e remitentes de varios typos e generos que affligem as povoações proximas aos arrozaes, que desde 1850 se tem feito em larga escala, nos concelhos proximos*». ¹¹⁸

Importa ainda considerar que o concelho de Almada estava também sujeito às febres sazonais, que atacavam devido à existência de «*muitos pantanos, e agoas estagnadas que há por todo o termo*» e ainda, segundo o provedor do concelho, devido aos hábitos da população rural, pelo «*uso que fazem de fructas verdes ou mal sazoadas, e no costume de dormirem no campo expostos ao orvalho da noute que lhes tolhe a transpiração*». ¹¹⁹ Na povoação da Costa é mencionada uma epidemia de febres intermitentes ocorrida no ano de 1830, «*produzidas não só pela muita miséria e falta de asseio com que vive aquella gente mas mui particularmente pela singularidade de que soprando o Vento Sul choveo amiudamente todo o Verão, apodrecendo as agoas que se conservavão no charcos que se tinham formado no Inverno*». ¹²⁰ Já em 1829, um surto epidémico assolou a povoação da Trafaria, como é dado a conhecer pela documentação

¹¹⁷ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 3 v. (ver anexo documento 1).

¹¹⁸ Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, p. 78.

¹¹⁹ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 3 f. (ver anexo documento 1).

¹²⁰ *Ibidem*.

relativa à correspondência do juiz de fora do concelho de Almada, publicada por Mário Fernandes.¹²¹

A resolução dos problemas de salubridade e a conquista de solos agrícolas conduziram a que, em 1882, se tivessem iniciado trabalhos de drenagem, fixação das dunas e arborização dos terrenos da Trafaria e Costa de Caparica, abrangendo uma zona assim descrita: «Uma superfície de 30 a 40 hectares, que rodeia a povoação da Costa e fica encravada entre as dunas da Costa de Caparica e a Charneca, é constituída por terrenos alagados conhecidos pelo nome de Juncal».¹²² A acção, da responsabilidade dos Serviços Florestais,¹²³ partiu da iniciativa do representante em cortes por Almada Jaime da Costa Pinto e operou uma profunda transformação na paisagem da frente atlântica do concelho de Almada. Nessa medida, interessa contrastar a descrição que Paulo Perestrello da Câmara faz da povoação da Costa em 1850: «O sacco ou valle que habitaõ, cercado por todos os lados, menos pelo que lhe dá ingresso nada produz; é um continuo areal»,¹²⁴ com a visão de Vieira Junior em 1897: «É soberbo e magestoso o panorama que nos offerece a Costa quando a olhâmos do alto da rocha dos Capuchos. Lá em baixo os grandes pantanos, outr'ora cobertos de juncos e hoje quasi totalmente cultivado de vinhas e arvoredos, n'uma vegetação luxuriante».¹²⁵ Podemos assim enquadrar claramente no tempo e no espaço as mudanças operadas ao nível do ordenamento da frente atlântica do concelho de Almada, nomeadamente através do arroteamento de terrenos alagados e areal, cuja exploração agrícola se mantém até à actualidade, enquanto a isolada aldeia piscatória da Costa de Caparica deu lugar a uma cidade, constatando-se assim a transformações da paisagem rural.

2.3.3. O Povoamento

A informação acerca do povoamento nos concelhos de Almada e Seixal, disponível nas fontes consultadas para o século XIX, contribui para a compreensão da forma como o território era habitado. Para observar a evolução da população, partimos de dados estatísticos referentes aos anos em que foram redigidos os documentos compulsados,

¹²¹ Mário Fernandes, «Documentos Relativos à História de Almada: as febres intermitentes de 1829», in *Al-Madan*, n.º 6 IIª série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1997, pp. 139 – 144.

¹²² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 106.

¹²³ *Cf. Idem*, p. 104.

¹²⁴ Paulo Perestrello da Câmara, *op. cit.*, p. 155.

¹²⁵ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 96.

tomando como referência os dados relativos ao número de habitantes e de fogos, consoante os autores.

Na *Memória Económica* datada de 1835, José Joaquim de Silva Chaves apresenta um *Mappa da População da Villa d'Almada e seu Termo*,¹²⁶ através do qual indica o número de fogos e habitantes distribuídos pelas então oito freguesias do concelho de Almada. Por sua vez, os autores das obras corográficas divulgam também alguns dados estatísticos referentes à população. Paulo Perestrello da Câmara, no *Dicionário Geográfico Histórico Politico e Litterario*, publicado em 1850, aponta o número de habitantes do Seixal sem referir as restantes freguesias, assinalando relativamente a Almada a população da vila, do lugar de Cacilhas, da freguesia de Caparica e povoação da Costa. O *Diccionario Chorographico de Portugal* de E. A. de Bettencourt, datado de 1874, refere o número de *almas* existentes no Seixal, na aldeia de Paio Pires, na Arrentela, em Amora e Corroios. Já Agostinho Rodrigues de Andrade, no *Diccionario Chorographico* de 1878, repete os mesmos números apresentados por Bettencourt e José Leite de Vasconcellos, que na obra publicada em 1884, *Diccionario de Chorografia de Portugal*, menciona o número de *almas* no Seixal, Amora, Corroios, Almada e Caparica. Por último, Vieira Júnior, na monografia sobre a freguesia de Caparica, de 1897, apenas refere o número de fogos dos lugares de Charneca, Sobreda, Porto Brandão e Trafaria. Tendo em atenção os dados apresentados nos textos consultados podemos construir os seguintes quadros:

Quadro 8
População do concelho de Almada no século XIX

	<i>Memória Económica</i>	<i>Dicionário Geográfico</i>	<i>Dicionário Corográfico</i>	<i>Dicionário de Corografia</i>
Freguesia	José Joaquim de Silva Chaves 1835	Paulo Perestrello da Câmara 1850	E. A. de Bettencourt 1874	José Leite de Vasconcellos 1884
Santiago	2235			
Santa Maria	1238			
Caparica	5393	7080	6181	6927
Total	8866	13480	10192	12018

¹²⁶ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 7 v. (ver anexo documento 1).

Quadro 9

População do concelho do Seixal no século XIX

Freguesia	Memória Económica José Joaquim de Silva Chaves 1835	Dicionário Geográfico Paulo Perestrello da Câmara 1850	Dicionário Corográfico E. A. de Bettencourt 1874	Dicionário de Corografia José Leite de Vasconcellos 1884
Amora	745		1119	
Corroios	205			1150
Seixal	2000	2400	2372	2040
Arrentela	743		1195	
Paio Pires	709	1000	948	
Total	4402	3400	5634	3190

Observam-se algumas disparidades nos dados apresentados, resultantes dos diferentes critérios usados pelos vários autores quanto às localidades consideradas, e com o facto de, a partir de 1750, deixarem de ser referidas separadamente, para a vila de Almada, as freguesias de Santa Maria e Santiago, ou de ser apresentado um número total para as freguesias de Amora e Corroios. No entanto, considerando os números totais para cada concelho, o número de habitantes do concelho do Seixal apresenta uma variação acentuada entre 1835 e 1884, conforme as datas extremas dos textos citados, ao passo que no concelho de Almada se observa uma tendência de aumento da população.

Podemos ainda identificar as freguesias mais populosas. No concelho do Seixal, a sede do concelho apresenta o maior índice populacional, enquanto no concelho de Almada a freguesia de Caparica, devido à sua enorme extensão territorial, excede em número de habitantes as freguesias urbanas de Santa Maria e Santiago, que proporcionalmente apresentam uma maior densidade populacional.

Para além das sedes de concelho, é ainda possível assinalar outras localidades onde o povoamento apresenta uma maior concentração. No concelho do Seixal, em Paio Pires, onde Pinho Leal refere que: «É n'esta aldeia onde habita a maior parte das famílias da freguezia, o resto está espalhado por diferentes quintas e casaes»,¹²⁷ assim como na «grande povoação de Arrentella, onde reside a maior parte dos habitantes da freguezia».¹²⁸ Já em Almada, no lugar de Cacilhas, viviam, segundo Paulo Perestrello,

¹²⁷ Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, p. 77.

¹²⁸ *Ibidem*.

mil e novecentos habitantes, dos quais mil trezentos e sessenta e oito na única rua da povoação.¹²⁹ O mesmo autor menciona ainda na Costa, cabanas e casas com telha onde onde viviam mil e seiscentos habitantes.¹³⁰ Por seu turno, na Trafaria, Vieira Júnior indica existirem entre quatrocentos a quinhentos fogos. Podemos assim constatar que o povoamento se encontra concentrado nas localidades ribeirinhas, estando a população predominantemente ligada a actividades marítimas, enquanto no interior do território, onde prevalece a exploração do solo, o povoamento encontra-se disperso por vários lugares com fraca densidade populacional.

Outro aspecto a ter em conta nesta caracterização do povoamento é o facto de os concelhos de Almada e Seixal acolherem uma população flutuante, que vem trabalhar na agricultura e na pesca, permanecendo na região apenas parte do ano, conforme explica o provedor do concelho na *Memória Económica* de 1835, «*cuja somma dutará a mais de 4000 homens, pois segundo o que me participou o Parrocho de Caparica só na sua Parrochia há para cima de 3000 homens desta classe*».¹³¹ Na freguesia de Paio Pires, segundo João Maria Baptista, existiam cinquenta e dois fogos «*habitados sómente por "maltezes" que vem de fóra, desde o 1.º de outubro até 30 de abril*».¹³²

Observemos agora a toponímia de Almada e Seixal durante o século XIX, conforme as referências compulsadas nas fontes estudadas, no sentido de enumerar os lugares e povoações que se encontravam distribuídas pelo território de ambos os concelhos. Devemos porém ter em atenção que os topónimos indicados correspondem a povoações, mas também a quintas cuja designação pode abranger uma área superior aos limites da propriedade.

¹²⁹ Paulo Perestrello da Câmara, *op. cit.*, p. 122.

¹³⁰ *Idem*, p. 155.

¹³¹ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 9 v. (ver anexo documento 1).

¹³² João Maria Baptista, *op. cit.*, p. 763.

Quadro 10

Topónimos do concelho de Almada referidos nos textos do século XIX, divididos por freguesias

CAPARICA				SANTIAGO	SANTA MARIA
Vara da Costa	Vara do Monte	Vara da Sobreda	Vara da Trafaria		
Adiça	Bairro da Figueira	Barriga	Buxos	Alfeite	Arialva
Aldeia do Daniel	Banatega	Botequim	Cardal	Almada	Fonte da Pipa
Arieiro	Castello Picão	Casal	Murfacem	Almaraz	Ginjal
Arroz Dôce	Chanoca	Casas Velhas	Raposeira	Cacilhas	Olho de Boi
Bairro do Bemquerer	Costas de Cão	Charneca	Ribeiro	Caramujo	Pragal
Capuchos	Cova	Graciosa / Botica Velha	Torrão	Cova da Piedade	
Cebolal	Cruz da Granja	Lagôa	Trafaria	Margueira	
Costa	Fonte Santa	Loios			
Estrelinha	Formosinhos	Marco Cabaço			
Fonte da Telha	Ginjal	Outeiro de Pacheco			
Funchal / Vila Nova	Granja	Palhaes			
Funchalinho	Pera	pinhal de Valle Vem			
Ilha do Pico	Pêra de Baixo	Quinta de Cima			
Juncal	Pêra de Cima	Quintinha			
Lagôa de Albufeira	Portinho da Costa	Quintinhas			
Villa Nova	Porto Brandão	Regateira			
	Prioreza	Rego			
	Torre	Robalo			
	Torrinha	S. Macário			
	Valle de Meirinho	S.tº Amaro			
	Zoinal	Silveira			
		Sobreda			
		Trafaria			
		Valle de Cavalla			
		Valle de Feital			
		Valle de Figueira			
		Valle de Rosal			

Quadro 11

Topónimos do Concelho de Seixal referidos nos textos do século XIX, divididos por freguesias

Amora	Arrentela	Paio Pires	Seixal
Amora	Arrentella	Aldêa de Payo Pires	Barrocas do conde de Villa Nova
Amora de Baixo	Azinheira	Foros de Catapona	Seixal
Amora de Cima	Casal do Marco		
Casa de Pau	Torre da Marinha		
Casalinho			
Charnequinha			
Cheira Ventos			
Cheira Ventos de Baixo			
Cheira Ventos de Cima			
Corroios			
Fonte de Cima			
Foros do Paço do Bispo			
Lobatos			
Paço do Bispo			
S.tª Martha de Corroios			
Talaminho			
Val de Milhaço			

Através dos quadros 10 e 11 podemos observar que para o concelho de Almada o número de topónimos referidos é de oitenta e três, enquanto no Seixal é de vinte e cinco. Já a distribuição dos topónimos por freguesias, revela em Almada um maior número de lugares na freguesia de Caparica e dentro desta, a *vara* da Sobreda apresenta um total de vinte e sete topónimos, em virtude de abranger na sua circunscrição a zona da Charneca, enquanto no Seixal a maioria dos topónimos mencionados, em número de dezassete, se localizam na freguesia de Amora.

Comparando o número de habitantes (quadros 8 e 9) com a distribuição dos topónimos pelos concelhos e freguesias, podemos relacionar o número de habitantes com o de topónimos. Assim, observa-se que a freguesia do Seixal apesar de apresentar o maior número de habitantes do concelho tem referidos apenas dois topónimos, o que indica um povoamento concentrado, enquanto na freguesia de Amora o povoamento se encontraria disperso por vários lugares. Já em Almada a população encontra-se dividida entre as freguesias urbanas de Santa Maria e Santiago que incluem doze topónimos e onde reside pouco menos de metade da população do concelho, enquanto maioria habita na freguesia de Caparica, onde se registaram setenta e dois topónimos. Depreende-se desta forma que o povoamento se apresentava muito concentrado na área envolvente da vila de Almada e mais disperso nas zonas rurais. A par do povoamento, a ocupação do solo é outro aspecto determinante na caracterização da paisagem, que passamos a analisar seguidamente.

2.3.4. A Terra

Vejamos agora como era caracterizado o território quanto à sua exploração. Mais uma vez, a *Memória Económica* transmite alguns dados importantes para esta análise, enunciando as principais formas de ocupação do terreno e a sua distribuição no concelho de Almada. Nela lemos que: «*O Terreno deste Districto hé parte cultivado, porem a maior porção he charneca inculca coberta de matto razo, e Pinheiraeas extenções aos quaes dá grande valor a proximidade á Capital, e ao mar, para a facilidade de transporte, e consumo das lenhas*». ¹³³ Como se depreende, a maior parte do território estava inculca ou ocupada por pinhais, não deixando por isso de ser

¹³³ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 10 f. (ver anexo documento 1).

explorada, usando-se as reservas de combustíveis lenhosos, ou utilizando o espaço como pasto para rebanhos de cabras, única espécie de gado criado na região devido à pobreza dos solos que, «*pela qualidade de seu terreno arenoso não fornece sustento ou pastagens, e por esta razão não tem este Districto creadores de Gado. Apenas se encontram rebanhos de cabras de que se tira grande quantidade de leite para fornecimento da Capital*». ¹³⁴ A pastorícia está na origem de um problema já identificado nas posturas do século XVIII, como salientámos, e que se relaciona com os incêndios nos pinhais, «*a cujo matto os malvados Pastores lanção fogo, para nas primeiras agoas do Outono rebentarem e offerecerem pastos mimosos que de outro modo não poderião obter*». ¹³⁵ A ocorrência de incêndios, para além de destruir um recurso económico importante na região, contribui para a transformação da paisagem, conforme nos relata o provedor do concelho: «*encontrão-se já legoas de charneca cobertas noutro tempo de extensas e annosas mattas, e hoje de inutil matto, victimas dos devoradores incendios*». ¹³⁶

A pastagem de rebanhos de gado caprino é bastante condicionada no concelho do Seixal pelas posturas de 1837, que obrigam qualquer proprietário de cabras a solicitar uma licença junto da câmara e a apresentar um fiador pelos possíveis danos causados pelo gado na propriedade alheia, determinando que as cabras «*só poderão pastar nas Charnecas, onde será a sua habitação*». ¹³⁷ Os artigos das posturas de Almada acerca da criação de gado limitam igualmente a criação de cabras aos terrenos de charneca, desde que o dono provasse ter pastagens suficientes para o número de cabeças e que garantisse a segurança das propriedades vizinhas. ¹³⁸ O gado suíno podia ser criado em pocilgas, longe das habitações e fora das localidades. Já sobre o gado bovino, um dos artigos refere que as pastagens de gado bravo obrigavam a uma distância mínima de cem metros das vias públicas. ¹³⁹ Dependendo de pastagens extensivas, a criação de touros de lide na região pode indicar que em finais do século XIX se observava no concelho de Almada um aumento das áreas de terreno destinado ao pastoreio, resultante do abandono das culturas agrícolas.

¹³⁴ *Idem*, fl. 13 f.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ *Idem*, fl. 10 f.

¹³⁷ AHCMS, *Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal do Seixal pertencente ao Juiz. Elleito da mesma freguesia*, 1841, CMS/B/A/06/CX001 Doc. 3, artº. 36. (ver anexo documento 3)

¹³⁸ AHCMA, *Livro de Posturas de 1866*, CMA/B/A/003/LV003, artº 125. (ver anexo documento 4).

¹³⁹ *Idem*, artº 113.

A ocupação agrícola do solo é limitada a algumas áreas, sendo que o «*Terreno cultivado terá meia legoa de largura, e em partes menos, e duas legoas e meia ao longo do litoral*». ¹⁴⁰ Nestes espaços situam-se também as localidades com mais habitantes, bem como as diversas quintas que ordenam a paisagem rural desta zona. É também referida a existência de terrenos que poderiam ser utilizados para a agricultura, que no entanto são deixados ao abandono. «*Para o interior são as terras mais planas, cortadas de pequenos outeiros. A hua legoa da Villa principia a Charneca inculta, coberta de matto, cujo terreno he quasi todo arenoso, não admittindo talvez genero algum de cultura sem grandes despezas que não poderiam recompensar. No entanto algun sitios há de óptimo torrão que está abandonado e poderião ser amanhados com proveito*». ¹⁴¹

A situação geral da agricultura, descrita na *Memória Económica*, reflecte vários problemas. O principal relaciona-se com o cultivo da vinha, que em virtude dos preços atingidos durante a Guerra Peninsular e derivados do monopólio do comércio com o Brasil, levaram a que, para além dos terrenos baldios que foram arroteados para a plantação de videiras, «*sacrificarão-se Casaes de optimo terreno que produsindo abundantes colheitas de trigo, fazião este Districto independente de importação deste genero: de que resultou a falta de sereaes que necessita trazer de fora para sustento da sua população*». ¹⁴²

Quadro 12

Média das produções agrícolas do concelho de Almada entre 1830 e 1833, segundo a *Memória Económica Da Villa d'Almada e seu Termo* ¹⁴³

Productos	Colheita		Preços		Soma
	Pipas	Alqueires	Pipas	Alqueires	
Vinho	8000		12000		96:000\$000
Trigo		4500		650	2:925\$000
Milho		14500		400	5:800\$000
Sevada		950		240	228\$000
Senteio		560		360	201\$000
Total	8000	20510			105:155\$000

Caracterizando a produção agrícola do concelho de Almada, José Joaquim da Silva Chaves reafirma a importância da vinha. No quadro apresentado indica as produções

¹⁴⁰ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 10 v. (ver anexo documento 1).

¹⁴¹ *Idem*, fl. 11 f.

¹⁴² *Idem*, fl. 12 f.

¹⁴³ *Ibidem*.

médias dos vários produtos cultivados entre 1830 e 1833, nomeadamente, vinho, trigo, milho, cevada e centeio. O valor dos vários produtos totalizava cento e cinco mil e cento e cinquenta e cinco reis, sendo que só o vinho valia noventa e seis mil reis, correspondendo a mais de noventa por cento do valor global dos produtos cultivados.

No concelho do Seixal, a importância económica do vinho está patente nas posturas de 1837, que dedicam catorze artigos a questões relacionadas com a sua produção, armazenamento e comércio, determinando medidas fiscalizadoras no sentido de controlar totalmente as transacções e impondo um finta sobre o consumo de vinho.¹⁴⁴

A quase monocultura da vinha trouxe ainda maiores prejuízos aos proprietários e rendeiros quando a quebra na procura do vinho da região levou ao abandono das vinhas, por falta de rentabilidade e de mão-de-obra, pois após o mês de Abril, com o regresso às terras de origem dos trabalhadores sazonais, as jornas chegavam a atingir o dobro do preço praticado no período entre Janeiro e Abril.¹⁴⁵

Quando, durante a segunda metade do século XIX, o oídio atacou os vinhedos, a produção caiu para cerca de metade, conforme refere Vieira Junior, «*só a freguesia de Caparica produzia o dobro do vinho que hoje produz todo o concelho, cuja producção se pôde actualmente calcular, termo médio, em 2 a 3:000 pipas*».¹⁴⁶ A mesma situação é referida por Pinho Leal para o Seixal que, «*antes de 1854, produzia este concelho 3:000 pipas de vinho, mas oidium e outras molestias, reduziram a colheita a 510 pipas*».¹⁴⁷ A quebra acentuada na produção vinícola teve certamente impacto na paisagem rural, pois muitos dos terrenos até então preenchidos por vinhedos terão ficado ao abandono, não se encontrando qualquer referência à reconversão das vinhas, visto ser o arranque das cepas uma operação difícil e dispendiosa. Decerto não existiria por parte dos agricultores motivação para a implantação de novas culturas agrícolas, de rentabilidade duvidosa e dificultada pela já referida falta de trabalhadores rurais. Por último, importa

¹⁴⁴ AHCMS, *Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal do Seixal pertencente ao Juiz. Elleito da mesma freguesia*, 1841, Arquivo Histórico Municipal do Seixal, CMS/B/A/06/CX001 Doc. 3., artºs. 15, 16 e 19 (ver anexo documento 3).

¹⁴⁵ Cf. AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 13 f. (ver anexo documento 1).

¹⁴⁶ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 93.

¹⁴⁷ Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, p. 77.

analisar o modo como as vias de comunicação *marcavam* a paisagem da região durante o século XIX.

2.3.5. Os Caminhos

Na *Memória Económica* de 1835 pode ler-se como o provedor do concelho lamenta a má qualidade das estradas, escrevendo que «*se as estradas fossem melhores, ou antes se houvessem estradas de comunicação, pois que passado o recinto da Villa, os caminhos para toda a parte são pessos, não oferecem senão estorvo ao transporte, por serem antes trilhos do que estradas reaes*».¹⁴⁸

Por seu turno no *Diccionario Chorographico* publicado em 1878, Agostinho Rodrigues de Andrade estabelece uma classificação das diferentes vias. Assim, são de primeira ordem as estradas reais (de primeira e segunda classe), enquanto nas de segunda ordem inclui os caminhos municipais e vicinais.¹⁴⁹ No concelho de Almada este autor identifica estradas de segunda ordem que ligam a vila a Sesimbra à Trafaria e esta à Costa.¹⁵⁰ Já no Seixal, apenas refere a estrada que liga a povoação a Sesimbra passando pela Arrentela.¹⁵¹

Embora se concentre na freguesia de Caparica, a obra de Vieira Júnior, datada de 1897, refere diversas vias de comunicação, designando estradas reais e distritais, azinhagas e caminhos, sem no entanto as caracterizar. Identifica como real a já referida estrada para a Trafaria,¹⁵² passando pelos lugares de Casas Velhas, Torrinha, Costas de Cão, Cova, Pêra e Valle de Meirinho.¹⁵³ Referindo as estradas distritais, o autor salienta a que atravessa a Charneca vinda do Arieiro como: «*sendo esta o melhor lanço de estrada que existe em todo o concelho de Almada*»,¹⁵⁴ de onde também parte a estrada para a Costa.¹⁵⁵ No lugar da Torre entroncam as estradas que conduzem a Almada, à Charneca,

¹⁴⁸ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 15 f. (ver anexo documento 1).

¹⁴⁹ Cf. Agostinho Rodrigues de Andrade, *Diccionario Chorographico do Reino de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878, prólogo p. VII.

¹⁵⁰ Cf. *Idem*, pp. 11/44/180.

¹⁵¹ Cf. *Idem*, pp. 21/166.

¹⁵² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 94.

¹⁵³ *Idem*, p. 152.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 118

¹⁵⁵ Cf. *Idem*, p. 141.

ao Porto Brandão e à Trafaria. No vale da Sobreda passa, segundo o mesmo texto, um caminho que conduz à estrada real, passando em Casas Velhas.¹⁵⁶ De Murfacém saem para a Trafaria «dois caminhos principaes, a estrada velha e o moderno accrescente da estrada districtal».¹⁵⁷ Por último, são ainda registadas duas azinhagas, uma «que do Salgado vae á Seixeira, Silveira, Urraca, e Ginjal (Monte), até ao Bicheiro pela estrada real»¹⁵⁸ e outra «de Poçolos ao sitio das Casas Velhas, pelo caminho a da "Formiga", se volta ao "Monte" propriamente dito».¹⁵⁹



Mapa 3 – Principais vias de comunicação no concelho de Almada no século XIX, sinalização Francisco Silva. AHMOP, *Carta Topográfica Militar do Terreno da Península de Setúbal*, executada entre 1813 a 1816 por José Maria das Neves Costa.

Recorde-se que a conservação da via pública é considerada nas posturas de 1886, que estipulam que os «proprietários rendeiros ou usufrutuários de predios confinantes com as estradas ou outros lugares públicos que tenham valados de terra, serão obrigados a dar a estes uma inclinação tal para o lado interior, que evite de modo possível o precipitarem-se sobre a via publica, assim como serão obrigados a cortar as silvas, piteiras ou quaesquer outras plantas que pendam e sobressaiam, incomodando e

¹⁵⁶ Cf. *Idem*, p. 135.

¹⁵⁷ *Idem*, p. 193.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 94.

¹⁵⁹ *Idem*, p. 152.

embaraçando o transitio».¹⁶⁰ A limpeza teria de ser feita durante o mês de Maio. Importa referir que quando trata da manutenção dos valados, o artigo correspondente das posturas do Seixal menciona três espécies vegetais, que seriam dominantes nas sebes naturais: silvas; piteiras e carrascos. Quanto ao pavimento das estradas, um dos artigos refere a proibição de levantar «*calçada ou macdame*»,¹⁶¹ o que indica que, para além das calçadas referidas no século XVIII, algumas das estradas já estariam pavimentadas com o sistema criado pelo escocês Mac Adam em 1820.

Em função dos textos analisados, observa-se que a principal via de comunicação terrestre era a que ligava Almada ao concelho de Sesimbra, da qual partia a estrada que ligava o Monte de Caparica à Trafaria, porto de pesca que também escoava para Lisboa o peixe capturado na costa Sul da península de Setúbal. Constata-se que a vila de Almada e o porto de Cacilhas se encontravam de alguma forma afastados do principal eixo de comunicação acima referido, privilegiando a via fluvial e a ligação com a capital. Do Seixal partia outra estrada, que entroncava na que seguia para Sesimbra vinda do concelho de Almada. A ligação entre as várias povoações fazia-se por caminhos de terra batida e azinhagas, ladeados por pinhais, charnecas e valados que vedavam os campos agrícolas. Resta agora integrar os vários aspectos da paisagem estudados, definindo áreas geográficas enquanto unidades de paisagem.

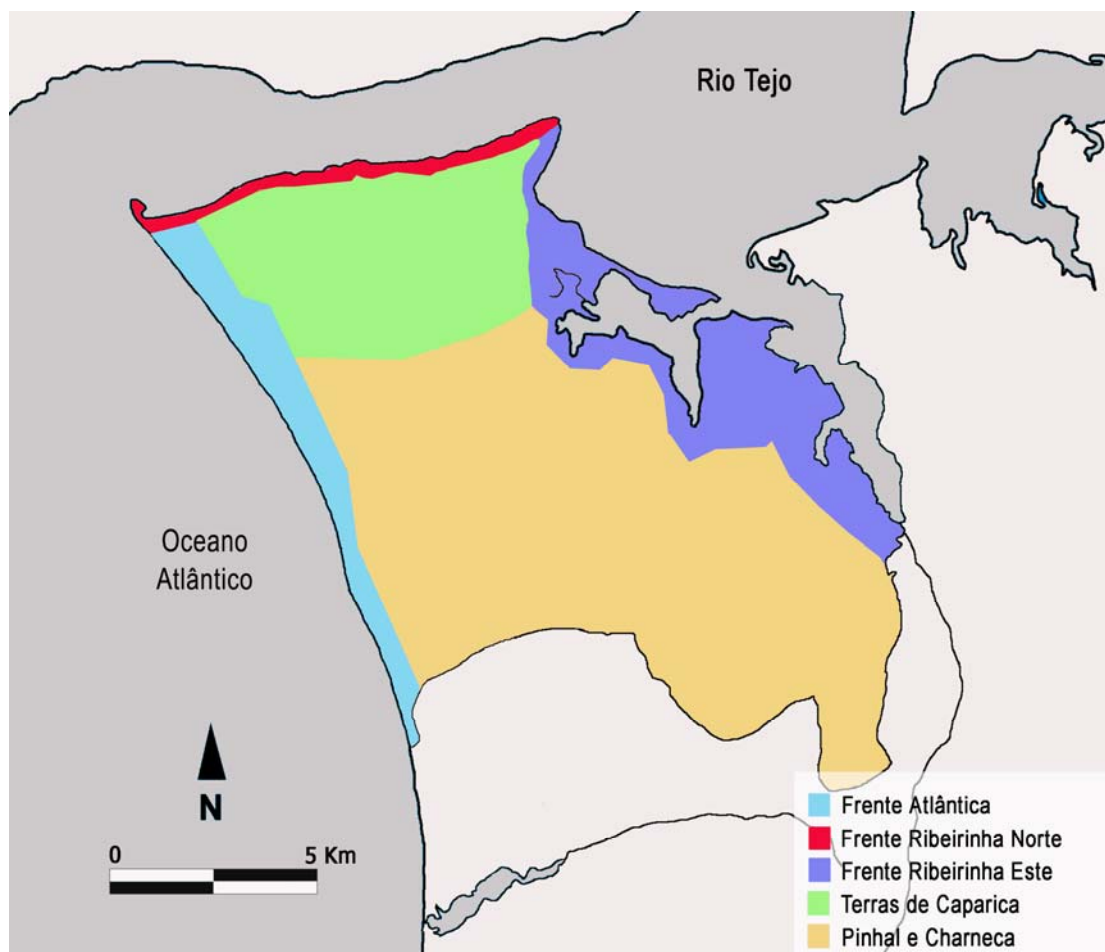
2.4. Das unidades de paisagem na Almada e Seixal dos séculos XVIII e XIX

Tendo em atenção os dados compulsados podemos definir as unidades de paisagem do território em análise, conforme as características identificadas para os séculos XVIII e XIX, em virtude da sua posição geográfica, litoral ou interior, morfologia do terreno, tipo de exploração do solo, cobertura vegetal e povoamento. Devem-se assim considerar cinco unidades de paisagem, nomeadamente, a frente atlântica, a frente ribeirinha Norte, as terras da Caparica, a frente ribeirinha Este, a quinta unidade localizava-se a Sul nos terrenos ocupados por charneca e pinhal. O território dos concelhos de Almada e Seixal, onde se inscrevem as unidades de paisagem propostas, é aqui analisado como um todo, independentemente das alterações da jurisdição municipal, apresentando-se

¹⁶⁰ AHCMA, *Livro de Posturas de 1866*, CMA/B/A/003/LV003, artº. 34, (ver anexo documento 4).

¹⁶¹ *Idem*, artº. 36.

seguidamente as seis unidades de paisagem de Oeste para Este, partindo da frente atlântica para o interior da península.



Mapa 4 – Mapa aproximado das unidades de paisagem nos concelhos de Almada e Seixal durante o século XIX (Francisco Silva, 2008).

Começamos então pela frente atlântica, que limita a Ocidente o território em análise, prolongando-se numa extensão de aproximadamente treze quilómetros, desde a Lagoa de Albufeira até à Golada a Oeste da Trafaria, lugar onde termina a margem esquerda da foz do Tejo. A costa atlântica é marcada pela arriba, que na base dá lugar a uma larga e extensa faixa de areal, aumentando de largura à medida que nos dirigimos para Norte. Enquanto unidade de paisagem, este espaço integrava no século XVIII e XIX as povoações da Costa e Trafaria, constituídas exclusivamente por pescadores que habitavam aglomerados de barracas de madeira e colmo. O terreno era arenoso, com pântanos e charcos, sendo a vegetação constituída basicamente por juncos, e o ambiente propício à proliferação de insectos transmissores de febres paludosas. A questão sanitária terá determinado que a partir de 1882 o governo do reino, em resposta às

solicitações do representante de Almada às cortes Jaime Artur da Costa Pinto,¹⁶² mande drenar, através da abertura de valas, os pântanos que separavam a praia da arriba e florestar com pinheiros uma faixa de terreno paralela à praia, entre as povoações da Trafaria e Costa. Os solos entre o pinhal e a base da arriba, então drenados, começaram a ser cultivados, plantando-se vinha e hortaliças. Para Sul, o areal entre a praia e a arriba só será florestado e arroteado no início do século XX. Neste espaço, opera-se no final do século XIX uma alteração no ambiente sócio económico, até então exclusivamente dominado pela pesca, ganhando importância a actividade agrícola.

A segunda unidade de paisagem que podemos identificar nas fontes do século XVIII e XIX é a frente ribeirinha Norte, formada pela arriba escarpada sobre o Tejo, interrompida por talvegues, nos quais se localizam os lugares de Banática, Porto Brandão, Praia da Paulina, Portinho da Costa e Praia dos Buxos, que constituíam portos naturais para o transporte fluvial e pontos de apoio à pesca. A Banática tinha, em 1758, catorze fogos e uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Cabo.¹⁶³ O Porto Brandão, principal povoação integrada nesta unidade de paisagem, contava com quarenta e um fogos e uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso.¹⁶⁴ As praias da Paulina e dos Buxos e o Portinho da Costa serviam de embarcadouro ou local de armazenamento. Nalguns lugares da frente ribeirinha instalaram-se durante o século XIX algumas indústrias e armazéns.

A unidade de paisagem aqui designada por terras da Caparica corresponde, grosso modo, a uma faixa de terreno paralela à arriba, a qual se estende para o interior e onde se localizam os terrenos mais férteis, ocupados pelas principais culturas agrícolas. É o espaço das vinhas, searas, hortas e pomares. É também aqui que se situa a maioria das povoações da zona Norte do território estudado, nomeadamente a sede da freguesia de Caparica, que se localiza num ponto elevado. O povoamento é concentrado e as vias de comunicação que ligam as várias localidades traçam uma rede de caminhos por onde circulavam pessoas, animais, produtos e mercadorias. Estes caminhos de terra eram ladeados por valados, onde cresciam plantas como as silvas, carrascos, aroeiras ou piteiras, servindo de vedação às propriedades agrícolas. Os terrenos de cultivo

¹⁶² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 105

¹⁶³ Alexandre Flores, *op. cit.*, p. 43.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 44.

pertenciam na sua maioria às diversas quintas, que marcavam a paisagem com as suas casas, capelas, adegas, celeiros e abegoarias. Relativamente às transformações operadas nesta unidade de paisagem entre o século XVIII e XIX, regista-se o aumento significativo da população residente, bem como o maior número de topónimos mencionados. Mantêm-se as características rurais, sendo o declínio da cultura da vinha, em virtude das doenças que a afectaram na segunda metade do século XIX, um dos factores de transformação da paisagem decorrente do abandono ou reconversão dos vinhedos.

A quarta unidade de paisagem que consideramos abrange toda a frente ribeirinha virada a Este, banhada pelo Mar da Palha e pelos esteiros dos rios Coina e Judeu. Aqui, a arribas dá lugar a encostas suaves que terminam em praias e em extensas áreas de sapal sujeitas ao regime das marés, que motivaram a intenção nunca concretizada de instalação de marinhas de sal. Esta unidade de paisagem prolonga-se desde Cacilhas até Paio Pires, acompanhando o profundo recorte da margem, sendo aqui que se localizavam os moinhos de maré e os portos fluviais, na maioria destinados ao escoamento dos produtos da região. Ao longo das margens, em algumas zonas, ocorriam nascentes de água e brejos que permitiam culturas de regadio e pomares de citrinos, enquanto as encostas eram ocupadas por vinha. A propriedade estava dividida por várias quintas, das quais se destacam as do Alfeite, da Princesa, da Salema e da Trindade, o que reflecte a preferência da casa real, da nobreza e das ordens religiosas pela frente ribeirinha, mas também uma maior concentração da propriedade. Quanto às alterações observadas nesta unidade de paisagem salienta-se, a partir do século XIX, a instalação de algumas unidades industriais que, utilizando máquinas a vapor, se localizavam em zonas próximas das margens como forma de facilitar a descarga de combustível e o escoamento dos produtos transformados.

A área de território que ocupava a zona Sul dos concelhos de Almada e Seixal corresponde à quinta unidade de paisagem. Estas áreas encontravam-se despovoadas, constituídas na sua maioria por areias. Os solos eram pobres e ocupados por uma vegetação de características mediterrâneas, onde predominavam o carrasco, a aroeira e alguns sobreiros. A charneca era o tipo de paisagem característico de grande parte deste território, possibilitando contudo a exploração de variados recursos, sendo estes espaços utilizados para a instalação de cortiços de abelhas, como terrenos de caça, para a

recollecção de lenha e grã, bem como para pastagens de gado caprino. Esta unidade de paisagem, que apresentava o coberto vegetal primitivo da região, foi diminuindo a sua extensão à medida que estes terrenos foram sendo ocupados por pinhais.

Não sendo o pinheiro uma espécie autóctone, depreende-se que terá sido plantado na região, constituindo uma forma de exploração dos solos de charneca, com menor aptidão agrícola, para produção de madeira e lenha. Entre os diversos pinhais referidos nos textos analisados, destaca-se o Pinhal dos Medos,¹⁶⁵ também designado por Pinhal do Rei,¹⁶⁶ que bordejava a arriba atlântica e se prolongava para Este. As áreas de pinhal eram intensamente explorados e protegidas do pastoreio, ocupando grande parte do interior do território e ainda alguns terrenos ao longo da frente ribeirinha da zona do Seixal.

As principais transformações ocorridas na paisagem rural dos concelhos de Almada e Seixal durante os séculos XVIII e XIX decorrem da maior divisão da propriedade e da evolução do cultivo da vinha, seu apogeu e decadência. As zonas litorais concentravam a maioria dos terrenos de cultivo, povoações, vias de comunicação terrestre e portos de apoio à pesca e ao transporte fluvial. O interior do território era quase totalmente ocupado por charneca e pinhal, sendo a lenha o recurso mais explorado. As mudanças que ocorrem de forma lenta e gradual durante o século XIX na paisagem da região, contrastam com as profundas alterações, em grande medida associadas ao processo de industrialização, que durante o século XX conduziram a transformações socio-económicas, com impacto na paisagem. No entanto, algumas marcas da ruralidade permaneceram no território e na memória local e é sobre elas que nos deteremos no próximo capítulo.

¹⁶⁵ Luís Cardoso, *op. cit.*, p. 15.

¹⁶⁶ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 94.

3. MEMÓRIAS DE UMA PAISAGEM RURAL DE ALMADA E SEIXAL NOS SÉCULOS XX E XXI

Após termos abordado nos capítulos anteriores a questão da ruralidade através da documentação dos séculos XVIII e XIX, onde reflectimos em primeiro lugar sobre a construção de uma *imagem* do território e posteriormente sobre os elementos da paisagem referidos nos textos estudados, é possível enumerar alguns dos factores que determinaram a ocupação humana e as formas de exploração dos recursos naturais, bem como a sua história e tradições culturais.

Segundo pudemos observar, a localização geográfica é determinante na definição da paisagem rural da região, ao que está também associada a proximidade face a Lisboa, principal centro consumidor dos géneros recolhidos ou transformados na “outra banda”. Por outro lado, a margem Sul do Tejo era procurada pelos lisboetas como espaço de lazer, quer pelas classes mais abastadas que aqui possuíam quintas de recreio onde se podiam retirar sem se afastarem demasiado da capital, quer pelas classes populares que participavam nas festividades religiosas e arraiais.

A propriedade fundiária encontrava-se na posse da nobreza, das ordens religiosas e de alguns pequenos proprietários. As principais actividades assentavam na pesca de mar e

de rio e no cultivo dos solos mais férteis, onde predominava a vinha, os quais ocupavam apenas uma parte do território, enquanto grandes extensões de charneca e pinhal eram aproveitados como pastagem, espaço de caça e recollecção, mas principalmente como fonte de combustível lenhoso. O povoamento tinha um cariz acentuadamente rural, disperso no interior do território e mais concentrado nas povoações ribeirinhas.

Para dar continuidade ao estudo da ruralidade no espaço geográfico dos concelhos de Almada e Seixal, iremos seguidamente analisar as várias vertentes do património natural e cultural, e a forma como recuperam aspectos da *imagem* e da paisagem rural identificados nos textos dos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, consideramos que os vestígios do passado rural da região carregam memórias que se consubstanciam nos elementos patrimoniais, que persistem apesar das profundas transformações sócio-económicas que mudaram a paisagem e que será necessário enquadrar historicamente. Procuramos apontar as unidades de paisagem como espaços físicos, onde se pode observar o coberto vegetal e as formas de exploração do solo, e analisam-se igualmente as estruturas arquitectónicas associadas à prática agrícola e ao povoamento rural.

É neste sentido que focalizamos alguns dos aspectos do património, sem esquecer o imaterial, que nos permitem encontrar e investigar na actualidade a memória rural da região, de modo a contribuir para a sua preservação.

3.1. Em torno do conceito de memória

Face ao período cronológico (séculos XVIII e XIX) que estudámos nos capítulos anteriores, as marcas da ruralidade que encontramos na actualidade revestem-se de uma carga histórica, na medida em que, as construções e outros vestígios do espaço rural, como os próprios campos agrícolas, remetem para paisagens e actividades que foram determinantes na caracterização da evolução do território. Neste sentido, os vestígios da ruralidade constituem *memórias* do passado da região, pelo que, sem querer entrar numa explanação sistemática do tema, consideramos necessário enquadrar o conceito de memória. Interessa-nos apreender que remetendo para o passado, a memória é um factor determinante na escrita da história e na afirmação do património cultural, entendido enquanto herança e factor de construção da identidade colectiva e individual.

Enquanto factor de construção do discurso histórico, podemos confrontar os conceitos de memória colectiva e memória histórica. Segundo Maurice Halbwachs,¹ a memória colectiva é construída de forma aleatória, seleccionando, valorizando ou esquecendo determinados aspectos do passado em função de condicionalismos sociais, ideológicos e emocionais. A memória colectiva constitui assim a base das memórias individuais, no sentido em que estas se fundam num passado comum ao grupo em que o individuo se insere. A esta dimensão da memória, Pierre Nora² contrapõe o conceito de memória histórica. Para este autor as memórias são analisadas de forma crítica e sistemática, sendo organizadas segundo uma perspectiva unitária que procura ser aceite pela comunidade dos historiadores passando assim a integrar o discurso histórico. Neste sentido, a construção de memórias que incidem sobre o passado da região analisada na presente abordagem, pode assumir diferentes formas, pelo que propomos estudar a questão da ruralidade ao nível da memória colectiva, mas também na forma como a memória está patente na construção do discurso da histórico local.

Quanto à memória colectiva, é difícil estabelecer um quadro de análise que permita identificar as suas tendências ao nível da área geográfica sobre a qual nos debruçamos, relativamente a um passado cujas balizas cronológicas dificilmente conseguimos definir. Por outras palavras, sendo a memória construída no presente, recorda uma parte de um passado em que se confunde o antigo e o recente através da permanência das memórias materiais ou intangíveis. No entanto, devemos ter em consideração indicadores que nos podem ajudar a encontrar alguns dos aspectos da memória colectiva à escala local. Começando por identificar as comunidades portadoras de memória, constata-se que a população dos concelhos de Almada e Seixal tem origem, durante a primeira metade do século XX, em famílias oriundas de diversos pontos do país, que abandonaram o meio rural das províncias do interior em busca de trabalho na indústria e no comércio. Outros grupos, principalmente de origem africana, integrados num fluxo migratório que ocorre a partir da segunda metade do século XX, com mais intensidade a partir da década de setenta, constituem também uma parte significativa da população.³ Podemos assim concluir que os habitantes com tradição familiar local são claramente

¹ Cf. Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*, São Paulo, Vértice, 1990.

² Cf. Pierre Nora, «Memória Colectiva», in *A Nova História*, Dir. Jacques Le Goff, s.d., Coimbra, Almedina, p. 451 – 452.

³ Cf. Jorge de Sousa Fernandes, «Almada: Como nasce uma cidade», in *Actas das 2as. Jornadas de Estudo Sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998, pp. 65 – 75.

minoritários. Daí resulta que o elemento aglutinador destas comunidades se centre em torno das actividades laborais associadas à indústria, ao meio urbano ou aos lugares de origem, que se constituem como aspectos identitários das populações locais. Quanto à ruralidade, conforme fomos constatando ao longo de algumas recolhas orais realizadas no âmbito do trabalho desenvolvido no Centro de Arqueologia de Almada, essa memória persiste apenas nas lembranças de alguns moradores mais idosos das antigas povoações rurais.

Importa aqui salientar que nas povoações piscatórias como a Costa de Caparica ou a Trafaria essa memória está mais presente, em parte devido ao facto de se continuar a praticar a pesca nos moldes tradicionais, mas também em virtude de se tratarem de comunidades relativamente fechadas, onde as origens comuns (Beira Litoral e Algarve), os laços familiares e o carácter precário da actividade recolectora acentuam de alguma forma a identidade destes grupos sociais. Por outro lado, a povoação da Costa de Caparica foi alvo de uma campanha de promoção turística desde 1930, que se apoiou na figura do pescador e nas embarcações tradicionais como imagem de marca da Costa de Caparica, turisticamente promovida com a designação de “Praia do Sol”.⁴

Relativamente às memórias contidas no discurso histórico, no qual se insere a presente dissertação, estas devem ser entendidas enquanto repositório de um conjunto de dados que foram sendo coligidos ao longo dos tempos, enquadram-se aqui as fontes primárias utilizadas na elaboração do presente estudo, e que constituem elementos de memória na medida em que a sua produção foi determinada, principalmente no caso das obras impressas, pela intenção de registar e perpetuar uma imagem do espaço, patente nas corografias e dicionários geográficos, mas também de recuperar a memória histórica ligada a acontecimentos, edifícios, tradições e genealogias. Por outro lado, a documentação municipal, com destaque para as posturas, remete para a necessidade de perpetuar práticas e procedimentos através do registo escrito. Enquanto exemplo significativo da intenção de construir memória, importa referir o documento analisado no capítulo anterior designado *Memoria Economica Da Villa d’Almada e seu Termo*, cujo título explicita claramente a intenção de construir uma memória descritiva do concelho de Almada, com vista à caracterização socio-económica do espaço, mas

⁴ Cf. Manuel Agro Ferreira, *A praia da Costa Terra de pescadores – estância balnear, de cura, de repouso e de turismo*, Lisboa, s.e., 1930.

também de recordar aspectos do passado que permitam enquadrar as situações e os problemas que no presente afectam as populações e que se pretende resolver. Assim, podemos constatar que a construção de memória, servindo para recriar o passado, tem no presente a sua função pragmática projectando-se assim no futuro.

Mantendo o enfoque na história local, não devemos esquecer as obras publicadas durante o século XX que abordam temas relacionados com a história local. Neste âmbito e com base num estudo por nós realizado intitulado: *As Monografias Sobre História Local de Almada Publicadas no Século XX*,⁵ observa-se que durante o século XX foram editadas cerca de uma centena de monografias relacionadas com a memória histórica local, focalizando temas de arqueologia, património edificado, personalidades e genealogias, associativismo, toponímia e imprensa local. Foram também publicados os forais dados a Almada bem como alguns documentos relativos à circunscrição municipal. Importa salientar que a maior parte dessas monografias foram editadas pela câmara municipal ou juntas de freguesia, o que demonstra da parte do governo local a necessidade de criar instrumentos de preservação de memórias históricas.

Quanto aos períodos estudados predominam a Idade Contemporânea e os séculos XIX e XX. As referências à ruralidade, apesar de indirectas, encontram-se principalmente nas obras dedicadas à freguesia da Caparica, onde se situavam algumas das principais propriedades agrícolas, através dos roteiros que permitem identificar aspectos da paisagem rural através da toponímia e ainda em textos publicados sobre a Costa de Caparica, com maior incidência ao nível da etnografia, com destaque para a pesca e as embarcações tradicionais. Acerca do concelho do Seixal, para o qual a produção de estudos monográficos é mais reduzida, destaca-se a obra da autoria de António Nabais *História do Concelho do Seixal*,⁶ publicada pela Câmara Municipal em quatro volumes, sendo que o segundo volume aborda as embarcações tradicionais e o quarto os moinhos, este último directamente relacionado com a paisagem rural. Ainda sobre o concelho do Seixal foram publicadas duas obras monográficas da autoria de Manuel Lima sobre a

⁵ Cf. Francisco Silva, *As Monografias sobre História de Almada Publicadas no Século XX*, trabalho apresentado no seminário “História Local e Regional, Tendências e Dinâmicas” do mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, (texto policopiado).

⁶ António J. Nabais, *História do Concelho do Seixal*, IV Vols., Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1981 – 1986.

história das freguesias de Corroios, editado em 2001,⁷ e Amora em 2006,⁸ que coligem informação histórica sobre a paisagem rural e as estruturas associadas à exploração agrícola.

Após termos tratado sumariamente o conceito de memória, associado à região de Almada e Seixal, através de uma perspectiva social e histórica, constatamos que a memória da ruralidade não tem grande significado na construção da identidade dos grupos sociais e que só indirectamente tem sido integrada na investigação historiográfica. Por outro lado, a própria paisagem constitui um factor de construção da memória histórica, revelando um conjunto de elementos, que se podem integrar na elaboração de um estudo sobre a ocupação do espaço rural, contribui assim para o reconhecimento de alguns dos aspectos que caracterizavam o território no passado. Nesse sentido, propomos uma análise dos testemunhos patrimoniais, apreendidos enquanto memórias presentes na paisagem, através da identificação dos aspectos que remetem para um espaço rural, que como vimos anteriormente distinguia o território sobre o qual nos debruçamos.

Ao falar de elementos patrimoniais, importa enquadrar o conceito de património, entendido como herança, à escala da paisagem adquire uma dimensão espacial que integra diferentes aspectos, num conjunto que podemos definir como paisagem cultural,⁹ a qual ultrapassando a escala do objecto isolado, contextualiza no espaço os elementos naturais e culturais que no seu conjunto definem a paisagem. É através desta perspectiva que procuramos identificar no território actual dos concelhos de Almada e Seixal os testemunhos da actividade humana associada à ruralidade, quer sejam estruturas construídas quer se tratem de terrenos agrícolas, praias ou pinhais. Por outro lado, procura-se avaliar de que forma esse património é gerido pelas autarquias e assumido pela comunidade enquanto recurso portador de memória.

Face aos capítulos anteriores, nos quais a investigação desenvolvida se baseou exclusivamente em documentos escritos, no presente capítulo a análise alarga-se à

⁷ Manuel Lima, *Corroios Minha Terra co(m a)rroios*, s.l., Plátano, 2001.

⁸ *Idem*, *Amora Memórias e Vivências D'Outrora*, s.l., Plátano, 2006.

⁹ Cf. Dominique Poulot, *Patrimoine et musées. L'institution de la culture*, s.l., Hachette, 2003, p. 196.

paisagem e património rurais abordados enquanto documentos¹⁰ capazes de transmitir informação histórica. Nessa medida, define-se como objecto de análise o património rural, o qual se caracteriza pela sua ligação ao património etnográfico através da relação com práticas e modos de vida dos grupos sociais que lhe estão ou estiveram associados.¹¹ Abarcando as vertentes cultural e natural, o património rural abrange um conjunto de elementos diversos como os edifícios, as alfaias e engenhos, o coberto vegetal, a exploração dos solos ou as actividades tradicionais do meio rural. Com o desaparecimento gradual das práticas agrícolas nos moldes tradicionais por um lado e o abandono das terras de cultivo por outro, o património rural tem sofrido uma desagregação, acentuada pela estreita dependência entre as estruturas construídas e as áreas de exploração agrícola,¹² pois a conservação da arquitectura por si só não basta para preservar o património rural. Quando os espaços envolventes, ordenados em função da exploração agrícola, são transformados pela acção humana e perdem a sua função, os moinhos, os lagares e outros elementos arquitectónicos associados ao meio rural ficam descontextualizados e perdem parte da informação que transmitiam, não deixando no entanto de constituir fontes de informação histórica sobre a paisagem rural. Na mesma medida, os actuais campos agrícolas, os pinhais e as praias, são também elementos paisagísticos portadores de memória no sentido em que mantêm as principais características que os definiam no passado.

A análise dos vestígios da paisagem rural actual passa pela observação e reconhecimento no terreno de alguns dos elementos considerados estruturantes na presente abordagem. Assim, nesta fase da investigação recorreremos a documentação elaborada pelos serviços das câmaras municipais de Almada e Seixal, enquanto que para a caracterização da paisagem utilizamos mapas, fotografias e ortofotomapas¹³ que documentam os aspectos da paisagem e do património edificado preservado, destruído, reutilizado ou abandonado. Seguidamente vamos observar, através dos elementos patrimoniais associados ao espaço rural, e de que formas a ruralidade está presente

¹⁰ Jacques Le Goff, «Documento / monumento», in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I Memória – História, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

¹¹ Cf. Jean Davallon *et al.*, «Vers une évolution de la notion de patrimoine? Reflexions à propos du patrimoine rural», in *L'Esprit des Lieux – Le Patrimoine et la Cité*, Paris, Pug, 1997, p. 196.

¹² *Idem*, p. 199.

¹³ Os mapas são apresentados no corpo do texto, enquanto as fotografias, incluindo as que ilustram o texto, encontram-se reproduzidas no volume de anexos, bem como os ortofotomapas.

enquanto memória na paisagem cultural da região desde o século XX até aos nossos dias.

3.2. Das transformações de uma *paisagem* (em Almada e Seixal) nos séculos XIX e XX

A alteração da paisagem é uma constante na história do território, foi no entanto durante o século XX que se observaram as mudanças que contribuíram de forma determinante para sua transformação física e cultural, diferenciando-a progressivamente da imagem rural que a caracterizou no passado. No entanto, é importante não esquecer que as condições que originaram a mudança estavam já latentes na ocupação humana desta região e profundamente ligadas à sua localização geográfica. As transformações começam a fazer-se sentir a partir de meados do século XIX, com o aparecimento das primeiras fábricas que estão na origem da industrialização, esta vai, a partir de então, marcar de forma indelével a economia, a cultura, a sociedade e a paisagem de Almada e Seixal.

Durante os séculos XVIII e XIX, as alterações ocorridas na paisagem da região não alteraram o carácter predominantemente rural que a caracterizava. As primeiras unidades industriais instalaram-se pontualmente na proximidade das frentes ribeirinhas, enquanto o interior se mantinha sem grandes transformações ao nível da paisagem. Foi a partir do século XX, que devido ao aumento populacional e conseqüente crescimento urbanístico, a paisagem se transformou gradualmente, reduzindo as zonas rurais e os terrenos de cultivo a áreas residuais e descontínuas. Para tentar enquadrar essas alterações da paisagem, torna-se necessário historiografar ainda que em breves traços a evolução socio-económica dos concelhos de Almada e Seixal a partir de meados do século XIX e durante o século XX, enquadrando as transformações que se operaram, e os seus visíveis reflexos na paisagem.

A localização geográfica e as condições naturais na margem esquerda do estuário do Tejo favoreciam o abastecimento de matérias-primas e o transporte de produtos transformados, por via fluvial e marítima. Por outro lado, a região beneficiava das vantagens de mercado decorrentes da proximidade à capital do país. Estas condições terão levado a que o processo de industrialização em Almada e Seixal se tivesse iniciado

a partir de meados do século XIX, determinando decisivamente a paisagem contemporânea da margem Sul do Estuário do Tejo.¹⁴ É neste contexto que Maria Alfreda Cruz indica a existência de factores de indução eotécnica, relacionados com o ambiente, a situação geográfica e a disponibilidade de combustível. Foram estes os factores associados à proximidade de Lisboa,¹⁵ que desde a Idade Média fizeram despontar no concelho de Almada actividades proto-industriais baseadas no aproveitamento dos recursos geológicos como o ouro, a lenha e a força motriz do vento e das marés.

Destas actividades a mais importante foi a exploração aurífera que remonta ao período de ocupação romana e que está na origem do topónimo árabe Al-ma'dan que se traduz por “a Mina”,¹⁶ conforme refere no século XII o geógrafo Edrici na descrição de Lisboa: «*Situada nas proximidades do Mar Tenebroso esta cidade tem à sua frente, na margem oposta e junto à foz do rio, o forte de Almada [A Mina], assim chamado porque o mar lança palhetas de ouro sobre a margem. Durante o Inverno, os habitantes da região vão junto do forte à procura desse metal e entregam-se à faina com maior ou menor sucesso enquanto dura a estação rigorosa. É um facto de que eu próprio fui testemunha*».¹⁷

A exploração da Mina da Adiça, situada nas praias da frente atlântica a Norte da Lagoa de Albufeira, era controlada pela coroa desde a tomada de Lisboa em 1147 e está documentada desde o século XIII até ao século XVI, perdendo importância devido ao esgotamento dos filões ou à pouca rentabilidade face ao ouro que a partir de então chega da costa ocidental africana e mais tarde do Brasil.¹⁸ No entanto a actividade de mineração, através da lavagem das areias, não foi totalmente abandonada sendo que ainda era desenvolvida durante o século XIX como refere Pinho Leal, «*Perto d'esta*

¹⁴ Cf. Maria Alfreda Cruz, *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, s.l., ed. autor, 1973, p. 113.

¹⁵ *Idem*, p. 114.

¹⁶ Cf. José Pedro Machado, «O Topónimo Almada», separata da Revista Cultural, *Anais de Almada*, nº 3, 2000, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2001.

¹⁷ Tradução do texto árabe, organização prólogo e notas de António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1972, p. 41.

¹⁸ Cf. Jorge Custódio, «Almada Mineira, Manufactureira e Industrial», in *Al-madan*, nº 2 IIª série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1993, p. 90.

*villa (na Adiça) há uma mina de ouro, que ainda no reinado do Senhor D. Miguel se explorava por conta do estado; mas não rendia para as despesas».*¹⁹

As lenhas eram por sua vez destinadas em grande parte à alimentação de fornos com diversas funções como o fabrico de cerâmica, atestado no século II na olaria romana da Quinta do Rouxinol onde foram identificados e escavados dois fornos cerâmicos aos quais se encontrava associado numeroso espólio anfórico, destinado ao transporte de produtos da região como os preparados de peixe e vinho, e cerâmica de uso doméstico.²⁰

No mesmo contexto geográfico mas no concelho do Barreiro há ainda a assinalar os fornos de biscoito destinado ao abastecimento da armada real em Vale de Zebro instalados no século XV. Também a fábrica de vidro instalada em Coina no século XVI, consumia grandes quantidades de lenha²¹ e utilizava as areias da zona para a fabricação do vidro. Relativamente às actividades de transformação de matérias-primas há ainda a registar no concelho de Almada uma saboaria que se encontrava em laboração durante o reinado de D. Manuel, situada junto à praia, no lugar de Arrábida próximo da povoação do Pragal.²²

A tanoaria, como se constata no *Livro de Posturas* de 1730 – que se refere exclusivamente à regulamentação do trabalho dos tanoeiros do concelho de Almada – era também uma actividade artesanal representativa, cuja produção se destinava principalmente ao armazenamento e transporte do vinho produzido localmente. Na mesma medida a construção naval desenvolvida em diversos estaleiros distribuídos ao longo das praias do Tejo, estava já implantada durante o período da expansão marítima, nomeadamente na Azinheira (Seixal) e Telha (Barreiro), encontrando nas matas da

¹⁹, Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 140.

²⁰ Cf. Ana Luísa Duarte e Jorge Raposo, «Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)», in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 236 – 247.

²¹ Cf. Maria Alfreda Cruz, *op. cit.*, pp. 114 – 115.

²² Cf. Raul Pereira de Sousa, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, p. 70-71. No artigo «A Margem Sul do Estuário do Tejo Durante a Expansão Portuguesa», in *Al-madan*, Iª série, nº 2, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1984, p. 57, António Nabais localiza esta saboaria próximo do Porto Brandão, no entanto consideramos tratar-se de uma imprecisão repetida por Jorge Custódio, «Almada Mineira, Manufactureira e Industrial», in *Al-madan*, IIª nº 4 série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1995, p. 129. A constatação do erro de localização fundamenta-se na medida em que a fotografia publicada no artigo de António Nabais corresponder a instalações localizadas na praia da Arrábida.

margem Sul, as madeiras de sobro e pinho, usadas na construção seja de galeões seja de outras embarcações de pesca ou de transporte fluvial.²³

A partir do século XV destaca-se a moagem de cereais com recurso a moinhos hidráulicos, utilizando a força das marés, melhor aproveitada na margem Sul do estuário do Tejo. Estas estruturas em número considerável,²⁴ integrando cada uma vários casais de mós, enquadravam-se numa lógica de produção proto-industrial.²⁵ Neste sentido e como foi observado por Cláudio Torres no enquadramento do forno de cerâmica da Mata da Machada (Barreiro)²⁶ a margem Sul do estuário do Tejo concentrava um conjunto de actividades manufactureiras subsidiárias ou dependentes do sector primário e da exploração dos recursos minerais.

Apesar destes vestígios de uma actividade proto-industrial mais ou menos presentes ao longo dos séculos é no entanto, com a introdução da máquina a vapor que podemos falar propriamente de industrialização, sendo a partir de então que se registam as maiores transformações ao nível dos concelhos de Almada e Seixal com a substituição das oficinas artesanais por fábricas. Paralelamente o aumento do consumo energético decorrente da utilização da máquina a vapor, leva à utilização de carvão mineral importado, enquanto a lenha, cada vez mais escassa, é usada principalmente no consumo doméstico e na panificação. Por outro lado, as novas unidades industriais necessitam de mão-de-obra em maior quantidade, enquanto outras exigem um certo grau de especialização dos operários, fazendo da região um pólo de atracção populacional, sendo que o processo de industrialização nos concelhos de Almada e Seixal, se começa a fazer sentir a partir de meados do século XIX.

Observemos agora as principais instalações de carácter fabril que nessa data se instalaram na região recorrendo à máquina a vapor. A mais antiga instalação fabril a utilizar essa tecnologia no concelho de Almada foi, segundo Jorge Custódio, a Fábrica de Produtos Químicos da Margueira, referida na *Memória Económica do Concelho de*

²³ Cf. Maria Alfreda Cruz, *op. cit.*, p.114.

²⁴ Cláudio Torres refere a existência de mais de cinquenta moinhos de maré na margem sul do estuário do Tejo, «A Outra Banda», in *O Livro de Lisboa*, Irisalva Moita, coord., Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 171.

²⁵ Cf. Jorge Custódio, *op. cit.*, p.128.

²⁶ Cf. Cláudio Torres, *Um Forno Cerâmico dos Séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro (1987)*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, s.d.

Almada, como «o grande Laboratorio Chimico o maior que há em Portugal pertencente a João Paulino de Almeida»,²⁷ que estava instalada desde 1823.²⁸ No entanto, o autor da referida *Memória*, não o considera uma instalação industrial, pois ao referir-se à indústria no concelho refere que «*difficultosamente se encontrará hua terra aonde haja menos industria do que este Comcelho. Nenhum estabelecimento, ou fábrica se encontra em todo elle, á excepção do Lavadouro e Pizão que faz parte da Officina Nacional das Mantas para o Exercito*».²⁹ No então já concelho do Seixal, instala-se em 1862 a Companhia de Lanifícios da Arrentela, dotada de maquinaria especializada e que consumia exclusivamente matérias-primas e carvão importados, empregando quatrocentos e vinte operários,³⁰ por seu turno a Fábrica de Vidros da Amora inicia a sua actividade em 1890.³¹ Pinho Leal refere ainda três fábricas no Seixal «*uma de productos chimicos, de Padrel & C.^a – outra de Sabão – e outra de sóla antiga*».³²

Aquela que se considera como a primeira instalação industrial do concelho de Almada é a Fábrica de Fiação de Tecidos do Olho de Boi, onde estava instalada já em 1844 uma máquina a vapor de alta pressão, que em 1848 empregava cento e cinquenta trabalhadores os quais nas palavras de Jorge Custódio foram: «*os primeiros operários modernos de Almada, antes do advento das instalações fabris para manufacturar a cortiça*»,³³ e que estiveram ligados às primeiras associações de classe que vão caracterizar a partir de então a sociedade local, marcada por uma crescente politização dos grupos sociais ligados ao operariado fabril.

A moagem de cereais panificáveis foi, como já vimos, uma actividade tradicionalmente desenvolvida desde a Idade Média na região, com o recurso aos moinhos de maré que abasteciam de farinhas a cidade de Lisboa e os fornos de Vale de Zebro, ao passo que os moinhos de vento asseguravam o consumo local. Com a instalação de uma máquina a vapor alimentada a carvão na fábrica de moagem de António José Gomes, na Cova da Piedade, a partir de 1865, a actividade moageira torna-se uma assumidamente industrial,

²⁷ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 8 f., (ver anexo documento 1).

²⁸ Cf. Jorge Custódio, *op. cit.*, p. 131.

²⁹ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 16 f. e v., (ver anexo documento 1).

³⁰ Maria Alfreida Cruz, *op. cit.*, p. 119.

³¹ *Idem*, p. 120.

³² Pinho Leal, *op. cit.*, p. 76.

³³ Jorge Custódio, *op. cit.*, p. 133.

empregando maior número de trabalhadores e aumentando exponencialmente a capacidade transformadora face aos sistemas tradicionais movidos pela força das marés ou do vento, e moendo cereal importado.

Ainda no século XIX devemos referir a instalação de uma fábrica de dinamite próximo da Trafaria, que iniciou a laboração em 1873,³⁴ a qual é referida por Pinho Leal no lugar do Torrão: «*Para evitar os perigos de uma grande explosão, a fábrica foi construída em pequenas barracas, isoladas umas das outras, por grandes reductos de areia, misturada com terra vegetal adubada convenientemente, para sustentar plantas adhesivas, e acham-se actualmente cobertas de verdura*».³⁵

Na margem Sul, onde a construção naval era já uma actividade tradicional, os estaleiros de Hugo Parry vão iniciar uma nova tecnologia com recurso à utilização do ferro e de máquinas ferramentas.³⁶ A sua instalação em 1881 na praia do Ginjal representa um marco na história da indústria na margem Sul, pois conforme escreve Jorge Custódio «*A Hugo Parry & Son era uma autêntica fábrica metalúrgica especializada na construção de navios de ferro e outras construções metálicas*».³⁷ Já no século XX, são construídos no concelho de Almada dois dos mais importantes estaleiros navais do país: o Arsenal da Marinha, cujas obras se iniciam nos terrenos da Quinta do Alfeite nos anos vinte sendo inaugurado em 1939. Vinte e oito anos depois, em 1967, o estaleiro naval Lisnave, instalado na zona da antiga praia da Margueira, onde, para a construção do estaleiro, como aliás já havia acontecido com o Arsenal de Marinha, enormes volumes de areia são arrancados às arribas para a realização dos aterros que avançam sobre o rio, transformando radicalmente a paisagem ribeirinha. Estes dois estaleiros navais representam a fase da industrialização que distinguiu profundamente a indústria pesada na região, empregando milhares de trabalhadores e constituindo um importante factor de atracção de população.

No âmbito da indústria transformadora importa ainda mencionar a cerâmica. Instalaram-se em Almada nos finais do século XIX cinco fábricas, de entre as quais se destaca a

³⁴ *Idem*, p. 135.

³⁵ Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, pp. 594 – 595.

³⁶ «*as máquinas-ferramentas – com plano inclinado, docas secas e gruas a vapor*», Jorge Custódio, *op. cit.*, p. 134.

³⁷ *Ibidem*.

Fábrica de Cerâmica de Palença, localizada na praia com o mesmo nome e em laboração desde 1884. Utilizava um forno contínuo e quatro intermitentes alimentados a carvão mineral³⁸ e explorava barreiros locais. Para além de cerâmica comum, produzia também materiais de construção, como tijolo e telha *Marselha*. Ocupando mais de uma centena de operários, a fábrica manteve a sua actividade até aos anos setenta do século XX.³⁹

A indústria conserveira, que já durante o período romano tinha em Cacilhas uma unidade de produção de preparados de peixe,⁴⁰ encontra igualmente a partir de finais século XIX, possibilidades de instalação nas zonas ribeirinhas do concelho de Almada, nomeadamente no Ginjal, no Porto Brandão e na Trafaria, aproveitando a abundância de pescado e facilidade de escoamento das conservas para o mercado internacional por via marítima. Esta actividade era geradora de movimentos migratórios, na medida em que as empresas que se instalaram em Almada já estavam implantadas em outras regiões do país, nomeadamente no Algarve e em Peniche, e traziam pessoal, principalmente mulheres com experiência de trabalho na indústria conserveira.

Com o maior impacto à escala regional, há ainda que referir a indústria corticeira cuja localização preferencial na margem esquerda do estuário do Tejo se relaciona directamente com a linha de caminho de ferro, que através da linha Sul e Sueste a qual tinha o seu terminus no Barreiro, estando prevista à época a sua ligação ao Seixal e a Almada que no entanto não se veio a concretizar,⁴¹ a cortiça era transportada por via fluvial para o Seixal e Almada, onde se observa uma concentração de instalações fabris o que, segundo Maria Alfreda Cruz, «parece dever-se à maior interligação à orgânica de Lisboa».⁴² Assim, conforme indica Jorge Custódio entre 1872 e 1910 existiam no concelho de Almada dezassete fábricas de transformação de cortiça,⁴³ enquanto no concelho do Seixal se destacam a fábrica Mundet, instalada em 1906, e a Wicanders em 1911.⁴⁴ As empresas eram na sua maioria estrangeiras, principalmente inglesas e também ligadas ao comércio do carvão, enquanto outras vieram do Algarve,

³⁸ *Idem*, p. 138.

³⁹ Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 175.

⁴⁰ Luís Barros, «Cacilhas uma Experiência de Arqueologia Urbana», in *Al-madan*, n.º 0, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Novembro 1982, pp. 34 – 35.

⁴¹ Jorge Custódio, *op. cit.*, p. 137.

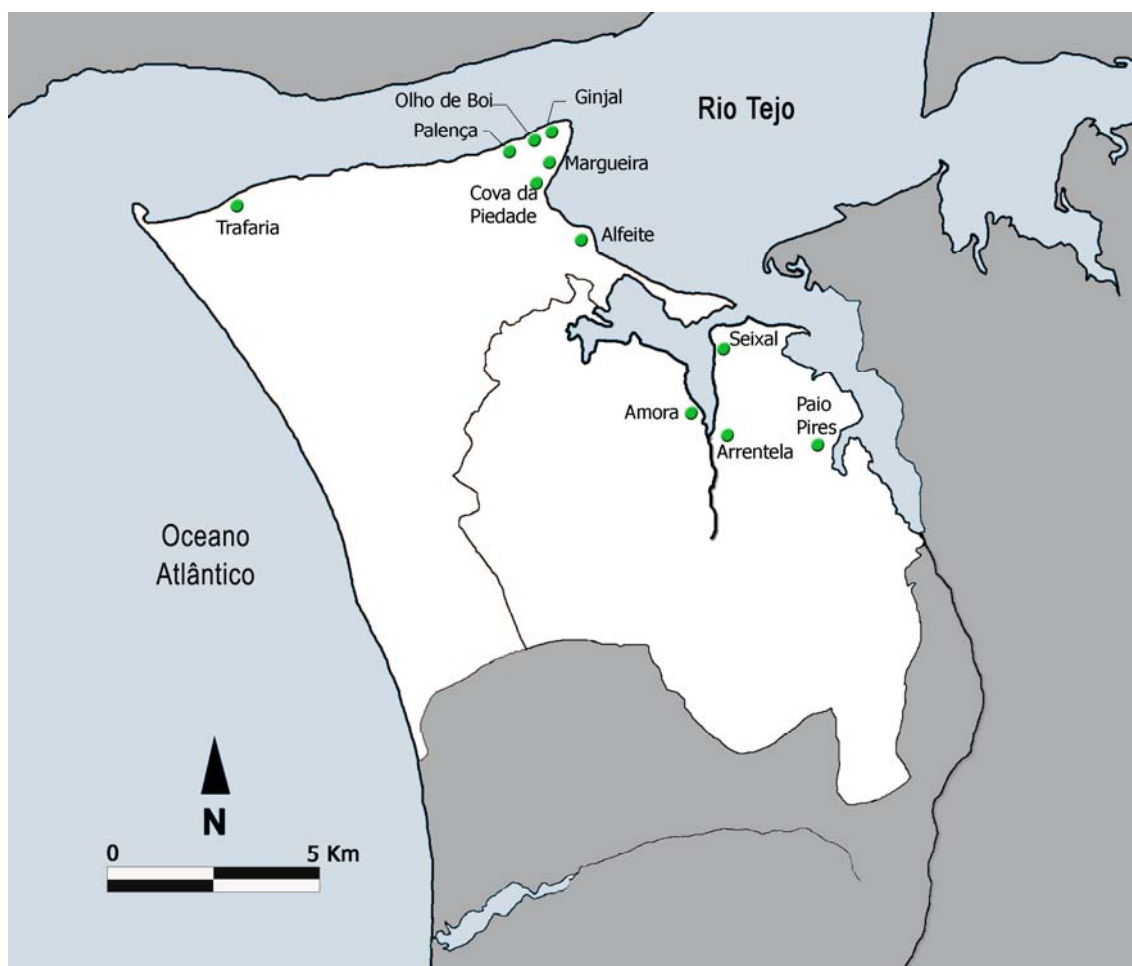
⁴² Maria Alfreda Cruz, *op. cit.*, p. 143.

⁴³ Jorge Custódio, *op. cit.*, p.137.

⁴⁴ Maria Alfreda Cruz, *op. cit.*, p. 148.

nomeadamente de Silves onde existia a principal pólo da indústria corticeira do país, trazendo consigo operários especializados.

Já na segunda metade do século XX no concelho do Seixal é instalada a Siderurgia Nacional, destinada à produção de aço e em funcionamento a partir de 1961. Mais uma vez foi a posição geográfica que determinou para instalação deste empreendimento de escala nacional, no estuário do Tejo a escolha do Seixal em detrimento de Alcochete, constituindo um novo pólo de concentração populacional em torno da pequena povoação de Paio Pires.⁴⁵ A área de implantação escolhida para este empreendimento industrial, foi a zona ribeirinha de Paio Pires, nos terrenos das quintas da Palmeira e do Zeimoto e nas praias onde se localizavam os moinhos de maré da Quinta Nova da Palmeira e do Cabo da Linha.⁴⁶



Mapa 5 – localização dos principais locais de instalações industriais em Almada e Seixal durante os séculos XIX e XX (Francisco Silva, 2008).

⁴⁵ *Idem*, 128.

⁴⁶ Cf. Manuel Lima, *A Reserva Ecológica Nacional do Concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 22.

Ao nível da paisagem, as grandes transformações causadas pela industrialização fizeram-se sentir num primeiro momento nas zonas ribeirinhas, onde se localizavam a maioria das instalações fabris e de armazenamento, com impactos ao nível da paisagem instalando-se na base da arriba do Tejo virada a Norte, com construções pontuais mas de grande dimensão e dotadas de cais privativos. Paralelamente, as povoações mais próximas dos pólos industriais desenvolveram-se, como é o caso da Cova da Piedade e Amora, que de pequenos lugares rurais face ao crescimento urbano passam a povoações habitadas maioritariamente pelo operariado. Na envolvente da vila de Almada, em sítios como o Pragal, a Ramalha ou Cacilhas, as antigas instalações agrícolas das quintas são transformadas em habitações e novos anexos são construídos. Importa salientar que na *Memória Económica* de 1835 o provedor do concelho refere que no Pragal os «habitantes são quasi todos Calafates e Carpinteiros ocupados no Arsenal da Marinha»,⁴⁷ pelo que podemos constatar que já durante a primeira metade do século XIX a população do Pragal se encontrava mais ligada à actividade manufactureira desenvolvida na capital do que ao cultivo dos campos envolventes, justificando assim as queixas de José Joaquim de Silva Chaves quanto à falta de mão-de-obra local para o trabalho agrícola.⁴⁸

Com o fim da cultura da vinha e a falta de mão-de-obra, a actividade agrícola vai perdendo a importância que tinha na economia e na sociedade local, conduzindo a uma secundarização da actividade produtiva centrada nas fábricas e contribuindo para o desenvolvimento do comércio e dos transportes ligados ao sector terciário.

Os sectores secundário e terciário integram a população local e mão-de-obra migrante, oriunda de várias regiões do país, nomeadamente do Algarve, do Alentejo e das Beiras, onde o sistema de vida rural tradicional também entrara em declínio, devido a maus anos agrícolas e principalmente à dificuldade de adaptação a um mercado que ultrapassa as fronteiras locais. Ao emparcelamento e à falta de vias de comunicação, juntou-se a florestação industrial, primeiro dos baldios e depois dos terrenos agrícolas. Face a este cenário de destruição das estruturas sociais e económicas do meio rural, a emigração conduziu muitos portugueses para o estrangeiro, enquanto os que ficaram procuraram na

⁴⁷ AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 8 f.,

⁴⁸ «Esta falta de homens de trabalho faz a cultura [da vinha] dispendiosa no resto do anno, porque os braços valem como os outros generos conforme a necessidade, e por isso muitos annos os jornaes augmentão a hum preço desproporcionado, sobindo ás vezes ate 400 r.s.», *idem*, fl. 13 f.

capital e nos arredores o trabalho nas fábricas e no comércio, fixando residência nos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro.

O aumento da população esteve assim na origem das transformações que se operaram na paisagem do interior do território estudado, com o aparecimento a partir dos anos quarenta do século XX de novos núcleos habitacionais como o Feijó e o Laranjeiro, ao passo que na Costa de Caparica os terrenos baldios alienados pela autarquia ao abrigo do código administrativo, eram vendidos para construção de casas de veraneio.⁴⁹ Foi então elaborado por iniciativa da câmara municipal um Plano de Urbanização do Concelho e o Plano de Pormenor para a encosta Sul da vila, que se concretizou através da aquisição de várias quintas com vista à urbanização dos terrenos.⁵⁰ Paralelamente à construção civil caracterizada pelos prédios de rendimento, em algumas quintas os terrenos foram arrendados em pequenas parcelas para construção de barracas, dando origem a *bairros de lata* onde habitava a população mais desfavorecida e recentemente chegada da província. Com a construção da ponte sobre o Tejo, inaugurada em 1966, aumentou o número de pessoas que, habitando nos concelhos de Almada e Seixal, onde as rendas de casa eram mais baixas do que na capital, atravessam diariamente o Tejo para trabalhar em Lisboa, observando-se principalmente a partir dos anos setenta a um aumento do peso do sector terciário face ao secundário e ao então já incipiente sector primário.⁵¹

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, o poder local democrático responsável pelo ordenamento do território, deu prioridade à construção de infra-estruturas básicas, como as estradas, o saneamento ou o abastecimento de água. Por outro lado, a construção imobiliária continuou a avançar de forma desordenada pelo interior do concelho, gerando grandes manchas de território com ocupação urbana de génese ilegal em várias zonas até então ocupadas por campos agrícolas, pinhais e charneca.

Actualmente a indústria deu lugar ao comércio e aos serviços, que empregam a maioria da população. O governo das autarquias locais alarga a sua acção aos sectores sócio culturais e é responsável pelo ordenamento do território através da elaboração de Planos

⁴⁹ Jorge Sousa Rodrigues, *op. cit.*, pp. 65 – 75.

⁵⁰ *Idem*, p. 67.

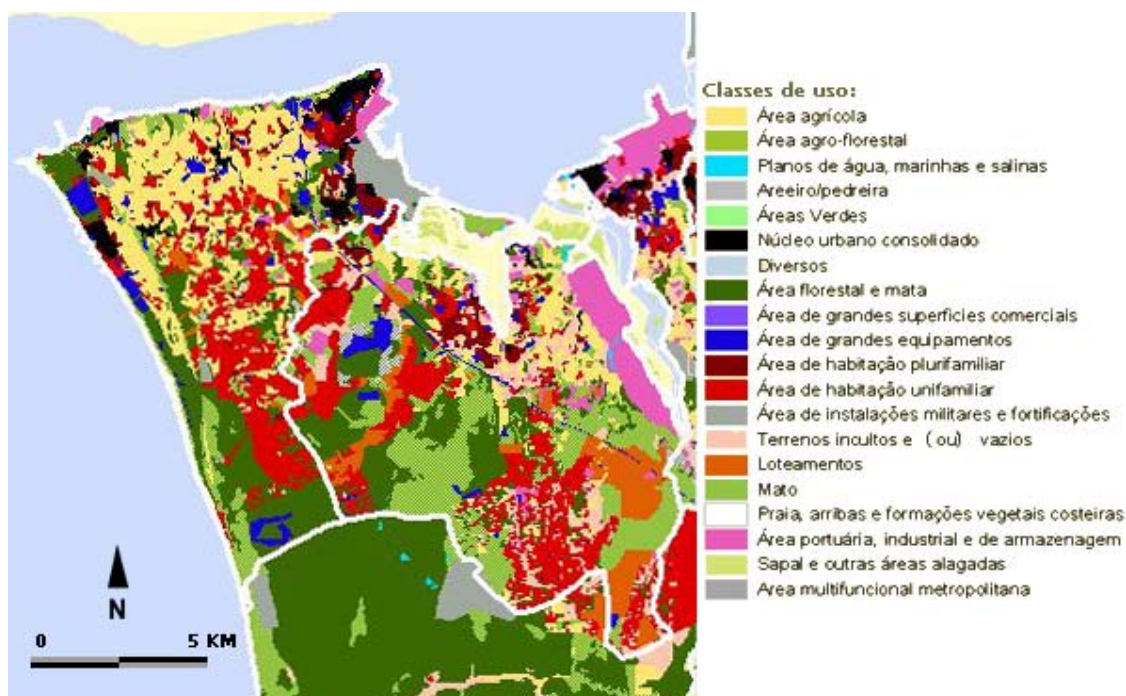
⁵¹ «Nos fins dos anos 70, a nível concelhio, 57,1% da população trabalhava no comércio, serviços e transportes, 41,2 % na indústria, e só 1,7 % na agricultura e pesca». *Idem*, p. 69.

Directores Municipais. Não obstante, o crescimento urbanístico dos concelhos de Almada e Seixal continua em expansão, ocupando antigos solos agrícolas e florestais. No entanto, ainda é possível observar alguns dos aspectos que caracterizavam a paisagem rural conforme é descrita nas fontes históricas dos séculos passados. Algumas paisagens, os núcleos de povoamento antigo, as quintas ou os moinhos, sem esquecer o património imaterial ligado à memória das gentes e às celebrações religiosas associadas aos ciclos agrários, são contextos que, apesar de transformados pela acção humana com impactos maiores ou menores, testemunham o passado rural da região.

A dimensão operativa do conceito de memória pode manifestar-se através do património cultural nas suas diversas vertentes, nomeadamente: o património edificado; a toponímia; a paisagem; as crenças; as devoções e as recordações do passado, que persistem na população mais idosa. Observando actualmente a região em análise, é possível encontrar paisagens, conjuntos, elementos e gestos, que remetem para uma memória da ruralidade. Este património alargado constitui a fonte principal da abordagem que propomos. Tendo como objectivo caracterizar uma realidade cujo inventário sistemático não cabe na presente investigação, identificam-se para cada um dos aspectos do património, elementos tipológicos que permitam uma reflexão sobre a sua função patrimonial, enquanto registo de memória do espaço humanizado.

3.3. As unidades de paisagem rural

Assim entende-se como paisagem rural o espaço onde a acção humana tem origem na exploração do solo, do mar ou do rio. Os campos agrícolas, os pinhais, os conjuntos edificados, os elementos associados ao povoamento rural, à arquitectura tradicional e às infra-estruturas agrárias são os aspectos da paisagem rural que nos propomos identificar e analisar enquanto fonte de informação histórica, na medida em que preservam, ainda que parcialmente, características da paisagem rural. Para tal, começemos por observar a carta de ocupação dos solos nos concelhos de Almada e Seixal (mapa 6), no sentido de identificar as áreas de uso agrícola e florestal, bem como as zonas de maior concentração populacional.



Mapa 6 – Mapa do uso do solo nos concelhos de Almada e Seixal (AML, 2006).

Como podemos observar, a área agrícola, assinalada com cor amarela, situa-se principalmente a Norte do concelho de Almada, correspondendo aos terrenos da Caparica e da base da arriba paralela à faixa costeira, as chamadas “Terras da Costa”. No Seixal, a área agrícola com maior significado situa-se na freguesia de Paio Pires, ao longo da margem do rio Coina, ocupando os terrenos deixados livres após a instalação da Siderurgia Nacional. Observam-se ainda, com destaque para a zona Sul dos concelhos de Almada e Seixal, as manchas florestais constituídas principalmente por pinhal. No interior é patente uma forte pressão urbanística com base na habitação unifamiliar e plurifamiliar que correspondem, em parte, a loteamentos de génese ilegal.

As paisagens que se mantêm mais preservadas do ponto de vista ambiental e sujeitas a menor pressão são aquelas que apresentam maior semelhança com as descritas no capítulo anterior. Estão abrangidas pela Reserva Ecológica Nacional (mapa 7) e correspondem a algumas das unidades de paisagem enunciadas, tais como a frente atlântica de praia e pinhal, a frente ribeirinha Norte e a envolvente da baía do Seixal. Consideramos que a classificação destas áreas como Reserva Ecológica Nacional tem contribuído para a preservação destas paisagens e do seu património biológico e ambiental, que se reveste de valor cultural na medida em que resulta, em parte, da

actividade humana continuada ao longo de séculos, pelo que consideramos a área florestal como uma unidade de paisagem rural



Mapa 7 – Reserva Ecológica Nacional nos concelhos de Almada e Seixal (AML, 2006).

3.3.1. O Pinhal

Os actuais concelhos de Almada e Seixal integram uma área florestal constituída maioritariamente por pinhal. Enquanto unidade de paisagem, este coberto vegetal ocupa grande parte da zona Sul de ambos os concelhos e prolonga-se pelo de Sesimbra. Observam-se nesta paisagem diversas espécies vegetais autóctones como a aroeira, o carrasco e alguns sobreiros. Em resultado de plantio predominam o pinheiro, o eucalipto e a acácia, espécie invasora largamente difundida.

O pinhal com a sua variedade de habitats apresenta, enquanto elemento patrimonial, um manancial de informação biológica que não cabe no âmbito da presente abordagem. Assim, escolhemos como exemplo desta unidade de paisagem a Reserva Botânica (1971) da Mata dos Medos, integrada na Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa de Caparica. Esta mancha florestal assumida como elemento patrimonial está sujeita a uma classificação que demonstra um reconhecimento do seu valor, é assumida pela população com espaço de lazer e fruição e consiste numa importante reserva de avifauna (foto 1).

Desconhece-se a origem da plantação do Pinhal dos Medos, apesar de alguns textos de divulgação que omitem a fonte da informação, referirem que partiu de D. João V a iniciativa de mandar plantar o pinhal, por forma a evitar o avanço das dunas ou medos⁵² para o interior.



Foto 1 – Pinhal dos Medos, Francisco Silva, 2008.

Segundo Luís Cardoso, havia: «*no sitio a que chamaõ os Medos, hum grande pinhal, de que tem cuidado o Amoxarife da Villa*». ⁵³ Sendo o Amoxarife um oficial da coroa, tudo indica tratar-se o pinhal de propriedade régia. As restantes fontes analisadas nos capítulos anteriores não fazem qualquer referência à determinação do monarca quanto à plantação do pinhal, mas sim à sua propriedade. Vieira Júnior designa o Pinhal como *do Rei*,⁵⁴ como aliás é tradicionalmente conhecido.

O facto indiscutível é de que os pinheiros mansos que dominam a paisagem foram inicialmente plantados. Em meados do século XVIII o pinhal era já uma marca importante na paisagem, conforme refere o *Dicionário Geográfico*. Pelo porte de alguns pinheiros mansos aqui encontrados podemos constatar que são árvores bastantes antigas, não estando no entanto disponíveis quaisquer dados concretos acerca da sua datação. A altura elevada das copas dos pinheiros dá lugar a um sub bosque onde se desenvolvem as principais espécies arbustivas autóctones que no passado cobriam grande parte do território em análise, nomeadamente, o zimbro, o carrasco, a aroeira e o medronheiro entre muitos outros. De entre os recursos silvícolas citados nas fontes dos séculos XVIII e XIX que podemos observar actualmente, destaca-se a grã, que se encontra nas folhas dos carrascos. A Mata no seu conjunto representa um património e natural que, resulta da sua plantação através da intervenção humana, ao mesmo tempo que transmite a imagem de uma das unidades de paisagem da região, permitindo uma caracterização do espaço rural a partir do coberto vegetal. Existem ainda outras

⁵² Paula Fonseca, *Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica*, s.l., PPAFCC / ICN, 1995, p. 11.

Luís Cardoso, «Vila e Termo de Almada no Dicionário Geográfico escrito pelo padre Luís Cardoso», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, nº 7-8, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2005, p. 15.

⁵⁴ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897, p. 94.

manchas significativas de coberto vegetal arbóreo, onde a par do pinheiro surge o sobreiro e algumas espécies exóticas, como na Mata do Alfeite, parte integrante da grande quinta com o mesmo nome, e na restinga da Ponta dos Corvos,⁵⁵ nas margens do sapal de Corroios.

3.1.2. A Frente Atlântica

A frente atlântica que delimita o território a Oeste é acompanhada pela arriba, a partir da qual se estendia um extenso areal até ao mar. Enquanto unidade de paisagem foi sendo transformada por acção humana e natural. A florestação das dunas com pinheiros-de-Alepo, iniciada em finais do século XIX desde a Trafaria até à Costa de Caparica, é continuada para Sul durante o século seguinte, mas desta vez com acácia, espécie exótica que se revela invasora, destruindo a flora nativa própria do sistema dunar, e criando uma densa barreira vegetal entre a praia e os terrenos agrícolas que se prolongam ao longo da arriba, designados “Terras da Costa” (foto 2). A actual ocupação agrícola dos terrenos da Costa tem um carácter intensivo. As culturas praticadas, principalmente hortícolas, mantêm o uso agrícola do solo iniciado em finais do século XIX, com diferentes culturas e técnicas de cultivo.



Foto 2 – *Terras da Costa*, Francisco Silva, 2008.

A praia, enquanto elemento estruturante desta paisagem, foi durante o século XX bastante transformada. Como medida de protecção contra o avanço do mar foi construído sobre as dunas, desde a Cova do Vapor até à Costa de Caparica, durante os anos setenta do século XX, um paredão em pedra, a partir do qual partem esporões em direcção do mar, destinados a quebrar a força das ondas. Em resultado desta intervenção deu-se o desassoreamento da antiga praia e o avanço do mar até ao paredão, alterando profundamente a paisagem desta zona da frente atlântica. Para Sul da Costa de Caparica, a partir do ponto em que termina o referido paredão, a área de areal aumenta e dá lugar a uma praia que se prolonga até à Lagoa de Albufeira (foto 3 ver anexo). Nesta

⁵⁵ Cf. Manuel Lima, *A Reserva Ecológica Nacional do Concelho do Seixal*, p. 35.

grande extensão de frente marítima, a pesca continua a ser praticada por alguns habitantes locais, à semelhança dos antepassados oriundos de Ílhavo e do Algarve que aqui se instalaram desde o século XVIII. Baldaque da Silva na obra *Estado Actual das Pescas em Portugal* refere as praias da Caparica onde se faz: «unicamente a pesca costeira por meio de artes de arrastar para terra».⁵⁶ As artes são redes com determinadas características, adaptadas à técnica de pesca utilizada. Assim, de entre várias artes de arrastar para terra nomeadamente: «chávêga, murgeira, chinchorro, chinha, levada, solheira, zorra, rede-pé»,⁵⁷ destaca-se a arte chávêga, como a única destas artes que ainda é utilizada.

A arte chávêga é uma técnica de pesca de arrasto para a praia, que utiliza um barco dentro do qual a rede é colocada, deixando na praia uma ponta da corda que puxa o saco da rede. Esta é lançada ao largo e o barco regressa à praia, trazendo a ponta da segunda corda. É então o momento de *alar* a rede, trabalho de puxar a rede para terra, realizado por dois grupos de pescadores que se encontram distantes e se vão aproximando à medida que o saco da rede se acerca de terra. Na Costa de Caparica este trabalho era feito à mão por homens, mulheres e crianças, com auxílio de um cinto colocado a tiracolo e preso à corda. A embarcação tradicionalmente usada, capaz de ser varada na praia e vencer a rebentação das ondas, era o *meia-lua*, barco típico da Costa de Caparica. Era movido a remos, tinha fundo chato, a proa e popa elevadas, que lhe davam a forma de crescente lunar de onde deriva a sua designação. O único exemplar que conhecemos desta embarcação encontra-se no Museu de Marinha de Lisboa. A embarcação que se encontra actualmente no Centro da Costa de Caparica, conforme informam alguns pescadores mais idosos, é uma réplica de um *saveiro* e não de um *meia-lua*.⁵⁸

A arte chávêga continua a ser usada por algumas *companhas*, conforme se designa o conjunto de indivíduos que em terra e no mar realizam as diversas operações da pesca, nas praias entre a Costa de Caparica e a Fonte da Telha. As *chatas* são as embarcações de fundo plano e proa levantada que substituíram o *meia-lua*, são movidas a motor, não

⁵⁶ Baldaque da Silva, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 137.

⁵⁷ *Idem*, p. 242.

⁵⁸ Para além de outras, a principal diferença entre o Saveiro e o Meia-lua, reside na altura da popa, que no Saveiro é mais baixa que a proa, enquanto no Meia-Lua são ambas simétricas, Cf. J. A. Neves Cabral, *Meia-Lua da Costa de Caparica, subsídios para o estudo da sua arquitectura*, s.l., Junta Distrital de Setúbal, 1996, p. 13

dispensando no entanto o recurso aos remos para as manobras de entrar e sair do mar, enquanto a rede é *alada* com recurso a tractores. No entanto, enquanto actividade tradicional e independentemente das alterações técnicas do processo, mantém as características principais que definem esta *arte*, pelo que consideramos tratar-se de um elemento do património cultural, no sentido em que se traduz num conhecimento empírico transmitido de geração em geração e a memória de uma técnica de pesca ancestral que continua a ser praticada actualmente (foto 4).



Foto 4 – Arte Chávega, Francisco Silva, CDCAA, 2007.

3.3.3 Os Terrenos Agrícolas

Os terrenos incultos ou cultivados são contudo uma das marcas mais evidentes da ruralidade na paisagem, atestando a existência passada ou presente da actividade agrícola, que modelou e ordenou a paisagem rural. Nesse sentido, procuramos identificar algumas áreas do território onde a utilização do solo se mantém ligada à agricultura ou pastorícia, conservando assim testemunhos da memória rural da região.

No concelho de Almada persistem ainda algumas manchas de solo agrícola cultivadas e incultas. A fertilidade dos solos da zona da Caparica continua a suportar culturas hortícolas, mas também de cereais e pastagens. Enquanto unidade de paisagem, podemos considerar que, para lá da presença de viadutos, estradas e urbanizações, a paisagem anteriormente designada como “Terras da Caparica” mantém actualmente uma grande parcela dos terrenos com maior aptidão agrícola da região. Ocupando uma faixa de território paralela à arriba até uma distância máxima de cerca de dois quilómetros e meio para o interior, encontram-se nesta zona grandes extensões de terrenos de cultivo.

Os terrenos em cotas mais elevadas encontram-se em grande parte incultos e cobertos por vegetação rasteira, denotando que mesmo não sendo cultivados de forma intensiva, são regularmente mobilizados e utilizados como pastagem (foto 5 ver anexo). Nas encostas identificam-se zonas de sequeiro destinadas a cereal e forragem, enquanto nas

terras de regadio das zonas de cotas mais baixas se cultivam principalmente hortícolas. Destas paisagens destacam-se as encostas sobre as arribas do Tejo e as terras de aluvião na base da encosta de Pêra (fotos 6 ver anexo). Enquanto paisagem agrícola, estes terrenos ocupam espaços delimitados por sebes naturais, na sua maioria constituídas por canas, e o solo apresenta as marcas de uma actividade mecanizada (foto 7). Não reproduzindo naturalmente uma paisagem agrícola do passado, consideramos tratar-se de um elemento patrimonial, na medida em que se mantém o uso agrícola do solo. Escapando à pressão urbanística que se fez sentir em virtude de se tratarem de zonas incluídas na Reserva Ecológica Nacional, estas paisagens preservam, em parte, a memória de uma actividade ancestral na região.



Foto 7 – Terrenos agrícolas a Sul de Pêra, Francisco Silva, 2007.

Também no concelho do Seixal os solos que mantêm aptidão agrícola estão abrangidos pela Rede Ecológica Nacional, que abarca a frente ribeirinha. As maiores manchas de solo agrícola correspondem aos terrenos das antigas quintas, como a da Princesa (foto 8



Foto 9 – Terrenos agrícolas da Quinta do Infante, Francisco Silva, 2007.

ver anexo), do Infante (foto 9), ou da Atalaia, na freguesia da Amora. Esses terrenos encontram-se no entanto incultos ou utilizados como pastagem. Há ainda laranjais abandonados, que recordam os tempos em que as laranjas do Seixal eram exportadas para Inglaterra,⁵⁹ bem como oliveiras e sobreiros. Situação semelhante ocorre nas restantes paisagens rurais do concelho do Seixal. O abandono da actividade agrícola é

praticamente total, com excepção de uma zona localizada a Sul do concelho, na proximidade da margem do rio Coina, onde é praticada a agricultura em pequenas hortas familiares (foto 10 ver anexo), as quais mantêm as características descritas pelo padre Luís Cardoso na referência que faz à freguesia de Arrentela, «*Consta mais de algumas terras, que se cultivavaõ, e nelas semeiaõ milho, e feijoens, a que chamam*

⁵⁹ Cf. Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, p. 77.

*bréjos, por serem húmidas, e alagadiças, e com valas que as dispoem para estas sementeiras».*⁶⁰

Consideramos que o facto de se encontrar actividade agrícola no concelho de Almada se deve ao tipo de exploração praticada, ou seja, as terras mais férteis encontravam-se divididas por muitas quintas e pequenas propriedades, as quais continuaram a ser arrendados ou exploradas directamente pelos proprietários; enquanto no concelho do Seixal se verificou uma concentração da propriedade rural nas mãos da alta nobreza e ordens religiosas, proprietários que nas três últimas décadas do século XX perderam a capacidade ou o interesse na sua exploração. Esses terrenos, menos férteis que os da Caparica, foram deixados incultos. Já as zonas húmidas na margem do rio Coina, bastante divididas por vários agricultores, continuaram a ser exploradas intensivamente, através de uma agricultura de subsistência.

Apesar de descaracterizadas pelo estado de abandono em que se encontram, os antigos campos agrícolas representam a memória do espaço rural numa envolvente atravessada por vias de comunicação, onde o crescimento urbanístico vai ocupando progressivamente as últimas bolsas de paisagem rural dispersas pelo território dos concelhos de Almada e Seixal (foto 11 ver anexo).

3.4. Da Arquitectura Rural em Almada e Seixal

As unidades de paisagem enunciadas integram estruturas arquitectónicas cuja tipologia, métodos e materiais de construção remetem para uma arquitectura de cariz tradicional, no seu conjunto ou isoladamente estas edificações apresentam interesse patrimonial enquanto lugares de memória, uma vez que remetem para um tipo de ocupação do espaço associado ao meio rural. Estes edifícios, adaptados a diferentes funções, como habitação, abrigo para o gado, armazenamento ou processamento de produtos agrícolas, têm em comum a utilização dos materiais de construção disponíveis localmente e reflectem a tradição cultural da região.

⁶⁰ Luís Cardoso, *op. cit.* p. 19.

Considerando o enquadramento geográfico da península de Setúbal «*como parte primitiva da presença saloia*»,⁶¹ conforme defendido por José Manuel Fernandes, importa observar que a cultura saloia, segundo este mesmo autor, tem origem nas populações berberes que habitavam a Estremadura⁶² em geral e o termo de Lisboa em particular. Identificados como habitantes do campo, especializados nas culturas agrícolas, principalmente hortícolas, serão estes os indivíduos designados por *Mouros fourros* aos quais foi concedido o foral de 1170,⁶³ e que tinham obrigação de tratar das terras reguengueiras e que contribuiram através das formas de exploração da terra e das estruturas que edificaram para a construção a paisagem rural da região. Os vestígios da cultura saloia na península de Setúbal reduzem-se quase exclusivamente à arquitectura, em virtude das sucessivas vagas de imigração oriundas do Alentejo e das Beiras, mas também ao abandono progressivo da vida rural. Neste sentido, podemos considerar que a arquitectura tradicional de cariz rural, que se encontra nos concelhos de Almada e Seixal, se enquadra nas tipologias características da região saloia.

A tipologia mais representativa é a casa torreada com piso térreo e sobrado. De planta quadrangular, apresenta volumes cúbicos cobertos por telhados de quatro águas com um sanqueado que acentua a curvatura dos vértices. Nas empenas caiadas, os vãos são escassos e de modestas dimensões (foto 12).

Dentro da designação de casa saloia incluem-se também construções térreas com coberturas de duas ou quatro águas. Alguns dos exemplares destas casas encontram-se integradas em núcleos urbanos, enquanto outras se localizam no espaço rural. Também os moinhos de vento se enquadram no modelo definido na obra *Tecnologia Tradicional Portuguesa, Sistemas de*



Foto 12 – Casa saloia no Pragal, Francisco Silva, CDCAA, 2007.

⁶¹ José Manuel Fernandes; Maria de Lurdes Janeiro, *Arquitectura Vernácula da Região Saloia – Enquadramento na Área Atlântica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 18.

⁶² Cf., *ibidem*.

⁶³ «Carta de fiabilidade, e firmidooen a vós Mouros, que soodes forros em Lixboa, e em Almadaa, e em Palmella e em Alcacer» Alexandre M. Flores, António J. Nabais, *Os Forais de Almada e Seu Termo, I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*, s.l., Câmaras Municipais de Almada e Seixal, 1983, p.36.

*Moagem*⁶⁴ como moinhos de torre em pedra e na tipologia do moinho de Sesimbra,⁶⁵ em tudo semelhantes aos exemplares que se encontram a Norte de Lisboa na denominada região saloia, embora se distribuam geograficamente: «a partir de uma linha que, com poucas excepções e pequenas variantes, vai aproximadamente de Leiria a Ourém, e daí para o Sul até ao Algarve».⁶⁶

No que diz respeito às técnicas de construção, estas baseiam-se na elevação de paredes portantes sobre as quais descarrega o peso da cobertura. Na maioria das construções rurais identificadas, as alvenarias são de calcário fossilífero, abundante nas arribas do Tejo, e argamassa de cal e areia. O calcário de melhor qualidade é apenas utilizado nas molduras das portas e janelas, enquanto os telhados são construídos com barrotes de madeira e cobertos de telha. No entanto, em algumas construções identificaram-se igualmente alvenarias de terra, construídas em adobe (foto 13 ver anexo). Esta técnica de



Foto 14 – Casa com contrafortes, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2006.

construção tradicional mais comum nas zonas rurais, onde rareia a pedra, consiste na utilização da terra argamassada com palha e cal, utilizada em forma de blocos secos ao sol, para a construção das paredes. Estas alvenarias encontram-se geralmente associadas a edifícios térreos que, em alguns casos, apresentam contrafortes adossados às paredes exteriores como forma de aumentar a resistência das mesmas (foto 14).

A arquitectura rural representa um dos elementos de caracterização da paisagem humana, na medida em que permite compreender alguns dos aspectos da vida material das populações rurais, através das estruturas construídas. Nesse sentido, através da caracterização das funcionalidades que lhes estão associadas e pela observação da sua distribuição geográfica nos concelhos de Almada e Seixal, faremos agora a caracterização de algumas das estruturas que se destacam na paisagem rural, nomeadamente as quintas, os moinhos de vento, de maré e os lagares sendo portanto

⁶⁴ Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano, Benjamim Pereira, *Tecnologia Tradicional Portuguesa, Sistemas de Moagem*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

⁶⁵ Cf., *Idem*, p. 268.

⁶⁶ *Ibidem*.

mais fáceis de localizar. Importa aqui desvendar a memória associada a estes elementos patrimoniais.

3.4.1. As Quintas

Conforme observámos no primeiro capítulo, durante os séculos XVIII e XIX as quintas eram as principais unidades de ordenamento do espaço rural, pertencendo as mais importantes destas propriedades à nobreza e às ordens religiosas, o número de quintas terá aumentado durante o século XIX em virtude da divisão da propriedade fundiária abrangendo a maior parte dos solos agrícolas da região. A ocupação do território durante o período estudado caracterizou-se pela divisão da propriedade em parcelas de dimensão variável, mas que nunca atingiram a dimensão de latifúndio, conforme se observa na quantidade de quintas mencionadas nos textos analisados.

A quinta constituiu a estrutura agrária de base na exploração e ocupação do solo. Estas propriedades podiam incluir zonas de pinhal, pomares, hortas, vinhas cearas, de onde eram colhidos os diversos produtos que dominavam a economia local. Por outro lado, estes espaços albergavam também áreas edificadas correspondentes a habitação dos proprietários e dos trabalhadores rurais, celeiros, abegoarias, lagares e adegas. A utilização das quintas não se resumia apenas aos aspectos produtivos, algumas eram cabeças de morgado, enquanto outras pertenciam à coroa, pelo funcionavam igualmente como elementos de afirmação social e espaços de lazer. Tal está claramente patente nos jardins e laranjais que algumas apresentam (foto 15 ver anexo), o que as integra no conceito da quinta de recreio, entendida enquanto espaço onde o lazer se conjuga com uma imagem idealizada do espaço rural como lugar de evasão.⁶⁷

Enquanto conjuntos edificados, as quintas apresentam diferentes linguagens arquitectónicas. Algumas, mais vernáculas, mantêm as características da casa salaia, enquanto alguns solares apresentam uma linguagem mais erudita, influenciada pela arquitectura de estilo *Barroco*. Os portais que marcam as entradas das quintas, decorados por volutas e pináculos, reflectem aspectos da influência erudita na

⁶⁷ Acerca do conceito de Quinta Recreio cf. Aurora Carapinha, «As quintas de Recreio do Concelho de Vila Franca de Xira», in *CIRA Boletim Cultural*, nº8, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1998 – 1999, pp. 151 – 161.

arquitectura das quintas, ao mesmo tempo que são um dos seus elementos mais característicos (foto 16).

Relativamente às quintas referidas pelos autores das obras corográficas analisadas no primeiro capítulo, é possível referenciar na paisagem actual, algumas destas propriedades, apesar de diversas quintas terem mudado de nome ao longo do tempo, enquanto muitas outras foram simplesmente destruídas, ficando alguns dos nomes das antigas quintas associados à designação das



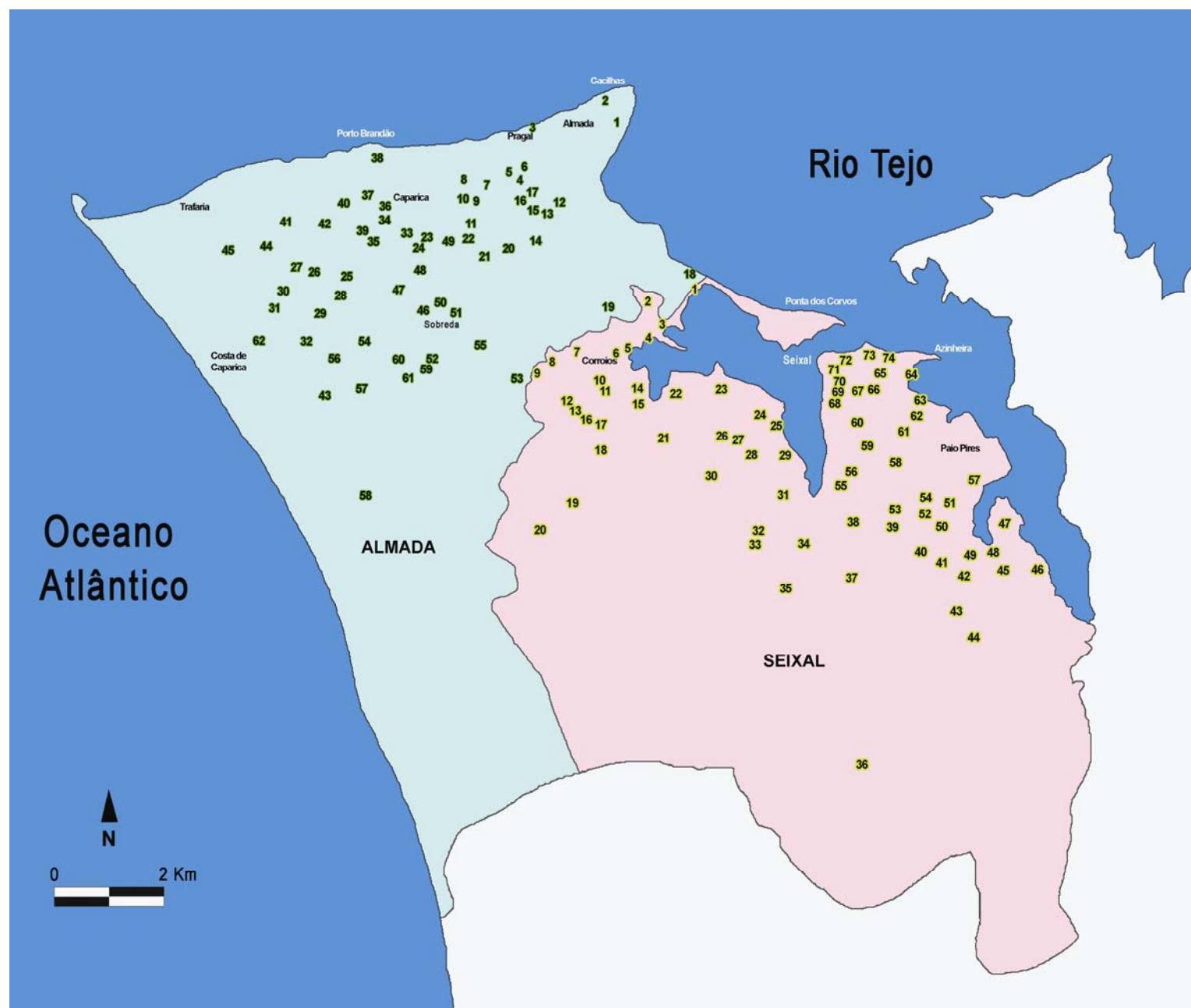
Foto 16 – Portal da Quinta do Guarda-Mor, Pragal, Francisco Silva, CDCAA, 2005.

urbanizações que entretanto ocuparam os terrenos agrícolas, como Quinta do Rouxinol, Quinta do Brasileiro ou Quinta da Princesa, o que, no limite, se pode considerar uma memória do espaço rural, apesar de corresponderem a uma paisagem marcadamente urbana.

Um inventário actualizado e sistemático das quintas ainda existentes nos concelhos de Almada e Seixal está para além da abordagem proposta neste trabalho. Propomo-nos assim identificar a situação em que se encontram algumas das quintas existentes e em que medida são assumidas como elementos patrimoniais portadores de memória e se integram nas políticas culturais promovidas pelas autarquias locais.

Para localizar geograficamente e enquadrar a situação da paisagem rural durante o século XX, utilizámos como fonte de informação sobre as quintas, documentação produzida pelas respectivas autarquias e que passamos a analisar. Em 1989, o Gabinete de Estudo dos Núcleos Históricos do Concelho de Almada elaborou um documento onde indica uma lista de imóveis propostos para classificação, no qual são assinaladas sessenta e duas quintas (Cf. quadro 13, mapa 8). No concelho do Seixal, o Ecomuseu Municipal organizou em 1992 uma exposição temporária designada «*Agricultura e Espaços Rurais no Concelho do Seixal*», cujo catálogo apresenta um mapa no qual localiza setenta e quatro quintas (quadro 14, mapa 8).⁶⁸

⁶⁸ *Agricultura e Espaços Rurais no Concelho do Seixal*, catálogo da exposição, Seixal, Ecomuseu Municipal – Câmara Municipal do Seixal, 1992, p. 7.



Quadro 13 – Quintas referenciadas no Concelho de Almada em 1989

1 Solar da Quintinha das Inglesinhas	22 Quinta do Secretário	43 Quinta do Robalo
2 Casa da quinta dos Fergusson	23 Quinta da Filipa de Água	44 Quinta da Boa Viagem
3 Quinta da Arealva	24 Quinta Grande	45 Quinta da Corvina
4 Quinta do Forte ou do Armeiro Mor	25 Quinta do Ourives	46 Quinta dos Pianos
5 Quinta do Viaduto	26 Quinta da Caneira	47 Quinta do Guarda Mor
6 Quinta Junto ao Beco dos Abraços	27 Quinta das Inglesinhas	48 Quinta da Silveira
7 Quinta do Malquefarte	28 Quinta de Santo António da Romeira	49 Quinta do Seabra
8 Quinta da Rosa	29 Quinta do Cebolal	50 Casa do Outeiro
9 Quinta de S. Domingos	30 Quinta de Baixo	51 Quinta de Baixo
10 Quinta de Santa Rita	31 Quinta da Aldeia	52 Quinta da Cerieira
11 Quinta da Batateira	32 Quinta da Estrelinha	53 Quinta dos Anjos
12 Quinta do Barral	33 Quinta do Ginjal	54 Quinta de S. Francisco de Matos
13 Quinta dos Farias	34 Quinta do Jardim Infantil	55 Quinta da Várzea
31 Quinta da Alagoa	35 Quinta da Formiga	56 Casal da Rosa
15 Quinta do Regil	36 Quinta das Rosas	57 Quinta de S. Macário
16 Quinta dos Castros	37 Quinta da Granja	58 Quinta de Vale Rosal
17 Quinta de S. João da Ramalha	38 Quinta do Miratejo	59 Quinta do Brejo
18 Paço Real do Alfeite	39 Quinta da Torre	60 Quinta da Morgadinha
19 Quinta de Santo Amaro	40 Quinta de Castelo Picão	61 Quinta dos Medronheiros
20 Quinta dos Espadeiros	41 Quinta da Srª da Conceição	62 Quinta da Saúde
21 Quinta de Santa Ana	42 Lar Granja Luis Rodrigues	

Quadro 14 – Quintas referenciadas no Concelho do Seixal em 1992

1 Quinta do Antelmo	26 Quinta da Fonte da Prata	50 Quinta do Vale de Rolas
2 Quinta da Varejeira	27 Quinta da Bela Vista	51 Quinta do Pinhalzinho
3 Quinta da Bomba	28 Quinta das Inglesinhas	52 Quinta das Colmeias
4 Quinta do Rouxinol	29 Quinta dos Lobatos (repetida)	53 Quinta do Boal
5 Quinta do Brasileiro	30 Quinta Nova	54 Quinta das Farinheiras
6 Quinta dos Lobatos	31 Quinta do Conde (repetida)	55 Quinta de Nª Sª da Soledade
7 Quinta de S. Nicolau	32 Quinta do Poço do Bispo	56 Quinta de S. João
8 Quinta do Conde	33 Quinta do Belo	57 Quinta da Palmeira
9 Quinta da Nisa	34 Quinta da Herdeira	58 Quinta da Boa Vista
10 Quinta do Campo	35 Quinta do Vale da Loba	59 Quinta da Boa Hora
11 Quinta da Carapinha	36 Quinta de Fernão Ferro	60 Quinta da Prata
12 Quinta de Nossa Senhora de Fátima	37 Quinta da Flor da Mata	61 Quinta do Algarve
13 Quinta do Marialva de Fora	38 Quinta Nova da Torre	62 Quinta Grande
14 Quinta do Castelo	39 Quinta de Cima	63 Quinta do Descanso
15 Quinta da Água	40 Quinta do Vale da Abelha	64 Quinta dos Paulistas
16 Quinta do Marialva de Dentro	41 Quinta do Maciel	65 Quinta do Álamo
17 Quinta de S. Pedro	42 Quinta da Galega	66 Quinta de Manuel André
18 Quinta da Cabouca	43 Quinta do Farol	67 Quinta da Murtinheira
19 Quinta dos Coelhoos	44 Quinta do Pé Leve	68 Quinta da Fidalga
20 Quinta da Queimada	45 Quinta do Berejo	69 Quinta de Santa Teresinha
21 Quinta das Lagoas	46 Quinta Nova da Palmeira	70 Quinta do Outeiro
22 Quinta da Princesa ou da Infanta	47 Quinta de S. José	71 Quinta dos Franceses
24 Quinta do Paço ou Cheiraventos	48 Quinta do Morgado	72 Quinta do Bravo
25 Quinta da Atalaia	49 Quinta de Cucena	73 Quinta de D. Maria
		74 Quinta da Trindade

Mapa 8 – Quintas referenciadas em 1989 e 1992, nos concelhos de Almada e Seixal, (Francisco Silva 2008).

O crescimento urbanístico operado na região durante o século XX provocou transformações profundas na paisagem, conduzindo à destruição da maior parte das estruturas edificadas associadas à ruralidade e à ocupação dos terrenos de cultivo, por urbanizações e vias de comunicação. Conforme se depreende do mapa 8 o número de quintas localizadas no concelho do Seixal é ligeiramente superior ao das quintas situadas no concelho de

Almada. Consideramos que esta situação poderá estar relacionada com o facto de que o desenvolvimento urbano no concelho do Seixal ser relativamente mais tardio do que em Almada. Grande parte das quintas desapareceram sem deixar qualquer vestígio, outras continuam a marcar a paisagem, embora de formas diferenciadas, conforme as condicionantes que abordamos seguidamente.

Importa ainda esclarecer que a identificação destas unidades que designamos por quintas se faz através da toponímia e das estruturas edificadas que lhes estavam associadas, como os celeiros ou os portais que marcam a entradas dos pátios. Algumas destas estruturas podem ser observados nas ruas dos núcleos habitacionais antigos como Almada, Cacilhas, Amora ou Arrentela, testemunhos de um passado rural envolvido pelo crescimento urbano. No entanto, quanto ao conhecimento dos limites de cada propriedade no que respeita aos terrenos de cultivo e infra-estruturas agrárias é impossível localizá-las no espaço, entretanto profundamente alterado.

Nas zonas rurais dos concelhos de Almada e Seixal, algumas das quintas existentes mantêm edifícios e terrenos de cultivo, no entanto várias destas propriedades encontram-se abandonadas e em degradação progressiva, abrindo novas frentes ao avanço da construção civil. Nestes casos estamos perante a destruição da memória e da paisagem rural, na medida em que a lógica urbanística de iniciativa privada tem ignorado sistematicamente a integração das antigas estruturas rurais nos planos de urbanização.

Um dos exemplos desta situação é a antiga Quinta da Torre, cujo nome está relacionado com a eventual existência de uma torre medieval no local. Cabeça do morgado instituído no século XVI por D. Tomás de Noronha, o vínculo de Caparica era constituído por inúmeras parcelas adquiridas ao longo de anos, *«constava todo o património do morgado da Caparica de 160 prédios rústicos que rendiam em 1879 em*

dinheiro 1.577\$890 reis e quatro moios de trigo».⁶⁹ A sede do morgadio na Quinta da Torre dispunha da casa de habitação, lagar e celeiro que se encontram em estado de ruína (foto 17 ver anexo). Destacam-se ainda no conjunto das estruturas edificadas, um poço rectangular com duas colunas de pedra que foi rodeado por bancos revestidos a azulejo *hispano-mourisco* (foto 18 ver anexo) e uma pequena ermida dedicada a São Tomás de Aquino (foto 19),⁷⁰ que se localizava no antigo pomar da quinta, apesar de se tratar dos únicos exemplares de arquitectura *manuelina* no concelho de Almada, estas construções encontram-se em estado de ruína, tendo sido já roubados alguns dos elementos decorativos que as ornamentavam.⁷¹ Atravessados por estradas e carris, os terrenos da Quinta da Torre integram actualmente um *campus* universitário e as ruínas das estruturas edificadas surgem desenquadradas na paisagem urbana.



Foto 19 – Capela de São Tomás de Aquino, Torre de Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 1986.



Foto 20 – Quinta de Nossa Senhora da Conceição, Trafaria, Francisco Silva, 2007.

Na sua grande maioria, as quintas existentes nos concelhos de Amada e Seixal são propriedades privadas. Algumas apresentam ainda os antigos terrenos agrícolas e manchas florestais, servindo as estruturas construídas de habitação aos seus proprietários ou rendeiros. As quintas de Nossa Senhora da Conceição, na freguesia da Trafaria (foto 20), e da Estrelinha, em Vila Nova de Caparica, assim como a Quinta da Princesa na freguesia da Amora, enquadram-se nesta situação e contribuem de alguma forma para a preservação de áreas de paisagem rural. Noutros casos, os espaços edificados e os jardins das quintas são utilizadas pela indústria de restauração para organização de eventos sociais, o que tem

⁶⁹ D. Marcus de Noronha da Costa, *O Morgadio da Quinta da Torre, Freguesia do Monte de Caparica, Termo de Almada*, Ponta Delgada, ed. autor, 2004, p. 15.

⁷⁰ Francisco Silva, «Capela de S. Tomás de Aquino, um edifício gótico em Almada», in *Al-madan*, nº 5 IIª Série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1996, pp. 203 – 205.

⁷¹ *Idem*, «Capela de S. Tomás de Aquino, classificação? ... não obrigado!» in *Al-madan*, nº 6 IIª Série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1997, pp. 178 – 179.

conduzido à destruição das estruturas originais, de forma a adaptar os espaços às novas utilizações.

Na caracterização das diferentes situações em que se encontram as quintas da região, enquanto elementos patrimoniais portadores de memória histórica, resta referir os casos em que as mesmas se encontram na posse das câmaras municipais. Através de permutas ou de aquisição directa, algumas quintas de Almada e Seixal passaram à posse das respectivas autarquias, com vista à preservação dos conjuntos edificados e em alguns casos dos jardins envolventes. A instalação de serviços municipais ligados à promoção de actividades culturais favorece em alguns casos a fruição pública. Justifica-se a identificação e caracterização resumida de cada uma destes conjuntos integrados no património municipal, que como tal são assumidos pelos executivos autárquicos. Neste sentido caracterizaremos em traços gerais as quintas que estando na posse dos municípios se encontram abertas ao público, nomeadamente o Solar dos Zagallos, Quinta da Cerca, Quinta de Santo Amaro e Quinta dos Frades no concelho de Almada, enquanto no concelho do Seixal referenciamos a Quinta da Trindade e a Quinta da Fidalga.⁷²

Assim, começamos pelo **Solar dos Zagallos**. Adquirido em 1980 pela Câmara Municipal de Almada, o conjunto edificado e o jardim do Solar dos Zagallos encontravam-se em estado de abandono. Situada no centro do lugar da Sobreda, próximo do desaparecido convento dos Agostinhos Descalços, a antiga Quinta de Cima foi, a partir do século XVIII, sede de



Foto 21 – Pátio do Solar dos Zagallos, Sobreda, Francisco Silva, CDCAA, 2007.

morgadio da família Zagallo, tendo sido comprada em 1908 pela família Piano. O conjunto apresenta uma capela dedicada a Santo António, cujo interior é decorado com lambris de azulejo azul e branco, com cenas alusivas à vida do santo.⁷³ O solar, edificado entre os séculos XVIII e XIX, apresenta planta em L em torno do pátio central

⁷² De forma a facilitar a leitura e a referência a cada uma das quintas as respectivas designações são assinaladas a cheio no corpo do texto.

⁷³ Olívia Rafael, «Santo António na Capela do Solar dos Zagallos, estudo iconográfico», in *Anais de Almada*, n.º 2, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1999, pp. 113 – 120.

(foto 21). Do lado Norte desenvolve-se o jardim com um lago central e alamedas ladeadas por árvores frondosas, onde se localizam duas ermidas, uma dedicada a Nosso Senhor dos Passos e outra a Santo António do Caiado.⁷⁴ Encontra-se actualmente instalado no Solar dos Zagallos o Centro de Artes Tradicionais e um núcleo museológico ligada à olaria, sendo que nas várias dependências do solar, bem como no jardim, têm lugar diversos eventos culturais ao longo do ano.

Já a **Quinta da Cerca**, também conhecida por Palácio da Cerca ou Casa da Cerca (designação oficial), localiza-se no limite do centro histórico de Almada, numa zona elevada sobre a arriba do Tejo. Desconhece-se a sua origem, podendo ter pertencido à ordem de São Domingos que possuía o convento de São Paulo, cuja cerca ficava contígua aos terrenos da Quinta da Cerca. O primeiro registo de propriedade data de 1892, tendo depois passado por vários proprietários até ser adquirida pela autarquia em 1988.⁷⁵ A casa da quinta apresenta uma planta em U e características construtivas datáveis do século XVII (foto 22).⁷⁶ Integra uma capela, uma cisterna e áreas destinadas a arrecadação de alfaias e armazenamento. Todo o conjunto foi alvo de várias campanhas de obras destinadas a adaptar os espaços à instalação do Centro de Arte Contemporânea inaugurado em 1993. Nos jardins exteriores desfruta-se da vista panorâmica sobre a barra do Tejo e Lisboa.



Foto 22 – Pátio Casa da Cerca, Almada, Francisco Silva, CDCAA, 2007.

Mais recentemente, nos antigos terrenos agrícolas foi instalado um jardim botânico denominado Chão das Artes, vocacionado para o cultivo de plantas utilizadas na produção de pigmentos usados na pintura, gomas ou telas, bem como flores associadas a determinados movimentos ou artistas.

⁷⁴ Cf. Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 117 – 118.

⁷⁵ Cf. Teresa Esteves, «A Quinta da Cerca – Almada», in *Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1993 pp. 21 – 24.

⁷⁶ *Idem*, p. 22.



Foto 23 – Quinta de Santo Amaro, Laranjeiro, Francisco Silva, CDCAA, 2007.

Por seu turno a **Quinta de Santo Amaro**, localiza-se num dos limites do concelho de Almada, na actual freguesia do Laranjeiro, esta quinta é referida por João Maria Baptista⁷⁷ e, segundo Pereira de Sousa, já existia em 1849.⁷⁸ A avaliar pelas estruturas construídas que incluem o antigo lagar, um celeiro, a casa de habitação, estábulos e capela, devia tratar-se de uma importante

propriedade agrícola. Os edifícios da quinta encontravam-se devolutos e envolvidos por uma urbanização até à década de noventa do século XX, quando foi adquirida pela Câmara de Almada, que promoveu a reabilitação dos imóveis com vista à instalação do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, inaugurado no ano 2000 (foto 23).

Próximo do núcleo urbano antigo da Cova da Piedade, a antiga **Quinta dos Frades** foi assim designada por pertencer à Ordem de São Domingos. Sendo alienada juntamente com outras propriedades dominicanas nos finais do século XVIII,⁷⁹ passou por diversos proprietários e foi perdendo a sua função agrícola. Em meados do século XX transformou-se em habitação da família Barral. Em 1997 foi adquirido pela autarquia que promoveu um projecto de recuperação do imóvel existente e a construção de um novo bloco, com vista à instalação do Museu da Cidade de Almada (foto 24), inaugurado em 2003. Durante as obras foram identificadas, numa das extremas do jardim, as estruturas da antiga capela da quinta. No jardim podem ainda observar-se duas pedras de lagar, que testemunham a existência de engenhos de prensagem, das quais não restaram outros vestígios.



Foto 24 – Quinta dos Frades, Almada, Francisco Silva, CDCAA, 2007.

⁷⁷ João Maria Baptista, *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874 – 1879, p. 377.

⁷⁸ Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 210.

⁷⁹ *Idem*, p. 144.

A origem da Quinta do Seixal, como era também conhecida a **Quinta da Trindade**, remonta ao século XIV. O núcleo edificado da quinta localiza-se a Nordeste da cidade do Seixal, junto à frente ribeirinha. A quinta original pertenceu a Rui Melo, almirante dos Reinos de Portugal e do Algarve. Segundo o testamento redigido em 1463, passou para sua esposa D. Brites Pereira, que aumentou significativamente os limites da propriedade através da aquisição de inúmeras courelas, vinhas, casas e lagares. «*Assim nos finais do século XV pertencia a D. Brites a maior parte das terras que ficavam no Cabo da Azinheira*». ⁸⁰ Através do seu testamento datado de 1481, que determina a obrigação de rezar missas perpétuas por sua alma e de seu esposo, D. Brites lega ao Convento da Ordem da Santíssima Trindade as suas propriedades no Seixal, que passaram à posse do dito convento em 1488. Em 1586, por iniciativa do ministro do convento de Lisboa, Frei Cristóvão da Fonseca, foi construída uma casa com dormitório e celas. ⁸¹ A ermida dedicada a Nossa Senhora da Boa Viagem, cuja imagem era alvo de grande devoção por parte das gentes do Seixal, maioritariamente ligadas à pesca do alto, ⁸² foi mandada construir por Frei Baltazar Pais, e aumentada em 1726, por iniciativa de Frei Simão do Evangelista. ⁸³

Até à extinção das ordens religiosas em 1834, a produção agrícola e as rendas da Quinta da Trindade constituíam uma parte importante dos rendimentos do Convento da Santíssima Trindade de Lisboa. ⁸⁴ Após ter sido vendida pela Fazenda Nacional ao conselheiro Joaquim Inácio de Lima, a propriedade encontra-se no início do século XX na posse da Companhia de Agricultura de Portugal, que em 1920 aí instalou armazéns e oficinas de transformação de cortiça, bem como um bairro operário. Nos anos quarenta do século XX, as estruturas industriais foram arrendadas à empresa corticeira Mundet & C.^a Ld^a. A partir de meados do século XX, a quinta encontrava-se ao abandono, tendo o edifício residencial



Foto 25 – Quinta da Trindade, Seixal, Francisco Silva, 2008.

⁸⁰ Edite Martins Alberto, *A Quinta da Trindade História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, Seixal, 1999, p. 81.

⁸¹ *Idem*, p. 87.

⁸² *Idem*, p. 90.

⁸³ *Idem*, p. 88.

⁸⁴ *Idem*, p. 113.

sido classificado como Imóvel de interesse público em 1971. Em 1982, na sequência da urbanização dos terrenos da antiga quinta, os edifícios e o jardim passaram à posse da Câmara Municipal do Seixal, sendo aí instalados parte dos serviços técnicos do Ecomuseu Municipal, cujo espaço é visitável através de marcação (foto 25).

A fundação da antiga Quinta do Salema, actualmente designada como **Quinta da Fidalga** remonta ao século XV e está associada à família de Vasco da Gama, através do seu irmão Paulo da Gama. Esta propriedade é mencionada por vários autores nas obras corográficas dos séculos XVIII e XIX compulsadas no primeiro capítulo desta dissertação, nomeadamente António Carvalho da Costa,⁸⁵ Luís Cardoso,⁸⁶ Paulo Perestrello da Câmara,⁸⁷ João Maria Baptista,⁸⁸ e Pinho Leal que a designa já como Quinta da Fidalga, propriedade de António da Gama Lobo Sallemá.⁸⁹ No interior da cerca que actualmente delimita o espaço da quinta encontram-se estruturas agrícolas, com destaque para o sistema de rega. O lago alimentado pela maré era utilizado como viveiro de peixe. O jardim é atravessado por duas alamedas decoradas



Foto 26 – Quinta da Fidalga, Arrentela, Francisco Silva, 2008.

com esculturas. Entre a vegetação encontram-se diversas árvores exóticas, um labirinto de buxo e um laranjal. O edifício principal inclui uma capela, tendo todo o conjunto sido alvo de intervenção projectada pelo arquitecto Raul Lino em 1952 (foto 26). Adquirida pela autarquia do Seixal em 2001, a Quinta da Fidalga mantém os jardins abertos ao público, prevendo-se a instalação no edifício principal do Centro Internacional de Medalha Contemporânea do Seixal.

Ao recuperar e revitalizar a utilização de antigas quintas como acontece com o Solar dos Zagalos, Quinta da Cerca, Quinta de Santo Amaro, Quinta dos Frades e as quintas da

⁸⁵ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1712, p. 310.

⁸⁶ Luís Cardoso, *op. cit.*, p. 20.

⁸⁷ Paulo Perestrello da Câmara, *Dicionário Geográfico Histórico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Lisboa, s.e. 1850, Tomo 1, p. 75.

⁸⁸ João Maria Baptista, *Op. cit.*, p. 766.

⁸⁹ Pinho Leal, *op. cit.*, Vol. IX, pp. 77 / 79.

Trindade e Fidalga, as autarquias de Almada e Seixal demonstram algum interesse na preservação do património construído e favorecem a fruição desses espaços pela população. Todas as quintas referidas se enquadram na tipologia da quinta de recreio. No entanto, em nenhuma delas se desenvolveu um programa de recuperação do espaço que destacasse os aspectos agrícolas e as funcionalidades associadas à estrutura produtiva, privilegiando as áreas residenciais e os jardins, ou transformando os espaços por forma a adaptarem-se aos novos usos. Neste sentido, apesar de estarem profundamente associados ao passado rural da região, não são valorizados enquanto memória da ruralidade, mas sim como locais de excelência pela localização e pelos solares e jardins que integram. Observemos agora outras estruturas, que para além das quintas, se integram nas unidades de paisagem rural, nomeadamente as unidades transformadoras.

3.4.2. Os Lagares e os Moinhos

Associadas às quintas enquanto unidades produtivas, encontram-se as estruturas de processamento dos produtos agrícolas, de entre as quais se destacam os moinhos e os lagares, de cuja laboração dependia a subsistência das populações no que respeita a dois géneros de grande importância na dieta alimentar da população rural e urbana nos séculos XVIII e XIX, o pão e o vinho.

Sendo a vinha e o vinho a cultura e o produto que mais se destacaram na produção agrícola da região, os lagares constituíam a principal de processamento da uva. É portanto razoável considerar que raras seriam as unidades agrícolas de maior ou menor dimensão que não possuíssem o seu lagar, sendo o mesmo espaço geralmente utilizado como adega. Embora com muito menos importância em termos de implantação no território, importa não esquecer os lagares para extracção de azeite, que são ocasionalmente referidos nas fontes escritas.⁹⁰ No âmbito do Inventário do Património Industrial do Concelho do Seixal, desenvolvido pelo Ecomuseu Municipal, foi

⁹⁰ A Postura nº 155, do Livro datado de 1750, trata especificamente da regulamentação da actividade e das condições exigidas para poder receber azeitona em lagar, por sua vez Pinho Leal refere-se a um lagar de azeite na Quinta Nova nas margens do Rio Coina (concelho do Seixal). «Posturas da Câmara Municipal de Almada, em 1750, Almada», Arquivo Histórico Municipal de Almada, F.G.C.M. A., Livro de Posturas, fls. 1 – 71, in *Almada na História Boletim de Fontes Documentais*, nº 7 – 8, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2005, p. 31. Cf. Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno, Vol. IX, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873, p. 77.

identificado um exemplar no concelho do Seixal, na Quinta do Pinhalzinho (foto 27 e 28 ver anexo), que apresenta ainda os engenhos de moagem e prensagem, movidos por tracção animal.⁹¹

Os lagares mais antigos identificados na região enquadram-se na tipologia do lagar de vara, cuja designação deriva da forma utilizada para prensar o bagaço da uva ou da azeitona. Para melhor compreender o funcionamento deste processo de prensagem, expõe-se resumidamente a forma tradicional de processamento das uvas no lagar. Para fazer o vinho, os lagares dispunham de um tanque em pedra, a *lagariça*, onde as uvas eram pisadas com pés. O sumo escorria então através de uma gárgula para outro tanque mais pequeno, a *pia*, posicionado abaixo da *lagariça*. Depois de pisada a uva restava o bagaço, composto pelas cascas e grainhas, que ficava dentro da *lagariça*, onde era amontoado numa pilha e rodeado com a corda. Sobre o monte do bagaço era colocado um círculo de madeira, a *adufa*, e sobre esta tacos de madeira sobrepostos até atingir a face inferior da vara de grandes dimensões, que tinha uma extremidade encaixada entre duas pedras fixas na parede, enquanto a outra era atravessada por um fuso roscado, preso uma grande pedra cónica, o *peso*. Rodando o fuso a pedra ficava suspensa, e com o seu peso a vara prensava o bagaço da uva para lhe extrair o sumo que este continha.⁹² Esta técnica de prensagem remonta ao período romano, sendo também utilizada na extracção de azeite do bagaço da azeitona.

As construções onde se encontram os lagares de vara apresentam geralmente planta rectangular e telhado de duas águas. As paredes laterais, quando não são cegas, apresentam pequenas frestas localizadas na parte superior da parede, limitando a entrada de luz como meio de conservação do vinho armazenado (foto 29). Enquanto outros lagares mais modernos, com menor



Foto 29 – Lagar da Quinta de Castros, Pragal, Francisco Silva, CDCAA, 1991.

⁹¹ «Lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho» in *Ecomuseu Informação*, n.º 8, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Jan/Fev/Mar, 1998, p. 7.

⁹² Cf. Leite Vasconcellos, *Etnografia Portuguesa*, Vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982 p. 633.

necessidade de espaço, utilizam um sistema de prensagem através de um fuso metálico preso ao fundo do próprio tanque. Aqui o bagaço é igualmente colocado numa pilha atada em torno do fuso, o qual atravessa a *adufa* coberta com tacos de madeira, sobre os quais desce a prensa metálica enroscada no fuso.

O reconhecimento destas estruturas de processamento levanta algumas dificuldades, em virtude de se integrarem em conjuntos edificados, nomeadamente nos pisos térreos das habitações, com poucos elementos exteriores que os identifiquem. Desta forma, não é possível apresentar dados sistemáticos acerca da localização e distribuição dos lagares de vinho nos concelhos de Almada e Seixal. Assim, a título de exemplo sinalizam-se apenas algumas destas estruturas. Nomeadamente lagares de vara na Quinta da Torre e Quinta das Capitoas e um lagar de fuso na Quinta de Castelo Picão.

Destes antigos lagares pouco resta actualmente. Na Quinta da Torre o lagar estava localizado no pátio da quinta, instalado num edifício térreo de planta rectangular com telhado de duas águas, tendo o engenho de prensagem sido por nós registado em 2000 (foto 30), mas desconhecemos a situação em que se encontra ao momento, pois o espaço em que se encontrava está entaipado e em ruína.



Foto 30 – Lagar de vara da Quinta da Torre, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2000.

Antes da demolição da Quinta das Capitoas na sequência das obras de construção de um acesso à IC 20 em 2000, foi identificado um lagar de vara, instalado num edifício de planta rectangular anexo à habitação da quinta (foto 31 ver anexo), o engenho de prensagem, composto pela vara, fuso e peso, foi recolhido pelos serviços municipais e depositado num armazém camarário. Na Quinta de Castelo Picão o lagar de fuso encontra-se instalado num dos edifícios de armazenamento ocupando o canto de um espaço quadrangular (foto 32 ver anexo). Quanto às construções destinadas à instalação dos lagares observa-se que os mais antigos utilizavam o sistema de vara, o que obrigava à construção de um espaço com comprimento suficiente para a vara funcionar, enquanto o sistema de fuso, mais moderno, corresponde a lagares pequenos destinados ao processamento de pequenas quantidades de uva e não apresentam características

estruturais que facilitem a sua identificação nos conjuntos edificados, enquanto os lagares associados a algumas das quintas antigas se destacam pela sua volumetria e comprimento (foto 29 ver anexo).

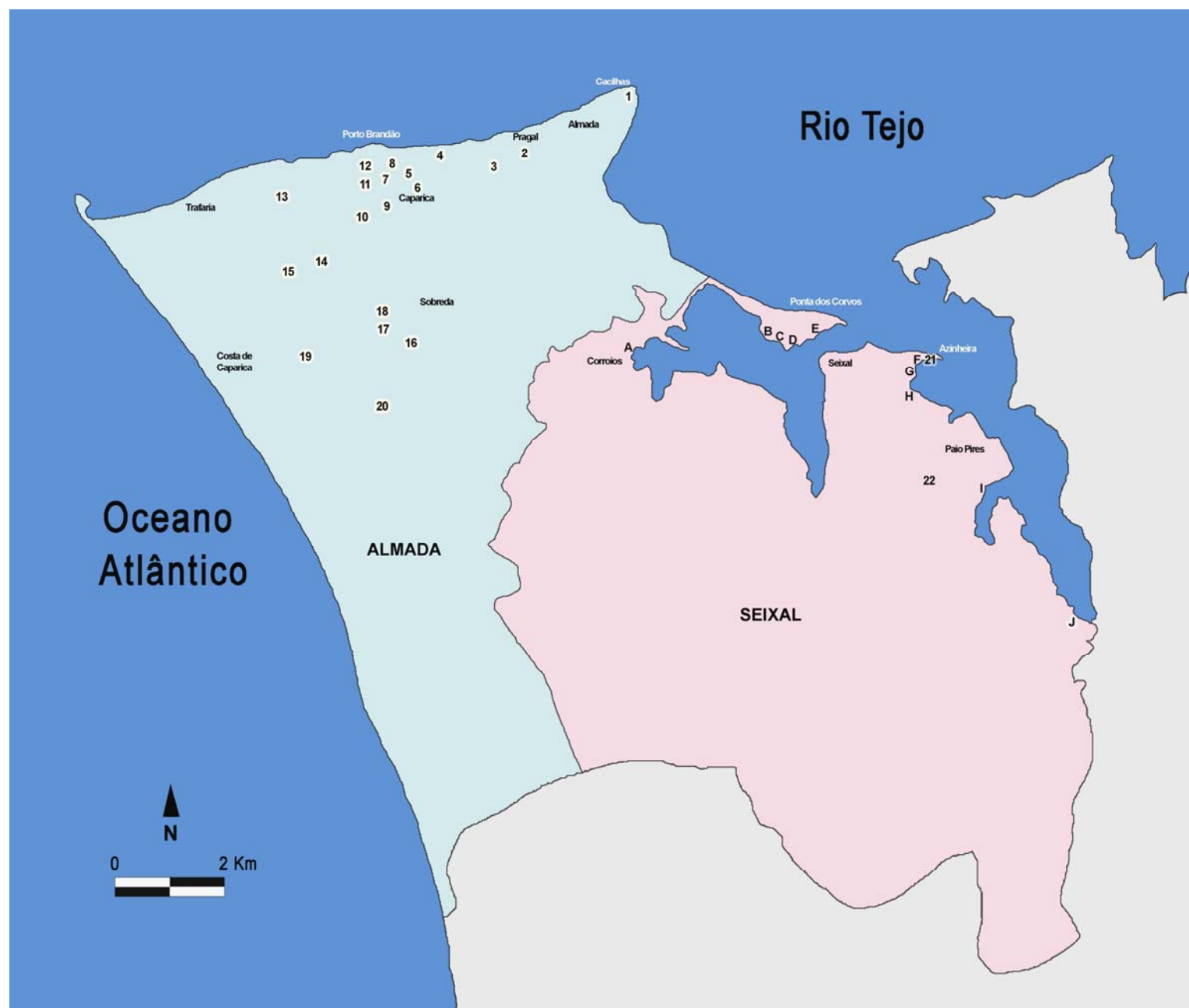
Vejam os sistemas tradicionais de moagem que laboravam na região. Os moinhos existentes enquadram-se em dois tipos diferenciados e utilizando diferentes formas de energia, pelo que a sua localização depende da existência de condições naturais favoráveis. Os moinhos de vento encontram-se instalados em lugares ventosos, enquanto os de maré se localizam necessariamente nos esteiros do rio onde se faça sentir o fluxo e refluxo da maré. O facto de se tratarem de estruturas destinadas integrar engenhos mecânicos, implicam um alto nível de especialização técnica, capaz de construir o edifício e montar o engenho, o que naturalmente representava um investimento elevado. Por outro lado, devido à tributação a que estavam sujeitos⁹³ e estando a sua instalação dependente de autorização régia, a maioria destas estruturas encontravam-se até ao século XIX na posse da nobreza ou as ordens religiosas.

Durante o século XIX, a produção local de cereais não era suficiente para suprir as necessidades da população, conforme aponta o provedor do concelho, pois devido à cultura extensiva da vinha, algumas terras de trigo foram plantadas com cepas diminuindo substancialmente a produção local de cereais.⁹⁴ A maior parte do cereal moído, principalmente pelos moinhos de maré, era importado. Do ponto de vista socio-económico, os moinhos correspondem a regimes de produção diferenciados, pois enquanto os moinhos de maré, devido à sua maior capacidade de processamento, beneficiavam da facilidade de transporte do grão e da farinha, em grande parte destinada ao abastecimento de cidade de Lisboa⁹⁵ por via fluvial, os moinhos de vento, com menor produtividade e localizados em lugares menos acessíveis ao transporte, trabalhavam principalmente para o abastecimento das comunidades locais.

⁹³ Cf. Zélia Pereira, «Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)», in *Anais de Almada*, n.º 2, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1999, p. 129.

⁹⁴ Cf. AHMOP, *Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo*, 1835, CEPPND 1, fl. 12 f.

⁹⁵ Fernando Castelo-Branco, «Existiu em Lisboa um Problema Moageiro?», in *Lisboa Revista Municipal*, Ano XLV, 2ª Série, n.ºs 8/9/10, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1984, pp.17-28.



Mapa 9 – Moinhos de vento e moinhos de maré existentes nos concelhos de Almada e Seixal (Francisco Silva 2008).

Quadro 15 – Moinhos de Vento nos concelhos de Almada e Seixal

- 1 Moinho de Cacilhas
- 2 Moinho do Pragal
- 3 Moinho da Qta do Bacelinho
- 4 Moinho do Raposo 1
- 5 Moinho do Raposo 2
- 6 Moinho do Raposo 3
- 7 Moinho da Qta da Fortuna 1
- 8 Moinho da Qta da Fortuna 2
- 9 Moinho da Granja
- 10 Moinho da Anunciada
- 11 Moinho da Vigia
- 12 Moinho do Porto
- 13 Moinho dos Buxos
- 14 Moinho de Pêra de Cima
- 15 Moinho de Pêra de Baixo
- 16 Moinho do Lazarim
- 17 Moinho do Areeiro 1
- 18 Moinho do Areeiro 2
- 19 Moinho dos Capuchos
- 20 Moinho da Regateira
- 21 Moinho da Azinheira
- 22 Moinho de Paio Pires

Quadro 16 – Moinhos de maré no concelho do Seixal

- A Moinho de Corroios
- B Moinho do Galvão
- C Moinho do Capitão
- D Moinho da Passagem
- E Moinho da Torre
- F Moinho Velho dos Paulistas
- G Moinho Novo dos Paulistas
- H Moinho do Breyner
- I Moinho da Quinta da Palmeira
- J Moinho do Zeimoto

Devido à utilização da energia do vento ou das marés, os moinhos ocupam locais específicos de destaque na paisagem. Podemos analisar a sua distribuição geográfica e referenciar as estruturas existentes actualmente, conforme se pode observar no mapa de localização dos moinhos de vento e maré existentes actualmente nos concelhos de Almada e Seixal (mapa 9 quadros 15 e 16).

O interesse patrimonial dos moinhos enquanto estruturas pré-industriais contribuiu para um melhor conhecimento sobre a sua implantação no território.⁹⁶ Assim, importa identificar e localizar as estruturas de moinhos de maré e de vento ainda existentes no concelho de Almada e Seixal, de forma a avaliar a sua distribuição no território e impacto na paisagem, enquanto memória da ruralidade. Nesse sentido, procurou-se abranger a totalidade das estruturas de moagem através do inventário dos moinhos de vento do concelho de Almada, em 2005, e da obra de António Nabais dedicada aos moinhos de maré do concelho do Seixal.⁹⁷ Em ambos os concelhos, a existência das estruturas dos moinhos foi por nós confirmada no local, sendo efectuado o registo fotográfico de cada uma das construções.⁹⁸

Os moinhos de vento ocupam locais elevados e zonas expostas aos ventos dominantes (foto 33), sendo que na sua maioria se situam a cotas de altitude entre os oitenta e os cento e quarenta metros. Alguns, no entanto, localizam-se a cotas mais baixas,



nomeadamente junto às praias do Tejo. A energia eólica é captada por quatro velas

Foto 33 – Moinho de Vento da Quinta dos Buxos, Trafaria, Francisco Silva, CDCAA, 2005.

⁹⁶ Sobre moinhos nos concelhos de Almada e Seixal, existem alguns trabalhos que procuram sistematizar a informação acerca da sua importância e distribuição geográfica. Para os moinhos de maré o quarto volume da obra *História do Concelho do Seixal*, cf. António Nabais, *História do Concelho do Seixal – 4 Património Industrial Moinhos de Maré*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1986. Quanto aos moinhos de vento, cf. Manuel Lourenço Soares, «Quem Salva o que Resta dos Moinhos de Vento?», in *Al-madan* n.º 4 – 5, 1ª série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Novembro 84 / Novembro 85, pp. 53 – 56, e Francisco Silva, *Moinhos de Vento no Concelho de Almada*, trabalho de seminário “Património: Conceitos, Políticas e Agentes” do mestrado em “Estudos do Património”, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, (texto policopiado).

⁹⁷ Cf. António Nabais, *op. cit.*

⁹⁸ Está prevista a integração no Arquivo Fotográfico do Centro de Arqueologia de Almada, dos registos fotográficos efectuados no âmbito do presente trabalho.

triangulares de lona, montadas em oito mastros encaixadas no eixo, que transmite a força ao engenho moageiro. São edifícios de planta circular e os exemplos identificados utilizavam apenas um casal de mós. Caracterizam-se pela forma de orientação do velame, utilizando uma cobertura giratória, o *capelo*, movida a partir do interior do moinho através de um sistema de sarilho.

Actualmente, é possível assinalar vinte moinhos de vento no concelho de Almada e dois no Seixal. Acerca dos moinhos desaparecidos em Almada, verificamos que Raul Pereira de Sousa identifica dois no alto do Pragal,⁹⁹ existindo actualmente apenas

um, e outro moinho na Granja,¹⁰⁰ na proximidade do ainda existente; Manuel Lourenço Soares, num artigo dedicado aos

moinhos do concelho de Almada, refere ainda dois moinhos desaparecidos na Trafaria.¹⁰¹ No entanto, através de dois postais editados no princípio do século XX (fig. 3), sabemos tratarem-se de três, situados na praia (fig. 4 ver anexo). Um outro moinho, pertencente à Quinta da Alazarra, foi demolido durante o século XX, bem como dois outros, nomeadamente no Lazarim e em Castelo Picão. No concelho do Seixal são referidos por António Nabais três moinhos de vento na Ponta dos Corvos,¹⁰² entretanto desaparecidos, e outro no lugar do Alto do Moinho. Somando o número de moinhos existentes e desaparecidos, podemos considerar um total de 34 moinhos de vento referenciados nos actuais concelhos de Almada e Seixal.



Fig. 3 – Postal ilustrado da Trafaria com data manuscrita de 1910, onde se observam três moinhos de vento, col. João Paulo Santos.

Desconhecem-se as datas em que terão sido construídos os moinhos de vento localizados, encontrámos apenas uma data de construção associada a um moinho de vento em Pêra, mandado edificar pelo conde D. Tomás em 1762.¹⁰³ Segundo os Livros de Décimas para o concelho de Almada, referentes ao ano de 1827, existiam nas

⁹⁹ Cf., Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 165.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 149.

¹⁰¹ Cf. Manuel Lourenço Soares, *op. cit.*, p. 55.

¹⁰² António Nabais, *op. cit.* p. 44.

¹⁰³ Cf. Conde dos Arcos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. I, Câmara Municipal de Almada, s.l., Comissão Municipal de Turismo, 1974, p. 149.



Foto 34 – Moinho de vento da Azinheira, Seixal, Francisco Silva, 2007.

freguesias do concelho de Almada, Santa Maria do Castelo, Santiago, Caparica, Corroios, Amora, Arrentela, Paio Pires e Seixal, trinta e dois moinhos.¹⁰⁴

Considerando que treze seriam de maré, restam dezanove moinhos de vento. Nesse sentido, podemos constatar que a maioria dos moinhos de vento referenciados já estavam construídos na primeira metade do século XIX, tendo sido erigidos posteriormente quinze moinhos, o que fica no entanto por comprovar até que se faça uma investigação mais aprofundada sobre o tema para a segunda metade do século XIX.

Dos vinte e dois moinhos de vento ainda existentes, apenas dois apresentam o *capelo* e os mastros, nomeadamente o Moinho de Vento do Arieiro, em Almada, e o Moinho de Vento da Azinheira no Seixal (foto 34). Dez moinhos de vento do concelho de Almada foram transformados em arrecadação ou adaptados a habitação. Os dez moinhos restantes encontram-se em estado de ruína, sendo no entanto possível identificar características estruturais, os materiais de construção utilizados, bem como alguns elementos construtivos, próprios deste tipo de moinhos. Nos casos em que tivemos acesso ao interior das estruturas, foi possível



Foto 36 – *Andorinho*, Moinho de vento dos Capuchos, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2005

registar: porta, suporte do piso, escada interior, armários, janelas, *frechal de pedra* (foto 35 ver anexo), *andorinhos* (foto 36) e *arganéis* (foto 37 ver anexo). As paredes portantes são largas e construídas em alvenaria, com blocos de pedra (arenito fossilífero da região) e argamassa de cal e areia. O pavimento, a porta, os degraus da escada, adossada à face interior da parede, as janelas, os arcos de suporte do piso e o *frechal* são construídos em pedra calcária aparelhada.

Já os moinhos de maré localizam-se junto dos esteiros do rio e foram construídos de forma a represar a água dentro de uma caldeira que se enche com a maré. Para tal

¹⁰⁴ Zélia Pereira, *op. cit.*, p. 129.

possuem uma represa que se abre com a enchente (foto 38 ver anexo). Depois, com a represa fechada, a água é canalizada para cada um dos rodízios que accionam as mós. Estes moinhos usavam vários casais de mós, estando cada rodízio instalado num túnel abobadado por onde sai a água. Implantado em meio aquático, todo o embasamento do edifício é de pedra aparelhada, enquanto as empenas de alvenaria rebocada são de pedra da região. Com uma zona de entrada com sobrado utilizada como armazém, a sala de moagem apresenta na maioria dos exemplos observados um só piso, assente sobre os túneis onde funcionam os rodízios.

No território do actual concelho de Almada apenas há notícia da existência de um moinho de maré, instalado num antigo esteiro do Tejo na zona da Mutela, Cova da Piedade. Este moinho, referenciado desde o século XVI, foi demolido na sequência da construção entre 1950 e 1951, da actual Avenida Aliança Povo MFA.¹⁰⁵

No concelho do Seixal foram referenciados doze moinhos de maré, tendo desaparecido dois, nomeadamente o Moinho da Raposa localizado entre Amora e Arrentela e o Moinho do Cabo da Linha, que se situava na margem do rio Coina, nos terrenos actualmente ocupados pela Siderurgia Nacional. Data do século XIV a instalação primitiva de moinhos de maré no estuário do Tejo. Em 1403 foi construído um moinho de maré em Corroios,¹⁰⁶ prosseguindo instalação de mais unidades moajeiras ao longo da frente ribeirinha dos rio Coina e Judeu até à primeira metade do século XVIII, quando: «já se encontravam construídos os doze moinhos de maré que, no território do concelho do Seixal chegaram até à actualidade».¹⁰⁷

Enquanto elemento patrimonial destaca-se o Moinho de Maré de Corroios (foto 39), que se manteve em funcionamento até segunda metade do século XX. Foi adquirido pela Câmara Municipal do Seixal em 1980 com o objectivo de o colocar em funcionamento,



Foto 39 – Moinho de maré de Corroios, Corroios, Francisco Silva, CDCAA, 2003.

¹⁰⁵ Alexandre Flores, *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico – Freguesia da Cova da Piedade*, Vol. III, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1990, p. 49.

¹⁰⁶ Cf. António Nabais, *op. cit.*, p. 33.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 42.

integrado na estrutura do Ecomuseu Municipal. Nesse sentido, procurou-se preservar a memória do espaço através do restauro do edifício e recuperação dos engenhos de moagem, para que o moinho pudesse laborar, como veio a acontecer, possibilitando assim a fruição deste espaço pelo público.

Quanto aos restantes moinhos de maré cujas estruturas podemos observar, foram tendo diversas utilizações. O Moinho de Maré do Breyner foi integrado, como unidade produtora de energia, numa fábrica de adubos, e noutros adaptaram-se os engenhos ao descasque de arroz. Já o Moinho de Maré Novo dos Paulistas era usado como aviário quando, na década de oitenta do século XX, foi adquirido pela Câmara Municipal do Seixal. Outros ainda, como o Moinho de Maré do Zeimoto, foram transformados em habitação. Actualmente, a maioria encontra-se em estado de ruína e em acelerado processo de degradação, perderam total ou parcialmente a cobertura, apresentando patologias estruturais e encontrando-se devolutos. O Moinho de Maré da Quinta da Palmeira (foto 40 ver anexo), localizado no perímetro da Siderurgia Nacional, está parcialmente soterrado por um depósito de lamas, enquanto o antigo Moinho de Maré do Cabo da Linha ou da Quinta Nova da Palmeira foi destruído pelas terraplanagens da referida instalação industrial.

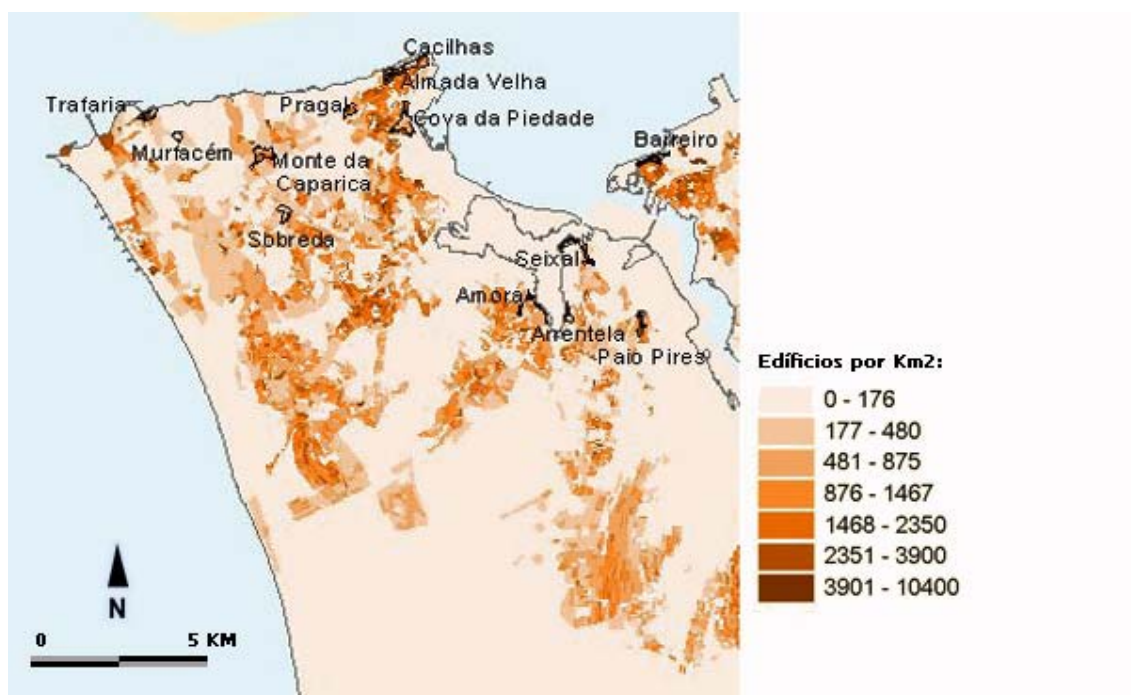
Demonstrando as diferenças geomorfológicas entre a zona Norte do concelho de Almada e a frente ribeirinha do concelho do Seixal, a Este, devido às condições de instalação específicas em função da fonte de energia utilizada, os moinhos de vento têm maior expressão em Almada, ocupando preferencialmente os pontos de cota mais elevada, onde o vento se faz sentir com maior intensidade, ao passo que os moinhos de maré existentes se encontram no território do Seixal, onde a frente ribeirinha dispunha das condições necessárias à sua instalação.

Enquanto elementos patrimoniais directamente associados ao processamento de produtos agrícolas, os lagares e moinhos são testemunhos de práticas culturais de uma sociedade rural. Tendo perdido a sua função, os antigos moinhos encontram-se na sua maioria condenados ao desaparecimento, em virtude da falta de utilização e do vandalismo a que estão sujeitos. No contexto da paisagem rural, a preservação destas estruturas, maioritariamente na posse de privados, está condicionada pela perda da sua função original e pelos investimentos avultados necessários à sua recuperação. Mas

não podemos deixar de observar o modo como a arquitectura rural foi sendo assimilada, sobrevivendo no espaço urbano.

3.4.3 A Arquitectura Rural no Espaço Urbano

A memória da ruralidade encontra-se também nos aglomerados habitacionais, onde o traçado das ruas e a tipologia das construções permitem identificar a génese rural do seu povoamento. Nesse sentido, assinalam-se actualmente nos concelhos de Almada e Seixal as principais localidades referidas nos textos dos séculos XVIII e XIX como povoações rurais, e onde é possível encontrar vestígios do espaço rural integrados na malha urbana. Portais de antigas quintas, antigos celeiros ou lagares transformados em garagens, pequenos quintais cercados por muros altos e habitações de tipologia rural, encontram-se espalhados pelas ruas dos núcleos urbanos antigos e constituem elementos patrimoniais que, apesar de muitas vezes estarem descaracterizados, testemunham a génese rural destas povoações, actualmente densamente urbanizadas, como se pode observar através da carta do edificado nos concelhos de Almada e Seixal (mapa 9).



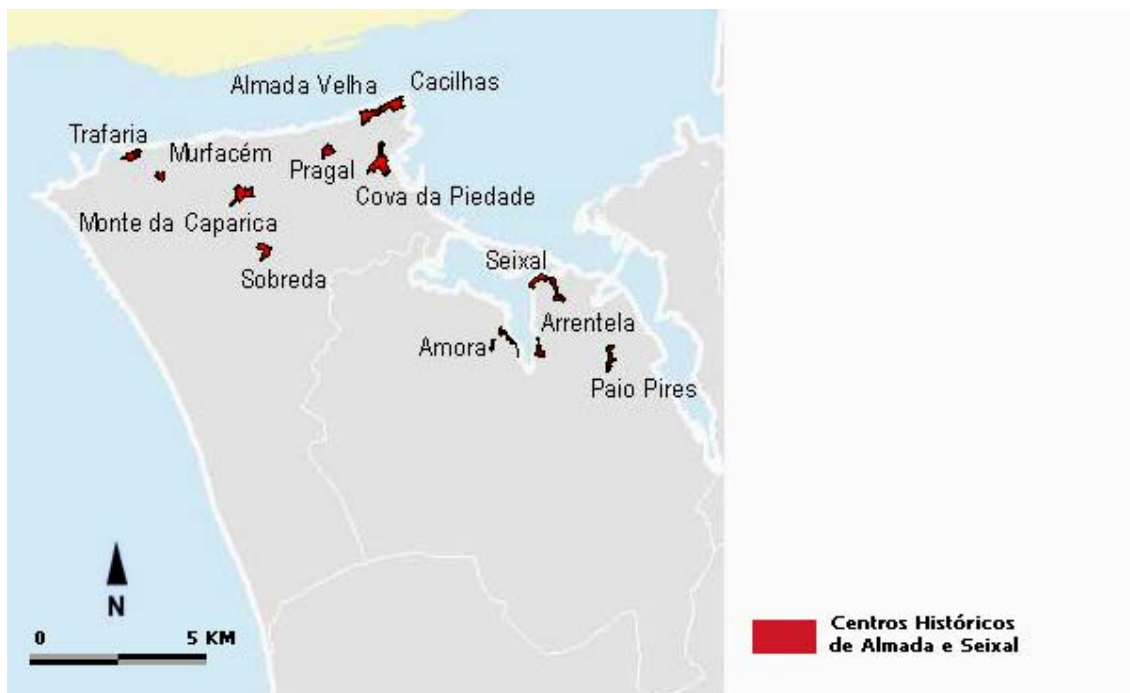
Mapa 10 – Edificado nos concelhos de Almada e Seixal, (AML, 2002).

No sentido de referenciar e salvaguardar os núcleos populacionais mais antigos, os municípios de Almada e Seixal definiram, no âmbito dos respectivos Planos Directores

Municipais, um conjunto de localidades nas quais foram delimitadas áreas definidas como *núcleos urbanos antigos* ou *centros históricos*.¹⁰⁸ O conceito de centro histórico resulta do alargamento do conceito de Património a uma escala territorial onde o principal elemento patrimonial é o conjunto e não o edifício isolado. Face a esta concepção, o centro histórico é entendido enquanto espaço portador de uma carga de informação histórica acerca da sua origem, evolução e interdependência com o espaço envolvente. O traçado das vias de comunicação que determina a morfologia dos conjuntos edificados permite compreender a sua implantação e registar diferentes fases de desenvolvimento. A análise dos edifícios pela sua volumetria, tipologia, materiais e técnicas construtivas, contribui para o estudo e caracterização sócio económica dos espaços, enquanto os elementos mais notáveis, como igrejas ou solares, constituem elementos polarizadores da malha urbana, geralmente associados a largos ou praças.

No concelho de Almada, as antigas freguesias de Santa Maria do Castelo e Santiago dividiram-se em: Almada; Cacilhas; Cova da Piedade e Pragal. A antiga freguesia de Caparica encontra-se actualmente dividida por cinco freguesias, que correspondem de forma imprecisa à divisão por *varas* do século XIX, nomeadamente, Caparica, Costa, Charneca (que integrava a *vara* da Sobreira), Sobreira e Trafaria. A cada uma das sedes de freguesia corresponde um núcleo habitacional antigo, onde se podem detectar características rurais. Nas freguesias do concelho do Seixal: Amora, Arrentela, Corroios, Paio Pires e Seixal, as sedes de freguesia reflectem igualmente uma origem rural, também assente nas actividades fluviais e marítimas. Seguidamente apresentam-se as localidades mencionadas em ambos os concelhos através de uma caracterização sumária de cada uma, procurando identificar os aspectos patrimoniais associados à ruralidade, pelo que se apresenta no mapa 10 com de localização dos centros históricos de Almada e Seixal.

¹⁰⁸ A designação dos núcleos urbanos definidos difere em Almada e Seixal. Assim, enquanto em Almada se designam como *Núcleos Históricos*, no Seixal identificam-se como *Núcleos Urbanos Antigos*.



Mapa 11 – Centros históricos em Almada e Seixal, (AML, 2002).

Os núcleos históricos e as povoações de génese rural que passamos a analisar seguidamente, expõem a estrutura sócio-cultural das sociedades locais, pelo que constituem testemunho de um passado rural. Alguns destes núcleos, como o Pragal, Amora, Arrentela e Seixal, estão actualmente cercados por urbanizações que a partir de meados do século XX ocuparam os antigos campos agrícolas, constituindo *ilhas* onde as casas baixas e o traçado irregular das ruas contrastam com a envolvente marcadamente urbana. Outros núcleos, como Murfacém, ou Sobreda, encontram-se ainda rodeados por alguns terrenos agrícolas. Algumas das antigas povoações rurais, como Corroios ou Costa de Caparica, perderam quaisquer traços característicos da ruralidade. Enquanto conjuntos como Pêra ou Vila Nova, na freguesia de Caparica, apresentam conjuntos arquitectónicos que remetem para o povoamento rural.

No concelho de Almada foi aprovada em reunião camarária de 1986 a delimitação de oito núcleos históricos, conforme edital publicado em 8 de Setembro do mesmo ano, nomeadamente: Almada; Cacilhas; Pragal; Cova da Piedade; Sobreda; Monte de Caparica; Murfacém e Trafaria. Não tendo sido alvo de classificação, os núcleos históricos delimitados não foram abrangidos por qualquer regulamento municipal específico com vista à sua gestão e preservação. No Seixal, o Plano de Salvaguarda do Património Urbano e Natural do Concelho do Seixal delimita como núcleos antigos a

Amora de Cima e de Baixo, a Arrentela, Paio Pires e Seixal. Apesar de também não estarem classificados, encontram-se abrangidos pelo Regulamento de Protecção dos Núcleos Antigos do Concelho do Seixal, publicado em edital camarário de 3 de Julho de 1991. Independentemente dos resultados ao nível da preservação dos núcleos históricos serem incipientes, conforme se pode observar pelo estado de degradação e falta de ordenamento na maioria dos núcleos, não deixa de representar o reconhecimento da manutenção no território do concelho de antigos conjuntos edificados, cuja existência se prende com a história e memória do espaço.

3.4.3.1. Nas Freguesias de Almada

No sentido de encontrar na actualidade a memória das antigas povoações rurais, observemos as localidades do concelho de Almada com centros históricos delimitados e seguidamente aquelas que, não tendo sido alvo de delimitação, mantém ainda núcleos e elementos característicos de povoamento rural. Os núcleos históricos de Almada, Cacilhas e Cova da Piedade apresentam um aspecto predominantemente urbano patente nas construções, na sua maioria com dois ou mais pisos, onde o comércio, os serviços e a habitação constituem a função predominante. As estes conjuntos está associada a instalação das principais unidades industriais transformadoras e de armazenamento, sendo no entanto possível identificar na sua malha urbana alguns elementos isolados de património rural, como a cerca do antigo convento de São Paulo (foto 41 ver anexo) e a Casa da Cerca em Almada, as Quintas do Almaraz, dos Fergunsson e da Alegria em Cacilhas, freguesia onde existe ainda a estrutura de um moinho de vento. Assim para o concelho de Almada a pesquisa incidiu sobre as seguintes localidades: Pragal; Monte de Caparica; Pêra; Fonte Santa; Murfacém; Vila Nova; Trafaria; Sobreda; Charneca e Costa de Caparica.¹⁰⁹

Na circunscrição da freguesia de Almada até 1985, o lugar do **Pragal**, hoje na freguesia homónima, constitui um exemplo de como o meio rural se transformou gradualmente em espaço urbano (ortofotomapa 1 ver anexo). Com base num inventário do conjunto edificado, realizado entre 1993 e 1996, foi efectuada uma análise que permitiu

¹⁰⁹ De forma a facilitar a leitura e a referência a cada uma das localidades é assinalada a cheio no corpo do texto.

identificar diversas tipologias arquitectónicas (foto 42).¹¹⁰ O espaço foi inicialmente ocupado por terrenos agrícolas de diversas quintas, cujos limites de propriedade definiram o traçado das actuais vias de comunicação. Através da análise de alguns elementos arquitectónicos e decorativos associados às quintas existentes no Núcleo Histórico, podemos datar do século XVIII dois portais decorados com volutas e registos de azulejo. Durante o século XIX, as casas e os pátios das antigas quintas começam a ser ocupados com habitações e vão sendo construídas outras ao longo dos caminhos. Algumas das tipologias de construção mantêm as características rurais, mas encontram-se também conjuntos de casas em banda, construídas nos princípios do século XX e destinadas a arrendamento. Na Rua Direita, que acompanha a estrada que liga Almada ao Monte de Caparica e limita a



Foto 42 – Habitações rurais, Pragal, Francisco Silva, 2007.

Sul o Núcleo Histórico, observam-se prédios de dois pisos, edificados em finais do século XIX, que apresentam fachadas urbanas com elementos decorativos nas balaustradas e janelas de sacada com varandins em ferro. A *Memória Económica da Vila de Almada* datada de 1835 refere os habitantes do Pragal como carpinteiros e calafates, de onde se depreende que já nessa data o Pragal era um aglomerado populacional em meio rural, mas ocupado por uma população maioritariamente ligada ao sector secundário.

¹¹⁰ Francisco Silva, Maria José Pinto, «Caracterização Arquitectónica do Núcleo Histórico da Freguesia do Pragal», in *Actas das IIª Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998, pp. 169-173.

A freguesia de Caparica tem como sede a vila do **Monte de Caparica**. A povoação desenvolve-se a partir da envolvente da igreja matriz, edificada em 1482 e reconstruída após o terramoto de 1755 (ortofotomapa 2 ver anexo). Nesta zona bifurcavam-se as antigas estradas conduziam Almada passando pelo Pragal, a Sesimbra passando pela Charneca e à Trafaria, passando por Torre e Murfacém. O núcleo habitacional desenvolveu-se ao longo das referidas estradas. As construções do centro da vila apresentam características urbanas,



Foto 43 – Lagar da Quinta do Brasileiro, Monte de Caparica, Caparica, Francisco Silva, 2007.

nomeadamente prédios de dois ou três pisos, varandins em ferro e platibandas rematando as fachadas, no entanto, o conjunto integra ainda construções de antigas quintas, como portais, armazéns agrícolas e habitações (foto 43). Na freguesia existem localidades como Pêra, Fonte Santa, Murfacém e Vila Nova, que se localizam na zona Norte do concelho, onde se encontram os melhores solos e se observava durante os séculos XVIII e XIX a maior densidade populacional em termos de povoamento rural.



Foto 44 – Construções rurais em Pêra, Caparica, Francisco Silva, 2007.

A povoação de **Pêra** localiza-se numa encosta virada a Sul. O topónimo deriva, segundo Raul Pereira de Sousa, da palavra latina *petra*, não tendo portanto origem na designação do fruto.¹¹¹ O lugar é atravessado por uma estrada, ao longo da qual se localizam diversas quintas, e integra no seu conjunto dois moinhos de vento. Apesar de se encontrar descaracterizado pela construção de habitações de génese ilegal, é actualmente um espaço onde a paisagem rural pode ser apreendida através do património edificado (foto 44).

¹¹¹ Cf. Raul Pereira de Sousa, *Op. cit.* p. 179.

O lugar da **Fonte Santa**, encabeçava no século XVIII a *vara* que no século seguinte passa a designar-se *do Monte*. Conforme indica o topónimo, a existência de fontes com abundância de água e eventuais virtudes medicinais terá estado na origem da povoação, bem como do seu nome. Desenvolve-se nas encostas ao longo da estrada que liga o lugar da Torre ao Porto Brandão (foto 45), em tempos o principal porto de escoamento dos produtos agrícolas da Caparica. Também aqui é possível encontrar algumas edificações de características rurais e uma ocupação do espaço determinada pela existência de quintais e terrenos agrícolas.



Foto 45 – Vista panorâmica da localidade de Fonte Santa, Caparica, Francisco Silva, 2007.

Murfacém é uma pequena localidade situada junto à arriba sobre a Trafaria (ortofotomapa 3 ver anexo). O topónimo, segundo Vieira Júnior, tem origem islâmica e significa barbeiro (mo hacen). A presença árabe na zona pode estar eventualmente relacionada com a existência de «*cerca de trinta cisternas*». ¹¹² Estas cisternas abertas no solo apresentam o fundo e as paredes impermeabilizados com reboco e eram destinadas ao depósito de água. Apesar de não dispormos de informação actualizada acerca da situação actual destas cisternas, consideramos tratem-se de estruturas arquitectónicas de influência islâmica, também patente num conjunto de fragmentos de cerâmica descobertos na zona. Sendo cabeça da *vara* que no século XIX se passa a designar *da Trafaria*, devia tratar-se de uma localidade com alguma importância. Segundo Pereira de Sousa, «*a primeira notícia escrita sobre Murfacém data em 1473, quando os freires do Carmo de Lisboa recebem por herança de Fernão Afonso a Ermida de Nossa Senhora do Monte do Carmo e talvez a quinta que lhe estava anexa*». ¹¹³ A ermida e a quinta ainda existem e marcam o centro da povoação, constituída principalmente por casas térreas e rodeada por campos agrícolas (foto 46 ver anexo).

Das principais povoações rurais da Caparica resta referir o lugar de **Vila Nova**, situado na proximidade do antigo convento dos Capuchos, a Oeste, e do desaparecido convento de Nossa Senhora da Rosa, a Sul. Esta povoação é atravessada pela estrada que parte do

¹¹² Duarte Joaquim Vieira Júnior, *op. cit.*, p. 193.

¹¹³ Raul Pereira de Sousa, *op. cit.*, p. 169.

Lazarim na direcção da Costa de Caparica. O centro do lugar é ocupado por casas térreas e de dois pisos onde se destacam alguns exemplares de arquitectura saloia bem como um poço e algumas habitações rurais (foto 47 ver anexo).

O núcleo histórico da **Trafaria** (ortofotomapa 4 ver anexo) situa-se numa zona plana na base da arriba. É constituído por um conjunto de ruas perpendiculares à frente ribeirinha, ao longo das quais se dispõe as casas, na sua maioria de um ou dois pisos. A pesca, enquanto actividade fundadora da povoação, continua a ser praticada pela população local, sendo a praia o espaço de estacionamento das embarcações de pesca (foto 48). Outro aspecto característico da vila da Trafaria prende-se com a utilização desta aldeia piscatória, durante o final do século XIX e principio do século XX, como estância balnear, de que resultaram elementos arquitectónicos característicos dos locais de veraneio, que contrastam com a arquitectura vernácula com origem na Beira Litoral.



Foto 48 – Barcos de pesca tradicional na praia, Trafaria, Francisco Silva, CDCAA 2007.

A localidade da **Sobreda** apresenta um núcleo histórico (ortofotomapa 5 ver anexo) que se desenvolve a partir de um largo dominado pelo Solar dos Zagallos, prolongando-se ao longo da estrada que sobe a encosta virada a Norte (foto 49 ver anexo). A arquitectura habitacional é constituída por casas térreas ou de dois pisos, mantendo a morfologia de uma pequena povoação rural. Na envolvente do núcleo podem observar-se terrenos agrícolas que pertenceram às quintas do Outeiro e do Guarda-Mor, bem como ao convento dos Agostinhos Descalços, do qual não restam quaisquer vestígios para além de uma rua denominada *do Convento*.

O topónimo **Charneca** designa uma zona e não uma povoação concreta. Localizava-se ao longo da estrada que se dirigia a Sesimbra e era constituída por diversos casais agrícolas e quintas, não apresentando actualmente quaisquer aspectos relacionados com o passado rural, em parte devido ao facto de se tratar de uma zona de grande expansão imobiliária de génese ilegal.

Quanto à povoação da **Costa de Caparica**, elevada a cidade em 9 de Dezembro de 2004, poucos vestígios restam das estruturas edificadas mais antigas. Há muito que desapareceram as casas de colmo em que habitavam os pescadores até ao início do século XX, altura a partir da qual a promoção turística da Costa como zona balnear transformou a antiga povoação piscatória num espaço de grande pressão urbanística. Restam apenas alguns edifícios dispersos que apresentam traça de influência algarvia ou da arquitectura em madeira da Beira Litoral, ainda patente em algumas casas de veraneio construídas nas dunas ao longo da praia. Importa lembrar que a primeira casa de pedra e cal da Costa de Caparica, construída no início do século XIX e demolida em 1996, apresentava a traça característica da casa saloia (foto 50). Os bairros onde actualmente habita a população piscatória foram construídos sem planeamento urbanístico durante o século XX. A pesca artesanal, que continua a ser praticada por uma pequena comunidade local, mantém-se como uma memória da origem rural da povoação.



Foto 50 – *Casa da Coroa*, Costa de Caparica, CDCAA, 1980.

3.4.3.2. Nas Freguesias do Seixal

No concelho do Seixal, os núcleos urbanos antigos delimitados correspondem às principais povoações referidas nos séculos XVIII e XIX, nomeadamente: Arrentela; Seixal; Amora e Paio Pires. Todos os núcleos apresentam ainda aspectos característicos das povoações ribeirinhas que estão na sua origem. Nessa medida, enquanto conjuntos edificados que remontam aos séculos XVIII e XIX, são testemunho de um passado rural.

A freguesia da Arrentela abrangia durante o século XVIII todo o território entre as margens do rio Judeu e Coina, com as povoações do Seixal e Paio Pires. Referida desde o século XIV, o lugar de **Arrentela**, onde se localizava a igreja paroquial, constituía o principal núcleo habitacional associado à pesca e outras actividades ribeirinhas. Ocupando uma encosta virada a poente sobre a qual se encontra a igreja matriz, a povoação acompanha a frente ribeirinha e apresenta uma morfologia marcada pelas ruas

estreitas e irregulares, praças, pequenos largos, calçadas e escadarias que vencem os desníveis (foto 51 ver anexo). Também pela arquitectura, e pela presença nos espaços envolventes de vestígios de antigas quintas, o núcleo antigo da Arrentela (Ortofotomapa 6 ver anexo), enquanto conjunto, integra elementos arquitectónicos com características rurais.

No núcleo urbano antigo do **Seixal** registam-se três momentos marcantes na evolução da malha urbana,¹¹⁴ um primeiro de origem medieval e um segundo e terceiro que correspondem à expansão urbana do século XIX e XX, associada às transformações sócio económicas operadas pela instalação de diversas unidades industriais na região (Ortofotomapa 7 ver anexo). A zona mais antiga do núcleo urbano desenvolve-se ao longo da frente ribeirinha que se lhe opõe a Norte e a Este, e é limitada a Sul por um morro elevado. A povoação desenvolve-se a partir do século XVIII em torno do largo da Igreja (foto 52 ver anexo), com uma malha urbana de traçado irregular, sendo esta a zona que apresenta características de antiga povoação piscatória. A praia serve de apoio à manutenção e estacionamento de embarcações de pesca artesanal e de recreio.

A povoação da **Amora** dividia-se em dois núcleos: a Amora de Cima, situada numa zona elevada em torno da igreja paroquial, naquela que será a área de ocupação mais antiga com casas térreas e pequenos pátios; e Amora de Baixo, onde se observa uma frente urbana com casas de um e dois pisos que acompanham a margem esquerda do esteiro do rio Judeu, frente à Arrentela



Foto 53 – Portal de casa rural, Amora
Francisco Silva, 2007.

(Ortofotomapa 8 ver anexo). Actualmente, a Amora, que provavelmente deve o seu nome ao fruto da amoreira ou das silvas,¹¹⁵ perdeu qualquer ligação com a ruralidade. A antiga povoação foi elevada a cidade em 20 de Maio de 1993, sendo actualmente uma

¹¹⁴ Francisco Silva, «Núcleo Urbano Antigo do Seixal», in *Ecomuseu Informação*, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Setembro 2000.

¹¹⁵ Apesar da plantação de amoreiras ser comum na região, as espécies utilizadas para a criação de bicho da seda têm origem na China e na Índia e são introduzidas em Portugal a partir do século XVI, por outro lado, a localidade já assim designada no século XIV por Fernão Lopes, poderiam existir eventualmente algumas amoreiras de uma espécie oriunda do Médio Oriente introduzidas no período romano ou durante a Idade Média. Cf. Manuel Lima, *Amora Memórias e Vivências*, pp. 21 – 23.

das áreas de maior densidade de loteamento urbano na região. Principalmente em Amora de Cima, restam alguns edifícios de características rurais (foto 53).

A aldeia de **Paio Pires**, referida nas fontes do século XVIII como importante povoação ribeirinha, manteve a sua génese rural e piscatória até meados do século XX. Em 1961 foi aqui instalada a Siderurgia Nacional, que ocupou toda a frente ribeirinha da povoação e condicionou o seu crescimento urbano (Ortofotomapa 9 ver anexo), que se desenvolveu-se a partir do



Foto 54 – Habitações rurais, Paio Pires, Francisco Silva, CDCAA, 2005.

núcleo mais antigo, em torno da igreja de Nossa Senhora da Anunciação, albergando uma população maioritariamente operária. O passado rural está patente nas casas térreas e de dois pisos (foto 54), nos portais de quintas e em antigos celeiros. No seu conjunto, estes edifícios mantêm as cêrceas e as tipologias arquitectónicas típicas da antiga povoação rural. Depois de assinalados alguns exemplos do património construído associado à paisagem rural, devemos agora abordar o património na sua vertente imaterial, ligado às celebrações de cariz religioso que congregavam as populações rurais da região e das quais ainda restam memórias.

3.5. Celebrações de uma ruralidade

Encontrando-se a actividade agrícola dependente do ciclo natural das estações do ano, as crenças e devoções das comunidades rurais estão associadas a práticas propiciatórias e de celebração das colheitas, que ocorrem principalmente durante o Verão. Estas celebrações colectivas, com origens anteriores ao cristianismo, foram integradas nas práticas religiosas das comunidades católicas e demonstram a ligação da religiosidade popular à natureza, da qual depende a subsistência das populações rurais. Designados como *Círios*, estes rituais eram assumidos pela comunidade como uma obrigação colectiva. Neste contexto, identificaram-se duas tradições religiosas que atestam o carácter rural das celebrações sazonais associadas ao ciclo das colheitas, nomeadamente as festas em honra de São João Baptista e o Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel, celebrações que ainda nos nossos dias expõem esses traços, vestígios de uma ruralidade.

3.5.1. A Festa de São João Baptista

O dia vinte e quatro de Junho, três dias após o solstício de Verão, é dedicado pelo calendário litúrgico a São João Baptista. Segundo Leite de Vasconcelos, a celebração deste santo encontra-se associada à fertilidade e reveste-se de variadas formas: «As tradições populares demonstram como S. João representa o Sol considerado astro fálico. Algumas feições deste período: Festas nas aldeias (o facho nos montes feito pelos pastores) o sacrifício do gato, as pinhas, as fogueiras, a música e os versos as cantigas fálicas, as sortes com as alcachofras e a água».¹¹⁶

A celebração litúrgica em honra do santo padroeiro de Almada inicia-se no dia vinte e três de Junho, véspera do feriado municipal. Na tarde desse dia, a imagem é transportada em procissão, acompanhada com cânticos litúrgicos e uma banda filarmónica, da igreja de Santiago, no centro do núcleo urbano antigo de Almada, até à Ramalha, (foto 56 ver anexo) antiga zona agrícola entretanto urbanizada. A romagem termina na capela de Santo Antão, anexa à Quinta de São João da Ramalha, mandada edificar originalmente em 1456 conforme comprova a epígrafe aplicada na fachada do templo.¹¹⁷ Na tarde do dia seguinte, o povo volta à Ramalha e transporta em procissão a imagem de São João de regresso à Igreja de Santiago, onde permanece até ao ano seguinte.

A par do ritual religioso que se mantém na actualidade, até meados do século XX as festas culminavam no dia vinte cinco com uma romaria que atraía aos campos da Ramalha gente dos arredores. Montava-se arraial, onde aconteciam largadas de touros, após o que se regressava a Almada em romaria, naquela que era popularmente conhecida por «*Procissão dos Bêbados*»,¹¹⁸ acompanhada com canções brejeiras, conforme a caracterização de Leite Vasconcelos. As estas festas se referia com saudade Vilhena Barbosa em 1860: «*festas religiosas e populares, que otr'ora ahi se faziam pelo S. João, tinham nomeada pelo aparato e magnificencia, e eram curiosas pela singularidade de alguns costumes e antigualhas, que apareciam na procissão e nas*

¹¹⁶ Leite de Vasconcelos, *op. cit.*, Vol. VIII, p. 388.

¹¹⁷ Segundo a tradição oral o *Santo* dorme essa noite acompanhado por uma *Santa*, aspecto que acentua a origem pagã da celebração associada à fecundidade dos campos da Ramalha, Cf. Francisco Silva, *Ramalha o Homem e a História*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1992, p. 26.

¹¹⁸ *Idem*, p. 27.

*cavalhadas. Nesses tempos despovoava-se Lisboa para ir assistir a essas funções. De há trinta anos para cá teem caminhado em tal decadencia que presentemente são uma pequena sombra do que foram».*¹¹⁹

Desconhece-se a origem remota desta festividade, no entanto, importa referir que a zona denominada Ramalha se localiza a Sudoeste do centro da cidade de Almada e corresponde a uma encosta suave exposta a Sul, de solos muitos férteis. Aqui foram identificadas diversas estações arqueológicas que testemunham uma ocupação contínua do espaço, então na proximidade de um esteiro do Tejo, desde o período Paleolítico, passando pela presença romana e islâmica. Em 1992 foi possível localizar doze quintas, algumas referenciadas desde o século XVI.¹²⁰ Dada a proximidade ao núcleo urbano da Cova da Piedade, era um local escolhido pelos almadenses e pelos lisboetas para passeios ao campo, durante o século XIX, conforme refere Pinho Leal «*Ao S. da villa, em um lindo valle cercado de pequenos outeiros cultivados, é a Cova da Piedade. [...] Aqui se faz uma boa feira nos dias 23, 24 e 25 de julho, havendo muitas vezes corridas de toiros, grandes festas e concorridissimo arraial. A Cova da Piedade é um sitio encantador, e muito frequentado dos lisbonenses*».¹²¹

A referência mais antiga que encontrámos acerca desta celebração data de 1731 e encontra-se num documento transcrito e publicado anonimamente com o título *Extracto do Título, Manuscritos, da Quinta de S. João da Ramalha*.¹²² Esta edição, apresenta no ponto designado *Título da Procissão de S. João Baptista*,¹²³ a transcrição de uma petição feita pelo proprietário da Quinta da Ramalha, se queixa da recusa dos irmãos da Mesa da Confraria de São João Baptista, em transportar a imagem do santo à sua quinta, apesar de ser um costume antigo: «*de tempo que não há lembrança nos homens que hoje existem*».¹²⁴ Em resposta a esta petição após serem expostas as razões dos confrades, o Bispo de D. Tomás, patriarca de Lisboa, responde através de uma provisão datada de 1734 onde refere que: «*sendo o dito costume muito antigo e de tempo imemorial há dois anos que os Prodecessores dos Suplicantes impetraram a Nós*

¹¹⁹ Vilhena Barbosa, *Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brasão D'armas*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1860, p. 22.

¹²⁰ Francisco Silva, *Ramalha o Homem e a História*, p. 16.

¹²¹ Pinho Leal, *Op. cit.*, Vol. 1, p. 142.

¹²² *Extracto do Título, Manuscritos, da Quinta de S. João da Ramalha*, Lisboa, Tip. Pinheiro & Dias, 1960.

¹²³ *Idem*, p. 14.

¹²⁴ *Ibidem*.

Procissão pela vila com o pretexto de dizerem estar a referida Ermida distante da vila, o que era menos verdadeiro, por ser a mais chegada à mesma vila, experimentando todo aquele povo grande desconsolação e observando que depois que não leva o Santo na forma costumada, não dão as fazendas daquela vila e seus termos novidades o que se reconhece por castigo.¹²⁵

Importa salientar a importância do sentido propiciatório associado a esta celebração, directamente relacionada com a abundância das colheitas nos terrenos da vila e do termo de Almada, conforme se depreende da citada relação de causa efeito entre a ida do santo à Ramalha e a abundância das culturas agrícolas, o que testemunha claramente a permanência nesta celebração de elementos ligados à ruralidade, como a prática registada ainda no princípio dos anos noventa do século XX, de enfeitar a imagem do santo com cachos de uvas, enquanto à frente do andor era transportada uma coroa de ramos com os primeiros frutos da estação (foto 57). Esta coroa era depois leiloada à porta da igreja de Santiago para custear as festas do ano seguinte.



Foto 56 – Coroa de frutos que acompanhava a procissão de São João Baptista, CDCAA, 1990.

A festa de São João Baptista, enquanto romagem cíclica e sazonal da população de Almada transportando a imagem do padroeiro, enquadra-se no conceito de *Círio*, cujo ritual se mantém por via da comunidade paroquial, atravessando todos os anos a antiga Rua Direita (actual Rua Capitão Leitão) a caminho da Ramalha, onde actualmente se concentra parte do centro cívico da cidade de Almada.

3.5.2. O Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel

Outra celebração religiosa que se encontra ligada às populações rurais e piscatórias dos arredores de Lisboa é conhecida como o Círio a Nossa Senhora do Cabo Espichel. Esta manifestação de religiosidade popular ocorre durante o mês de Setembro e reveste-se de diferentes formas, consoante os locais de origem dos devotos.

¹²⁵ *Idem*, p.19, (sublinhado nosso).

Este culto, com provável origem pré-histórica, relaciona-se com a sacralização do espaço do antigo *Promontório Barbárico*, por estar na continuidade do *Monte Barbárico* (Serra da Arrábida), assim designado pelos autores clássicos, conforme refere Frei Bernardo de Brito na obra *Monarchia Lusitana*.¹²⁶ Ao promontório, os povos da região faziam romagens rituais no final do Verão para celebrar o fim das colheitas,¹²⁷ tradição que se manteve entre as comunidades rurais durante o período de presença islâmica. Com a Reconquista o ritual foi adaptado, passando a integrar o calendário litúrgico das populações cristianizadas, no âmbito do culto mariano da Estremadura, que para além do Cabo Espichel se estende a outros lugares de peregrinação, como a Serra da Arrábida, o santuário de Nossa Senhora da Atalaia e o Sítio na Nazaré.

A devoção a Nossa Senhora do Cabo tem origem numa lenda que remonta século XIII, segundo a qual terá ocorrido um milagre ao largo do Cabo Espichel. Durante a noite, uma tempestade marítima ameaçava afundar um navio. Achando-se em perigo, a tripulação rogou por auxílio à Virgem, tendo desaparecido misteriosamente a imagem da Senhora que transportavam a bordo. Surgiu então sobre o promontório uma luz avisadora, ao mesmo tempo que a tempestade amainava. A tripulação do navio observou então Nossa Senhora que montada num jumento subia a encosta escarpada. Na manhã seguinte, alguns tripulantes decidem ir a terra, chegando ao cimo do cabo, encontram a imagem de Nossa Senhora que havia desaparecido, o que entenderam como sinal de que a imagem havia escolhido esse lugar para permanecer e ser venerada.

Cerca de dois séculos mais tarde, regista-se outro milagre, envolvendo desta vez uma mulher de Caparica e um homem de Alcabideche, a quem a Virgem Maria tendo-lhes aparecido em sonhos, indicou o Cabo Espichel como lugar onde se deveriam dirigir. Respondendo ao chamamento, apesar da distância, decidem dirigir-se ao local indicado pela Senhora. Encontrando-se ocasionalmente no caminho, a velha e o saloio fazem uma pausa para repousar. O homem de Alcabideche, mais cansado pela longa jornada, adormece, enquanto a caparicana ruma para o Cabo. O homem ao acordar, vendo-se sózinho retoma o caminho que levava, e ao chegar ao local que lhe fora indicado nos

¹²⁶ «Depois deste monte se segue o que Ptolomeu e Strabo, chamão Barbarico e nos oje serra Rabida», Frey Bernardo de Brito, *Monarchia Lusitana – Geographia Antiga de Lusitania*, Alcobça, 1597, fl. 3 f.

¹²⁷ Paulo Pereira, «Promontório Barbárico», in *Cabos do Mundo e Finisterras, Enigmas Lugares Mágicos de Portugal*, Vol. V, s.l., Circulo de Leitores, 2005, pp. 110 – 128.

sonhos, encontra a mulher em oração junto da imagem de Nossa Senhora. Decidem então utilizar o alecrim que abundava no local, para construir um abrigo onde acolher a santa imagem.¹²⁸

O culto de Nossa Senhora do Cabo atingiu o seu apogeu durante o Século XVIII, contando com o apoio da Casa Real. A importância tem vindo a decair desde o princípio do século XX, mas mantém ainda alguma tradição na região a Norte de Lisboa, onde se designa por *Círio dos Saloios*. Apesar de já não se realizar desde 1839 a romagem ao Espichel, a imagem peregrina da Senhora do Cabo permanece cada ano numa das vinte e seis freguesias que constituem o *Giro*. Na margem Sul do estuário do Tejo, eram as localidades de Almada, Caparica, Seixal, Arrentela, Palmela, Azeitão, Sesimbra e Coina que tradicionalmente realizavam o Círio ao Cabo Espichel.

Dos concelhos de Almada e Seixal, a freguesia de Caparica foi aquela que manteve até mais tarde a peregrinação ao cabo Espichel, à qual se ligou profundamente por via da lenda que faz de uma caparicana a protagonista do milagre e pelo facto do *Círio dos Saloios* passar na freguesia, mas também por se tratar de uma zona onde as comunidades de agricultores e pescadores, dependentes dos recursos naturais, mostravam maior devoção à Senhora do Cabo do que as populações urbanas. Não se conhece nenhuma confraria ou compromisso associado ao Círio da Caparica, sendo difícil conhecer de que forma a celebração se realizou ao longo dos séculos, segundo Vieira Júnior a *vara* do Monte era a mais rica, «*por ser a única que ao Cabo Espichel faz conduzir em berlinda a imagem da Nossa Senhora*».¹²⁹ Existe uma imagem da Senhora do Cabo que era venerada na Igreja de Nossa Senhora do Monte de Caparica, a qual, segundo António Correia, não acompanhava o Círio, segundo este autor, ao Cabo era levada em cortejo uma bandeira processional, transmitida de *vara* em *vara*.¹³⁰ As romagens eram realizadas em romarias que seguiam pela estrada de Sesimbra até à Apostiça ou em pequenos grupos ao longo da praia. Os últimos *Círios* realizados na Caparica durante o século XX, partiram da Sobreira em 1945 e da Costa em 1948. Esta

¹²⁸ Cf., Francisco Silva, *Nossa Senhora do Cabo e os Círios da Caparica*, s.l., Juntas de Freguesia de Caparica, Trafaria, Costa, Charneca e Sobreira, 2007, p. 7.

¹²⁹ Duarte Joaquim Vieira Júnior, *Op. cit.*, p. 152.

¹³⁰ Cf. António Correia, *Divagando Sobre Caparica – Pedacos da sua História*, Costa da Caparica, Câmara Municipal de Almada, 1973, p. 103.

devoção está também representada em registos de azulejos alusivos à Senhora do Cabo, nomeadamente em Almada Velha e Porto Brandão (foto 57).

Depois de termos analisado alguns aspectos do património cultural ligados à memória do passado rural da região de Almada e Seixal, podemos observar que, enquanto as praias e pinhais mantêm as principais características da paisagem dos séculos XVIII e XIX, os terrenos agrícolas existentes encontram-se na sua maioria



Foto 57 – Registo de azulejo alusivo a Nossa Senhora do Cabo, Almada, CDCAA.

incultos. Algumas áreas mais férteis são cultivadas de forma intensiva com produtos hortícolas destinados ao mercado, tendo a vinha praticamente desaparecido dos campos agrícolas. Os núcleos urbanos antigos estão descaracterizados por edifícios dissonantes, encontrando-se alguns imóveis mais característicos da ruralidade degradados ou em ruína. Das quintas – que constituem o elemento patrimonial mais directamente relacionado com a ruralidade – apenas algumas das que foram identificadas no século XX mantêm as estruturas originais, enquanto nas que foram recuperadas com fins culturais poucas memórias se conservam da actividade agrícola. Os antigos lagares de vinho, os moinhos de maré e de vento, perdida a utilidade para a qual foram concebidos, encontram-se transformados ou em estado de ruína. Quanto ao património intangível associado às devoções das populações rurais, tende a cair no esquecimento com o desaparecimento daqueles que transportaram na recordação memórias do passado rural.

Podemos assim concluir que os testemunhos da ruralidade que caracterizaram a paisagem até ao século XX se encontram dispersos pelo território e sem conexão entre si. Apresentam-se como ilhas numa paisagem dominada pela construção de edifícios e vias de comunicação, ao passo que os testemunhos patrimoniais e as memórias associadas à industrialização e à história recente são valorizados e integrados no discurso identitário promovido pelas autarquias locais.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa efectuada e da apresentação dos dados coligidos, chegou o momento de concluir esta dissertação, apontando as principais problemáticas colocadas ao longo do trabalho, resumindo os aspectos fundamentais que marcam cada um dos três capítulos e apresentando novas áreas de abordagem ao tema da ruralidade, que apesar de identificadas no decurso da investigação, não foi possível desenvolver dentro das limites temporais definidos para a redacção desta apresentação.

Com base no levantamento das referências à região de Almada, no contexto geográfico da margem Sul do estuário do Tejo, constatámos através da análise das fontes escritas anteriores ao século XVIII, que a descrição da margem oposta a Lisboa, escrita no contexto da tomada da cidade em 1147, reflecte uma visão associada à abundância de recursos e à fertilidade dos solos agrícolas. Este aspecto é de alguma forma atestado nos forais concedidos a Almada, através dos quais foi possível apreender a variedade de produtos e géneros produzidos localmente, bem como as principais actividades desenvolvidas pelos habitantes, que convergem num quadro claramente dominado pela exploração dos recursos naturais e pela agricultura e a pesca. Na mesma linha, as descrições de Portugal impressas entre os séculos XVI e XVII, quando se debruçam sobre a região de Almada, salientam os produtos agrícolas mais afamados, com destaque para o vinho. A produção de frutas e hortaliças e a caça, géneros perecíveis, justificava-se em virtude da proximidade dos mercados de Lisboa. A capital encontrava-

se na dependência das terras vizinhas, como Almada, para abastecimento de alimentos e lenha. Neste sentido, podemos concluir que desde o princípio da nacionalidade se começa a construir uma imagem da “outra banda” baseada na disponibilidade de recursos explorados, não apenas como meio subsistência das populações, mas também com objectivos de mercado, sendo o ambiente rústico enfatizado face à urbanidade de Lisboa.

As obras corográficas publicadas durante os séculos XVIII e XIX, a maioria das quais organizadas alfabeticamente, por topónimos de concelhos ou localidades, apresentam descrições sistemáticas do território e informações sobre a história, actividades económicas e características físicas da região que permitem uma observação aproximada do espaço físico.

Apercebemo-nos do relevo e da divisão da propriedade rural através da enumeração das quintas existentes, conhecemos as principais povoações, dispomos de informação sobre o número de habitantes, sobre as actividades e produções agrícolas, mas também acerca da nobreza proprietária na região. Das descrições de Almada e do seu termo nos textos publicados no século XVIII, resulta uma imagem de ruralidade que se baseia principalmente no domínio fundiário da nobreza, representado pelas quintas e morgadios, propriedades que além das funções agrícolas, eram também espaços de lazer.

Já os textos publicados do século XIX reflectem a evolução política e ideológica decorrente do liberalismo e apuram o nível de sistematização da informação escrita. Ao mesmo tempo, aumenta o número de títulos publicados, pressupondo a existência de um público mais alargado. Os artigos dedicados aos concelhos de Almada e Seixal, bem como às localidades que os integram, apesar descreverem um ambiente rural, fazem-no de forma diferente face aos textos do século anterior, concentrando a atenção na descrição das actividades tradicionais e das classes laboriosas, com destaque para os pescadores. Reflectem um território com a propriedade fundiária muito mais dividida, como se observa pelo maior número de quintas referenciadas face às indicadas nas obras do século XVIII. Por outro lado, o espaço rural enquanto lugar de lazer, passa a ser fruído não só pelos proprietários das quintas, mas também pela população,

principalmente lisboeta, que frequenta a margem sul durante o Verão e nas ocasiões marcadas por festas populares.

No segundo capítulo, dedicado à paisagem, constatámos que a percepção da morfologia do território era claramente marcada pela ausência de obstáculos visuais, permitindo a partir das zonas mais elevadas, obter vistas panorâmicas até grandes distâncias, o que denunciava um relevo em geral pouco acidentado. Observámos ainda como a localização geográfica e a morfologia da frente ribeirinha e atlântica é determinante na paisagem da região durante o período estudado. O elemento água encontra-se assim relacionado com a pesca e com os transportes fluviais e marítimos, que tinham como apoio um grande número de portos espalhados ao longo das margens e dos esteiros do Tejo, onde o fluxo e refluxo das marés também accionava moinhos. Quanto à água potável, destacavam-se algumas fontes que possuíam propriedades medicinais, enquanto outras serviam simplesmente ao abastecimento das populações. Através da documentação datada do século XIX, percebemos ainda que a presença da água, principalmente nas zonas de praia, estava também relacionada com problemas de saúde pública, devido à existência de charcos e zonas pantanosas, que os autores embora desconhecassem a causa directa, associavam aos surtos de febre que regularmente afectavam algumas populações.

Enquanto aspecto estruturante da paisagem humanizada, observou-se que de uma forma geral o povoamento aumentou na região entre os séculos XVIII e XIX, como se constata pelo número crescente de habitantes. Observou-se, também, um aumento do número de localidades mencionadas nos textos analisados. A distribuição da população pelo território apresentava algumas diferenças entre as zonas ribeirinhas, onde o povoamento se encontrava mais concentrado, pois estava principalmente associado às actividades fluviais e marítimas, e o interior do território, onde o povoamento se encontrava disperso e com menor densidade populacional. Esta população, em grande parte ligada à actividade agrícola, ainda assim não era suficiente para assegurar a lavoura, tornando-se necessário recorrer a mão-de-obra exterior, que sazonalmente habitava a região. Comparando os dois concelhos, observa-se que Almada apresenta maior número de habitantes que o Seixal. Pelo tipo de actividades referidas, na sua maioria ligadas ao trabalho da terra, à pesca e ao transporte fluvial, concluimos que durante os séculos XVIII e XIX, a sociedade local era marcadamente rural.

Grande parte do território abrangido pelos concelhos de Almada e Seixal encontrava-se inculto, isto é, não era cultivado, o que não quer dizer que não fosse intensamente explorado, principalmente pela recolha de lenha que abundava nos vastos pinhais, que já existiam no século XVIII e que continuaram a ser plantados durante o século XIX. Nos terrenos agrícolas a cultura dominante era a vinha, sendo referidas outras, como os cereais, alguns produtos hortícolas e frutas, com destaque para os figos e os citrinos, colhidos nos laranjais do Seixal. Importa observar que, partir de meados do século XIX, a produção de vinho se reduz substancialmente devido às doenças que atacaram a vinha, com implicações ao nível da paisagem, pois muitos terrenos agrícolas ficaram ao abandono.

O rio constituía a principal via de transporte de géneros e mercadorias. Existiam também algumas estradas e caminhos que ligavam as várias localidades, sendo a mais importante a que fazia a ligação ao concelho de Sesimbra. Apesar de se ter observado um aumento do número de estradas, referidas nos textos do século XIX face ao anterior, constatámos que fora da vila de Almada estas eram na sua maioria de terra batida e encontravam-se em mau estado de conservação, o que tinha implicações no desenvolvimento económico da região. Constatou-se que a delimitação dos terrenos agrícolas era feita por valas e sebes naturais que ladeavam as estradas, sendo a sua limpeza e manutenção fundamental para que os caminhos fossem transitáveis.

No sentido de caracterizar as diferentes paisagens que integravam o território durante os séculos XVIII e XIX, elaborámos uma proposta de divisão do espaço em unidades de paisagem que reflectissem os principais aspectos unificadores de cada uma. Assim, concluímos que era possível caracterizar cinco unidades de paisagem em função da sua localização geográfica e morfologia, nomeadamente, a frente atlântica, a frente ribeirinha Norte, as terras da Caparica, a frente ribeirinha Este, o pinhal e a charneca.

Ao tratar a questão das memórias ligadas à ruralidade, apesar de terem pouca expressão para a maioria da população local, devido às profundas alterações socio-económicas operadas nos concelhos de Almada e Seixal durante o século XX, concluímos que é ainda possível identificar resquícios do ambiente rural. Nas manchas de pinhal, nas praias da frente atlântica, bem como em algumas áreas onde se mantém a actividade

agrícola, identificámos vestígios das paisagens descritas no século XVIII e XIX. Também encontrámos estruturas construídas pelo homem, destinadas à habitação, armazenamento e processamento, memórias materializadas nas quintas, moinhos e lagares. Nos núcleos urbanos mais antigos persistem alguns elementos e conjuntos arquitectónicos que testemunham a origem rural das localidades. Constatamos ainda que as tradições religiosas de cariz popular se encontram relacionadas com a ruralidade, ao observar que as duas celebrações com maior tradição entre as populações locais, nomeadamente a festa de São João Baptista e o Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel, estão associadas ao ciclo das colheitas e consequentemente testemunham a permanência de cultos próprios de comunidades agrícolas.

Conforme se depreende do que se expôs, concluímos que a ruralidade marcou profundamente a “outra banda” até ao final do século XIX e principio do século XX, não só pela actividade agrícola e recolectora, mas também pela imagem que construíram da região os textos publicados que a ela se referiam, em parte por comparação com a capital localizada na margem oposta, o que remete para a importância determinante da posição geográfica que os territórios de Almada e Seixal ocupam no estuário do Tejo. Por outro lado, enquanto as paisagens se vão transformando no sentido da ocupação urbanística do espaço, o património cultural em presença atesta igualmente a importância das memórias da ruralidade, para interpretação da história e do património local.

Na investigação desenvolvida no âmbito deste trabalho, procurámos definir claramente as fontes utilizadas, limitando a análise aos dados por elas disponibilizados. Considerando um possível desenvolvimento da pesquisa sobre as três perspectivas de abordagem da ruralidade (imagem, paisagem e memória), deverá ser aprofundada a pesquisa das fontes já tratadas e alargada a outro tipo de documentos. Assim, consideramos que para desenvolver o tema da *imagem*, partindo da representação escrita, propomos desenvolver a pesquisa comparando as descrições da região de Almada, com outras regiões retratadas nas mesmas obras. No mesmo sentido, para aprofundar o estudo da paisagem, será fundamental analisar de forma sistemática a cartografia da região, produzida durante os séculos XVIII e XIX, bem como a iconografia disponível em pinturas, desenhos, gravuras ou fotografias, que documentem a paisagem na sua dimensão visual. Já a investigação sobre as memórias da ruralidade

consubstanciadas no património cultural, terá de incluir o estudo e inventariação das estruturas edificadas, tais como as quintas e moinhos, mas também sobre a origem e evolução dos núcleos urbanos de génese rural. São estas as principais áreas de investigação que nos propomos desenvolver futuramente.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ministério das Obras Públicas (AHMOP)

Comissão Encarregada de Propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e Administrativa:

Memoria Economica Da Villa d'Almada e seu Termo, Almada 16 de Maio de 1835. Portarias e Ofícios Recebidos da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1843-07-18 – 1846-09-07, CEPPND 1.

Arquivo Histórico Câmara Municipal de Almada (AHCMA)

Livro de Posturas, 1730 – 1767, CMA /B/A/003/LV001.

Livro de Posturas, 1886, CMA/B/A/003/LV003.

Arquivo Histórico Câmara Municipal do Seixal (AHCMS)

Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal do Seixal pertencente ao Juiz. Elleito da mesma freguesia, 1841, CMS/B/A/06/CX001/Doc. 3

2. Fontes Impressas

ANDRADE, Agostinho Rodrigues de, *Diccionario Chorographico do Reino de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

ALMEIDA, José Avelino de, *Diccionario Abreviado de Chorographia, Topographia, e Archeologia das Cidades Villas e Aldeas de Portugal*, Vol. I, Valença, Typographia de V. De Moraes, 1866.

BARBOSA, Vilhena Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa que teem Brasão D'armas, Lisboa, Typographia do Panorama, 1860.

BAPTISTA, João Maria, *Chorografia Moderna do Reino de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874 – 1879.

BRITO, Frei Bernardo de, *Geographia Antiga da Lusytânia*, Alcobça, António Alvarez impressor de livros, 1597.

CÂMARA, Paulo Perestrello da Câmara, *Dicionário Geográfico Histórico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Tomos I, Lisboa, s.e. 1850.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo I. Parte I e II, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, 1762 – 1763.

CARDOSO, Luís, *Diccionario Geográfico ou Noticia Histórica de todas as Cidades, Villas, Lugares e Aldeas, Rios e Ribeiras e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que neles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Lisboa, na Regia Officina Silviana, e da Academia Real, 1747 – 1751.

CARDOSO, Luís, «Vila e Termo de Almada no Dicionário Geográfico escrito pelo padre Luís Cardoso», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, nº 7-8, Almada, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 2005, pp. 11 – 24.

Conquista de Lisboa aos Mouros – 1147. Narrada pelo Cruzado Osberno testemunha presencial, texto latino e tradução para português pelo Dr. José Augusto de Oliveira e prefácio do Eng.º Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1935.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza e Descriçam Topográfica do Famoso reyno de Portugal com as noticias das fundaçoens das cidades, villas e Lugares, que contem Varoens illustres, Genealogias das Familias nobres, fundaçoens de Conventos Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observaçoens*, Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes, 1712.

Extracto do Título, Manuscritos, da Quinta de S. João da Ramalha, Lisboa, Tip. Pinheiro & Dias, 1960.

FIGUEIREDO, Manuel de, *Descrição de Portugal: apontamentos e notas da sua história antiga e moderna, eclesiastica, civil e militar*, Lisboa, Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1788.

FLORES, Alexandre, *Almada na Carta de Escambo entre D. Dinis e os Espatários em 1287*, Almada, ed. autor, 1986.

FLORES, Alexandre, «Vila e Termo de Almada nas Memórias Paroquiais de 1758», in *Anais de Almada* n.º 5 – 6, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2002 – 2003.

«Foral dado por D. Manuel à vila e termo de Almada em 1513», in *Almada na História, Boletim de Fontes Documentais*, n.º 3-4, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, pp. 11 – 22.

FREIRE, António de Oliveira, *Descrição corográfica do Reino de Portugal, que contém uma exacta relação de suas provincias, comarcas, cidades, vilas, freguesias, montes, rios e portos*, Lisboa, Na Oficina de Bernardo Anton. de Oliveira, 1755.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro IV, Vol. I, Ponta Delgada, Tip. do «Diário dos Açores», 1924.

JÚNIOR, Duarte Joaquim Vieira, *Villa e Termo de Almada, apontamentos antigos e modernos para a história do Concelho*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Lucas, 1897.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, XII Vols, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1873.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa* (Contém fac-simile da Edição original de 1620 e texto actualizado por Maria Helena Bastos), Lisboa, Vega, 1991.

«Posturas da Câmara Municipal de Almada, em 1750, Almada», in *Almada na História Boletim de Fontes Documentais*, n.ºs 2 – 9/10, Câmara Municipal de Almada, 2002- 2006.

SOUSA, Manuel Xavier de Gama Lobo Salema de Oliveira, *Recordações do Seixal em 1857*, Lisboa, s.e., 1858.

«Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2a metade do seculo XVI: estatistica de Lisboa de 1552» João Brandão (de Buarcos), texto impresso sob a direcção de Anselmo Braamcamp Freire, comentarios e notas de Gomes de Brito, in *Arquivo Histórico Português*, Vol. IX, Lisboa, Livraria Ferin, 1923.

VASCONCELLOS, Luís Mendes de, *Do sitio de Lisboa: sua grandeza, povoação e comunicação / dialogos de Luiz Mendes de Vasconcellos reimpressos conforme a edição de 1608*, Lisboa, Impressão Regia, 1803.

3. Dicionários e Enciclopédias

Dicionário de História de Portugal, Joel Serrão, dir., VI Vols, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979.

Enciclopédia Einaudi,. – 1. *Memória e História*, Ruggiero Romano dir, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

Enciclopédia Einaudi, – 8. *Região*, Ruggiero Romano, dir., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

4. Obras Gerais

CATROGA, Fernando, «Romantismo, literatura e história», in *História de Portugal*, José Mattoso dir., Vol. V, s.l., Estampa, 1993, pp. 545 – 561.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I, Lisboa, Seara Nova, 1972.

DAVALLON, Jean *et al*, «Vers une évolution de la notion de patrimoine? Reflexions à propos du patrimoine rural», in *L'Esprit des Lieux – Le Patrimoine et la Cite*, Paris, Pug, 1997.

HALBWACHS, Maurice, *A memória coletiva*, São Paulo, Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques, «Documento / monumento», in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I Memória – História, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «O Enquadramento do Espaço Nacional, a Delimitação e a Percepção do Espaço», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir., Vol. III, s.l., Estampa, 1993, pp. 13 – 59.

NORA, Pierre, «Memória Colectiva», in *A Nova História*, Jacques Le Goff, dir., Coimbra, Almedina, s.d.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, GALHANO Fernando, PEREIRA, Benjamim, *Tecnologia Tradicional Portuguesa, Sistemas de Moagem*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

PEREIRA, Paulo, «Promontório Barbárico», in *Cabos do Mundo e Finisterras*, Enigmas Lugares Mágicos de Portugal, Vol. V, s.l., Circulo de Leitores, 2005.

POULOT, Dominique, *Patrimoine et musées. L'institution de la culture*, s.l., Hachette, 2003.

- SERRÃO, José Vicente, «O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir, Vol. IV, s.l., Estampa, 1993, pp. 71 – 177.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da e HESPANHA, António Manuel, «A identidade portuguesa», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir. Vol. IV, s.l., Estampa, 1993, pp. 19 – 37.
- SILVA, Baldaque da, *Estado Actual das Pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- TORRES, Cláudio, «A Outra Banda», in *O Livro de Lisboa*, Irisalva Moita, coord., Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- TORRES, Cláudio, *Um Forno Cerâmico dos Séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro (1987)*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro, sd.
- TORRES, Rui d'Abreu, «Pinho Leal», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, Vol. III, p. 443.
- VAQUINHAS, Irene Maria e NETO, Margarida, «Agricultura e o mundo rural: tradicionalismos e inovações», in *História de Portugal*, José Mattoso, dir, Vol. V, s.l., Estampa, 1993, pp. 339 – 337.
- VASCONCELOS, Leite de, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, Vols. V e VIII.

5. Estudos Especializados

«*Agricultura e Espaços Rurais no Concelho do Seixal*», catálogo da exposição, Seixal, Ecomuseu Municipal – Câmara Municipal do Seixal, 1992.

AGUILAR, Amado, *Da Velha Adiça à Nova Fonte da Telha*, s.l., Câmara Municipal de Almada, 1961.

ALBERTO, Edite Martins, *A Quinta da Trindade História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1999.

ARCOS, Conde dos, *Caparica Através dos Séculos*, Vol. I, s.l., Câmara Municipal de Almada, Comissão Municipal de Turismo, 1974.

BARROS, Luís, «Cacilhas uma Experiência de Arqueologia Urbana», in *Al-madan*, n.º0, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Novembro 1982, pp. 34 – 35.

CABRAL, J. A. Neves, *Meia-Lua da Costa de Caparica, subsídios para o estudo da sua arquitectura*, s.l. Junta Distrital de Setúbal, 1996.

CARAPINHA, Aurora, «As quintas de Recreio do Concelho de Vila Franca de Xira», in *CIRA Boletim Cultural*, n.º8, 1998-1999, s.l., Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 151 – 161.

CASTELO-BRANCO, Fernando, «Existiu em Lisboa um Problema Moageiro?», in *Lisboa Revista Municipal*, Ano XLV, 2ª Série, n.ºs 8/9/10, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1984.

CORREIA, Romeu, *Homens e Mulheres Vinculados às terras de Almada (nas artes, nas letras e nas ciências)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1978.

COSTA, D. Marcus de Noronha da, *O Morgadio da Quinta da Torre, Freguesia do Monte de Caparica, Termo de Almada*, Ponta Delgada, s.e. 2004.

- CUSTÓDIO, Jorge, «Almada Mineira, Manufactureira e Industrial», in *Al-madan* II^a série, n.º 2, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1993, pp. 89 – 103.
- CUSTÓDIO, Jorge «Almada Mineira, Manufactureira e Industrial», in *Al-madan*, II^a série, n.º 4, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1995, pp. 128 – 139.
- CRUZ, Maria Alfreda, *A margem Sul do Estuário do Tejo, Factores e Formas de Organização do Espaço*, s.l., ed. autor, 1973.
- DUARTE, Ana Luísa e RAPOSO, Jorge, «Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)», in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado, Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 236 – 247.
- ESTEVES, Teresa, «A Quinta da Cerca – Almada», in *Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1993 pp. 21 – 24.
- FERNANDES, Jorge de Sousa, «Almada: Como nasce uma cidade», in *Actas das 2as. Jornadas de Estudo Sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998.
- FERNANDES, José Manuel e JANEIRO, Maria de Lurdes, *Arquitectura Vernácula da Região Saloia – Enquadramento na Área Atlântica*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.
- FERNANDES, Mário, «Documentos Relativos à História de Almada: proposta de Regimento para a Administração do Concelho de Almada», in *Al-Madan*, II^a série, n.º 5 Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1996, pp. 169-179.

- FERRÃO, João, «Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Setembro 2000, n.º 33, pp. 47 – 54.
- FERREIRA, Manuel Agro, *A praia da Costa Terra de pescadores – estância balnear, de cura, de repouso e de turismo*, Lisboa, s.e., 1930.
- FLORES, Alexandre, NABAIS António, *Os Forais de Almada e Seu Termo, I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*, Câmaras Municipais de Almada e Seixal, s.l., 1983.
- FLORES, Alexandre, *Almada Antiga e Moderna, Roteiro Iconográfico – Freguesia da Cova da Piedade*, Vol. III, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1990,
- FLORES, Alexandre, *Almada Sua Circunscrição Municipal. Abordagem Multidisciplinar*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1996.
- FONSECA, Paula, *Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica*, s.l., Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica / Instituto de Conservação da Natureza, 1995.
- «Lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho», in *Ecomuseu Informação*, n.º 8, Jan/Fev/Mar, 1998, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, p. 7.
- LIMA, Manuel, *Corroios Minha Terra co(m a)rroios*, s.l., Plátano, 2001.
- LIMA, Manuel, *Amora Memórias e Vivências D'Outrora*, s.l., Plátano, 2006.
- LIMA, Manuel, *A Reserva Ecológica Nacional do Concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1997, p. 22.
- MACHADO, José Pedro, *O Topónimo Almada*, separata da revista cultural «Anais de Almada», n.º 3, 2000, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2001.

- MATTOSO, José, *Almada no Tempo de D. Sancho I*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1991.
- MONTEIRO, Rafael, *A Verdade dos Limites dos Concelhos de Sesimbra, Almada e Seixal*, Lisboa, União Gráfica, 1970.
- NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal – 1 Cronologia*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, 1981.
- NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal – 2 Barcos*, s.l., Câmara Municipal do Seixal, 1982.
- NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal – 4 Património Industrial Moinhos de Maré*, s.l. , Câmara Municipal do Seixal, 1986.
- NABAIS, António, «A Margem Sul do Estuário do Tejo Durante a Expansão Portuguesa», in *Al-madan*, Iª série, nº 2, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1983 – 1984.
- NABAIS, António, *História do Concelho do Seixal, 4 – Moinhos de Maré – Património Industrial*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1986.
- PEREIRA, Zélia, «Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)», in *Anais de Almada*, n.º 2, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1999.
- RAFAEL, Olívia, «Santo António na Capela do Solar dos Zagalos, estudo iconográfico», in *Anais de Almada*, n.º 2, Almada, Câmara Municipal de Almada, Almada, 1999, pp. 113 – 120.
- SILVA, Francisco, «Capela de S. Tomás de Aquino, um edifício gótico em Almada», in *Al-madan*, nº 5 IIª Série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1996, pp. 203 – 205.

- SILVA, Francisco, «Capela de S. Tomás de Aquino, classificação? ... não obrigado!», in. *Al-madan*, nº 6 IIª Série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1997, pp. 178 – 179.
- SILVA, Francisco, *Ramalha o Homem e a História*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1992.
- SILVA, Francisco, PINTO, Maria José, «Caracterização Arquitectónica do Núcleo Histórico da Freguesia do Pragal», in *Actas das IIª Jornadas de Estudo sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998.
- SILVA, Francisco, «Núcleo Urbano Antigo do Seixal», in *Ecomuseu Informação*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, Setembro, 2000.
- SILVA, Francisco, *As Monografias sobre História de Almada Publicadas no Século XX*, trabalho do seminário “História Local e Regional, Tendências e Dinâmicas” do mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, (texto policopiado).
- SILVA, Francisco, *Moinhos de Vento no Concelho de Almada*, trabalho do seminário “Património: Conceitos, Políticas e Agentes” Lisboa, Universidade Aberta, 2005, (texto policopiado).
- SILVA, Francisco, *Nossa Senhora do Cabo e os Círios da Caparica*, s.l., Juntas de Freguesia de Caparica, Trafaria, Costa, Charneca e Sobreira, 2007.
- SOARES, Manuel Lourenço, «Quem Salva o que Resta dos Moinhos de Vento?», in *Al-madan* n.º 4 – 5 Iª série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Novembro 84 / Novembro 85.
- SOUSA, Raul Pereira de, *Almada Toponímia e História*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Designação das quintas do concelho de Almada nas obras publicadas no Século XVIII	34
Quadro 2 – Designação das quintas do concelho de Almada nas obras publicadas no Século XIX	46
Quadro 3 – Designação das quintas do concelho do Seixal nas obras publicadas no Século XIX	47
Quadro 4 – Topónimos mencionados nos dicionários geográficos publicados entre 1874 e 1884	48
Quadro 5 – Designação das quintas na obra <i>Vila e Termo de Almada</i> de Duarte Joaquim Vieira Júnior	57
Quadro 6 – População do concelho de Almada no século XVIII.....	71
Quadro 7 – Topónimos do concelho de Almada referidos nos textos do século XVIII divididos por freguesias	72
Quadro 8 – População do concelho de Almada no século XIX	89
Quadro 9 – População do concelho do Seixal no século XIX.....	90
Quadro 10 – Topónimos do concelho de Almada referidos nos textos do século XIX, divididos por freguesias	92
Quadro 11 – Topónimos do Concelho de Seixal referidos nos textos do século XIX, divididos por freguesias	92
Quadro 12 – Média das produções agrícolas do concelho de Almada de 1830 a 1833	95
Quadro 13 – Quintas referenciadas no Concelho de Almada em 1989.....	134
Quadro 14 – Quintas referenciadas no Concelho do Seixal em 1992	134
Quadro 15 – Moinhos de Vento nos concelhos de Almada e Seixal.....	146
Quadro 16 – Moinhos de maré no concelho do Seixal.....	146

ÍNDICE DE MAPAS

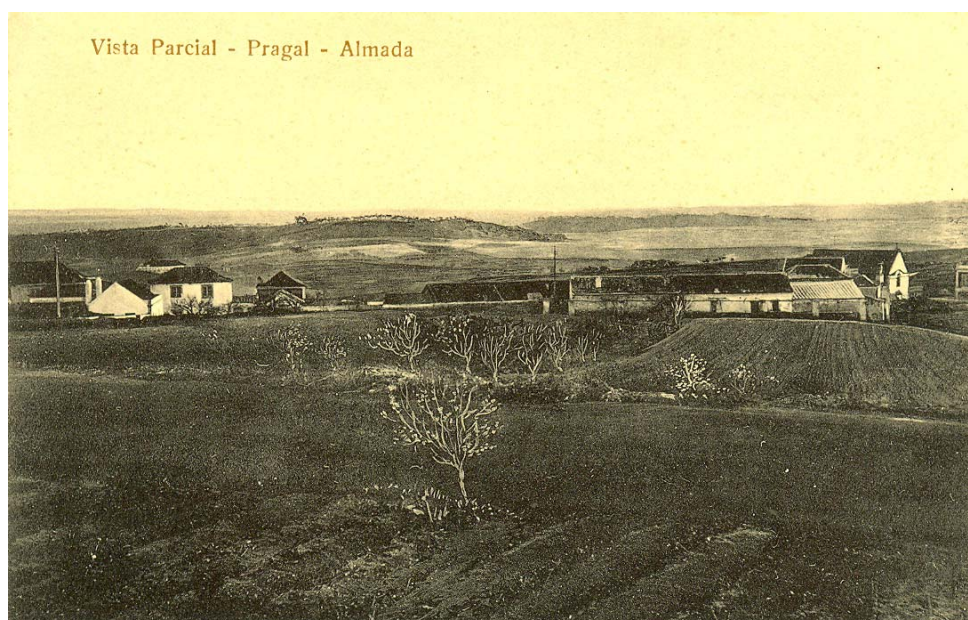
Mapa 1 – Península de Setúbal.....	8
Mapa 2 – Circunscrição actual dos concelhos de Almada e Seixal.....	10
Mapa 3 – Principais vias de comunicação no concelho de Almada no século XIX.....	98
Mapa 4 – Mapa aproximado das unidades de paisagem nos concelhos de Almada e Seixal durante o século XIX.....	100
Mapa 5 – localização dos principais locais de instalações industriais em Almada e Seixal durante os séculos XIX e XX.....	118
Mapa 6 – Mapa do uso do solo nos concelhos de Almada e Seixal	122
Mapa 7 – Reserva Ecológica Nacional nos concelhos de Almada e Seixal	123
Mapa 8 – Quintas referenciadas em 1989 e 1992, nos concelhos de Almada e Seixal	134
Mapa 9 – Moinhos de vento e moinhos de maré existentes nos concelhos de Almada e Seixal	146
Mapa 10 – Edificado nos concelhos de Almada e Seixal.....	152
Mapa 11 – Centros históricos em Almada e Seixal.....	154

Francisco Manuel Valadares e Silva

RURALIDADE EM ALMADA E SEIXAL

NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Imagem, Paisagem e Memória



Dissertação de Mestrado em Estudos do Património

ANEXOS

Orientadores: Prof.^a Doutora Ana Paula Avelar

Prof. Doutor Paulo Oliveira Ramos

Universidade Aberta

Lisboa

2008

ÍNDICE

Documentos Transcritos

Documento 1 – <i>Memoria Económica Da Villa d’Almada e seu Termo</i>	4
Documento 2 – Extracto do <i>Livro de Posturas</i> da Câmara Municipal de Almada 1730 – 1767	21
Documento 3 – Extracto da <i>Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal</i> <i>do Seixal 1841</i>	22
Documento 4 – Extracto do <i>Livro de Posturas 1886</i>	35

Figuras

Fig. 1 – Corroios em finais do século XIX.....	44
Fig. 2 – Postal ilustrado do Pragal em finais do século XIX.....	44
Fig. 3 – Postal ilustrado da Trafaria	45
Fig. 4 – Postal ilustrado da Trafaria	45

Fotos

Foto 1 – Pinhal dos Medos	46
Foto 2 – Terras da Costa.....	46
Foto 3 – Frente Atlântica	47
Foto 4 – Arte Chávega.....	47
Foto 5 – Terreno de pastagem	48
Foto 6 – Terrenos agrícolas ao sul de Pêra.....	48
Foto 7 – Terrenos agrícolas a Sul de Pêra	49
Foto 8 – Terrenos da Quinta da Princesa.....	49
Foto 9 – Terrenos agrícolas da Quinta do Infante	50
Foto 10 – Hortas nos brejos de Paio Pires	50
Foto 11 – Paisagem rural na freguesia de Caparica.....	51
Foto 12 – Casa saloia no Pragal	51
Foto 13 – Parede em adobe no lugar da Regateira	52
Foto 14 – Casa com contrafortes	52
Foto 15 – Jardim da Quinta da Fidalga.....	53

Foto 16 – Portal da Quinta do Guarda-Mor.....	54
Foto 17 – Quinta da Torre	55
Foto 18 – Poço da Quinta da Torre	56
Foto 19 – Capela de São Tomás de Aquino	55
Foto 20 – Quinta de Nossa Senhora da Conceição.....	55
Foto 21 – Pátio do Solar dos Zagallos.....	56
Foto 22 – Pátio Casa da Cerca.....	56
Foto 23 – Quinta de Santo Amaro.....	57
Foto 24 – Quinta dos Frades.....	57
Foto 25 – Quinta da Trindade, Seixal.....	58
Foto 26 – Quinta da Fidalga	58
Foto 27 – Lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho.....	59
Foto 28 – Pormenor das almofadas de pedra.....	59
Foto 29 – Lagar da Quinta de Castros	60
Foto 30 – Lagar de vara da Quinta da Torre.....	60
Foto 31 – Ruínas do lagar de vara da Quinta das Capitoas	61
Foto 32 – Lagar de fuso da Quinta de Castelo Picão.....	61
Foto 33 – Moinho de Vento da Quinta dos Buxos	62
Foto 34 – Moinho de vento da Azinheira	62
Foto 35 – <i>Frechal</i> , moinho de vento dos Capuchos.....	63
Foto 36 – <i>Andorinho</i> , moinho de vento dos Capuchos	63
Foto 37 – <i>Arganeis</i> no <i>frechal</i> , moinho de vento da Quinta dos Buxos.....	64
Foto 38 – Moinho de maré do Zeimoto.....	64
Foto 39 – Moinho de maré de Corroios.....	65
Foto 40 – Moinho de maré da Quinta da Palmeira.....	65
Foto 41 – Vista panorâmica da cerca do antigo convento de São Paulo.....	66
Foto 42 – Construções rurais no Pragal.....	66
Foto 43 – Lagar da Quinta do Brasileiro	67
Foto 44 – Construções rurais em Pêra.....	67
Foto 45 – Vista panorâmica da localidade da Fonte Santa.....	68
Foto 46 – Vista da povoação de Murfacém.....	68
Foto 47 – Construções rurais em Vila Nova de Caparica.....	69
Foto 48 – Barcos de pesca tradicional na praia da Tafaria.....	69
Foto 49 – Vista do núcleo antigo da Sobreda.....	70

Foto 50 – <i>Casa da Coroa</i> na Costa de Caparica.....	70
Foto 51 – Vista panorâmica da Arrentela.....	71
Foto 52 – Vista do núcleo urbano antigo do Seixal.....	71
Foto 53 – Portal de casa rural na Amora	72
Foto 54 – Habitações rurais em Paio Pires	72
Foto 55 – Procissão de São João Baptista	73
Foto 56 – Coroa de frutos na procissão de São João Baptista.....	73
Foto 57 – Registo de azulejo alusivo a Nossa Senhora do Cabo.....	74

Ortofotomapas

Ortofotomapa 1 – Núcleo Histórico do Pragal	75
Ortofotomapa 2 – Núcleo Histórico do Monte de Caparica.....	75
Ortofotomapa 3 – Núcleo Histórico de Murfacém.....	76
Ortofotomapa 4 – Núcleo Histórico da Trafaria.....	76
Ortofotomapa 5 – Núcleo Histórico da Sobreda	77
Ortofotomapa 6 – Núcleo Urbano Antigo da Arrentela	77
Ortofotomapa 7 – Núcleo Urbano Antigo do Seixal	78
Ortofotomapa 8 – Núcleo Urbano Antigo de Amora	78
Ortofotomapa 9 – Núcleo Urbano Antigo de Paio Pires	79

DOCUMENTO 1

Memoria Económica Da Villa d'Almada e seu Termo *

[Capa f.]

Comissão Encarregada de Propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e Administrativa

Ministério Manda Sua Magestade, a Ray do Reyno nha, remetter ao Coronel Marino Mi 3ª Repartição guel Franzini a inclusa Memoria Economica da Villa d'Almada, e seu Termo; afim de que o mesmo Coronel se sirva dos dados, que a dita Memoria lhe proporcionar para o desempenho da Commissão, de que se acha actualmente encarregado, devendo igualmente restituir a este Ministerio a referida Memoria, logo que concluidos seião os trabalhos da mesma Commissão.

Palacio das Necessidades em 30 de Maio de 1835.

João de Sousa Pinto de Magalhaens

[Capa v.]

[fl. 1f.]

[fl. 1v.]

[fl. 2f.]

*Memoria Economica
Da Villa d'Almada e seu Termo*

* AHMOP, CEPPND 1 – Portarias e Ofícios Recebidos da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1843-07-18 – 1846-09-07, Comissão Encarregada de Propor o Plano da Nova Divisão Eclesiástica e Administrativa

Situação e Clima

Na margem esquerda e a legoa e meia da foz do Tejo está situada a Villa d'Almada sobre a Montanha fronteira a Cidade de Lisboa. A sua posição elevada a torna sobremaneira aprazível offerecendo aos olhos o quadro mais magestoso que talvez se encontre em toda a Europa. O ar sem obstaculo gira livre, e por isso goza de huã atmospherã tanto pura quanto se pode dezejar. A Primavera e o Outono são ali Estaçoens diliciozas: aquela se antecipa matiza o campo de variadas e mimosas flores, e orna os vallados que bordão os caminhos de plantas odoríferas que aromatizando o ar fazem os pás- [fl. 2 v.] -seios assim deleitaveis como proficuos. O Verão hé algum tanto arido; os ventos Nortes soprão rijos durante quasi todo elle principalmente de tarde ao mesmo tempo que o Sol ardente se faz sentir dardejando logo desde o seu primeiro raiar até de todo se esconder no Oceano. O Inverno hé desabrido, porque a Villa sem abrigo está exposta aos ventos fortes que soprão de Nordeste a Sudweste, fazendo a montanha hum plano inclinado para o lado do Nascente, cahindo sobre a bahia conhecida pelo nome de Cova da Piedade.

O clima hé de temperatura inconstante, mas não deicha de ser por isso bastante saudavel. As agoas são boas, e ha dellas abundancia para o lado da montanha que deita sobre o Tejo, fronteiro a Lisboa a que chamão Almaraz. No interior da Villa não há porem fonte nem Chafariz algum, a povoação se provê da Fonte da Pipa que corre proxima Mar e bem conhecida hé pela excelente qualidade da sua agoa. Nos anos em que se faz sentir a falta de agoa hé desta e das outras nascentes deste lado do Tejo que a Capital se supre.

Há igualmente grande abundancia [fl. 3 f.] de fructus saborozos e assim de mimosas hortaliças. De Sezimbra, lhe vem muito e excellente peixe do alto mar abem do que se tira nas praias da Costa de Caparica.

O Termo deste Concelho hé bastante extenso. Pelo lado de terra decorre de Nascente a Poente desde Coima até ao Oceano hum pouco abaixo da Alagoa d'Apostiça: tem nesta direcção trez a quatro legoas, e hé a sua maior largura; de todos os outros lados he banhado pelo Oceano e o Tejo; terá o seu litoral quatro a cinco legoas. Não hé o Termo tão sadio como a Villa. Há no Verão muitas febres intermitentes especialmente na gente do campo. Consiste a causa ordinária destas enfermidades, nos muitos pantanos, e agoas estagnadas que há por todo o termo, no uso que fazem de fructas verdes ou mal sazoadas, e no costume de dormirem no campo

expostos ao orvalho da noute que lhes tolhe a transpiração. No anno de 1830 desenvolveo se huma destas febres intermitentes como epidemica na Povoação da Costa da Caparica que se compoem de Pescadores, produsidas não só pela muita miséria e falta de asseio com que vive aquella gente mas mui particularmente pela singularidade de que soprando o Vento Sul choveo amiudamente todo o Verão, apodrecendo as agoas que se conservavão no charcos que se tinham formado no Inverno.

A Cholera Morbus que no anno de 1833 assolou este desgraçado Reyno não sefez pouco sentir este Distrito levando talvez hua quarta parte da sua população á sepultura. Foi no Lugar do Seixal aonde ella principiou a se manifestar, cujos habitantes são quasi todos pescadores do Alto Mar, dali se estendeu pelas mais povoaçoens com espantosa furia. Toda via he para nottar que os trez lugares mais proximos Amora, Arrentella, e Aldea de Paio Pires não forão atacados da epidemia, pois apenas houve hum ou outro cazo da infermidade. Segundo as observaçoens dos Medicos do Partido da Camara se collige que não há neste Concelho molestia alguma filha do Rouz, ou prevativa nelle e que se fosse profavel affastar mais o Tejo da margem que vai desde Corroios até Rio Judeo, estagnar aluns pantanos, e fazer vallas para desalagar os terrenos, estes sitios os mais doentios se tornarião tão saudaveis como os que decorrem pela parte Norte desde a Villa até Caparica que por extremo o dão.

[fl. 3 v.]

Conforme as mais antigas memorias a que devemos dar credito, foi esta Villa d'Almada, aos Mouros, no anno de 1185, conjuntamente com Lisboa, Cintra e Palmella, tomada por El Rey D. Afonso Henriques. As ruinas do seu antigo Castello se conservarão até á Guerra Peninsular depois da invasão Francesa em 1809, que de todo se demolirão para de novo se reedificar como agora se acha esta fortificação. Dentro delle estava a Igreja Matriz de S.tª Maria a qual sendo derrubada pelo terramoto de 1755 passou a hua pequena Ermida, e dali para a Igreja do Convento de S. Paulo da Ordem dos Pregadores, abulido por Decreto da Snr.ª Rainha D. Maria I.ª

Era das Notaveis Villas do Reyno, tinha asento em Cortes e áquelles actos mandava trez Procuradores.

Nos tempos modernos hé remarcaride pela completa derrota que em 23 de julho de 1833 soffrerão os Rebeldes que seguião o partido do Usurpador D. Miguel, pelas tropas fieis da Rainha a Snr.ª D. Maria 2.ª

[fl. 4 f.] *Aqueles commandados pelo feroz General Telles Jordão em numero de mais de 5000 homens fortes em cavalaria providos de boa artilheria de campanha,*

protejidos pela das baterias, desaparecerão como o fumo e sem a mais leve demonstração de coragem diante do pequeno número de menos de 1200 soldados capitaneados pelo invicto Duque da Terceira sem artilheria e nenhuma cavallaria pois não passava esta de 17 soldados lanceiros mal montados. O valor dos soldados, animados com o exemplo dos seus Officiaes, a confiança no Valoroso Chefe que os conduzia de victoria em victoria, venceo todas as difficuldades. O inimigo foi encontrado, atacado e roto. Seu General morto no campo se dispunha a fugir, bagagens, artilheria muniçoens ficarão em poder das tropas da Rainha. No dia 24 de madrugada rendeose o Castelo; e a victoria do dia antecede tendo causado o abandono da Capital pelas tropas Miguelistas, Lisboa recebeo nessa mesma manhaa a bravos tropas da Divisão Libertadora em seo Seio.

[fl. 4 v.]

Estabelecimentos de Caridade

Tem esta Villa dous unicos Estabelecimentos de Caridade. A Caza da Mizericordia, e a Albergaria de S. Lazaro.

A Caza da Mizericordia cuja epocha de fundação ao certo não se sabe, tem de rendimento anual quazi 1:000\$000r. em Juros e Foros. A Mesa da Irmandade he a administradora destes rendimentos, e tem Carta de Administração na conformidade do Decreto de 15 de Março de 1800, que tirou no Anno de 1830. Regula-se pelo Compromisso da Caza da Mizericordia de Lisboa. Este Estabelecimento que pode ser de muita utilidade para este povo, contudo pouco auxilio lhe presta pela diminuição que sofrem seus rendimentos pela falta de pagamento do Juro dos Padroens de Juro Real que recebe pelo Thesouro Publico, e somão a quantia de 467\$000r. annuaes, que diminuidos da Receita vem ser o liquido desta pouco mais de 500\$000r. por Anno.

Antes de estarem authorisados pela sua Carta de Administração, erão os Administradores compelidos pelos Provedores das Comarcas, a cuja Jurisdição estavam sujeitos, a cumprir os legados Pios e Religiosos que oneravão segundo a vontade dos Testadores os bens administrados: isto ainda muito tempo depois do citado Decreto de 15 de Março de 1800, o qual incorporando na Corôa os bens das Capellas, e Vinculos que as Mizericordias administravão, os desonerava de todos aquelles encargos das suas Instituiçoens, e assim livres, e deste modo dezembargados fazia S. Mag.de, delles mercê as mesmas Casas de Misericórdia para dispenderem os seus rendimentos nos saudaveis fins de seus Compromissos. Authorizados porem pela Carta

da Administração que os constituiu legítimos Administradores e sem a qual nada podião fazer, e resgatados os bens que puramente administravão, dos Onus e encargos a que estavão sujeitos, e que absolvião quasi todo o seu rendimento ficarão elles habilitados para suspender estes Onus e encargos, e dispenderem aquelles rendimentos nos fins do seu Compromisso. Para o que emprehendêrão huma reforma na administração como necessario era, para converter em benefícios de maior utilidade Pública, os Rendimentos que até [fl. 5 f.] ali revertião em proveito espiritual hypotetico das almas dos Instituidores, como era o muito que se despendia com Capellaens. Contudo a falta de pagamento da soma de Juros Reas, cauza hum déficit extraordinario na Fazenda desta Misericórdia, que a reduz a não poder dar um passo fora da limitada orbita a que está circunscrita, por isso que devendo calcular-se a Despeza sobre a Receita liquida apenas se pode contar de 1:000\$000r. Querendo evitar-se o empenho em que progressivamente hia cahindo, a Mesa da Irmandade redusio os antigos Encargos, e da seguinte maneira distribuio annualmente os rendimentos.

Dous dotes de 40\$000r.	80\$000
Huma Capella de	80\$000
Vinte e quatro Vizihadas [?] de 2400 –	115\$200
Esmolas certas em 2.da feira Sancta	40\$000
Ordenados	<u>72\$000</u>
	<u>387\$200</u>

Restão portanto poucomais de 100\$00r. para [fl. 5 v.] despesas do Culto, e alguãs outras extraordinarias como concertos no Edificio, demandas sr^a. isto he não contando com os Juros Reaes, que não entrão em em comta para esta despeza, ficando a sua applicação reservada para quando forem recebidos. Á vista disto bem se deicha ver a necessidade que tem o Governo de attender a hua divida tão sagrada, se quer que a sociedade tire deste Estabelecimento aquella utilidade para que ele foi instituído. A divida da Fazenda Nacional a St^a Casa da Misericordia desta Villa pelos Juros vencidos desde o anno de 1829 até ao fim de 1834 soma 2:802\$000r., a qual sendo paga offerece hum capital para o Esta-belecimento, ou de huma casa de Educação para exposto e primeira infancia, ououtro qualquer natureza, e o Juro que vai vencendo para a sua sustentação, que não deicharia de ser ajudada pela beneficencia dos Habitantes.

O Hospital ou Albergaria de S. Lazaro parece ter sido estabelecido antes do reinado do Snr. Rey D. Manoel. Tem Compromisso datado no anno de 1511 por ordem

daquelle Senhor, o qual se refere a outro anterior. Em seu principio foi [fl. 6 f.] este Estabelecimento administrado pela Camara até ao anno de 1586 em que por escriptura Publica renunciou na Meza da Misericordia a administração que esta agora exerce.

Consiste o seu rendimento em foros pagos em generos, e em dinheiro, importão aquelles em 189 alqueires de trigo, e 193 de cevada: estes somão 24\$271r. Calculando o valor dos generos por hum preço medio pode dizer-se que o rendimento liquido he de 200\$000r. pouco mais ou menos, que se dispendem da maneira seguinte.

Pelo Ordenado do Escr.ão da Albergaria 15 alq. res de Trigo

15 d.ºs de Cevada

Pelo d.º do Capellão. 30\$000 r.

D.º do Hospitaleiro 12\$000 r.

42\$000 r. = 30 alq.res

São os Encargos: huma missa todos os sabados por alma dos Snr.es Reis destes Reynos, e dos Bemfeitores: dar pouzada aos Peregrinos, e fazer conduzir os pobres doentes ao Hospital de S.José de Lisboa, no que se não dispende pouco no decurso do anno e acudir com esmolos a alguns doentes necessitados.

[fl. 6 v.]

Instrução e Segurança

Publicas

He incrível o atrazo da educação publica neste Comcelho. Há na Villa huma Cadeira de Gramatica Latina, e outra de primeiras Letras. A aula de Latim tem professor habil; tem um discipulo; a Cadeira de primeiras Letras está vaga. Alem destes Mestres Regios há mais dous que dão aula Publica mas o numero dos alunos hé muito diminuto. No [sic] lugares do Termo há em cada hum, Mestre de ler e escrever, ma são pouco capazes de seu ministerio, e actualmente estão pela maior parte vagas estas aulas. Logo que tomei posse do meu Cargo e entrei no exercio das minhas funçoens dirigi ao perfeito da estremadura hua representação sobre este objecto a que julgo de suma importancia attender-se, e depois á Prefeitura do Alemtejo, mas nenhuã providencia tem havido, sendo ao mesmo tempo para notar que elas se tem dado para quase todas as mais terras, pondo-se a concurso as Cadeiras vagas.

[fl. 7 f.]

A Segurança Publica raras vezes é violada bastando apenas as moderadas providencias de Policia que as autoridades empregão para a manter. No entanto o imoderado uso do vinho vicio mui commum na gente rustica produz frequentes rixas entre o povo do Termo que muitas vezes terminão de um modo desagradavel e funesto. As Estradas são, pode assim dizer-se exemptas de salteadores, ainda que algumas vezes aparecem nas que se derigem a Sesimbra, que são as mais frequentadas, mas nessas occasioens trazem o golpe premeditado, depois do qual desaparecem. Não há por tanto ladroens estacionarcas, e muitos mezes deccorrem que se não experimenta um insulto neste frequentado tranzito. Tem-se observado que estas quadrilhas avulsas são compostas de gente que se acoita no trabalho da pesca na Povoação da Costa de Caparica, proxima às Estradas mencionadas, e que sahem a corso quando lhes falta a pescaria, em ocasião de penuria.

Povoação

[fl. 7 v.]

Mappa da População da Villa d'Almada e seu Termo

<i>Lugares</i>	<i>Freguesias</i>	<i>Fogos</i>	<i>Habit. tes</i>
<i>Almada</i>	<i>S. 'Tiago</i>	683	2335
	<i>S.t^a Maria do Castello</i>	389	1238
<i>Amora</i>	<i>N. S.r^a do Monte Sinai</i>	195	745
<i>Corroios</i>	<i>N. S.r^a da Graça</i>	48	205
<i>Seixal</i>	<i>N. S.r^a da Conceição</i>	490	2000
<i>Arrentela</i>	<i>N. S.r^a da Consolação</i>	192	734
<i>Aldea de Paio</i>	<i>N. S.r^a da Anunciada</i>	179	709
<i>Pires</i>	<i>N. S.r^a do Monte</i>	1370	5393
<i>Caparica</i>			
<i>Total</i>		3546	13359

Além dos Lugares descriptos neste Mappa que são os Chefes ou Cabeças de Parochia, compreendem estas outros mais, incluidos na numeração de seus fogos e habitantes, as quaes são: na freguesia de S. Tiago e limite da Villa: porto de comunicação, aonde está estabelecida a chamada Carreira de transporte maritimo, muito frequentado pela commodidade que offerece de toda a hora haver maré para [fl. 8 f.] a prompta

passagem. O Ginjal: no pé da montanha junto ao Tejo do lado oposto a Lisboa, aonde há grandes armazens para retém de Vinhos de embarque. Margueira: do lado do sul, sobre a chamada Cova da Piedade: está ali estabelecido o grande Laboratorio Chimico o maior que há em Portugal pertencente a João Paulino de Almeida. Motella, Caramujo e Piedade pequenas povoacoens, junto desta ultima está a Real Quinta do Alfeite.

Na freguesia de S.tª Maria e limite da Villa: o Pragal cujos habitantes são quasi todos Calafates e Carpinteiros occupados no Arsenal da Marinha.

Na freguesia de N. S.rª do Monte de Caparica sobre a margem do Tejo, Porto Brandão: mui pequena povoação he o porto de transporte do interior para aquella parte. Trafaria: Povoação de pescadores do mar alto. Tem uma repartição de Saude e registo. Era dantes ahi que se depositavão as fazendas por franquia ou quarentena, no prezidio que depois e ainda servio de prizão: fica proxima a barra.

[fl. 8 v.]

A Costa: povoação de pescadores, sobre o Oceano. Tira-se ali grande quantidade de excellente peixe, principalmente sardinha, que faz a principal riqueza daquella pescaria, a qual se faz por huã especie de companhias, que denominão Rêdes: cada huã tem seu dono ou Mestre, que hé obrigado a dar sustento á sua Companha, cuja importancia se desconta na parte que a esta pertence da pesca que se recolhe. Nos mezes de mais rigoroso Inverno vão estas redes pescar á Costa da Gallé proxima a Setubal.

Para o interior está a Sobreda, lugarejo cujos habitantes são mui inclinados á vida do mar e do comercio, e tem dado á Marinha Mercante mui habeis pilotos e officiaes.

A Charneca; pequena povoação. A maior parte dos homens se ocupão na agricultura, e as mulheres na preparação das Seda que vão buscar as Fabricas de Lisboa. Proxima está a Matta Nacional do Pinhal dos Medos, donde se tira excellente madeira de [fl. 9 f.] construcção para o Arsenal da Marinha. Consta que antigamente houvera ali hua aldêa a que chamavão Adissa e ainda não há muito tempo existia hum poço a que davão o nome de Poçode Mouro, no meio daquella charneca. Tem este Pinhal pouco mais de huma legoa de extenção e corre ao longo da costa do mar, vai acabar na Lagoa d'Albufeira da qual hum pouco a baixo termina o Termo d'Almada e principia o de Sesimbra. Recebe esta Lagoa todas as Agoas da Ribeira chamada

d'Apostiça, que vem juntando todas as que correm para ella de muitas outras desde as immediaçoens da Villa d'Azeitão.

Será o seu comprimento de trez quartos de legoa e está separada do Oceano por hua lingua d'arêa que pouco mais excederá a duas braças de largura. Alguas vezes hé mandada abrir artificialmente, outras vezes as mesmas agoas buscão huã saída, econforme os ventos que soprão assim se conserva ou muitos ou poucos tempos communicando com o mar. Abunda muito em pesca e caça do mar, he Coutada e pertence hoje a S. Magestade.

[fl. 9 v.]

No mappa que formei da População da Villa e lugares de seu Termo, pelas listas que recebi dos Parrochos das Freguesias, não faço mensão da gente adventicia que todos os annos costuma vir a este Termo já para trabalhos de Agricultura, já para a Pescaria, cuja soma somma dutará a mais de 4000 homens, pois segundo o que me participou o Parrocho de Caparica só na sua Parrochia há para cima de 3000 homens desta classe. Combinando este mappa com o recenseamento feito até ao anno de 1828 que faz parte do Decreto de 3 de Junho de 1834, ver-se há que a differença que há no decurso destes quatro annos he para menos em fogos 242 em individuos 238: o que não deve admirar attendendo que esta Povoação soffreo muito com a Cholera Morbus em 1833, havendo já experimentado outro flagello quasi tão destruidor em 1830.

Os meios de subsistencia dos habitantes dos diversos Lugares de que se compoem este Conselho são tirados, da Agricultura, Pesca, Officios Mechanicos, e da Marinha. A classe [fl. 10 f] dos Agricultores hé a mais diminuta, pois os filhos do paiz são pouco inclinados aos trabalhos do campo, seguem com preferênciã a vida maritima. A causa desta dicida inclinação nasce da proximidade em que estão do mar, a meu ver, que lhes offerece emprego facil ou nos transportes maritimos do Tejo, ou na navegaçãõ mercantil.

Terreno e Agricultura

O Terreno deste Districto hé parte cultivado, porem a maior porçãõ he charneca inculta coberta de matto raso, e Pinheiraes extençõs aos quaes dá grande valor a proximidade á Capital, e ao mar, para a facilidade de transporte, e consumo das lenhas. Os continuados fogos tem todavia destruido este ramo de commercio e de riqueza deste Termo: encontram-se já legoas de charneca cobertas noutro tempo de

extensas e annosas mattas, e hoje de inutil matto, victimas dos devoradores incendios. As providencias dadas pelas Camaras, e pela Policia, assim punindo com multas os roubadores de lenhas, como obrigando os [fl. 10 v.] donos dos Pinhaes a cuidarem em abrir asseiros para evitarem taes incendios, não tem sido bastantes para garantir estas Propriedades.

O Terreno cultivado terá meia legoa de largura, e em partes menos, e duas legoas e meia ao longo do litoral. He por este que estão situados os lugares mais populosos, aonde há excellentes Quintas e Fazendas, com pomares, hortas e vinhas que fazem a cituação aprazivel. A maior parte porem destes predios estão em abandono, porque pertencendo a Fidalgos, ou grandes proprietarios que rezidindo na Capital ou as arrendam, ou as entregão aos cuidados de Cazeiros ou Feitores que de ordinario só procuram o seu interesse e pouco cuidão nos de seus amos. A maior parte das terras que rodeão a Villa são ladeiras por isso que ella está cituada n'hua eminencia, e propicias para toda a qualidade de produçoens. Não obste o clima ser temperado ou favorável, costuma contudo haver frios e geadas que causão as vezes grandes prejuiso principalmente nos [fl. 11 f.] Vinhos. Para o interior são as terras mais planas, cortadas de pequenos outeiros. A hua legoa da Villa principia a Charneca inculta, coberta de matto, cujo terreno he quasi todo arenoso, não admittindo talvez genero algum de cultura sem grandes despezas que não poderiam recompensar. No entanto alguns sitios há de óptimo torrão que estão abandonadas e poderião ser amanhados com proveito.

Os productos são Vinho, azeite, trigo, milho, legumes, fructas de carosso e pevide: mas a cultura importante he a da vinha, toda a outra he um pequeno ponto. Hum calculo medio tirado dos annos de 1830 a 1833 offerece o seguinte resultado.

<i>Productos</i>	<i>Colheita</i>		<i>Preços</i>		<i>Soma</i>
	<i>Pipas</i>	<i>Alqueires</i>	<i>Pipas</i>	<i>Alqueires</i>	
<i>Vinho</i>	8000		12000		96:000\$000
<i>Trigo</i>		4500		650	2:925\$000
<i>Milho</i>		14500		400	5:800\$000
<i>Sevada</i>		950		240	228\$000
<i>Senteio</i>		560		360	201\$000
<i>Total</i>	8000	20510			105:155\$000

[fl. 11 v.]

A colheita de Azeite feijão, e outros legumes, hé insignificante não vale a pena de se especificar; além de não pode calcular-se pelos dizimos donde foi estraído o calculo apresentado, porquanto esta colheita andava avançada, e comprehendida no que chamavão meuçãs que rendião annualmente para mais de 400\$000r. Os lavradores pagavão por estimativa ou convenção em dinheiro hua quantia equivalente aos dizimos destas produçoens de pequeno valor. Todos os Dizimos pertencião à Commenda de S.t^a Maria da Ordem de S. Tiago de Espada, e delles se tiravão as despezas do culto, e o remanescente era remetido para o Erario.

São as Vinhas o principal objecto da agricultura deste Concelho e o seu principal rendimento nellas empregão os lavradores todas os seus cuidados, e tratão os outros objectos como subsidiários. O grande preço que tiverão os vinhos nos sette annos da guerra Peninsular, o Commercio do Brazil em quanto foi privativo dando-lhe grande extracção convidarão os Proprietarios a unicamente se empregarem nesta qualidade de plantaçoens: e não só com grande utilidade se cultivarão [fl. 12 f.] baldios até ali desprezados, mas o que mas foi, sacrificarão-se Casaes de optimo terreno que produsindo abundantes colheitas de trigo, fazião este Districto in dependente de importação deste genero: de que resultou a falta de sereaes que necessita trazer de fora para sustento da sua população; e hua abundancia de vinho tal que estagnado nas Adeegas por falta de consumo produz hum superfluo, que não sendo necessario no giro mercantil, he necessario que o lavrador o sacrifique ao modico preço que o mercador sempre offerece quando não precisa. A grande diminuição que tem sofrido o valor do vinho he a causa da decadencia que se observa na agricultura deste Concelho porque as vinhas que se plantarão com grande dispendio, e até empenho dos Proprietarios, na esperansa de tirarem dellas constante lucro, não pagavão agora os trabalhos da cultura, e para as conservar são necessarios sacrificios que pela continuação dos tempos trazem consigo huã total ruina dos donos, que antes preferem abandona-las, do que beneficia-las. No entanto as medidas previdentes e saudaveis adoptadas pelo paternal Governo de S. Mag.de a favor da agricultura, talvez possão e [fl 12 v.] venhão a dar lhe algum alento, por quanto já aliviados os lavradores dos extraordinarios encargos que neste Concelho pesavão sobre as produçoens dos seus trabalhos e fadigas: isto hé já livres de Outavos, Quartos, Jugadas, Dizimos, e outros direitos ou impostos, podem de algum modo sustentar a diminuição que tem sofrido

seus fundos e rendimentos proveniente de causas extraordinarias, e com a esperança que os anima emprehenderem novos trabalhos.

Os Lavradores deste Distrito são como na maior parte das nossas terras faltos de conhecimentos theoricos, seguem a pratica rotineira, e fazem sempre o que virão fazer. Os trabalhos do campo são quasi todos feitos por homens da Beira e Minho que vem nos principios de Setembro; e de ordinario se demorão até ao fim de Abril tempo em que voltão para tratar da cultura das suas terras levando consigo o que ganharão no decurso daquelle tempo, dinheiro que poderia ficar no Distrito se os habitantes fossem os próprios agricultores. Os jornaes varião com pequena differença de anno para anno e o preço regular hé de 180 r.s desde a Vindima até [fl. 13 f.] principios Janeiro, e 200 r.s de Janeiro até o fim de Abril, tempo em quem se ritirão os trabalhadores de fora, ficando apenas algum domiciliado, mas são poucos estes assim como os naturais. Esta falta de homens de trabalho faz a cultura dispendiosa no resto do anno, porque os braços valem como os outros generos conforme a necessidade, e por isso muitos annos os jornaes augmentão a hum preço desproporcionado, sobindo ás vezes ate 400 r.s. O pouco interesse que tem produsido as vinhas vai arrumando a cultura dos Sereaes, muitos procurão já redusir outravez a terras de pão aqueles terrenos proprios que há poucos annos havião mandado cobrir de cepas, mandando semea-los de trigo, e hé de esperar que dentro um curto espaço sem necessidade de Ley, veremos as produçoens equilibradas e cada huã no seu apropriado solo, cultivada com interesse.

Ainda que seja mui vasta a extenção de charneca, ou terra inculta, contudo pela qualidade de seu terreno arenozo não fornece sustento ou pastagens, e por esta razão não tem este Districto creadores de Gado. Apenas se encontrão [fl. 13 v.] rebanhos de cabras de que se tira grande quantidade de leite para fornecimento da Capital. Mas elles são talvez causa dos grandes incendios dos Pinhaes, a cujo matto os malvados Pastores lanção fogo, para nas primeiras agoas do Outono rebentarem e offerecerem pastos mimosos que de outro modo não poderião obter. Afim de evitar o grande danno que fazião nas fazendas foi proibido por Postura da Camara pastarem dentro dos marcos da Villa e terrenos cultivados. Assim tambem há outras disposiçoens Municipaes, mui recomendaveis a bem da agricultura, e não se encontrão para assim dizer nenhuãs daquellas que nas Villas adjacentes são nottadas como contrarias, e a empecem. A mais digna de attenção era porem a Postura que determinava se não admittissem vinhas de fôra do Termo para consumo, e até que perdesse o privilegio de

Lavrador aquelle que comprasse vinhos ainda que fossem de produção do mesmo Termo. Esta postura estava confirmada por diversas Provisões do Desembargo do Paço, e era a que mais escrupulosamente se observava [fl. 14 f.] conciderando-se como o palladium dos lavradores de vinho deste Termo. A exportação porem dos Vinhos para fora tanto por mar como por terra não era vedada, e se fazia franca e livremente. Da combinação destas duas determinacoens resultava sustentar-se hum preço no consumo proporcionado aos interesses constantes do lavrador e do consumidor. Mas a Ley que permite a franqueza de mercado para consumo sem restricção vem talvez prejudicar esta vantagem, e hé toda em desproveito do lavrador. Porque pela maneira necessariamente dispendiosa de agriculturar as vinhas neste districto não podem sem o favor desta especie de exclusivo competir no mercado por meudo com vinhos de outras terras que podem para esta ser commodamente transportados, e sem grandes despezas.

Commercio e Industrias

Devendo o calculo do producto e do consumo servir de base para inferir qual seja o estado do commercio actual de qualquer territorio seria necessario [fl.14 v.] poder verificar aquelle para assim se conhecer com exactidão a balança do seu commercio interno com as terras visinhas; isto hé o que precisa dellas e o que e quanto lhe pode dar em troco. Porem ainda que seria difficiloso alcançar com exatidão o conhecimento destas relações parciaes de commercio ou permutação: todavia na sua genarilidade pode dar-se hua idea do estado delle pela combinação da sua população com as suas produçoens. Como unicamente podiamos tirar dos Dizimos o calculo mais aproximado dos productos do terreno, he dele que me sirvo.

À vista pois do calculo das produçoens deste concelho, e do da população, facilmente se conhece que a colheita dos generos de primeira necessidade hé insufficiente para o consumo de seus habitantes, e que por esta rasão tem dependencia de os ir buscar ou receber das terras circumvisinhas; e do mesmo calculo se deduz que não tendo de superfluo senão vinho hé desta produção que se deve tirar o preço por que compra as cousas de que necessita. He pois sobre esta produção que recai o forte das transacoens [fl. 15 f.] ou o giro do commercio dependente della. Naquelles annos em que circunstancias extraordinarias derão hum valor incalculavel ao vinho, pois chegou a vender-se por 96\$000r.s a pipa, foi este Termo opulento, e o tráfico assás activo. Cessarão porem estas cousas, e muito principalmente depois da Emancipação do Brasil aonde ficarão tendo livre admissão os vinhos de todos os paizes, diminuindo o

consumo do de Portugal; todas as terras ricas neste genero de produção sentirão hum golpe que pouco a pouco definhando os capitaes que tinham podido adquirir tornou decadente e languida a sua começada prosperidade. Tal foi a sorte deste Concelho, porque sendo a exportação e consumo dos seus vinhos, que pela sua excellente qualidade erão mui procurados, que fazião a única riqueza do seu commercio: tendo cessado estes mananciaes para assim dizer, tem dicaído este e a par delle a agricultura. Redusida pois só ao consumo no seu proprio solo, o genero de que abunda, e não podendo troca-lo com as terras circunvisinhas que o não necessitão, e carecendo de tudo o mais, bem se mostra que o pequeno giro ou [fl. 15 v.] trafico a que está limitado he sempre contra os interesses e á custa da Povoação. Outro objecto há de alguma importancia e de que se tira algua utilidade, e hé a exportação de lenhas e rama que dos Pinhaes se corta e conduz para consumo da Capital; a não serem os fogos a que estão mui sujeitos servião os Pinheiraes as propriedades presentemente as mais lucrativas o seu costeamto hé pouco dispendioso e o seu producto sempre procurado.

Os vinhos e as lenhas são pois os principaes objectos do commercio do Proprietario; que hé a troca que elle faz do excedente do producto de suas terras pelas cousas que ellas lhe não produzem e de que necessita: e como os consumidores destes generos são os habitantes da Capital hé com esta com quem há relaçoens mais immediatas, e muito poucas com as terras circumvisinhas do interior.

A cituação e a commodidade que offerece o porto de Cassilhas de toda a hora se encontrar maré, condição única que não acha nos outros portos da margem esquerda do Tejo [fl. 16 f.] farião da Villa d'Almada hum ponto mais interessante para a circulação do commercio interior do Alentejo, do que Mouta e mesmo Aldea Gallega, se as estradas fossem melhores, ou antes se houvessem estradas de comunicação, pois que passado o recinto da Villa, os caminhos para toda a parte são pessimos, não offerecem senão estorvo ao transporte, por serem antes trilhos do que estradas reaes. Se a facilidade das conduçoens, às outras facilidades que gosa o trafico, como a exção de direitos, ou Sizas de correntes, de licenças, portagens e outras imposiçoens que em muitas terras empecem a concorrência no mercado; dessem a mão deveria esta Villa ser hum interposto do Commercio do Alentejo.

Os productos da industria com que se poderia fazer face á falta de commercio agricula não podem ser empregados por isso que difficulosamente se encontrará hua terra aonde haja menos industria do que este Comcelho. Nenhum estabelecimento, ou

fábrica se encontra em todo elle, á excepção do Lavadouro e Pizão que faz parte da Officina Nacional das [fl 16 v.] Mantas para o Exercito.

Desconhecem a maior parte das artes; apenas se encontrão algumas lojas de officios mecanicos, mas são mui poucos os que se exercitão, e desses aquele que mais gente emprega hé a Tanoaria, de que havia grandes officinas, mas que a falta de exportação dos vinhos muito tem redusido. Como não há Corporações de Officios são desnecessarias as taxas, e a todo o individuo he livre o uso do seu trabalho e do preço delle, sem lhe ser preciso licença como em muitas outras terras se usa. A decadencia do Commercio dos Proprietarios, a pouca industria dos habitantes são a causa da pobreza deste Concelho que aliás tem todas as proporcoens e possue vantagens locaes que se fossem ajudadas tornarião esta Povoação a mais florescente do Reyno.

Policia

Sobre este artigo há mui boas providencias e mui bem pensadas Posturas: acautelão [fl. 17 f.] a limpeza das ruas, e tendo o mais que respeita á saude Publica, prohibindo jogo nas casas de venda, mas a falta de exportação de vinhos augmenta o numero das vendas, a sua multidão naturalmente admite frequencia, e jogo que a entretenha e assim hé muito difficultoso evitar o abuso e as concequencias que consigo traz, hua reunião de gente com taes incentivos para desatinos e turbulencias; que muitas vezes terminão desastrosamente, apezar das providentes medidas para as evitar; já prohindo-se o uso de paos de mais cinco palmos, e de grande grossura; e fazendo que as tavernas se fechem às horas destinadas pelos regulamentos geraes.

Da Camara e Concelho

A Camara desta Villa não tem outra alguma administração senão a do Concelho e suas rendas: teve inspeccão nos bens do Hospital e Albergaria de S. Lasaro, a qual cedeo a Mesa da Irmandade da Mizericordia por Escriptura [fl. 17 v.] de 30 de Dezembro de 1611. Consta que o Snr Rey D. Sancho I.º lhe dera Foral, o qual foi renovado no anno de 1513 por El Rey D. Manoel; cujo Foral subsiste. Foi esta Camara a Cabeça da Comarca e era ella que dava a posse aos Corregedores, e mais authoridades della; prerogativa que se principiou a alterar depois do ano de 1782; por que ainda naquela epoca a Conservava, transmitindo-se para a Camara de Setubal. Não se pode saber com evidencia desde que tempo principiou a ter Juiz de Fora esta Villa, mas pelos auttos de posse, acconteceo isto no anno de 1686; sendo o primeiro Magistrado o D.º

Francisco Monteiro de Miranda. Recebia carta assignada pelo punho Real, para a convocação de Cortes, a cujo acto mandava trez Deputados, ou Procuradores.

As rendas do Concelho são mui diminutas, e não excedem a mais de 300\$000 rs. entrando nesta importancia as contribuiçoens ou impostos, como licenças para ter loja, donativos para a Festividade de Corpus Christi, e N.^a Sr.^a não tendo em Proparios mais de 30\$000rs.

[fl. 18 f.]

As despesas mais consideraveis erão por Provisão Regia, tiradas do Cofre das Sizas: por elle se pagava ao Juiz de Fora, Medico e Sirurjião da Comarca, aos officiaes da Justiça. Tambem por este mesmo cofre se provia na criação dos expostos, e no reparo e factura das calçadas e outras obras publicas.

Apezar de serem bastante avultadas as verbas a cargo desta imposição, pois é pela repartição de Expostos excedia a quatro mil cruzados annualmente; raro era o anno em que deichasse de haver sobras ou remanescentes. Deste modo nunca era necessario recorrer á contribuição directa a que se chamava o Cabeção da Siza, e por este motivo he prezentemente a este povo bas-tante custosa a fintta, a que ficarão reduzidas, pela nova legislação, todas as outras imposiçoens indirectas: não advertindo quanto lucrão com estas saudaveis disposicoens, que augmentão seguidamente 30% no valor das suas propriedades; que tanto soma o abatimento de 15% nas Sizas [fl. 18 v.] abolição de Dizimos e Jugada.

Antigamente, isto hé antes antes do Regimen Constitucional, compunha-se a Comarca de trez Vereadores, Procurador do Concelho, e Presidente, que era o Juiz de Fora: prezentemente tem sete membros inclusivé o Fiscal e Presidente. He o Concelho hum dos mais numerosos da Provincia do Alem Tejo pois só o excedem Evora, Elvas, e Setubal e por este motivo se faz digno de hua consideração especial.

Os meios de subsistencia da sua População, consistindo na agricultura principalmente das vinhas, e no que rendem as madeiras unico producto dos Pinhaes, na Pescaria da Costa e do alto mar; requerem as medidas convenientes para se annimarem; já favorecendo o lavrador, e promovendo a cultura dos terrenos que se achão incultos; já augmentado as Pescarias dando-lhe algum methodo para a policia das companhas; já em fim facilitando o commercio intrinseco com o interior, abrindo estradas, ou melhorando a que se acha seguida em direcção á Villa de [fl. 19 f.] Setubal, que seguramente viria a ser a principal do trafico do Alemtejo, e da qual fogem pela sua má direcção e pessimo pizo.

A estes importantes objectos não pode só por si attender a authoridade Municipal, nem prover neles sem o concurso de subsidios da parte do Governo. No tempo da Regencia do Snr. D. João 6 foi tão conhecida esta necessidade, que no ano de 1814 creou hum Superintendente da Agricultura, na Margem esquerda do Tejo, para as Comarcas de Santarem, Evora e Setubal. Mas como de ordinario acontecia; esta providencia foi só profícua ao Magestrado que occupou aquelle emprego: que só no dia em que veio tomar posse appareceu nesta Villa; e as cousas continuarão como dantes sem a mais leve alteração nem providencia, servindo aquella só de gravar o Concelho pelo ordenado que annualmente pagava ao invisivel superintendente, e de nenhum proveito.

Felizmente porem outra será a [fl. 19 v.] sorte que a nova forma de Governo offerece aos interesses da família Portuguesa, debaixo da direcção de hum Ministerio tão illustrado, e Patriotico como o que actual está á testa dos Negocios do Reyno, a cujo zêlo, conhecimentos, e amor da Patria, em as mais arduas crizes constantemente patenteado, a Nação hé já devedora de tantos e tão assinados serviços, e de tantos e tão reconhecidos melhoramentos, e beneficios providencias.

Almada 16 de Mayo de 1835

Provedor do Concelho

Jose Joaquim de Silva Chaves.

DOCUMENTO 2

Extracto do *Livro de Posturas, 1730 – 1767* *

Livro de Posturas da Câmara Municipal de Almada de 1730

Este Livro hade servir p. as Posturas e esteordãos dalas nara pertencentes aos officiaes de Tanueyro, cp as o Regim.to do mesmo Officio Almada em 30 de Agosto de 1730

Manoel Luiz Pires

No principio de Jan. (Janeiro) de cada hum ano se juntarão todos os Mestres deste [folha 2 f.] e do Officio de Tanueyro desta Villa e seu Termo nas casa da Câmara em dia de Senado para fazerem Elleyssão de Juizes Escrivão e varejador do officio, caquelle qui faltar tendo aviso dos juizes, que servir-/em será condemnado em mil e duzentos para a Confraria da Srna S.ta Anna desta villa (...)

* AHACMA /B/A/003/LV001 *Livro de Posturas, 1730 – 1767*, fls. 1 – 2.

DOCUMENTO 3

Extracto das Posturas Municipais da Câmara Municipal do Seixal conforme o Cópia das Posturas feitas pela Câmara Municipal do Seixal pertencente ao Juiz. Elleito da mesma freguesia, 1841*

<i>Postura N. 1 em 22 de Fevereiro 1837</i>	<i>Art.º 1.º</i>		<i>As Lojas abertas, e mais Casas publicas deste concelho, são obrigadas a tirar licença, (...)</i>
	<i>Art.º 2.º</i>	<i>Moinhos</i>	<i>Os Moinhos pagarão de licença ao Conselho 260 R. por cada Mó, e de feitiço ao Secretario o 160, e afe / rirão as medidas <u>que</u> lhes são devidas.</i>
<i>Postura N. 2 em 24 do dito</i>	<i>Art.º 3.º</i>	<i>tempo da aferição dos pezos e <u>medidas</u></i>	<i>Todos os Lojistas e mais pessoas, que neste Conselho venderem qualquer género, fazenda ou mercadoria, ou <u>por</u> qualquer motivo, serão obrigados a tirar licença, no presente anno, atira-las, e a aferir pèzos, balansas, e medidas, de sêcco, e molhado, e de comprimento, por todo o Mez de Março, e <u>que</u> para os <u>annos</u> futuros <u>as</u> friarão tirando <u>por</u> todo o mez de Janeiro de cada anno.</i>

* AHSCMS /B/A/06/CX001/Doc. 3, fls 1 – 9

	<i>Artº. 4º</i>	<i>preço da aferição dos pezos e medidas</i>	<i>Pagar-se-há d'aferição ao Conselho, por cada medida (...)</i>
	<i>Artº. 5º</i>	<i>Vendilhões / suas licensas</i>	<i>Dos Vendilhões, tanto de fora, como de dentro / do Conselho (...)</i>
<i>Postura 3ª em 28 de Fevereiro de 1837</i>	<i>Artº. 6º</i>	<i>Padeiros</i>	<i>Todo o Paõ alvo, cozido, que se vender nete Conselho (...)</i>
	<i>Artº. 7º</i>	<i>Carniceiros</i>	<i>Toda a Carne de Vaca, e Capado, que se vender nes/te Conselho, deverá ser morta dentro do mesmo (...)</i>
	<i>Artº. 8º</i>	<i>Carne extraviada</i>	<i>Toda a Carne apreendida por falta de execução da Postura assima referida, será entre/gue á Junta da Parrochia (...)</i>
<i>Postura N. 4. em 10 de Março 1837</i>	<i>Artº. 9º</i>	<i>Vinhos de fora do Conselho</i>	<i>Todo o Vinho dos Concelhos vezinhos, que for admetido á venda neste Conselho, pagará 6\$000 R. por / pipa de 26 almudes, pena de que o intrudutor, não fazendo o manifesto perante a Camara para pagar o imposto, perder o Vinho, e o transporte, sendo este genero vendido em Asta publica, e entregue o seu produto, metade ao Denunciante, ou apreendedor, e a outra</i>

			<i>metade entrará no Cofre do Conselho, podendo serem feitas as denúncias perante o Administrador do Concelho, ou dos Pregadores das Parochias.</i>
<i>Postura N. 5. em 17 de Março</i>	<i>Artº. 10º</i>	<i>Vállas</i>	<i>Todas as Vallas reaes, incluindo a que passa no Rio do Judeo, ou as Vallas geraes que dão escuante aos Brejos d'uns para outros, em todas as partes deste Conselho, e onde houver terras de semelhante natureza, serão os Proprietários, Rendeiros, e Feitores, obrigados a limpralas, as primeiras, cada um nas suas testadas, e as segundas, cada um dos mencionados Proprietários, Rendeiros e Feitores, nas partes que lhes pertencem.</i>
	<i>Artº. 11º</i>	<i>Vállas</i>	<i>A limpeza das Vallas de que trata o Artº. 10, serão feitas duas vezes no anno, sendo a primeira ate aos últimos dias do mez de Março, e a segunda, por todos os mezes de Novembro de cada anno, e finalmente todos serão obrigados a darem escoante aos Vezinhos que nos mesmos prédios precisarem</i>

	<i>Art.º 12º</i>	<i>Abertas, e Bueiros</i>	<i>Todos os Fazendeiros, quer Proprietários, Rendeiros, ou Feitores de Fazendas, serão obrigados a terem limpas, e abertos os Bueiros que pelos seus Prédios sejam obrigados a darem escuante ás aguas empossadas, e que correrem pelas Estradas, e Caminhos, e as costumão arruinar em prejuízo do Publico, cuja limpeza, e abertura, será feita desde o primeiro de Setembro ate fim de Junho, e todo o tempo que as águas o permitirem.</i>
	<i>Art.º 13º</i>	<i>Vallados, Silvas, e Piteiras</i>	<i>Todos os Proprietários, Rendeiros, e Feitores, de qualquer Fazenda que seja pertencente a este Concelho seraõ obrigados a terem sempre os Vallados bem limpos de Silvas, Piteiras, Carrascos, e tudo o mais que possa empessar o livre tranzito das Pessoas, e Comerciantes que tranzitaõ pelos referidos caminhos.</i>
	<i>Art.º 14º</i>	<i>Infracção</i>	<i>Aos transgressores das Posturas, nos Art.ºs 10, 11, 12, 13, será imposta a pena de 6\$000 R. (...)</i>
<i>Postura N. 6. em 28 de Março</i>	<i>Art.º 15º</i>		<i>Na qual o, e pela forma authorizada no Art.º. 62 do Código Administrativo, e com as formalidades no mesmo determinado, se deliberou a fazer-se indirecta a seguinte</i>

			<i>finta.</i>
	<i>Art.º 16º</i>		<i>A Finta é indirecta, e imposta no Vinho do consumo do Conselho desde o dia 8 d'Abril corrente ate 31 de Dezembro do corrente anno.</i>
	<i>Art.º 17º</i>	<i>Medidas para o Vinho</i>	<p><i>O Padrão do Conselho continua a ser o mesmo que é actualmente, excepto das medidas de qualquer tamanho que sejaõ, por onde os Taberneiros, Lavradores, e Negociantes venderem por miúdo.</i></p> <p><i>§. unico, para os quaes a Câmara, terá um Padrão de medidas igual à medida de Lisboa, pela qual vendêraõ somente Vinho.</i></p>
	<i>Art.º 18º</i>	<i>Entrada, e manifesto do Vinho</i>	<i>Todo o Taberneiro, Lavrador, e Negociante seraõ obrigados a dar entrada do Vinho que comprárem, e do que vaõ vender de sua lavra, ou por comta do Lavrador, ou Negociante, declarando tudo especificamente ao Secretário da Camara, o qual no auto da entrega do Bilhete da entrada, fornecerá ao portador, ou condutor, uma Cautella (gratuita) para este entregar ao Dono da Adega, sem a qual elle Lavrador, ou Negociante, dono da mesma, não consentirá na sahida do Vinho, sob pena de</i>

			<i>pagar o tresdôbro do Vinho, <u>que</u> sem esta formalidade sahir da Adega.</i>
	<i>Art.º 19º</i>	<i>Quantidade da finta</i>	<i>O Taberneiro, Lavrador, ou Negociante é responsável perante a Camara pelo valor d'uma canada de Vinho por cada almude que der entrada, e pelo preço <u>que</u> o vender.</i>
	<i>Art.º 20º</i>	<i>A Camara dá vendaje</i>	<i>A Camara dará ao Taberneiro a vendaje propria, tanto á <u>quantidade</u> do Vinho em quebra como ao preço do mesmo Vinho.</i>
	<i>Art.º 21º</i>	<i>Ramo, e logar da Venda.</i>	<i>Os Taberneiro, Negociantes e Lavradores, onde venderem Vinho, terãõ ramo á porta, e os Lavradores ou Negociantes, antes de principiarem com tal venda, declararaõ perante a Camara o sitio da Adêga, ou <u>que</u> porção de Vinho querem vender por miúdo, a fim de darem entrada, como é da obrigação dos Taberneiros.</i>
	<i>Art.º 22º</i>	<i>Varejo nas Adegas</i>	<i>A Camara antes de enregar ao Lavrador, ou Negociante, o Bilhete da entrada, fará proceder a um varejo na Adêga <u>que</u> se manifestar a fim de se conhecer que vinho tem, e saber quando bem a quizer a <u>mesma</u> Câmara, se é</i>

			<i>exacta a quantidade das entradas, como o Vinho <u>que</u> falta n'Adêga.</i>
	<i>Artº. 23º</i>	<i>Dá parte <u>quando</u> vender por grosso</i>	<i>Se o Dono da Adêga durante o tempo <u>que</u> vender o Vinho por miúdo, quizer vender algum por toneis, ou pipas, o poderá fazer, dando <u>parte</u> disso à Camara com legalidade, para lhe poder ser abonado o varêjo que se lhe deu.</i>
	<i>Artº. 24º</i>	<i>Provonção de medidas</i>	<i>Os Taberneiros, ou quaesquer outros Vemdedores de Vinho, <u>que</u> sendo obrigados a manifestar o que tiverem á venda no dia 8 d'Abril <u>corrente</u>, deverãõ estar providos das medidas constantes no Artº. 17 §. Único.</i>
	<i>Artº. 25º</i>	<i>Infração, e apreheção do Vinho, sem Guia</i>	<i>Todo o Vinho <u>que</u> for encontrado, <u>por</u> mar ou <u>por</u> terra dentro dos lemites deste Concelho sem ir acompanhado da competente entrada, será apreheido, bem como o transporte, e tudo vendido em Asta Publica, e o seu produto será aplicado pela forma seguinte = Metade <u>para</u> as despesas do Concelho, e outra metade para o apreheido, ou denunciante.</i>

	<i>Art.º 26º</i>	<i>Aprehensores</i>	<i>Todos os Subalternos da Camara, e Officiaes de Deligencias podem aprehendendo qualquer Vinho estraviado, ficando <u>por</u> isso com direito á meação das tomadias.</i>
	<i>Art.º 27º</i>	<i>Aprehenção do Vinho nas Adegas</i>	<i>Será tomado por perdido o Vinho que fôr achado nas Adêgas <u>que</u> venderem por miudo excedente ao constante do varejo, na conformidade do Art.º. 22.</i>
	<i>Art.º 28º</i>	<i>Admissão das Denuncias</i>	<i>Admitim-se denuncias em segredo, por escripto, ou bôcaes; as denuncias dadas a qualquer dos Vereadores, ou Administrador do Concelho, ou ao seu Escrivaõ. Pode o denunciante assignar-se ou não, pode-a fazer a um dos referidos assim, a todos ou aos <u>que</u> quizer.</i>
<i>Postura N. 7. em 31 de Março.</i>	<i>Art.º 29º</i>	<i>Almudadores privativos.</i>	<i>Fica prohibido, <u>que</u> qualquer individu-o deste Concelho, ou de fora delle, <u>por</u> contracto, venha ás / Adêgas almuadar Vinhos, e só sim, os podêraõ almudar os Almuadores nomeados, e ajuramentados pela Camara Municipal deste Concelho, ficando o transgressor da prezente Postura incurso na pena de ser prezo. Correccionalmente, e pagar as diligencias aos Officiaes</i>

			<i>que o capturarem.</i>
<i>Postura N. 8. em 5 d'Abril de 1837</i>	<i>Artº. 30º</i>	<i>Madeiras nas Praias</i>	<i>Que no Prazo de 40 dias, contados da datta d'hoje, os Donos das Madeiras que se acham estacionadas pelas práias desta Villa, (...)</i>
	<i>Artº. 31º</i>	<i>Estaleiros</i>	<i>Que d'ora em diante, fica sendo o lugar d'Estaleiros para as construções, e concêrtos d'embarcações a Praia detraz da Ponte, (...)</i>
	<i>Artº. 32º</i>	<i>Estacas</i>	<i>Que os donos de Estácas, que no sitio de <u>que</u> se trata da Postura estão metidas no chão, e <u>que</u> tanto impedem a passaje Publica (...)</i>
<i>Postura N. 9. em 7 d'Abril</i>	<i>Artº. 33º</i>	<i>Cabras</i>	<i>Ninguém poderá ter Cabras dentro dos lemites deste Concelho sem <u>para</u> isso têr licença da Camara Municipal do mesmo <u>Concelho</u>.</i>
	<i>Artº. 34º</i>	<i>Licensas <u>para</u> as ter</i>	<i>A licença mencionada no Artigo 33, será conferida pela maneira <u>seguinte</u>, que pela licença para terem até 60 Cabras, se pagará ao Coffre do <u>Concelho</u> 2\$400 R., e de 60 <u>para</u> sima, qualquer <u>que</u> seja o numero se pagará 3\$600 R., e o feitio ao <u>Secretário</u> da Câmara, na forma do Código Administrativo.</i>

Artº. 35º	Habalitação	Para se obter a mencionada licença no Artº. 34, deverá dar-se uma Fiança idónea, responsabilizando-se o Fiador como Principal pagador, pelo damno <u>que</u> fizer o Gado do seu afiançado nas Propriedades alheias, e pela importancia das multas prevenientes das transgressões desta Postura
Artº. 36º	Logar <u>para</u> a pastagem	Desde o dia 8 do próximo mez de Maio em diante, será <u>totalmente</u> prohibido andarem as Cabras junto ás Fazendas deste <u>Conselho</u> , e só poderão pastar nas Charnecas, onde será a sua habitação.
Artº. 37º	Infracção	Não aproveitará ao Dono das Cabras, <u>que</u> forem encontradas nas <u>Fazenda</u> , a propria concessão dos Donos das <u>mesmas</u> <u>Fazendas</u> , e os Donos das Cabras que n'ellas forem encontradas pagará uma multa de 10\$000 R. pela <u>primeira</u> vez, pela <u>segunda</u> o Doubro, e continuando, será a licença cassada, e o rebanho será posto fóra do Concelho.
Artº. 38º	Aprehenção do gado, solto	Todo o Gado <u>que</u> for encontrado solto em Fazendas alheias, será acoimada com a pena de 1\$000 R. por cabeça, e tanto o produto destas coimas, como as do

			<i>Artº. 37, será aplicado, metade ás despesas do Conselho, e metade para os Offeciaes da delligencia.</i>
<i>Postura N. 10. em 21 d'Abril</i>	<i>Artº. 39º</i>	<i>Vasadouro de imundisses</i>	<i>Fica prohibido, desde o dia 25 do corrente em diante (...)</i>
	<i>Artº. 40º</i>	<i>Infracção.</i>	
<i>Postura N.11. em 26 de Maio</i>	<i>Artº. 41º</i>	<i>Aprehenção de Cabras sem a Licensa do Artº. 33.</i>	<i>Todo o Proprietario de Cabras residente neste Concelho. Que até ao dia 31 do corrente mez. não cumprir com o disposto na Postura do Artº. 33 de 7 d'Abril. e que não venha tirar à Camara a sua respectiva licensa, pagará, de multa 20\$000 R. pela primeira vez e depois seis dias passados o da Coima, continuando reincidencia, lhe será apreendido o Rebanho</i>
	<i>Artº. 42º</i>	<i>Aplicação / da multa</i>	
<i>Postura N. 12. em 31 de Maio</i>	<i>Artº. 43º</i>	<i>Embarcações ás Cargas d'areia.</i>	<i>Toda a embarcação de qualquer lóte [...] na Praia denominada = Ponta dos Corvos... §. unico, ficão exceptuadas desta Postura as Embarcações que forem carregadas para consumo do Conselho.</i>
	<i>Artº. 44º</i>	<i>Mettodo para a conseguir</i>	

	<i>Artº. 45º</i>	<i>Aplicação da Multa</i>	
<i>Postura N. 13. em 3 de Junho 1837</i>	<i>Artº. 46º</i>	<i>Infractores dos Artigos N. 1, e 2.</i>	
	<i>Artº. 47º</i>	<i>Infractores do Artº. N. 5</i>	
	<i>Artº. 48º</i>	<i>Gado solto pelas Ruas.</i>	
<i>Postura N. 14. em 27 de Junho.</i>	<i>Artº. 49º</i>	<i>Obras em Predios urbanos.</i>	
	<i>Artº. 50º</i>	<i>Infractores</i>	
	<i>Artº. 51º</i>	<i>Todos os generos seraão medidos e pezados</i>	
	<i>Artº. 52º</i>	<i>Infracção</i>	
	<i>Artº. 53º</i>	<i>Horas de Fecharem as portas</i>	
	<i>Artº. 54º</i>	<i>Infracção</i>	
	<i>Artº. 55º</i>	<i>Multa por falta de pezo, e medida</i>	
	<i>Artº. 56º</i>	<i>Em que tempo se venderá o Vinho novo</i>	
	<i>Artº. 57º</i>	<i>Infracção pela mistura do <u>Vinho</u> Velho e Novo</i>	
	<i>Artº. 58º</i>	<i>Pena pela mistura de Vinho com agoa.</i>	

	<i>Art. 59º</i>	<i>Devisão de genero apreendido.</i>	
<i>Postura N. 16 em 7 de Novembro de 1837</i>	<i>Art. 60º</i>	<i>Serviço das Canoas</i>	
	<i>Art. 61º</i>	<i>As Canôas manifestaõ-se</i>	
	<i>Art. 62º</i>	<i>Saõ numeradas</i>	
	<i>Art. 63º</i>	<i>Servem para escálla</i>	
	<i>Art. 64º</i>	<i>A que horas principia o serviço</i>	
	<i>Art. 65º</i>	<i>Aos que não quizerem tem multa</i>	
	<i>Art. 66º</i>	<i>As que se não ligarem ao determinado no Art.º. 60</i>	
	<i>Art. 67º</i>	<i>Infractoras</i>	
	<i>Art. 68º</i>	<i>Aplicação da Multa</i>	

DOCUMENTO 4

Extracto das Posturas Municipais da Câmara Municipal de Almada conforme o Livro de Posturas 1886 *

<i>Postura n° 1</i>		<i>Chafarizes, fontes, poços, tanques e lavadouros públicos</i>
	<i>Art. 1°</i>	<i>Ninguém poderá abrir poço ou mina que prejudique as nascentes que alimentam os chafarizes e fontes públicas...</i>
	<i>Art. 2°</i>	<i>Toda a pessoa que usurpar, ou por qualquer modo extraviar directa ou indirectamente, a água das minas e aquedutos dos chafarizes, fontes e poços públicos, ...</i>
	<i>Art. 3°</i>	<i>É proibido sob pena de 1\$000 de multa:</i>
		<i>1.° Encher qualquer vasilha nos chafarizes, bicas ou poços publicos sem esperar a sua vez à carreira, ou a água seja para vender ao publico ou para uso particular;</i>
		<i>2.° Sujar, por qualquer fôrma, a água dos tanques e pias dos chafarizes, fontes e poços publicos ou lavar aí quaisquer objectos;</i>
		<i>3.° Desviar a água das bicas para fóra dos sitios onde devem correr;</i>
		<i>4.° Tapar as bicas dos chafarizes e fontes públicas ou destrui-las por qualquer fôrma, bem como os pucaros, bombas, torneiras e letreiros que aí existirem;</i>
		<i>5.° Tirar a agua dos tanques e pias destinados para o gado beber</i>
		<i>6.° Fazer estendedeiro de roupa no lagedo do chafariz da Fonte da Pipa, dos sarilhos para dentro;</i>

* AHACMA, Livro de Posturas 1886. /B/A/003/LV003

		<i>7.º Fazer lavadoiros de roupa na Costa de Caparica em qualquer lugar que não seja ao sul da povoação, e mesmo ali lhes façam os escoantes que o terreno permitir.</i>
	<i>Art. 4º</i>	<i>Em tempo de escassez de água não é permitido tirar dos chafarizes, fontes e poços públicos, água para qualquer fim que não seja para uso doméstico, salvo para apagar incêncios, sob pena de 500 reis de multa.</i>
	<i>Art. 5º</i>	<i>É expressamente proibido levar a beber aos tanques e pias destinados ao gado, quaesquer animais atacados de môrno ou de outras molestias contagiosas sob pena de 5\$000 de multa.</i>
<i>Postura nº 2</i>	<i>Art. 6º</i>	<i>Fornecimento de água contra incendios</i>
<i>Postura nº 3</i>		<i>Dos aguadeiros</i>
	<i>Art. 7º</i>	<i>Obrigaçãõ de se matricularem na Camara</i>
	<i>Art. 8º</i>	<i>Barris de 20 litros não podem ser usados no transporte de água salgada</i>
	<i>Art. 9º</i>	<i>Barris cheios de água durante a noite</i>
	<i>Art.10º</i>	<i>Obrigaçãõ de acudir com os barris aos incêndios</i>
	<i>Art.11º</i>	<i>Obrigaçãõ de trazer arreatadas as cavalgaduras que conduzem os barris</i>
<i>Postura nº 4</i>		<i>Das lavadeiras</i>
	<i>Art. 12º</i>	<i>É proibido o emprego de materiais corrosivas, tais como cloreto de cal, e outras semelhantes destinadas a branquear a roupa (...)</i>
<i>Postura nº 5</i>		<i>Ocupação da via pública e terrenos municipais</i>
	<i>Art. 13º</i>	<i>Proibiçãõ de ocupar a via com barracas, postes ou mastros sem licença</i>
		<i>1. Taxas das licenças</i>
		<i>2. Isençãõ para construções temporárias com fins de beneficencia ou de festejos publicos</i>

		<i>3. Multa para os infractores 3 x o valor da taxa</i>
	<i>Art. 14º</i>	<i>É proibido engrossar valados e muros de pedra solta, que existam á margem do caminho publico, de modo que importe usurpação de terreno,...</i>
<i>Postura nº 6</i>		<i>Pejamentos (obstrução) da via pública e actos a evitar</i>
	<i>Art. 15º</i>	<i>Proibição de estar deitado na via publica e nos bancos das praças e largos</i>
	<i>Art. 16º</i>	<i>Proibição de ter fardos volumes e móveis na via publica</i>
	<i>Art. 17º</i>	<i>Proibição de transportar objectos de rojo ou a rolar</i>
	<i>Art. 18º</i>	<i>Proibição de prender cavalgaduras, nas portas, marcos de pedra, vedações etc. na via publica</i>
	<i>Art.19º</i>	<i>Proibição de manter parados cavalgaduras ou veiculos de carga para além do tempo de carga ou descarga</i>
	<i>Art. 20º</i>	<i>Proibição de transitar nos passeios com cargas às costas, cavaleiros e gado.</i>
	<i>Art. 21º</i>	<i>Proibição de jogar na rua</i>
	<i>Art. 22º</i>	<i>É proibido nas ruas e mais lugares....</i>
		<i>1º Armar fogos de artifício....</i>
		<i>2º Fazer leilão de objectos...</i>
		<i>3º Fazer praça de aluguer de carruagens...</i>
		<i>4º Estender roupa...</i>
		<i>5º Limpar vasilhas;</i>
		<i>6º Joeirar ou crivar generos;</i>
		<i>7º Matar, pelar ou chamuscar animais</i>
		<i>8º Ferrar, sangrar ou fazer alfum [sic] curativo a qualquer animal, excepto em caso de imediata urgencia;</i>

		<i>9º Partir lenha;</i>
		<i>10º Cosinhar, acender fogueiras ou fogareiros;</i>
		<i>11º Finalmente ocupar por qualquer outro modo a via pública.</i>
	<i>Art. 23º</i>	<i>Será removido para a abegoaria municipal qualquer objecto desamparado na via publica</i>
<i>Postura nº 7</i>		<i>Conservação da via publica</i>
	<i>Art. 30º</i>	<i>Boeiros</i>
	<i>Art. 31º</i>	<i>Proibido desaguar para a via pública</i>
	<i>Art. 32º</i>	<i>É proibido abrir regos, fazer cortaduras ou [...] afim de encamnharem nateiros para diferentes prédios</i>
	<i>Art. 33º</i>	<i>Proibido deitar para a via pública águas imundas, animais mortos, pedras, raízes etc.</i>
	<i>Art. 34º</i>	<i>Todos os anos no mês de Maio os proprietários, rendeiros ou usufrutuários de prédios</i>
	<i>Art. 35º</i>	<i>Assenhorear do terreno do dominio publico</i>
	<i>Art. 36º</i>	<i>Proibido levantar calçada ou macdame</i>
	<i>Art. 37º</i>	<i>Reparar os estragos no dominio publico das obras licenciadas</i>
	<i>Art. 38º</i>	<i>É proibido deitar de pancada a carga dos carros e outros veiculos para o pavimento da via publica. Pena 1\$000 reis de multa.</i>
	<i>Art. 39º</i>	<i>É proibido danificar de qualquer modo as paredes e os muros, bem como escrever ou desenhar nos mesmos obscenidades sob a pena de 1\$000 réis de multa.</i>

<i>Postura nº 8</i>		<i>Limpeza de estrumeiras, canos, fossos e valas de despejo</i>
	<i>Art. 40º</i>	<i>É proibido deitar para a via publica, lixo ou quaesquer imundices. Pena de 1\$000 réis de multa.</i>
	<i>Art. 41º</i>	<i>Nas povoações onde não houver encanamentos, serão feitos os despejos dos predios nas fossas publicas destinadas a tal fim.</i>
	<i>Art. 42º</i>	<i>Ninguém poderá apanhar as lamas, lixo e estrumes nas ruas e caminhos publicos, a não serem os varredores por conta da Camara</i>
	<i>Art. 43º</i>	<i>Canos de despejo</i>
	<i>Art. 44º</i>	<i>Canos impermeáveis</i>
	<i>Art. 45º</i>	<i>Conservação dos canos</i>
	<i>Art. 46º</i>	<i>Trangressão dos artigos anteriores</i>
	<i>Art. 47º</i>	<i>Limpeza e desinfecção dos canos</i>
	<i>Art. 48º</i>	<i>As disposições desta postura não terão applicação aos prédios cujos despejos estiverem encanados para adubos de terras ou quintas, por modo que não prejudiquem a salubridade publica</i>
	<i>Art. 49º</i>	<i>Proibido depositar estrume perto de casas ou caminhos por causa do cheiro</i>
<i>Postura nº 9</i>		<i>Cavalariças e casas de receber gado</i>
	<i>Art. 50º</i>	<i>Cavalariças e casas de receber gado com chão escoante</i>
	<i>Art. 51º</i>	<i>Proibidas estrumeiras dentro das povoações com mais de 2m3</i>
<i>Postura nº 10</i>		<i>Cais, praias e botes</i>

	Art. 52º	<i>Proibição de montar nas praias barracas de banhos sem licença da Camara</i>
	Art. 53º	<i>Proibição de tomar banho nas praias em estado de nudez completa</i>
	Art. 54º	<i>É proibido aos arrais descarregar noutros cais que não os designados, assim como lixo ou estrume nas praias onde houver estabelecimentos de banhos desde 1 de Setembro a 31 de Outubro</i>
<i>Postura nº 11</i>		<i>Árvores e candeeiros de iluminação publica</i>
	Art. 59º	<i>É proibido varejar ou deteriorar árvores em terreno publico</i>
	Art. 60º	<i>Candeeiros</i>
	Art. 61º	<i>Candeeiros</i>
<i>Postura nº 12</i>		<i>Veiculos, quem os conduz, transito e estacionamento na via pública, cargas etc.</i>
	Art. 62º	<i>Veiculos de transporte de pessoas ou carga necessitam de licença da Camara</i>
	Art. 63º	<i>Chapa de registo</i>
	Art. 64	<i>Rodas forradas com chapa dimensões:</i>
	Art. 65º	<i>Matricula de cocheiro e boleiro</i>
	Art. 66º	<i>Para ser admitido à matricula</i>
	Art. 67º	<i>Obrigaçãõ de cocheiro e boleiro trazerem consigo a matricula</i>
	Art. 68º	<i>É proibido guiar a cordões / se:</i>
	Art. 69º	<i>É proibido guiar a cordões sem assento próprio para isso</i>
	Art. 70º	<i>É proibido guiar embriagado</i>
<i>Postura nº 13</i>		<i>Animais, modos de os tratar e várias disposições</i>

	<i>Gado Bovino</i>
<i>Art. 113º</i>	<i>Proibida a pastagem de gado bravo a menos de cem metros de distancia do caminho publico</i>
<i>Art. 114º</i>	<i>Condução de gado bravo</i>
<i>Art. 115º</i>	<i>Condução de gado manso</i>
	<i>Gado Suíno</i>
<i>Art. 116º</i>	<i>Proibido criar gado suíno dentro das povoações</i>
<i>Art. 117º</i>	<i>Possilgas separadas das habitações</i>
<i>Art. 118º</i>	<i>Condução de gado suíno</i>
<i>Art. 119</i>	<i>Proibido matar e chamoscar nas praças públicas</i>
<i>Art. 120º</i>	<i>Proibido matar porcos sem participar ao zelador municipal</i>
	<i>Parágrafo 2º Empresário da hospedaria do Lazareto</i>
<i>Art. 121º</i>	<i>Proibido usar carne de porcos doentes</i>
<i>Art. 122º</i>	<i>Proibido vender carne de porcos doentes</i>
	<i>Gado Caprino</i>
<i>Art. 123º</i>	<i>A ninguém é permitido ter cabras para as trazer soltas, (...)</i>
<i>Art. 124º</i>	<i>Sómente será permitido ter uma a quatro cabras sem licença da Camara, tendo-as os respectivos donos dentro de pateos, quintais, ou quintas muradas, e sendo de valados, presas de modo que o não possam transpôr</i>
<i>Art. 125º</i>	<i>Também é permitido ter maior numero de cabras</i>
<i>Art. 126º</i>	<i>Licença relativa ao artigo 125º</i>

	<i>Art. 126º</i>	<i>Transgressão ao artigo 125º</i>
		<i>Feras</i>
	<i>Art. 134º</i>	<i>É proibido trazer pelo concelho animais perigosos, não sendo em jaula adequada e com licença policial. Pena 1\$000 de multa</i>
<i>Postura nº 14</i>		<i>Matadouro – matança de gado e fiscalização das carnes verdes</i>
<i>Postura nº 15</i>		<i>Talhos e vendas de carnes verdes</i>
<i>Postura nº 16</i>		<i>Pão e padeiros</i>
<i>Postura nº 17</i>		<i>Pesos e medidas</i>
<i>Postura nº 18</i>		<i>Construções e obras</i>
<i>Postura nº 19</i>		<i>Propriedades ameaçando a segurança pública</i>
<i>Postura nº 20</i>		<i>Limpeza das chaminés – lume fora dos lugares próprios</i>
<i>Postura nº 21</i>		<i>Venda de leite, azeite, comidas etc.</i>
<i>Postura nº 22</i>		<i>Impostos sobre géneros de consumo</i>
<i>Postura nº 23</i>		<i>Defesa e segurança das propriedades rústicas</i>
	<i>Art. 203º</i>	<i>É proibido atarvessar seara, campo, terra olival, vinha, horta, pomar ou fazenda murada ou não murada pertencente a outrem e por onde não haja caminho ou atalho público, sem licença do dono, (...)</i>
	<i>Art. 204º</i>	<i>A ninguém é permitido introduzir gado de qualquer espécie e para qualquer fim, nas herdades sementeiras e fazendas alheias sem licença do dono, (...)</i>

Art. 205º	<i>Não é lícito introduzir galinhas, patos, perus e outras aves, na propriedade alheia, sem consentimento do dono (...)</i>
Art. 206º	<i>Aquele que lançar fogo ás sebes ou matos dos valados que cercam e servem de defesa ás propriedades de outrem ou aquele que cortar ramos de árvores ou arbustos dos ditos valados (...)</i>
	<i>Disposições Gerais</i>
	<i>Regulamento para a Cobrança e Fiscalização dos impostos municipais</i>
	<i>Dos manifestos e declarações</i>
	<i>Das avenças</i>
	<i>Das transferencias</i>
	<i>Da fiscalização do imposto de consumo</i>
	<i>Da arrematação do imposto</i>
	<i>Das multas</i>
	<i>Disposições diversas</i>

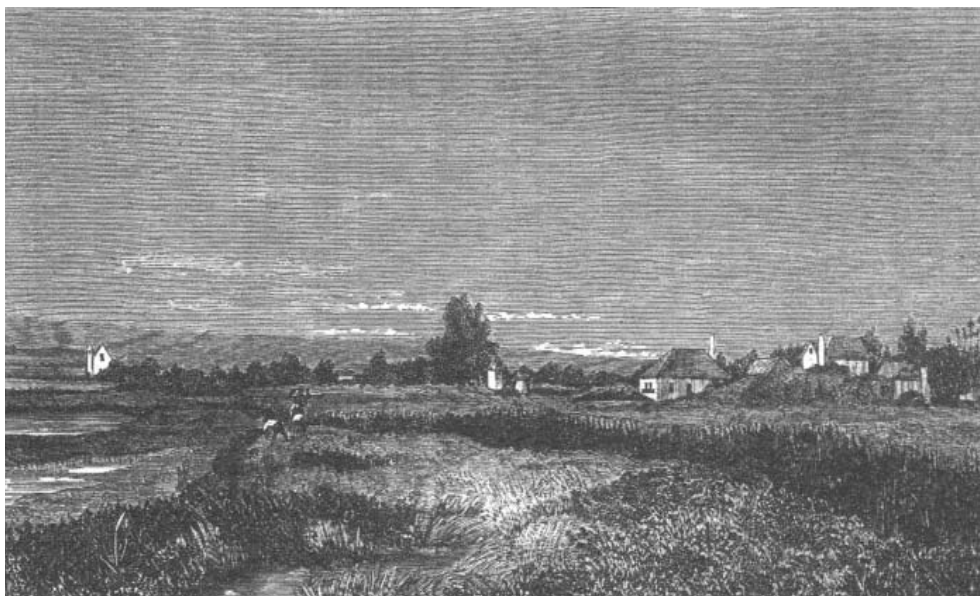


Fig. 1 - Corroios em finais do século XIX, gravura de Henrique Pinto publicada por Jorge Custódio, "Almada Mineira, Manufactureira e Industrial", in Al-madan IIª série nº 2, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1993, p. 93.



Fig. 2 - Postal ilustrado do Pragal, arredores da vila de Almada, finais do século XIX, CDCAA.



Fig. 3 - Postal ilustrado da Trafaria com data manuscrita de 1910, onde se observam três moinhos de vento, col. João Paulo Santos.



Fig. 4 - Postal ilustrado da Trafaria, col. João Paulo Santos.



Foto 1 - Pinhal dos Medos, Francisco Silva, 2008.



Foto 2 - Terras da Costa, Costa de Caparica, Francisco Silva, 2008.



Foto 3 - Frente atlântica, Costa de Caparica, Francisco Silva, 2007.



Foto 4 - Pesca na Costa de Caparica com Arte Chávega, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 5 - Terreno de pastagem, Pragal, Francisco Silva CDCAA, 2007.



Foto 6 - Terrenos agrícolas ao sul de Pêra, Trafaria, Francisco Silva, 2007.



Foto 7 - Terrenos agrícolas a Sul de Pêra, Francisco Silva, 2007.



Foto 8 - Terrenos da Quinta da Princesa, Amora, Francisco Silva, 2007.



Foto 9 - Terrenos agrícolas da Quinta do Infante, Amora, Francisco Silva, 2007.



Foto 10 - Hortas nos brejos de Paio Pires, Francisco Silva, 2008.



Foto 11 - Paisagem rural na freguesia de Caparica, Francisco Silva, 2007.



Foto 12 - Casa saloia no Pragal, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 13 - Parede em adobe no lugar da Regateira, Charneca de Caparica, Francisco Silva, 2008.



Foto 14 - Casa com contrafortes, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2006.



Foto 15 - Jardim da Quinta da Fidalga, Arrentela, Francisco Silva, 2008.



Foto 16 - Portal da Quinta do Guarda-Mor, Pragal, Francisco Silva, CDCAA, 2005.



Foto 17 - Quinta da Torre, Caparica, Francisco Silva, 2008.



Foto 18 - Poço da Quinta da Torre, Caparica, Francisco Silva CDCAA, 2005.

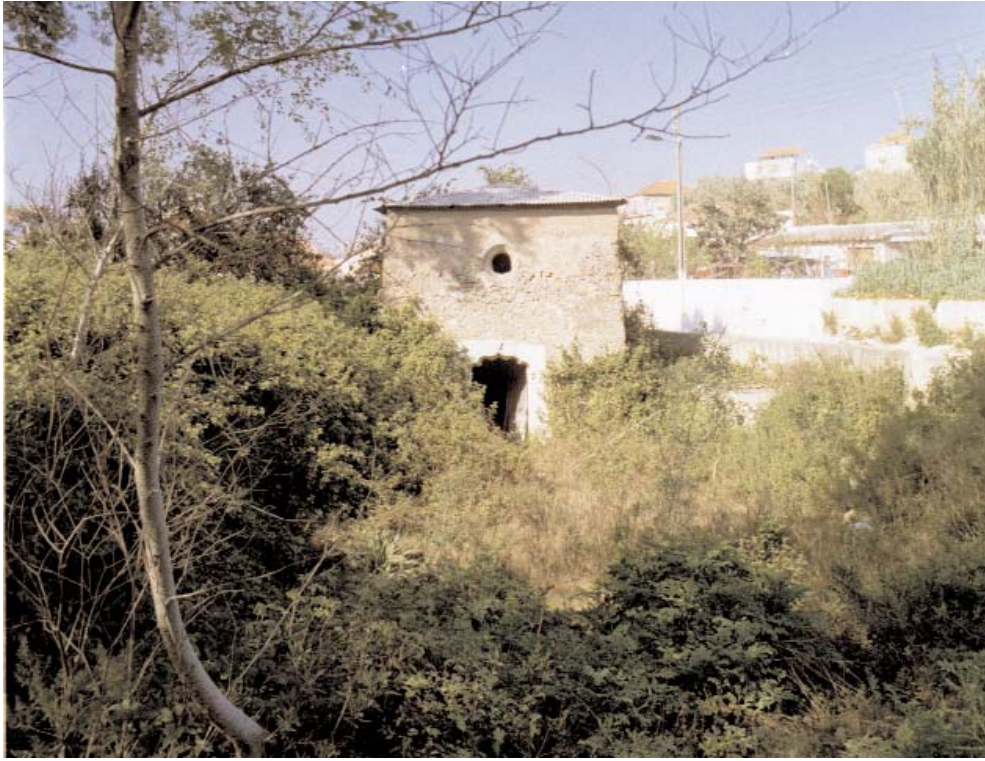


Foto 19 - Capela de São Tomás de Aquino, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 1986.



Foto 20 - Quinta de Nossa Senhora da Conceição, Trafaria, Francisco Silva, 2007.



Foto 21 - Pátio do Solar dos Zagallos, Sobreda, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 22 - Pátio Casa da Cerca, Almada, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 23 - Quinta de Santo Amaro, Laranjeiro, Francisco Silva, CDCAA, 2007



Foto 24 - Quinta dos Frades, Cova da Piedade. Observam-se em primeiro plano dois pesos de lagar. Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 25 - Quinta da Trindade, Seixal, Francisco Silva, 2008.



Foto 26 - Quinta da Fidalga, Arrentela, Francisco Silva, 2008.



Foto 27 - Lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho, Paio Pires, Francisco Silva, 2008.



Foto 28 - Pormenor das almofadas de pedra que prendiam o eixo da vara. Antigo lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho, Paio Pires, Francisco Silva, 2008.



Foto 29 - Lagar da Quinta de Castros, Pragal, Francisco Silva, CDCAA, 1991.



Foto 30 - Lagar de vara da Quinta da Torre, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2000.



Foto 31- Ruínas do lagar de vara da Quinta das Capitoas, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2000.



Foto 32 - Lagar de fuso da Quinta de Castelo Picão, Caparica, Paio Pires, Francisco Silva, CDCAA, 2001.



Foto 33 - Moinho de Vento da Quinta dos Buxos, Trafaria, Francisco Silva, CDCAA, 2005.



Foto 34 - Moinho de vento da Azinheira, Seixal, Francisco Silva, 2007.



Foto 35 - *Frechal*, moinho de vento dos Capuchos, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2005.



Foto 36 - *Andorinho*, Moinho de vento dos Capuchos, Caparica, Francisco Silva, CDCAA, 2005



Foto 37 - *Arganeis* no *frechal*, moinho de vento da Quinta dos Buxos, Trafaria, Francisco Silva, CDCAA, 2005



Foto 38 - Moinho de maré do Zeimoto, Paio Pires, Francisco Silva, 2008.



Foto 39 - Moinho de maré de Corroios, Corroios, Francisco Silva, CDCAA, 2003.



Foto 40- Moinho de maré da Quinta da Palmeira, Paio Pires, Francisco Silva, 2008.



Foto 41- Vista panorâmica da cerca do antigo convento de São Paulo, Almada, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 42 - Construções rurais, Pragal, Francisco Silva, 2007.



Foto 43 - Lagar da Quinta do Brasileiro, Monte de Caparica, Caparica, Francisco Silva, 2007.



Foto 44 - Construções rurais em Pêra, Caparica, Francisco Silva, 2007.



Foto 45 - Vista panorâmica da localidade da Fonte Santa, Caparica, Francisco Silva, 2007.



Foto 46 - Vista da povoação de Murfacém, Trafaria, Francisco Silva, 2007.



Foto 47 - Construções rurais em Vila Nova de Caparica, Caparica, Francisco Silva, 2007.



Foto 48 - Barcos de pesca tradicional na praia, Trafaria, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 49 - Vista do núcleo antigo da Sobreda, Francisco Silva, CDCAA, 2007.



Foto 50 - Casa da Coroa, Costa de Caparica, CDCAA, 1980.



Foto 51 - Vista panorâmica da Arrentela, Francisco Silva, CDCAA, 1995.



Foto 52 - Vista do núcleo urbano antigo do Seixal, Francisco Silva, 2007.



Foto 53 - Portal de casa rural, Amora Francisco Silva, 2007.



Foto 54 - Habitações rurais, Paio Pires, Francisco Silva, CDCAA, 2005.



Foto 55 - Procissão de São João Baptista, chegada à Ramalha, CDCAA, 1990.



Foto 56 - Coroa de frutos que acompanhava a procissão de São João Baptista, CDCAA, 1990.



Foto 57 - Registo de azulejo alusivo a Nossa Senhora do Cabo, Almada, CDCAA.



Ortofotomapa 3 - Núcleo Histórico de Murfacém.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995



Ortofotomapa 4 - Núcleo Histórico da Trafaria.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995



Ortofotomapa 5 - Núcleo Histórico da Sobreda.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995



Ortofotomapa 6 - Núcleo Urbano Antigo da Arrentela.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995



Ortofotomapa 7 - Núcleo Urbano Antigo do Seixal.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995



Ortofotomapa 8 - Núcleo Urbano Antigo de Amora.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995



Ortofotomapa 9 - Núcleo Urbano Antigo de Paio Pires.
Fonte: Área Metropolitana de Lisboa - 1995